

CONSELHO PERMANENTE



OEA/Ser.G
CP/doc.3898/04 Rev.1
31 maio 2004
Original: espanhol

RELATÓRIO ANUAL DO SECRETÁRIO-GERAL
À ASSEMBLÉIA GERAL

Este documento será distribuído às Missões Permanentes
e apresentado ao Conselho Permanente da Organização.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
WASHINGTON, D.C.

SECRETÁRIO-GERAL

10 de maio de 2004

Senhor Presidente:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, em cumprimento dos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos, a fim de apresentar à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente o Relatório Anual do Secretário-Geral correspondente a 2003-2004. O relatório, que descreve as atividades e a situação financeira da Organização, foi preparado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na resolução AG/RES. 1452 (XXVII-O/97).

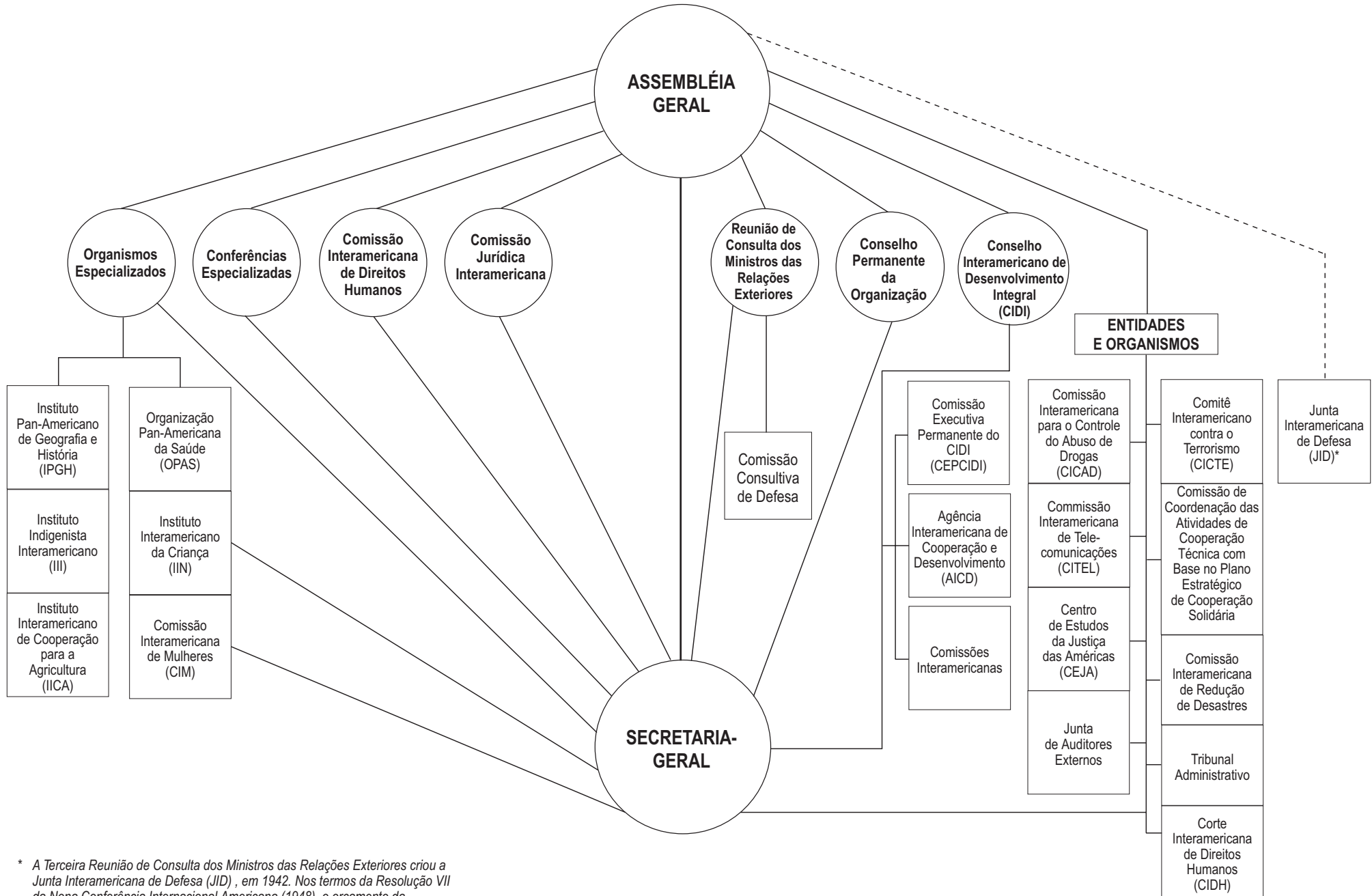
Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

César Gaviria

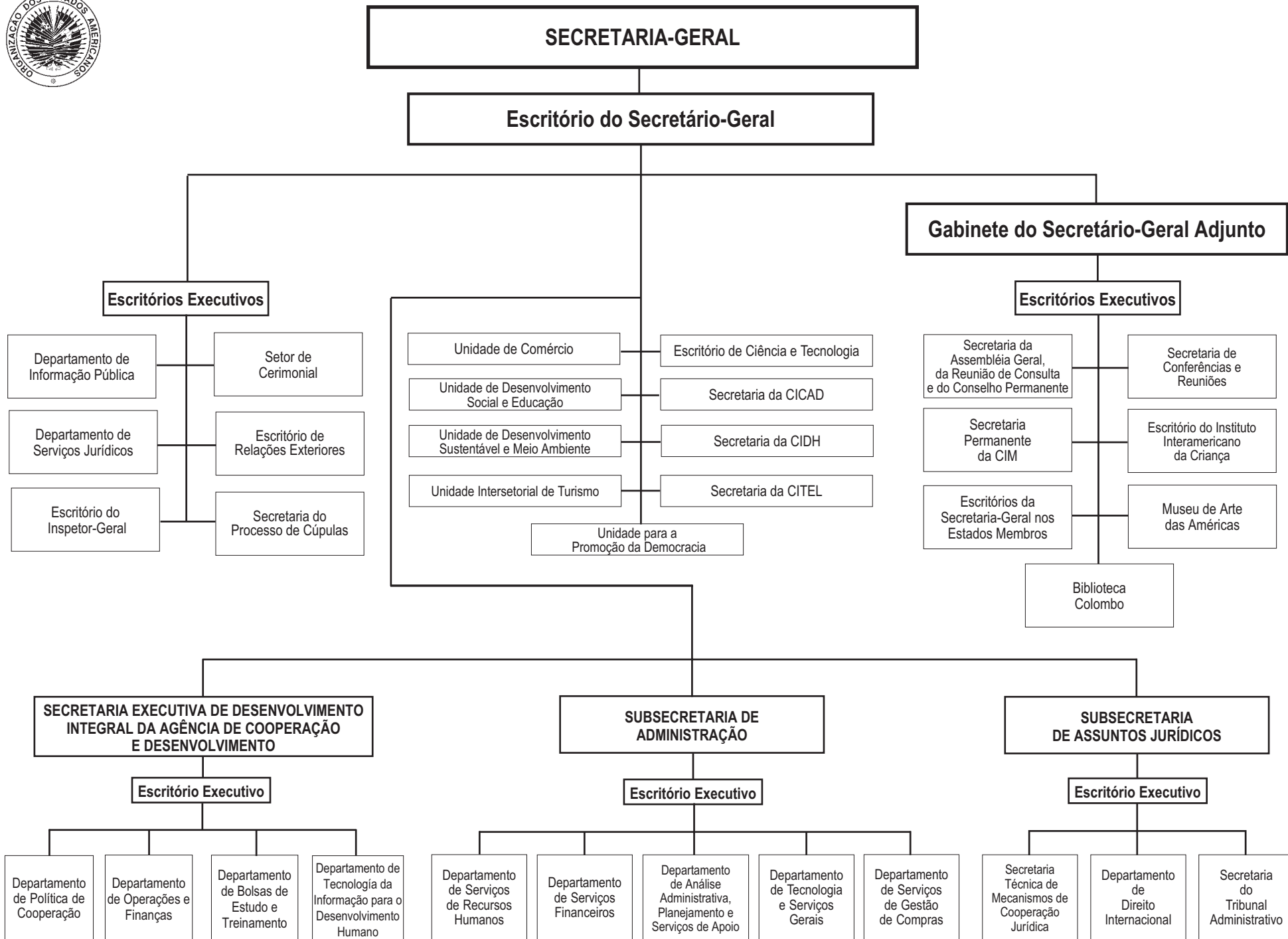
A Sua Excelência a Senhor
Embaixador Miguel Ruiz Cabañas
Representante Permanente de Mexico
junto à Organização dos Estados Americanos
Presidente do Conselho Permanente
Washington, D.C.



ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS



* A Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores criou a Junta Interamericana de Defesa (JID), em 1942. Nos termos da Resolução VII da Nona Conferência Internacional Americana (1948), o orçamento da Junta é incluído no da Organização.



RELATÓRIO ANUAL DO SECRETÁRIO-GERAL

2002-2003

Organização dos Estados Americanos
Washington, D.C.
2003

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	ix
I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS	1
Assembléia Geral	3
Conselho Permanente	19
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral	21
II. SECRETARIA-GERAL	31
Gabinete do Secretário-Geral	35
Departamento de Informação Pública	39
Departamento de Serviços Jurídicos	42
Escritório do Inspetor-Geral	47
Setor de Ceremonial	49
Escritório de Relações Externas	51
Secretaria do Processo de Cúpulas	54
Escritório de Ciência e Tecnologia	60
Unidade de Comércio	63
Unidade de Desenvolvimento Social e Educação	69
Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	77
Unidade Intersetorial de Turismo	86
Unidade para a Promoção da Democracia	94
Gabinete do Secretário-Geral Adjunto	103
Escritórios da Secretaria-Geral da OEA nos Estados Membros	105
Secretaria de Conferências e Reuniões	109
Museu de Arte das Américas	112
Biblioteca Colombo	115
Coordenação e Cooperação com Outras Organizações	119
Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral/ Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento	121
Subsecretaria de Assuntos Jurídicos	130
Subsecretaria de Administração	138
III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS	145
Organização Pan-Americana da Saúde	149
Instituto Interamericano da Criança	152
Comissão Interamericana de Mulheres	154
Instituto Pan-Americano de Geografia e História	157
Instituto Indigenista Interamericano	159
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	161

IV. OUTROS ORGÃOS INTERAMERICANOS	163
Comissão Jurídica Interamericana	165
Comissão Interamericana de Direitos Humanos	169
V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS	177
Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas	179
Comissão Interamericana de Telecomunicações	185
Comitê Interamericano contra o Terrorismo	190
Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais	193
Centro de Estudos da Justiça das Américas	194
Tribunal Administrativo	197
Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento	200
Junta de Auditores Externos	203
Junta Interamericana de Defesa	205
Corte Interamericana de Direitos Humanos	207
VI. OBSERVADORES PERMANENTES	211
VII. VIAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	215
ANEXOS	221
Anexo A: Conselhos e Comissões Interamericanos	223
Anexo B: Conferências e Reuniões da OEA	225
Anexo C: Tratados e Convenções Interamericanas	233
Anexo D: Recursos Humanos	245
Anexo E: Situação Financeira	256
Anexo F: Bolsas de Estudo Concedidas	259
Anexo G: Contribuições dos Observadores Permanentes	263
Anexo H: Orçamento-Programa: Níveis de Execução	268

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos artigos 91 e 112 da Carta da Organização dos Estados Americanos, tenho a satisfação de apresentar à Assembléia Geral e ao Conselho Permanente o Relatório Anual correspondente ao período 2003-04. Conforme prescrito na Carta, este relatório contém a descrição das atividades da Organização e de sua situação financeira. Este documento, preparado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na resolução AG/RES. 331 de 1978, refere-se ao período compreendido entre 1º de março de 2003 e 29 de fevereiro de 2004.

Apresento o último Relatório Anual de minha gestão como Secretário-Geral da OEA, satisfeito com as grandes transformações na Organização ao longo destes dez anos e convencido de que os tempos que estão por vir serão ainda melhores para um sistema que marcha rumo à integração e se prepara para enfrentar novos problemas e desafios.

Avançamos significativamente na criação de instrumentos hemisféricos para as grandes ameaças que pairam sobre nossas sociedades.

Em democracia, demos um gigantesco passo com a Carta Democrática Interamericana, resultante, como bem se sabe, do significativo papel que a OEA desempenhou na crise política vivida pelo Peru.

Em matéria de Cúpulas, avançamos um longo trecho desde que a Cúpula de Miami nos cedeu um espaço de ação limitado pela desconfiança, então existente, de que a OEA pudesse responder aos mandatos dos nossos governantes. Hoje, desempenhamos um destacado papel na coordenação das instituições do sistema e na manutenção da marcha de um processo que se converteu na fonte principal dos nossos mandatos e que nos obrigou a mobilizar recursos humanos e financeiros a um ritmo que, por momentos, põe à prova a ductilidade de nossas normas de funcionamento. Apoiamos, como integrantes da Comissão Tripartite, as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e está em pleno funcionamento o Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), para enfrentar o problema das drogas no Hemisfério.

Na esfera econômica, tivemos uma década difícil, causada por três crises de volatilidade de capitais e em conseqüência, por baixas taxas de crescimento. Isto gerou grande pressão sobre nossos sistemas políticos e significou alguns retrocessos em matéria social e de combate à pobreza. A globalização trouxe-nos oportunidades, mas também problemas e desafios que tivemos de enfrentar, em parte, por meio de convenções, tratados e novos instrumentos de cooperação regional.

A Declaração de Nuevo León acordada pelos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula de Monterrey incumbe a OEA de fortalecer o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, a Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social e o Programa Interamericano de Combate à Pobreza e Discriminação. Essa Cúpula também atribuiu grande ênfase à redução da pobreza e, por extensão, instou a Organização a considerar as recomendações aprovadas na Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social, realizada em Isla Margarita, Venezuela. O processo de Cúpulas mudou a própria natureza do diálogo político que hoje é mantido no Hemisfério. O debate aberto e franco entre os líderes da região tem promovido a cooperação e propiciado um foro útil para a abordagem dos problemas mais importantes com que a região se defronta atualmente.

A Assembléia Geral de Santiago e a Cúpula de Monterrey também destacaram a crescente importância da sociedade civil nas atividades da OEA. Mais de 90 organizações da sociedade civil

participaram de um diálogo oficioso e muito amplo com os Ministros das Relações Exteriores e os Chefes de Delegação que estiveram presentes na Assembléia Geral em Santiago.

Em Monterrey, 98 grupos da sociedade civil reuniram-se na sede do Ministério das Relações Exteriores, para o fórum “A Sociedade Civil no Processo de Integração Hemisférica no Âmbito da Cúpula Extraordinária das Américas”. A reunião, de dois dias de duração, foi organizada pela nossa Secretaria do Processo de Cúpulas e pelas autoridades do Governo do México. As sugestões e recomendações dos participantes foram apresentadas à reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas.

No cumprimento dos mandatos das Cúpulas das Américas, a Secretaria-Geral prestou os serviços de secretaria técnica, conferências e coordenação das reuniões ministeriais. Em junho, realizou-se na Cidade da Guatemala o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo. O Congresso recebeu o novo Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo e aprovou a “Declaração da Cidade da Guatemala” e o “Plano de Ação para um Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Colaboração com o Setor Privado”. Em agosto, realizou-se na Cidade do México a Terceira Reunião de Ministros da Educação, ocasião em que foi estabelecida formalmente a Comissão Interamericana de Educação, que serve de foro permanente para o tema. Os ministros também aprovaram três projetos hemisféricos para melhorar o treinamento de docentes, fortalecer a educação secundária e promover a equidade e a qualidade entre os sistemas educacionais da região. Em setembro, realizou-se em Salvador, Brasil, a Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT). Os ministros adotaram a “Declaração e Plano de Ação de Salvador”, que estabelece as prioridades e ações a seguir no processo da CIMT nos próximos dos anos.

No decorrer do último ano a Organização continuou a trabalhar no sentido de fortalecer e defender a democracia na região. Este empenho estende-se desde a manutenção das tarefas de observação eleitoral nos Estados membros até a assistência no aperfeiçoamento das instituições democráticas e os esforços de solução de conflitos na Bolívia, no Haiti e na Venezuela.

Na Bolívia, a OEA trabalhou decididamente para garantir a manutenção da ordem constitucional no país. Em fevereiro, a pedido do Governo boliviano, enviamos ao país uma missão de investigação de um surto de violência ocorrido em 12 e 13 daquele mês, que deixou um trágico saldo de 32 vidas. A Missão de investigação foi enviada com base na resolução CP/RES. 838 do Conselho Permanente, que expressava apoio ao governo constitucional e às instituições democráticas da Bolívia. A Missão preparou e apresentou ao Governo o “Relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre os acontecimentos de fevereiro de 2003 na Bolívia”.

Em outubro, a intranqüilidade voltou a alastrar-se no país. A Organização atuou com rapidez e eficácia para ajudar a garantir que a crise constitucional que afetava esse país irmão não provocasse a ruptura total da ordem democrática institucional. Desde o início, a OEA exortou por uma solução constitucional do conflito mediante o recurso do diálogo, para o qual ofereceu sua assistência. A resolução CP/RES. 852 do Conselho Permanente rechaçou toda ação destinada a ameaçar o sistema democrático do país e ilustrou a decisão e determinação dos Estados membros de preservar a democracia. Felizmente, o povo boliviano e os líderes políticos do país reconheceram a necessidade de uma transição pacífica e democrática. Com a renúncia do Presidente Gonzalo Sanchez de Lozada e a formação de um novo governo pelo então Vice-Presidente Carlos Mesa Gisbert, conseguiu-se preservar a continuidade constitucional.

Desde o ano 2000, o Haiti tem sido um dos temas primordiais na agenda da Organização. Este ano não foi diferente. Em agosto de 2003, designei o Embaixador Terence Todman, dos Estados Unidos, Emissário Especial para Promover o Diálogo no Haiti. A designação ocorreu após a Assembléia Geral em Santiago, pela qual fui solicitado a explorar novos caminhos para promover o diálogo entre o Governo e a oposição. Em que pese os decididos esforços do Embaixador Todman, do Embaixador David Lee, Chefe da nossa Missão Especial no Haiti, e do Embaixador Denneth Modeste, Subchefe da Missão, as negociações para o estabelecimento de um Conselho Eleitoral Provisório que garantisse a liberdade e imparcialidade das eleições avançaram com lentidão.

Uma reunião da CARICOM realizada em Kingston, Jamaica, em janeiro de 2004, deu margem à adoção do “Plano de Ação Prévio da CARICOM”. O plano recebeu o pleno apoio da OEA e foi considerado como meio para cerrar a brecha que dividia a oposição e o Governo do Presidente Jean-Bertrand Aristide. Lamentavelmente, o resultado não foi este. Tal como assinalou o Secretário-Adjunto Einaudi, o desenlace final da crise não foi o que esta Organização teria almejado, embora eu realmente creia que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para evitar que ocorresse.

Na Venezuela, a OEA atuou para facilitar o diálogo e encontrar uma solução pacífica, constitucional e eleitoral para a polarização política que afeta o país. Em conjunto com o Centro Carter, empenhamo-nos, por intermédio da nossa Missão Especial, em manter abertos os canais de comunicação entre o governo democraticamente eleito e a oposição. Alcançou-se um progresso substancial. Em agosto, a designação do novo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) constituiu um importante passo à frente no esforço para garantir a todos os cidadãos venezuelanos o livre exercício do seu direito de voto, em conformidade com o artigo 72 da Constituição nacional. Em novembro, a convite do Governo da Venezuela e do CNE recentemente formado, observamos a primeira etapa do processo de coleta de assinaturas para um referendo, com mais de 50 observadores em 20 dos 24 Estados do país. Para crédito do povo venezuelano e de seu governo, a coleta de assinaturas realizou-se em meio a um clima geral de paz e tranquilidade.

A OEA também envidou esforços logísticos substanciais para posicionar uma missão de observação da verificação e validação das assinaturas, com vistas a convocar um referendo rescisório do mandato presidencial. Em fins de fevereiro de 2004, o CNE ainda não havia chegado a uma decisão final sobre a validade dessas assinaturas. Já nesse momento, tínhamos certos desacordos com o Conselho Eleitoral a respeito da validação das assinaturas. A Organização continua empenhada em ajudar o povo venezuelano a encontrar uma solução pacífica, democrática e constitucional para o impasse político que paralisa o país, conforme com a resolução CP/RES. 833 do Conselho Permanente, “Apoio à institucionalidade democrática na Venezuela e à gestão de facilitação do Secretário-Geral da OEA”.

Na Colômbia, a pedido do Governo do Presidente Alvaro Uribe Vélez, a OEA também conveio em observar o atual processo de paz, na esperança de poder encontrar uma solução pacífica para o conflito armado mais prolongado do Hemisfério. No ano passado, a situação adquiriu destaque na agenda da OEA. Após a colocação de bombas em um clube social de Bogotá, em fevereiro de 2003, o Conselho Permanente aprovou resolução em que repudiava os ataques terroristas e reiterava seu apoio aos esforços do Governo no sentido de combater o terrorismo e estabelecer uma paz duradoura no país. Em outubro, por ocasião da Conferência Especial sobre Segurança, os Estados membros emitiram uma declaração sobre a situação na Colômbia, em que apoiavam plenamente as políticas do

governo e exortavam pela desmobilização e reinserção dos membros de grupos armados ilegais na vida civil.

Em janeiro de 2004, a OEA assinou o “Acordo para o Acompanhamento do Processo de Paz na Colômbia”. A Missão não intervirá em assuntos pelos quais sejam responsáveis as instituições democráticas colombianas. A seguir, nosso Conselho Permanente estabeleceu as características dessa verificação, inclusive uma cessação de fogo e das hostilidades, bem como a desmobilização, o desarmamento e a reintegração dos grupos armados ilegalmente organizados. A Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) prestará apoio de verificação e técnico ao processo. Valendo-se de nossas bem sucedidas experiências na Nicarágua, Sergio Caramagna, que supervisou o processo de desmobilização naquele país, encabeça a nossa missão na Colômbia.

Neste ano, as missões de observação eleitoral da OEA contribuíram mais uma vez para a realização de eleições livres e transparentes, desta vez em Grenada e na Venezuela. Também enviamos missões técnicas para as eleições da Argentina e do Paraguai.

Os eventos recentes no Hemisfério demonstram que a ameaça do terrorismo é de vasto alcance, o que torna imperativa a necessidade de enfrentá-la. A OEA continuou empenhada em alcançar a segurança hemisférica ao entrar em vigor a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, na Assembléia Geral de Santiago, e a realização da Conferência Especial sobre Segurança, no México. A “Declaração sobre Segurança nas Américas”, adotada na Conferência, define um enfoque multidimensional da segurança, observando a importância dos fatores políticos, econômicos, sociais e de saúde.

Se procurarmos fazer um balanço dos acontecimentos no Hemisfério no período 1994-2004 e do que alcançamos daquilo que os nossos fundadores em Bogotá então se impuseram como meta, teremos de dizer que os fatos superaram as expectativas originais. Com a árdua dedicação dos Estados membros e dos funcionários da Secretaria-Geral, a OEA conseguiu registrar importantes avanços. Da promoção e defesa da democracia à ação para garantir um crescimento econômico equitativo para todos, a OEA é, agora, uma organização internacional substancialmente fortalecida e efetiva. Deixo a Organização confiante em que ela está melhor dotada, hoje mais do que nunca, para fazer frente a qualquer desafio que o futuro lhe possa lançar.

César Gaviria
Secretário-Geral

I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS

ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral, cujas atribuições constam do Capítulo IX da Carta, é o órgão supremo da Organização dos Estados Americanos. A Assembléia Geral reúne-se anualmente na época determinada por seu Regulamento. Em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Estados membros, o Conselho Permanente pode convocar um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral. Todos os Estados membros têm direito a fazer-se representar na Assembléia Geral. Cada Estado tem direito a um voto.

Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões

O Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões realizou-se de 8 a 10 de junho de 2003, em Santiago, Chile. Foi presidido pela Excelentíssima Senhora María Soledad de Alvear, Ministra das Relações Exteriores do Chile. Os textos certificados das declarações e resoluções encontram-se publicados no Volume I, Atas e Documentos, correspondente a este período de sessões (OEA/Ser.P/XXXIII-O.2).

Declarações

Declaração de Santiago sobre Democracia e Confiança Cidadã: Um Novo Compromisso de Governança para as Américas [AG/DEC. 31 (XXXIII-O/03)]: Declarou que a Carta Democrática Interamericana constitui o principal referencial hemisférico para a promoção e defesa de princípios e valores democráticos; a necessidade de definir uma agenda de governança para o Hemisfério; o fortalecimento dos partidos políticos como intermediários das demandas dos cidadãos; o firme propósito de promover a plena participação dos cidadãos no sistema político; que a governabilidade democrática exige o aprofundamento dos processos de modernização do Estado; que a corrupção e a impunidade enfraquecem as instituições públicas e privadas, distorcem as economias e corroem a moral social dos povos; que o fortalecimento da governabilidade democrática requer a superação da pobreza e da exclusão social e a promoção do crescimento econômico com equidade, igualdade de oportunidades, educação, saúde e o pleno emprego; o compromisso com a democracia, o fortalecimento do Estado de Direito, o acesso a uma justiça eficaz, o respeito aos direitos humanos, a promoção de consensos nacionais básicos e o desenvolvimento integral são as bases do progresso, da estabilidade e da paz dos povos das Américas e essenciais para a governabilidade democrática.

Declaração sobre a Questão das Ilhas Malvinas [AG/DEC. 32 (XXXIII-O/03)]: Expressou satisfação pela reafirmação da vontade do Governo argentino de continuar explorando todas as vias possíveis para a solução pacífica da controvérsia e por sua atitude construtiva em favor dos habitantes das Ilhas Malvinas. Reafirmou a necessidade de que se iniciem, o quanto o antes, as negociações sobre a disputa de soberania, com o objetivo de encontrar uma solução pacífica para a controvérsia. Conseqüentemente, decidiu continuar examinando a questão nos sucessivos períodos de sessões da Assembléia Geral, até sua solução definitiva.

Apoio ao Peru em Sua Luta contra a Corrupção e a Impunidade [AG/DEC. 33 (XXXIII-O/03)]: Declarou seu apoio ao Estado peruano no esforço que seu povo e os poderes do Estado vêm envidando em sua luta contra a corrupção e a impunidade.

Declaração sobre a Situação na Colômbia [AG/DEC. 34 (XXXIII-O/03)]: Expressou seu apoio à Declaração emitida pelos Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio sobre a situação na Colômbia, em 24 de maio de 2003, em Cuzco, Peru.

Apoio ao Equador no Combate à Corrupção [AG/DEC. 35 (XXXIII-O/03)]: Expressou seu apoio ao Estado equatoriano em seu combate à corrupção e à impunidade.

Resoluções

Democracia

Reafirmou que toda pessoa tem a liberdade de buscar, receber, acessar e divulgar informações, e que o acesso à informação pública é um requisito indispensável para o funcionamento da democracia, e que os Estados têm a obrigação de respeitar e fazer respeitar. Encarregou o Conselho Permanente de promover a realização de seminários e fóruns destinados a promover, divulgar e intercambiar experiências e conhecimentos relativos ao acesso à informação pública. Encarregou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos de, por meio da Relatoria para a Liberdade de Expressão, continuar incluindo em seu relatório anual um relatório sobre o acesso à informação pública na região [AG/RES. 1932 (XXXIII-O/03)].

Reafirmou o compromisso dos Estados membros da Organização com a plena vigência e aplicação dos princípios e valores democráticos no Hemisfério. Recomendou a divulgação da Carta Democrática Interamericana. Adotou o tema “Acompanhamento e desenvolvimento da Carta Democrática Interamericana” como tema permanente da agenda da Assembléia Geral. Encarregou o Conselho Permanente de organizar uma sessão especial sobre o tema “Promoção da cultura democrática por meio da educação” e a realizar anualmente uma sessão para examinar as atividades empreendidas pela Organização no ano calendário precedente para promover e fortalecer a democracia e determinar eventuais atividades adicionais; e estudar a possibilidade de realizar uma sessão especial com o objetivo de propiciar um intercâmbio sobre os desafios para a governabilidade democrática no Hemisfério. Encarregou a Secretaria-Geral de coordenar as atividades e programas das diversas unidades e escritórios relacionados com a promoção da democracia representativa, e de formular estratégias para fortalecer a cultura democrática no Hemisfério e promover os princípios e as práticas democráticas. Também solicitou que a Secretaria-Geral elabore anualmente um inventário como documento de trabalho para a consideração do Conselho Permanente em sua sessão anual de revisão das atividades da Organização para promover, defender e consolidar a democracia no Hemisfério; leve em conta o papel dos meios de comunicação como instrumentos de relevância para a promoção da democracia e a divulgação de princípios e valores democráticos; apóie os esforços dos Estados membros no sentido de modernizar o Estado e promover o acesso à informação, a transparência e a responsabilidade na gestão pública; que continue seus trabalhos para fortalecer os partidos políticos e outras organizações políticas; e apresente uma proposta ao Conselho Permanente sobre a organização de uma possível reunião especial com os partidos políticos das Américas [AG/RES. 1957 (XXXIII-O/03)].

Endossou a resolução do Conselho Permanente “Apoio ao fortalecimento da democracia no Haiti” e exortou todas as partes a que implementem urgentemente ou continuem a implementar as suas obrigações. Reiterou seu apoio à Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti. Agradeceu à Delegação de Alto Nível da OEA/CARICOM no Haiti por seus esforços para fazer

avancar o cumprimento da resolução CP/RES. 822. Instou o Governo do Haiti a cumprir cabalmente as obrigações que lhe cabem em virtude da resolução CP/RES. 822 e que lhe foram apresentadas pela Delegação de Alto Nível da OEA/CARICOM em 20 de março de 2003, entre as quais a adoção de medidas para profissionalizar a Polícia Nacional do Haiti. Instou a sociedade civil e a Convergência Democrática a responderem construtivamente às medidas adotadas pelo Governo do Haiti no cumprimento dos pontos formulados nas resoluções CP/RES. 806 e CP/RES. 822. Instou todas as partes a que participem da formação de um Conselho Eleitoral Provisório (CEP) crível, neutro e independente. Solicitou ao Secretário-Geral que explore maneiras de promover a intensificação do diálogo entre o Governo do Haiti e a sociedade civil e a Convergência Democrática. Encarregou-o também de continuar participando ativamente do processo de fortalecimento da democracia no Haiti e de proporcionar uma avaliação da capacidade da Missão de cumprir seus mandatos nos termos da resolução CP/RES. 822, a fim de que o Conselho Permanente possa fazer efetuar os ajustes apropriados aos mandatos da Missão. Encarregou o Conselho Permanente de continuar a monitorar a situação no Haiti, incluindo o trabalho da Missão [AG/RES. 1959 (XXXIII-O/03)].

Encarregou a Secretaria-Geral de realizar uma reunião de peritos para elaborar uma análise sobre fortalecimento da governabilidade democrática na região e de apresentá-la, juntamente com suas recomendações, ao Conselho Permanente para sua consideração e remessa à Cúpula Extraordinária das Américas. Instruiu o Conselho Permanente a elaborar uma proposta de “Programa de Governabilidade Democrática nas Américas”. Solicitou à Secretaria-Geral que coordene ativamente com os Estados membros e os organismos e instituições financeiras regionais a identificação e desenvolvimento de atividades de cooperação na área do desenvolvimento econômico que contribuam para o afiançamento da governança democrática da região [AG/RES. 1960 (XXXIII-O/03)].

Direitos humanos

Reafirmou o valor essencial dos trabalhos realizados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Solicitou que a Comissão continue a fortalecer as relatorias e unidades funcionais existentes; e que continue o diálogo com os Estados membros, no âmbito da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos. Também recomendou que continue a levar em conta as observações e recomendações dos Estados membros sobre o seu Relatório Anual e que adote as medidas que considere pertinentes com base nessas observações e recomendações [AG/RES. 1917 (XXXIII-O/03)].

Reafirmou o valor essencial dos trabalhos da Corte Interamericana de Direitos Humanos para o aperfeiçoamento da promoção e defesa dos direitos humanos no Hemisfério. Reiterou que as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos são definitivas e inapeláveis. Encarregou o Conselho Permanente de continuar a consideração do tema “Acesso da vítima à Corte Interamericana de Direitos Humanos (*ius standi*) e sua implementação” [AG/RES. 1918 (XXXIII-O/03)].

Reiterou seu apoio à tarefa dos defensores dos direitos humanos e reconheceu sua valiosa contribuição para a promoção, respeito e promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Condenou os atos que impedem suas tarefas [AG/RES. 1920 (XXXIII-O/03)].

Reafirmou o compromisso de continuar a fortalecer e aperfeiçoar o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Reafirmou a vontade da OEA de continuar as ações específicas tendentes ao cumprimento dos mandatos dos Chefes de Estado e de Governo relacionados com o fortalecimento e

aperfeiçoamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos constantes do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas [AG/RES. 1925 (XXXIII-O/03)].

Decidiu continuar a promover a cooperação institucional no campo dos direitos humanos e do meio ambiente. Encarregou o Secretário-Geral de continuar o diálogo com os Estados membros e organizações da sociedade civil, bem como a execução de atividades no campo do meio ambiente e dos direitos humanos. Encarregou o Conselho Permanente de realizar uma sessão da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos sobre este tema [AG/RES. 1926 (XXXIII-O/03)].

Encarregou o Conselho Permanente de continuar a estudar o tema relativo aos direitos e ao atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão, e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos de informar sobre este tema. Reiterou ao Conselho Permanente que considere a conveniência de elaborar oportunamente uma declaração interamericana sobre os direitos e o atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão [AG/RES. 1927 (XXXIII-O/03)].

Reafirmou que os princípios e as normas consagrados na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos adquirem particular relevância com relação à proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias. Tomou nota do início da vigência da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de Suas Famílias e instou pela assinatura ou ratificação desse instrumento. Encarregou o Conselho Permanente de convocar uma sessão especial da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos para iniciar a elaboração de um Programa Interamericano para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos dos Migrantes. Solicitou à Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento que faça um acompanhamento especial das atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento relacionadas com a situação dos trabalhadores migrantes e membros de suas famílias que a AICD realiza em conformidade com o Plano Estratégico de Cooperação Solidária (2002-05). Recomendou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que considere a conveniência de participar em projetos conjuntos de cooperação na matéria desenvolvidos pela AICD e que proporcione ao Relator Especial sobre os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias no Hemisfério os meios necessários e adequados para o desempenho de suas funções, e que apresente ao Conselho Permanente um relatório sobre a situação dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias [AG/RES. 1928 (XXXIII-O/03)].

Reafirmou que o combate ao terrorismo deve realizar-se com pleno respeito à lei, aos direitos humanos e às instituições democráticas para preservar o Estado de Direito, as liberdades e os valores democráticos no Hemisfério. Solicitou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que continue promovendo o respeito e a defesa dos direitos humanos nessa matéria e que informe o Conselho Permanente sobre a conveniência da realização de um estudo de acompanhamento [AG/RES. 1931 (XXXIII-O/03)].

Instou os Estados Partes a que cumpram suas obrigações derivadas da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e/ou de seu Protocolo de 1967, em conformidade com o objeto e o propósito desses instrumentos [AG/RES. 1971 (XXXIII-O/03)].

Desenvolvimento jurídico

Solicitou à Comissão Jurídica Interamericana que continue a contribuir para os trabalhos preparatórios da Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VII). Também solicitou que incorpore à sua agenda de trabalho as recomendações pertinentes das Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA). Reafirmou a necessidade de que a Comissão mantenha contatos com os órgãos políticos da Organização e que continue a concentrar seus esforços nas questões a ela atribuídas como de interesse prioritário da Organização. Finalmente, solicitou que a Comissão dê seguimento aos preparativos da comemoração de seu centenário [AG/RES. 1916 (XXXIII-O/03)].

Reafirmou a importância do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, das Jornadas de Direito Internacional, dos Cursos de Direito Internacional e dos cursos sub-regionais sobre a evolução temática no âmbito da Organização [AG/RES. 1921 (XXXIII-O/03)].

Encarregou a Secretaria-Geral de facilitar consultas com grupos de peritos e desenvolver mecanismos e estratégias para dar acompanhamento à promoção, adoção e implementação dos documentos aprovados na CIDIP-VI, e de prestar assistência aos Estados membros que estejam aprovando legislação coerente com a Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias e/ou que estejam promovendo o uso dos Conhecimentos de Embarque Diretos Uniformes Negociáveis e Não-Negociáveis Interamericanos para o Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada de Rodagem. Encarregou o Conselho Permanente de coordenar e cooperar com o Instituto Interamericano para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) na promoção e implementação conjunta do Convênio Relativo a Garantias Internacionais sobre Elementos de Equipamento Móvel e seus respectivos Protocolos, e da Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias da OEA, bem como de examinar atividades conjuntas com outras organizações internacionais que estão elaborando instrumentos relacionados [AG/RES. 1922 (XXXIII-O/03)].

Convocou a Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VII) e encarregou o Conselho Permanente de realizar consultas preliminares a respeito de suas datas e sede e de criar mecanismos para facilitar as consultas com respeito aos projetos de agenda e de regulamento da CIDIP-VII. Solicitou à Secretaria Geral que leve a cabo as atividades necessárias relativas à etapa preparatória da CIDIP-VII [AG/RES. 1923 (XXXIII-O/03)].

Convocou, para o primeiro semestre de 2004, a Quinta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA-V) [AG/RES. 1924 (XXXIII-O/03)].

Exortou os Estados membros da Organização a que considerem a ratificação do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, ou a adesão ao mesmo. Exortou-os também a que continuem a participar construtivamente da Assembléia dos Estados Partes do Tribunal Penal Internacional, inclusive como Estados observadores, com vistas a garantir as melhores condições de funcionamento do Tribunal Penal Internacional. Solicitou ao Conselho Permanente que inclua o tema do Tribunal Penal Internacional na agenda de uma reunião da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos [AG/RES. 1929 (XXXIII-O/03)].

Solicitou ao Centro de Estudos da Justiça das Américas (CEJA) que realize um estudo sobre as experiências de Estados membros e sobre as formas com que são tratados os casos de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância submetidos à apreciação de seus sistemas de administração de justiça, e que encaminhe este estudo à Comissão Jurídica Interamericana para sua

consideração. Também solicitou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que realize um estudo sobre as legislações dos Estados membros da OEA que tratam da adoção de políticas de promoção da igualdade ou de ação afirmativa. Encarregou o Conselho Permanente de continuar a abordar o tema e considerar áreas para cooperação internacional, incluindo, *inter alia*, a possibilidade de uma Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e Intolerância [AG/RES. 1930 (XXXIII-O/03)].

Exortou os Estados membros da OEA a que considerem a assinatura e ratificação, ou ratificação, da Convenção Interamericana contra a Corrupção, ou a adesão a ela e a que participem do mecanismo de acompanhamento de sua implementação. Convidou a Conferência dos Estados Partes do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção a que, em sua Segunda Reunião, considere os avanços alcançados pelo Mecanismo de Acompanhamento, bem como os aspectos relativos a seu financiamento. Incumbiu o Conselho Permanente de continuar a promover o intercâmbio de experiências e informações entre a OEA, organizações multilaterais e instituições financeiras internacionais. Solicitou à Secretaria-Geral que, na execução do Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção, continue realizando os trabalhos de cooperação técnica [AG/RES. 1943 (XXXIII-O/03)].

Instou os Estados membros e todas as partes em um conflito armado a que respeitem suas obrigações no âmbito do direito internacional humanitário. Instou-os também a que adotem as medidas necessárias para implementar as normas constantes dos instrumentos de direito internacional humanitário de que sejam partes e a que dêem a maior divulgação possível ao direito internacional humanitário entre toda a população, em particular entre as forças armadas e as forças de segurança. Instou os Estados membros a que continuem apoiando o trabalho das comissões nacionais de assessoramento ou órgãos semelhantes encarregados da divulgação e aplicação do direito Internacional humanitário onde já existam e, nos Estados em que ainda não existam, a que considerem a conveniência de estabelecê-los com o apoio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Instou as partes em conflito a tomar medidas para determinar a identidade e situação das pessoas reportadas como desaparecidas. Instou os Estados membros a que apliquem as medidas necessárias para proteger os bens culturais contra os efeitos dos conflitos armados. Instou os Estados a que dispensem especial atenção, tanto em tempo de paz como em tempo de conflito armado, à obrigação, no momento de estudar, desenvolver, adquirir ou adotar uma nova arma, ou novos meios ou métodos de guerra, de determinar se seu emprego seria contrário ao direito internacional humanitário. Convidou os Estados Partes do Estatuto de Roma a que tipifiquem em suas legislações penais, além dos crimes que devem ser reprimidos por outros tratados do direito internacional humanitário, os previstos no Estatuto e adotem todas as medidas necessárias para cooperar eficazmente com o Tribunal Penal Internacional. Convidou os Estados membros a que contribuam na busca de uma solução para o problema dos resíduos explosivos de guerra. Encarregou o Conselho Permanente de, com o apoio da Secretaria-Geral e a colaboração do CICV, continuar organizando sessões especiais sobre temas de atualidade do direito internacional humanitário [AG/RES. 1944 (XXXIII-O/03)].

Felicitou os organizadores, patrocinadores e participantes pelo êxito da “Conferência das Américas sobre Responsabilidade Social das Empresas, Alianças para o Desenvolvimento”. Acolheu com satisfação o patrocínio, pelo Governo do Panamá, da “Conferência sobre Responsabilidade Social das Empresas nas Américas como uma Ferramenta para a Competitividade”. Encarregou o Conselho Permanente e a Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) de assegurar o devido acompanhamento de ambas as conferências e de convocar

uma sessão conjunta para analisar a complementaridade entre responsabilidade social das empresas e desenvolvimento econômico [AG/RES. 1953 (XXXIII-O/03)].

Renovou o mandato da resolução AG/RES. 1891 (XXXII-O/02), e solicitou ao Diretor-Geral do Instituto Interamericano da Criança (IIN) que prepare um anteprojeto de Programa Interamericano de Cooperação para Prevenir e Reparar Casos de Subtração Internacional de Menores por parte de Um de Seus Progenitores e que o submeta à consideração e aprovação do Conselho Diretor do IIN. Por outro lado, solicitou ao Conselho Permanente que analise o projeto de programa interamericano que for aprovado pelo Conselho Diretor do IIN e o apresente à consideração da Assembléia Geral [AG/RES. 1958 (XXXIII-O/03)].

Segurança hemisférica

Instou os Estados da região a assinar ou ratificar as emendas ao Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco). Exortou os Estados a negociar e implementar acordos com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Reafirmou seu compromisso de continuar promovendo a busca de um regime universal, genuíno e não-discriminatório de não-proliferação em todos os seus aspectos. Encarregou o Conselho Permanente de realizar uma reunião sobre a consolidação do regime estabelecido no Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe. Reconheceu o trabalho desempenhado pelo OPANAL ao assegurar o cumprimento das obrigações do Tratado de Tlatelolco [AG/RES. 1937 (XXXIII-O/03)].

Instou os Estados do Hemisfério a que participem da Conferência para a Facilitação da Entrada em Vigor do Tratado de Proibição completa de Testes Nucleares (CTBT). Instou os Estados do Hemisfério, especialmente incluídos no Anexo 2 do Tratado, a assinar ou ratificar o CTBT. Instou os Estados do Hemisfério a que, enquanto o Tratado não entre em vigor, se abstenham de agir contrariamente ao espírito das obrigações nele dispostas. Encarregou o Conselho Permanente de realizar em 2004 uma sessão especial sobre a proibição completa de testes nucleares no mundo [AG/RES. RES. 1938 (XXXIII-O/03)].

Encarregou o Comitê Interamericano contra o Terrorismo, a Comissão Interamericana de Telecomunicações e o Grupo de Peritos Intergovernamentais da Reunião de Minsitros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas de assegurar que a Conferência sobre Segurança Cibernética da OEA aborde o aspecto multidimensional e multidisciplinar da segurança cibernética e de apresentar um relatório sobre os resultados dessa reunião e sobre qualquer trabalho de acompanhamento considerado apropriado, à Comissão de Segurança Hemisférica. Instruiu o Conselho Permanente a solicitar à sua Comissão de Segurança Hemisférica que elabore um projeto de estratégia de segurança cibernética para os Estados membros [AG/RES. 1939 (XXXIII-O/03)].

Resolveu que a Conferência Especial sobre Segurança seria realizada na Cidade do México em 27 e 28 de outubro de 2003. Solicitou ao Conselho Permanente que, por intermédio da Comissão de Segurança Hemisférica, em sua condição de órgão preparatório da Conferência Especial sobre Segurança, continue e conclua os trabalhos pendentes de preparação da Conferência [AG/RES. 1940 (XXXIII-O/03)].

Resolveu promover no Hemisfério um ambiente propício ao controle de armamentos, à limitação de

armas convencionais e à não-proliferação de armas de destruição em massa. Incumbiu o Conselho Permanente de continuar considerando o tema da limitação dos gastos militares e a promoção de maior transparência na aquisição de armamentos. Solicitou os Estados membros que proporcionem ao Conselho Permanente seus comentários sobre o tema “Dividendos para a paz” [AG/RES. 1963 (XXXIII-O/03)].

Expressou o objetivo de tornar as Américas uma região livre de armas químicas e biológicas. Reafirmou seu compromisso com os princípios da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Uso de Armas Químicas e Sua Destruição, da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenamento de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e Toxínicas e Sua Destruição e do Protocolo de Genebra de 1925 à Convenção de Haia de 1907. Solicitou ao Secretário-Geral que compile um relatório sobre as medidas adotadas por outras organizações internacionais em questões relativas à proliferação de armas biológicas e químicas, e que o apresente ao Conselho Permanente [AG/RES. 1966 (XXXIII-O/03)].

Solicitou ao Conselho Permanente que constitua periodicamente a Comissão de Segurança Hemisférica como o Fórum de Fortalecimento das Medidas de Confiança e Segurança, a fim de examinar e avaliar as medidas de fortalecimento da confiança e da segurança existentes e discutir, considerar e propor novas medidas. Solicitou que os órgãos competentes da OEA elaborem medidas específicas de fortalecimento da confiança, identificadas na Lista Exemplificativa de Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança da Reunião de Peritos sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança. Solicitou ao Colégio Interamericano de Defesa que preste, quando solicitado a fazê-lo, assessoramento técnico à Comissão de Segurança Hemisférica e aos Estados membros sobre a preparação de políticas de defesa e documentos sobre doutrina. Decidiu manter como meta a participação universal no Registro das Nações Unidas de Armas Convencionais e no Relatório Padronizado Internacional das Nações Unidas de Gastos Militares. Encarregou a Secretaria-Geral de atualizar o inventário de medidas específicas de fortalecimento da confiança e incumbiu a Junta Interamericana de Defesa de atualizar seu inventário em outras regiões. Instruiu a Secretaria-Geral a pôr em funcionamento a rede de comunicações Sistema de Informações da OEA (OASES). Instruiu o Conselho Permanente a que continue a promover o intercâmbio de experiências na área de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança com outras regiões e que realize a próxima rodada de consulta OEA-OSCE e OEA-Fórum Regional da ASEAN. Solicitou ao Secretário-Geral que atualize anualmente a Lista de Peritos em Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança e a distribua aos Estados membros até 15 de julho de cada ano [AG/RES. 1967 (XXXIII-O/03)].

Encarregou o Conselho Permanente de realizar uma reunião anual sobre armas pequenas e armamento leve, a qual examinará a situação de implementação dos elementos nacionais, regionais e globais do Programa de Ação da ONU. Solicitou à Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) que continue seus programas de treinamento. Também solicitou à CICAD, à Comissão Consultiva da CIFTA e ao Comitê Interamericano contra o Terrorismo que continuem intensificando a cooperação e fortalecendo a coordenação de suas atividades. Solicitou à Secretaria-Geral que organize, em coordenação com o Colégio Interamericano de Defesa, um seminário sobre identificação, coleta, gestão de estoques e destruição de armas pequenas e armamento leve [AG/RES. 1968 (XXXIII-O/03)].

Reconheceu e ressaltou como realização importante para a segurança hemisférica a Declaração dos Presidentes da América do Sul, aprovada em sua Segunda Reunião, realizada em Guayaquil, Equador,

em 27 de julho de 2002, na qual a região é declarada “Zona de Paz e Cooperação Sul-Americana”. Expressou o compromisso da OEA de contribuir eficazmente para as iniciativas levadas a cabo no plano regional e sub-regional para a garantia da paz e segurança [AG/RES. 1969 (XXXIII-O/03)].

Resolveu fortalecer e melhorar a agenda da OEA e o sistema interamericano de segurança mediante o tratamento dos temas relacionados com a segurança hemisférica. Endossou as recomendações da Segunda Reunião de Alto Nível sobre as Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos Estados Insulares. Instruiu o Conselho Permanente a que realize uma reunião para o tratamento dessas questões e a avaliação dos resultados do estudo coordenado pelo Gabinete do Secretário-Geral sobre “Planejamento da Defesa da Segurança para pequenos Estados insulares, para que tenham capacidade de resposta a um incidente ou a um ataque terrorista a navios transportadores de resíduos nucleares que transitam no mar do Caribe”. Solicitou aos órgãos, organismos e entidades do Sistema Interamericano que apoiem os esforços dos pequenos Estados insulares no tratamento de suas preocupações de segurança e que lhes prestem assistência técnica para o desenvolvimento e adoção de um plano de implementação do “Modelo de gestão da segurança relacionado com as ameaças, preocupações e desafios especiais dos pequenos Estados insulares” [AG/RES. 1970 (XXXIII-O/03)].

Exortou os Estados membros da OEA a que dêem pronta consideração à assinatura e ratificação, ou à ratificação da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições e Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Tomou nota do Programa de Trabalho aprovado pela Comissão Consultiva da CIFTA e expressou seu apoio ao trabalho da Secretaria *Pro Tempore*. Apoiou a convocação da Conferência dos Estados Partes da CIFTA para examinar seu funcionamento e aplicação [AG/RES. 1972 (XXXIII-O/03)].

Gestão de Cúpulas Interamericanas

Reiterou o mandato do Conselho Permanente de coordenar as atividades atribuídas à OEA relativas às Cúpulas das Américas. Incumbiu os órgãos, organismos e entidades da Organização de continuarem a conferir a mais alta prioridade ao cumprimento das iniciativas a eles confiadas pela Assembléia Geral, bem como de informarem periodicamente o Conselho Permanente. Solicitou à Secretaria-geral que continue a atuar como Secretaria Técnica e memória institucional do processo de Cúpulas em conformidade com o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas. Encarregou o Conselho Permanente de continuar a apoiar e facilitar a participação da sociedade civil no processo de Cúpulas das Américas. Solicitou à Secretaria-Geral que apresente um relatório anual ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) sobre o apoio prestado aos Estados membros para dar cumprimento aos mandatos das Cúpulas; que continue, na qualidade de mecanismo coordenador, a promover os mandatos das Cúpulas em todas as instituições e a incentivar a cooperação entre elas, e que realize pelo menos uma reunião por ano de dirigentes dessas instituições a fim de examinar os progressos alcançados e planejar ações conjuntas, em complementação às reuniões interinstitucionais rotineiras [AG/RES. 1965 (XXXIII-O/03)].

Terrorismo

Reafirmou que todos os Estados membros têm o dever de garantir que todas as medidas adotadas no combate ao terrorismo se ajustem às obrigações do Direito Internacional. Exortou os Estados membros a que considerem a assinatura e ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo ou a adesão à mesma. Encarregou o Conselho Permanente de convocar uma reunião para

continuar estudando o Relatório sobre Terrorismo e Direitos Humanos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e de convocar uma reunião de peritos governamentais [AG/RES. 1931 (XXXIII-O/03)].

Reafirmou seu compromisso de continuar a fortalecer a cooperação hemisférica e de implementar medidas específicas a fim de prevenir, combater e eliminar o terrorismo internacional. Endossou a Declaração de San Salvador sobre o Fortalecimento da Cooperação na Luta contra o Terrorismo. Instou o CICTE a que facilite o diálogo permanente entre os Estados membros a fim de adotar medidas preventivas que antecipem e enfrentem ameaças terroristas como as atividades dos grupos terroristas internacionais e as ameaças à segurança cibernética. Reiterou a importância de fortalecer a cooperação, a coordenação e intercâmbio de informações sobre programas e atividades para enfrentar o terrorismo entre o CICTE e as comissões e os mecanismos interamericanos pertinentes, com a finalidade de combater os vínculos que com frequência existem entre o terrorismo e o tráfico ilícito de drogas, o tráfico ilícito de armas e outras formas do crime organizado transnacional. Encarregou a Secretaria-Geral de continuar a prestar apoio administrativo à Secretaria do CICTE [AG/RES. 1964 (XXXIII-O/03)].

Sociedade civil

Ratificou as Estratégias para Aumentar e Fortalecer a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA adotadas pelo Conselho Permanente, e encarregou o Conselho Permanente, o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e a Secretaria-Geral de, em coordenação com todos os órgãos, organismos e entidades da OEA, facilitar a sua implementação. Decidiu incluir no projeto de calendário dos períodos ordinários de sessões da Assembleia Geral da OEA, antes da sua sessão de abertura, como uma atividade regular, o diálogo informal que até agora vem sendo realizado entre os Chefes de Delegação e representantes de organizações da sociedade civil. Recomendou ao Conselho Permanente a criação de um fundo específico de contribuições voluntárias, denominado “Fundo para a Participação da Sociedade Civil”, para apoiar a participação das organizações da sociedade civil nas atividades da OEA [AG/RES. 1915 (XXXIII-O/03)].

Remoção de minas antipessoal

Reiterou seu apelo no sentido de que se continue a oferecer apoio e cooperação ao Programa de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (PADCA) e demais programas de Ação Integral contra as Minas Antipessoal na América Central. Solicitou ao Secretário-Geral que continue a identificar os recursos financeiros necessários para assegurar a integridade e a sustentabilidade do PADCA. Instruiu a Secretaria-Geral a que continue a prestar aos países centro-americanos apoio para que prossigam em seus programas de remoção de minas, bem como os programas de conscientização da população civil, reabilitação de vítimas e suas famílias e recuperação socioeconômica das zonas liberadas de minas. Solicitou à Junta Interamericana de Defesa que continue a prestar sua assistência técnica [AG/RES. 1934 (XXXIII-O/03)].

Reconheceu o trabalho realizado pelos Governos do Equador e do Peru na destruição de seus estoques e na remoção de minas das fronteiras comuns e de outras zonas de seus respectivos territórios. Encarregou a Secretaria-Geral de continuar a oferecer sua cooperação aos programas de assistência. Instruiu a Secretaria-Geral a continuar trabalhando na identificação e obtenção de contribuições voluntárias para o Fundo Específico. Incumbiu o Conselho Permanente de continuar a considerar este

tema, com vistas a prosseguir avançando rumo ao objetivo de tornar o Hemisfério Ocidental uma Zona Livre de Minas Terrestres Antipessoal [AG/RES. 1935 (XXXIII-O/03)].

Reafirmou as metas de eliminação mundial das minas terrestres antipessoal e transformação das Américas em zona livre de minas terrestres antipessoal. Instou os Estados membros a que ratifiquem a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre Sua Destruição (Convenção de Ottawa), ou a que considerem sua adesão à mesma. Instou os Estados membros a que se tornem partes da Convenção das Nações Unidas de 1980 sobre proibições ou restrições ao emprego de certas armas convencionais que possam ser consideradas excessivamente lesivas ou de efeito indiscriminado e seus quatro protocolos, e solicitou aos Estados membros que informem o Secretário-Geral tão logo o tenham feito. Solicitou ao Secretário-Geral que considere a possibilidade de desenvolver novos programas de remoção de minas nas Américas. Reiterou a importância da participação de todos os Estados membros no Registro da OEA de Minas Terrestres Antipessoal [AG/RES. 1936 (XXXIII-O/03)].

Desastres naturais

Agradeceu à Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) pela preparação e apresentação do Plano Estratégico Interamericano de Política de Redução da Vulnerabilidade, Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (IASP). Solicitou ao Conselho Permanente que examine as medidas propostas no IASP. Solicitou à CIRDN que continue a incentivar a participação ativa das entidades interamericanas relevantes e dos programas sub-regionais pertinentes e que informe periodicamente o Conselho Permanente sobre o cumprimento desta e de resoluções anteriores e sobre o progresso do seu trabalho [AG/RES. 1955 (XXXIII-O/03)].

Comércio

Tomou nota do Relatório do Conselho Permanente e da CEPCIDI. Instruiu a Secretaria-Geral a continuar a prestar apoio analítico e assistência técnica e realizar estudos correlatos no âmbito do Comitê Tripartite ou quando solicitado pelas respectivas entidades estabelecidas nas Declarações Ministeriais de São José, Toronto, Buenos Aires e Quito no processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); que continue a prestar assistência técnica aos Estados membros relacionada com questões referentes à ALCA e para incluir o comércio nos planos nacionais de desenvolvimento econômico e nas estratégias de redução da pobreza, de acordo com a Nova Estratégia para Cooperação Técnica da OMC: Cooperação Técnica para Desenvolvimento da Capacidade, Crescimento e Integração; que continue a fornecer ao Conselho Permanente e à CEPCIDI relatórios semestrais por escrito sobre o progresso das atividades da Unidade de Comércio; que continue seu trabalho de proporcionar informações sobre comércio e assuntos correlatos ao Hemisfério em sua página na Internet; e que continue seu trabalho de apoio ao processo da ALCA mantendo, como membro do Comitê Tripartite a página oficial da ALCA; e que mantenha, como membro do Comitê Tripartite, em caráter permanente, um calendário dos prazos estabelecidos pelo Grupo de Negociação para a apresentação de observações por parte das delegações; e administre o Serviço de Distribuição de Documentos (SDD) [AG/RES. 1973 (XXXIII-O/03)].

Relação com outras organizações, órgãos, organismos e entidades

Instou os Estados membros a que assinem os Protocolos de Washington e Manágua prorrogando a

vigência da resolução AG/RES. 2 (XXII-E/96), “Participação no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral dos Estados membros que não houverem ratificado o Protocolo de Manágua quando este entrar em vigor”, até o próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral, no qual examinará a situação [AG/RES. 1910 (XXXIII-O/03)].

Tomou nota das atividades desempenhadas pela Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) no âmbito do “Grupo de Trabalho Encarregado de Identificar uma Estratégia de Seguimento da Conferência de Monterrey sobre o Financiamento do Desenvolvimento”, e incumbiu o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) de continuar a avaliar os mecanismos adequados com que a OEA possa ajudar os Estados membros a se vincularem aos instrumentos e mecanismos de financiamento do desenvolvimento identificados pela Conferência de Monterrey, e de prosseguir as consultas iniciadas com instituições interamericanas, outros organismos multilaterais, países Observadores Permanentes e com outros doadores [AG/RES. 1911 (XXXIII-O/03)].

Criou a Comissão Interamericana de Cultura (CIC) como uma comissão do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), com a finalidade de coordenar a implementação do diálogo ministerial interamericano em matéria de cultura, dar seguimento aos mandatos das Cúpulas das Américas e aos acordos adotados nas reuniões setoriais e servir como foro para a cooperação interamericana no setor cultural [AG/RES. 1912 (XXXIII-O/03)].

Reiterou o compromisso dos Estados membros com a cooperação solidária, que implica a plena participação de todos na elaboração e execução de atividades de cooperação solidária de natureza horizontal e multilateral que sirvam de apoio às medidas que os países adotem para conseguir seu desenvolvimento integral e, em especial, para combater a pobreza, e incumbiu o CIDI de fazer uma revisão de sua estrutura e mecanismos e efetuar um exame integral do funcionamento das operações e do financiamento da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) [AG/RES. 1913 (XXXIII-O/03)].

Reconheceu os esforços da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) para facilitar e promover o contínuo desenvolvimento das telecomunicações no Hemisfério e tomou nota das importantes ações empreendidas e bem-sucedidas da CITEL no decorrer de 2002 [AG/RES. 1945 (XXXIII-O/03)].

Aprovou as modificações ao Estatuto da Comissão Interamericana de Telecomunicações [AG/RES. 1946 (XXXIII-O/03)].

Aprovou o Protocolo relativo à Convenção Interamericana sobre a Permissão Internacional de Radioamador [AG/RES. 1947 (XXXIII-O/03)].

Reconheceu o papel importante que desempenha a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD). Instou os Estados membros a que incorporem em sua legislação nacional as disposições do Regulamento Modelo da CICAD sobre Delitos de Lavagem de Ativos Relacionados com o Tráfico Ilícito de Drogas e Outros Delitos Graves. Instou os Estados a que fortaleçam a aplicação do mecanismo de notificação prévia de exportação de substâncias químicas utilizadas na fabricação de drogas orgânicas e sintéticas. Convidou os Estados membros a incorporarem em suas legislações as disposições do Regulamento Modelo da CICAD para o Controle do Movimento

Internacional de Armas de Fogo, Suas Partes e Componentes e Munições, e recomendou à CICAD que considere o Projeto de Regulamento Modelo sobre Intermediação de Armas de Fogo. Instruiu a Secretaria Executiva da CICAD a aumentar sua assistência aos Estados membros, por intermédio do Observatório Interamericano sobre Drogas, por meio de seus programas de prevenção do abuso de drogas e de tratamento; a continuar prestando assistência técnica e financeira para a execução de projetos de desenvolvimento alternativo; a atribuir prioridade à prestação de assistência técnica para o fortalecimento das comissões nacionais de controle de drogas e de outras entidades nacionais envolvidas no combate ao problema das drogas em todos os seus aspectos [AG/RES. 1949 (XXXIII-O/03)].

Tomou nota da aprovação, pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), do Relatório Hemisférico e dos 34 relatórios nacionais do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), e endossou as recomendações constantes desses relatórios. Encarregou a CICAD de continuar a cumprir os mandatos emanados da Terceira Cúpula das Américas, e que concentre seus recursos nas áreas identificadas pelo MAM como prioritárias [AG/RES. 1950 (XXXIII-O/03)].

Tomou nota das observações e recomendações do Conselho Permanente sobre os relatórios anuais e decidiu transmiti-las aos órgãos, organismos e entidades da Organização. Reconheceu particularmente as importantes atividades desenvolvidas pelo Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e seus órgãos subsidiários. Destacou as importantes atividades realizadas pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) no cumprimento de seus fins e objetivos. Felicitou a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) por seus 75 anos de serviço em benefício da promoção dos direitos da mulher nas Américas. Reiterou seu reconhecimento ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e incentivou-o a continuar empenhado em apoiar os Estados membros em sua busca de progresso e prosperidade no Hemisfério. Reiterou seu reconhecimento à Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) pelas importantes atividades levadas a cabo em cumprimento de seus fins e objetivos e dos mandatos da Cúpula das Américas. Felicitou o Instituto Interamericano da Criança (IIN) pelos projetos que vem realizando em conformidade com o Plano Estratégico 2000-04. Reconheceu o trabalho do Instituto Indigenista Interamericano (III) e expressou o apoio dos Estados membros a seu processo de reestruturação. Destacou os esforços empreendidos pelo Centro de Estudos da Justiça das Américas (CEJA) para criar e divulgar instrumentos que melhorem a informação sobre justiça nas Américas e expressou sua satisfação pelas ações destinadas a aumentar a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os atores chave do setor da justiça no nível regional. Reconheceu as importantes atividades levadas a cabo pelo Tribunal Administrativo da OEA (TRIBAD) [AG/RES. 1952 (XXXIII-O/03)].

Tomou nota do Relatório do Secretário Geral que descreve as atividades realizadas nos termos dos acordos de cooperação entre a Secretaria-Geral da OEA e as Secretarias das Nações Unidas, do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e da Comunidade do Caribe (CARICOM). Solicitou à Secretaria-Geral que implemente as recomendações da Reunião Geral de outubro de 2002 e das reuniões gerais anteriormente realizadas, e que considere a possibilidade de realizar, em 2004, essas reuniões com as Nações Unidas, a SICA e a CARICOM com vistas a definir modalidades novas e atualizadas de cooperação. Solicitou ao Secretário-Geral que facilite maiores contatos intersetoriais entre os chefes das áreas técnicas das três organizações mencionadas [AG/RES. 1956 (XXXIII-O/03)].

Reiterou que o combate à pobreza é uma prioridade e uma constante preocupação dos Estados membros e que a Organização deve apoiar seus esforços por reduzir os níveis de pobreza no Hemisfério. Tomou nota da decisão da Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) de realizar a Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social em Porlamar, Isla Margarita, Venezuela, de 8 a 10 de outubro de 2003. Incumbiu a Secretaria-Geral de prestar apoio técnico e de secretaria para a realização dessa reunião [AG/RES. 1962 (XXXIII-O/03)].

Temas relativos à mulher

Reafirmou seu apoio ao trabalho da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM). Solicitou ao Conselho Permanente que integre a perspectiva de gênero em suas resoluções, atividades e iniciativas e que considere a convocação de uma sessão especial a fim de avançar na implementação do Programa Interamericano nos Estados Membros. Solicitou ao Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) que faça um acompanhamento da implementação do Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2002-05. Encarregou o Secretário-Geral de convocar a Segunda Reunião de Ministras ou Autoridades do Mais Alto Nível Responsáveis pelas Políticas da Mulher nos Estados Membros para abril de 2004 e que continue a integrar a perspectiva de gênero em todos os programas e políticas da Organização, e que reitere a solicitação aos órgãos, organismos e entidades da Organização para que incluam em seus informes anuais à Assembléia Geral informação sobre seus esforços para integrar a perspectiva de gênero em suas políticas, programas, projetos e atividades. Além disso, solicitou seu apoio para as atividades de comemoração do 75º aniversário da CIM [AG/RES. 1941 (XXXIII-O/03)].

Tomou nota do Terceiro Relatório Bial da Secretaria Permanente da Comissão Interamericana de Mulheres sobre o cumprimento da resolução “Promoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará” e manifestou preocupação por suas conclusões. Expressou seu apoio ao trabalho realizado pela CIM e pelos Estados membros na promoção da Convenção de Belém do Pará. Instou o Secretário-Geral a que convoque uma conferência dos Estados Partes da Convenção de Belém do Pará, para que adote uma decisão sobre a maneira mais apropriada de dar acompanhamento à Convenção. Solicitou à Relatora da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os direitos da mulher que leve em conta as recomendações constantes do Terceiro Relatório Bial da Secretaria Permanente da Comissão Interamericana de Mulheres sobre o cumprimento da resolução “Promoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará”, bem como as emanadas das reuniões sub-regionais realizadas no âmbito da CIM sobre “Violência nas Américas” [AG/RES. 1942 (XXXIII-O/03)].

Instou os Estados membros a que adotem as medidas necessárias para implementar as recomendações emanadas da resolução “Combate ao delito do tráfico de pessoas, especialmente mulheres, adolescentes e crianças”, e a considerar o estabelecimento de um mecanismo de coordenação nacional para prevenir e combater o delito do tráfico de pessoas e proteger as vítimas. Solicitou à Secretaria Permanente da CIM que facilite o intercâmbio de informação e melhores práticas entre os Estados membros para combater o delito do tráfico de pessoas e continuar os estudos de pesquisa para incluir outros Estados membros, e que apresente ao Conselho Permanente um relatório sobre as atividades realizadas em relação ao tema. Instruiu o Secretário-Geral a nomear um “coordenador da OEA

encarregado da questão do tráfico de pessoas, especialmente de mulheres, adolescentes e crianças”, sediado junto à Secretaria Permanente da CIM [AG/RES. 1948 (XXXIII-O/03)].

Temas relativos à infância

Reafirmou a importância fundamental que a promoção e proteção dos direitos humanos da criança tem para o futuro do Hemisfério, bem como o apoio ao trabalho do Instituto Interamericano da Criança (IIN). Solicitou à Relatoria Especial da Infância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que continue a dispensar especial atenção à proteção e promoção dos direitos humanos da infância no Hemisfério. Instou os Estados membros a que considerem a ratificação dos tratados internacionais ou regionais que protegem os direitos humanos da criança ou sua adesão aos mesmos; que incorporem suas obrigações jurídicas internacionais sob a forma de leis, políticas e práticas nacionais, a fim de tornar efetivos os direitos reconhecidos; e se orientem pelos padrões internacionais na adoção de medidas nacionais sobre a matéria. Exortou os Estados membros a que velem pela incorporação dos direitos da criança na agenda de trabalho de organismos e conferências especializadas e órgãos e entidades da Organização para atender às necessidades específicas da infância, e solicitou ao Secretário-Geral que apoie esses esforços. Instou a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento a que reforce a comunicação e coordenação com o Instituto Interamericano da Criança [AG/RES. 1951 (XXXIII-O/03)].

Declarou que o Décimo Nono Congresso Pan-Americano da Criança tenha caráter de Conferência Especializada Interamericana [AG/RES. 1961 (XXXIII-O/03)].

Temas relativos aos povos indígenas

Reafirmou como prioridade da Organização dos Estados Americanos a adoção da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Renovou o mandato do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos com o objeto de iniciar a etapa final de negociações do Projeto de Declaração [AG/RES. 1919 (XXXIII-O/03)].

Reconheceu o trabalho do Instituto Indigenista Interamericano (III) e incentivou o seu Conselho Diretor a continuar o seu processo de reestruturação, revitalizando seus objetivos e funções [AG/RES. 1933 (XXXIII-O/03)].

Temas de administração da Secretaria-Geral

Instou o Secretário-Geral a redobrar esforços a fim de alcançar a meta de que, em 2005, as mulheres exerçam 50% dos cargos em cada nível nos órgãos, organismos e entidades da OEA; a continuar a fazer da equidade e igualdade de gênero uma das prioridades em seus esforços para estabelecer uma nova cultura institucional da Organização; a nomear mulheres qualificadas como representantes e emissários especiais para representar o Secretário-Geral em assuntos relacionados a todas as áreas e setores; e a levar em conta o objetivo do equilíbrio de gênero e o critério de representação geográfica ao preencher as vagas na OEA. Solicitou ao Conselho Permanente que leve em conta essa resolução ao aprovar decisões sobre a estrutura de pessoal da Secretaria-Geral. Instou os Estados membros a apoiar os esforços do Secretário-Geral e da Presidente da CIM mediante a identificação e apresentação das candidatas melhor qualificadas para ocupar cargos de confiança na Organização. Exortou os órgãos, organismos e entidades da OEA a que cumpram a meta de 2005 [AG/RES. 1954

(XXXIII-O/03)].

Aprovou e autorizou o orçamento-programa da Organização para o exercício fiscal de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2004 [AG/RES. 1974 (XXXIII-O/03)].

CONSELHO PERMANENTE

O Conselho Permanente, um dos órgãos por meio dos quais a Organização dos Estados Americanos realiza os seus fins (artigo 53 da Carta), é diretamente subordinado à Assembléia Geral. Compõe-se de um representante de cada Estado membro, nomeado pelo respectivo Governo, com a categoria de embaixador, e desempenha as funções e atribuições indicadas no Capítulo XII da Carta. O Conselho Permanente toma conhecimento de qualquer assunto de que o encarreguem a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Atua provisoriamente como Órgão de Consulta, nos termos estabelecidos no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Vela pela manutenção das relações de amizade entre os Estados membros e os ajuda na solução pacífica de controvérsias. Atua como Comissão Preparatória da Assembléia Geral, a menos que esta decida de maneira diferente.

Presidências e Vice-Presidências

Presidiram o Conselho Permanente os Embaixadores, Representantes Permanentes Raymond Valcin, do Haiti; Salvador E. Rodezno Fuentes, de Honduras; e Paul D. Durand, do Canadá. A Vice-Presidência foi exercida pelos Embaixadores Horacio Serpa Uribe, da Colômbia; Esteban Tomic Errazuriz, do Chile; e Valter Pecly Moreira, do Brasil.

Apresentações do Secretário-Geral

O Secretário-Geral dirigiu-se em várias ocasiões ao Conselho Permanente, com relação às gestões de intermediação na Bolívia, Haiti e Venezuela. Também prestou informações sobre o Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral e o Governo da Colômbia para apoiar o processo de paz nesse país e usou da palavra, entre outros, por motivo da comemoração de um novo aniversário do Descobrimento da América: Encontro de Dois Mundos.

Apresentações do Secretário-Geral Adjunto

O Secretário-Geral Adjunto apresentou relatórios e formulou, em várias ocasiões, observações sobre os seguintes temas: as gestões de intermediação no Haiti e o financiamento para a realização de reuniões do Conselho Permanente, suas comissões e grupos de trabalho. Também usou da palavra por motivo das visitas protocolares dos Excelentíssimos Presidentes do Paraguai e da Itália.

Visitas ao Conselho Permanente

O Conselho recebeu as seguintes pessoas de destaque: Senhores Presidentes Nicanor Duarte Frutos, da República do Paraguai e Carlo Azeglio Ciampi, da Itália; o Vice-Presidente da Bolívia, Carlos Mesa Gisbert; os Senhores Ministros das Relações Exteriores Didier Operti Badan, do Uruguai, Edgar Gutiérrez Girón, da Guatemala, e Engenheira Norma Calderón Cardenal, da Nicarágua; o Ministro das Relações Exteriores, Comércio Exterior e Aviação Civil de Santa Lúcia, Julian Hunte, Presidente do Quinquagésimo Oitavo Período de Sessões da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas; o Ministro da Educação, Cultura e Esportes da Venezuela, Aristóbulo Istúriz; o

Secretário de Educação Pública do México, Reyes Tamez Guerra; o Ministro do Interior do Chile, José Miguel Insulza; e o Vice-Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, Salvador Stadthagen Icaza.

Resoluções

O Conselho aprovou resoluções sobre os seguintes temas: modificações ao Regulamento do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos; voto de agradecimento ao povo e ao Governo do Chile; apoio ao Governo Constitucional da República da Bolívia; outorga da condição de Observador Permanente junto à Organização à República da Eslovênia, à República da Nigéria, e ao Grão-Ducado de Luxemburgo; centenário da independência da República do Panamá; modificações das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral; bicentenário da independência da República do Haiti; data da Quinta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas; convocação da Reunião de Peritos Governamentais sobre Melhores Práticas e Experiências Nacionais na Adoção de Medidas contra o Terrorismo, sob a perspectiva dos direitos humanos; apoio ao processo de paz na Colômbia; apoio ao Governo Constitucional da República do Peru; apoio à ordem pública e ao fortalecimento da democracia no Haiti; e sobre a situação no Haiti.

CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), órgão da Organização diretamente subordinado à Assembléia Geral e dotado de capacidade decisória em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento integral, foi estabelecido em 29 de janeiro de 1996, ao entrar em vigor o Protocolo de Manágua (Capítulo XIII). Está integrado por todos os Estados membros da Organização, que designam um representante titular, no nível ministerial ou equivalente, nomeado pelo respectivo Governo. Pode estabelecer os órgãos subsidiários e os organismos que considere pertinente para o melhor exercício de suas funções. Sua finalidade é promover a cooperação entre os Estados americanos com o propósito de obter seu desenvolvimento integral e, em particular, de contribuir para a eliminação da pobreza crítica, segundo as normas da Carta, principalmente as consignadas no seu Capítulo VII, no que se refere aos campos econômico, social, educacional, cultural, científico e tecnológico. O CIDI realiza, no mínimo, uma reunião por ano, no nível ministerial ou equivalente, e pode convocar as reuniões que julgar pertinentes, em áreas de sua competência. A execução e a coordenação das respectivas ações estão a cargo da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral. O CIDI tem os seguintes órgãos subordinados: a Comissão Executiva Permanente (CEPCIDI), a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), as Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES) e as comissões interamericanas.

Oitava Reunião Ordinária do CIDI

O CIDI realizou sua Oitava Reunião Ordinária em 25 de maio de 2003, na sede da Organização, contando com a participação de todos os Estados membros. A Reunião foi presidida pelo Embaixador Ramón Quiñones, Representante Permanente da República Dominicana junto à Organização, e a Vice-Presidência esteve a cargo do Embaixador Denis Antoine, Representante Permanente de Grenada.

O CIDI procedeu à eleição de quatro membros da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento. Foram eleitas, por aclamação, as Delegações da Argentina, Barbados e Santa Lúcia. A Delegação do Peru foi reeleita como membro da Junta, também por aclamação. As mencionadas delegações desempenharão suas funções por dois anos.

Em conformidade com o disposto no artigo 31, c, do Estatuto do CIDI, o Conselho recebeu os oferecimentos de contribuições voluntárias ao Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI) das Delegações de Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Belize, Bolívia, Canadá, Grenada, México, Nicarágua, Peru, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, e Venezuela.

Na Oitava Reunião, entre outros aspectos, o CIDI tomou nota das ações e atividades desempenhadas pela CEPCIDI no âmbito de seu Grupo de Trabalho encarregado de identificar uma Estratégia de Seguimento da Conferência de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento, com vistas a fortalecer a cooperação solidária na Organização com base nos resultados da mencionada

Conferência, em particular, no que se refere à adoção do plano de trabalho do Grupo, que define uma série de ações destinadas a aproveitar a vantagem comparativa da OEA como foro para o diálogo político.

A CEPCIDI continuou avaliando os mecanismos mediante os quais a OEA poderia apoiar os esforços dos Estados membros para vincular-se aos instrumentos de financiamento para o desenvolvimento identificados pela Conferência de Monterrey.

Considerando que a cooperação solidária se desenvolve tanto no âmbito político para fortalecer o diálogo, os acordos e os mecanismos institucionais, quanto no âmbito da cooperação técnica destinada à implementação das decisões políticas por meio de atividades, programas e projetos de cooperação e que a atenção eficaz das áreas prioritárias identificadas pelas Cúpulas das Américas, pela Assembleia General e no Plano Estratégico de Cooperação Solidária requer a coordenação de atividades de cooperação técnica da Secretaria-Geral, particularmente nas áreas de desenvolvimento e execução de projetos e mobilização de recursos, o CIDI encarregou a CEPCIDI de fazer uma revisão de sua estrutura e mecanismos. Incumbiu-a também de realizar um exame abrangente do funcionamento das operações e do financiamento da AICD.

Atendendo à necessidade de atualizar os procedimentos dos Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, o CIDI aprovou, mediante a resolução CIDI/RES. 134 (VIII-O/03), o “Manual de Procedimentos para os Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA”. Este novo Manual inclui mecanismos para melhorar a administração dos Programas, a mobilização de recursos externos e a expansão dos programas de graduação e pós-graduação, de desenvolvimento profissional e de ensino técnico.

Reconhecendo a importância que os Estados membros atribuem ao acesso ao ensino superior, à capacitação técnica e ao desenvolvimento profissional de seus cidadãos, o CIDI aprovou o Estatuto do Fundo de Capital para os Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, com o propósito de regulamentar esse Fundo estabelecido para formar e manter um patrimônio que servirá para expandir o programa. Em conformidade com o Estatuto aprovado, o Fundo é administrado por uma Comissão, sob a supervisão da CEPCIDI. A Comissão é constituída pela Costa Rica, Estados Unidos, México e Saint Kitts e Nevis, que foram eleitos pela CEPCIDI em dezembro de 2003.

O CIDI tomou nota da decisão da CEPCIDI de realizar a Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social na Venezuela, antes da Cúpula Extraordinária das Américas, para que as autoridades máximas encarregadas do combate à pobreza no Hemisfério analisassem, juntamente com peritos na matéria, os diversos aspectos desta problemática e sugerissem linhas de ação para o Sistema Interamericano.

Entre outras medidas adotadas, o CIDI convocou as seguintes reuniões ministeriais para realizar-se em 2004: Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social; a Nona Reunião Ordinária do CIDI; a Quarta Reunião da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia; a Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura; a Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Educação; e a Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia.

Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social

A Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social, realizada de 8 a 10 de outubro de 2003 em Isla Margarita, República Bolivariana da Venezuela, contou com a participação de diretores de fundos de investimento social e organismos e órgãos internacionais e regionais.

Os participantes da Reunião referiram-se às estratégias que as organizações internacionais aplicam para enfrentar os problemas derivados da pobreza, particularmente com relação ao cumprimento das Metas do Milênio e da Terceira Cúpula das Américas e refletiram sobre a atual situação social do Continente; revisaram os mandatos das Cúpulas, as Metas do Milênio e refletiram também sobre a vigência e importância do Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Pobreza.

Neste contexto, foram apresentados relatórios sobre a situação do Continente, à luz das experiências sub-regionais e nacionais. Analisaram-se, também, os desafios na medição da pobreza e das brechas de desigualdade. Peritos no tema analisaram os desafios metodológicos decorrentes das diversas definições e formas de medir a pobreza, bem como seu impacto na formulação das políticas públicas para superá-la. Ressaltaram-se os esforços nacionais para medir a pobreza, descreveu-se o trabalho realizado desde 1993 pela Rede Social e tratou-se da corrupção como obstáculo crítico ao desenvolvimento social.

A Reunião aprovou a Declaração de Margarita, que propõe diretrizes ao Conselho Permanente e à CEPCIDI para que, de maneira conjunta e tendo em vista os resultados da Reunião de Alto Nível, definam novas ações para fortalecer os mecanismos de cooperação existentes, com o objetivo de apoiar os Estados membros no combate à pobreza. Ambos os órgãos da OEA continuam considerando possíveis ações destinadas à implementação das decisões e ao acompanhamento da mencionada Reunião.

Reuniões setoriais em nível ministerial

Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo

O Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo, realizado na Cidade da Guatemala de 18 a 20 de junho de 2003, contou com a participação dos Estados membros e Observadores Permanentes da Organização e representantes do setor privado. O Congresso foi presidido pelo Senhor Luis Felipe Miranda Trejo, Diretor do Instituto Guatemalteco de Turismo (INGUAT), e a Vice-Presidência foi exercida pela Senhora Leda Sánchez de Parrales, Ministra do Turismo da Nicarágua.

As sessões do Congresso com as apresentações do Representante da Costa Rica, na qualidade de Presidente cessante, sobre as atividades realizadas pela Comissão Executiva Permanente dos Congressos e do Diretor da Unidade Intersetorial de Turismo da Secretaria-Geral da OEA sobre os avanços alcançados na implementação das resoluções do Décimo Sétimo Congresso, realizado em 1997, e do Simpósio Técnico, realizado em 2000, respectivamente.

As autoridades setoriais revisaram a situação do setor turismo e sua capacidade de recuperação diante dos diversos acontecimentos mundiais e sobre o impacto do terrorismo nas economias que dependem do turismo, bem como suas implicações para o crescimento e desenvolvimento, a médio e longo prazo.

A Reunião considerou o turismo como política governamental, orientada para alcançar os objetivos

nacionais de desenvolvimento social e econômico. Foram revisadas várias sugestões a este respeito, entre as quais, o estabelecimento de diretrizes para auto-avaliação, com a incorporação de melhores práticas sobre uma série de questões fronteiriças; as iniciativas para melhorar a segurança aérea e portuária, a implementação de medidas eficientes e harmonizadas para o transporte aéreo e marítimo, e o melhoramento dos serviços hoteleiros e de operadores turísticos.

Realizou-se uma avaliação do custo e dos benefícios do turismo de cruzeiros e foram examinadas as questões sanitárias que afetavam o turismo internacional, em particular o surgimento de enfermidades nos navios cruzeiros.

O Congresso analisou também alguns dos fatores críticos que exercem influência sobre a viabilidade comercial dos setores do turismo e da hospitalidade, bem como a diversificação do produto turístico e a promoção do turismo ecológico e rural, e do turismo com a participação da comunidade.

Os participantes no evento consideraram as alternativas institucionais para o funcionamento e a estrutura dos Congressos Interamericanos de Turismo, analisaram a conveniência de convertê-los em reuniões, a nível ministerial, no âmbito do CIDI, bem como a possibilidade de criar uma Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. Decidiu-se encarregar a CEPAC de continuar a considerar o tema.

O Congresso recebeu o novo Programa Interamericano para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo e aprovou a Declaração da Cidade da Guatemala e o Plano de Ação para um Desenvolvimento Sustentável em colaboração com o setor privado. O relatório da reunião e as decisões adotadas constam do documento TURISMO/doc.15/03.

Terceira Reunião de Ministros da Educação

A Terceira Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI foi realizada de 11 a 13 de agosto de 2003, na Cidade do México. A Presidência coube ao Senhor Reyes Tamez Guerra, Secretário de Educação Pública dos Estados Unidos Mexicanos, e a Vice-Presidência à Senadora e Ministra da Educação de Trinidad e Tobago, Senhora Hazel Manning.

Examinou-se o progresso alcançado no seguimento dos mandatos da Cúpula das Américas no setor educacional a partir da Segunda Reunião de Ministros da Educação, bem como nos trabalhos preparatórios da Terceira Reunião destinados a consolidar e aprofundar o diálogo sobre desafios e estratégias hemisféricas e sub-regionais.

Os Ministros consideraram a situação atual no Hemisfério: os desafios existentes, desde uma perspectiva sub-regional, no que se refere ao contexto demográfico, social e econômico; o acesso, participação e progresso no sistema educacional; os recursos humanos e econômicos para a educação; a qualidade da educação e o impacto social da educação. Mencionaram a necessidade de atualizar os bancos de dados estatísticos nacionais ajustando-os aos indicadores do Projeto Regional de Indicadores Educativos (PRIE) e de responder a um contexto de alta heterogeneidade socioeconômica e cultural com fortes contrastes no setor educacional. Diante da complexidade da situação, comentou-se a importância de conseguir um consenso para enfrentar desafios comuns na região.

O diálogo continuou com apresentação dos desafios educacionais de cada região do Hemisfério: os

desafios que estas enfrentam no que se refere ao acesso à educação, à permanência, evasão e graduação bem-sucedida, bem como à formação docente de qualidade e à superação das brechas entre as escolas urbanas e rurais e indígenas mediante programas de educação à distância. Analisaram também os desafios representados pela globalização, incorporação das tecnologias da informação e comunicação, situação de famílias monoparentais, aumento do uso de drogas e aumento do contágio pela AIDS, entre outros.

As apresentações dos Ministros ressaltaram a importância de analisar a possibilidade da troca de serviços da dívida a favor da educação e a relação que existe entre o crescimento econômico, o modelo de desenvolvimento e os avanços no setor educação. Referiram-se também à necessidade de que os países do Continente participem de exames internacionais como o PISA, ao compromisso de utilizar adequadamente as tecnologias da informação e comunicação, bem como à urgência de atender ao atraso na formação docente e na participação da juventude.

A Delegação dos Estados Unidos fez uma apresentação sobre a Lei “Que Nenhuma Criança Fique para Trás: Educação de Qualidade para todos os Estudantes”, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 2001. A lei tem como objetivo melhorar o desempenho escolar das crianças e incentivar a educação em valores democráticos. A este respeito, frisou a importância de que as metodologias dos professores enfoquem as necessidades das crianças.

Os Ministros e Chefes de Delegação ressaltaram o valor da educação como investimento social e a necessidade de estratégias de focar os grupos mais vulneráveis. Neste sentido, destacaram a relevância de conhecer programas que tenham sido implementados com êxito, a fim de avaliar e difundir-los na região. Comentaram as transformações curriculares realizadas para atender a contextos multiculturais, a inserção no mundo globalizado e a incorporação das novas tecnologias. Mencionaram-se os desafios pendentes na provisão de infra-estrutura e capacitação docente, bem como a necessidade de priorizar pontos de atenção, num contexto em que o orçamento alocado ao setor educacional é insuficiente na maioria dos países.

Realizou-se também um diálogo com autoridades do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura sobre os desafios do financiamento da educação, com o propósito de considerar a disponibilidade de recursos para financiar a cooperação na área educacional, bem como o fortalecimento de mecanismos regionais para apoiar a cooperação multilateral.

A Reunião prosseguiu com a apresentação dos perfis dos seguintes projetos hemisféricos: Projeto Hemisférico sobre Equidade e Qualidade, orientado para responder aos desafios da repetência e sobre idade, graduação e metas educacionais no ensino básico; Projeto Hemisférico de Educação Secundária, que propõe criar um marco comum que permita transitar entre a educação secundária e a educação ocupacional e promover a universalização da etapa básica e obrigatória da secundária; e Projeto Hemisférico sobre Formação Docente, cujo objetivo geral é fortalecer a formação docente na região para que consiga atender às demandas de qualidade, equidade e pertinência mediante respostas ao desafio de melhorar a qualidade da formação inicial, o desenvolvimento profissional e a avaliação docente nos países do Hemisfério.

Os Ministros da Educação concluíram a análise de sua agenda e decidiram adotar a Declaração do México, cujo texto acompanha o relatório da reunião constante do documento CIDI/RME/doc.13/03.

Cabe destacar que em cerimônia especial, que contou com a participação de representantes de todas as delegações e altas autoridades do Governo do México, o Senhor Reyes Tamez Guerra, Secretário da Educação Pública do México, e o Senhor César Gaviria, Secretário-Geral da OEA, assinaram o Acordo para o uso gratuito da Rede Via Satélite da Televisão Educativa (EDUSAT), para transmitir programas educativos aos 34 países membros da OEA. Juntamente com a assinatura do Acordo, a Secretaria da Educação Pública do México ofereceu antenas receptoras a todas as delegações. Em 12 de agosto, foi lançado em tempo real o Canal Educativo das Américas (CEA) integrado à Rede EDUSAT, cujo propósito é unir esforços dos diferentes modelos educativos latino-americanos, com responsabilidade pela programação de todos os países membros da OEA. O Canal 27 terá programas diferenciados e dará acesso a todos os materiais de capacitação dos países. Tem como objetivos: contribuir para a educação em todos os níveis, fortalecer vínculos internacionais e utilizar a televisão via satélite, por intermédio da Rede EDUSAT, a fim de ampliar quantitativa e qualitativamente a cobertura de serviços.

Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho

A Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, realizada de 24 a 26 de setembro de 2003, em Salvador, Bahia, Brasil, foi presidida pelo Senhor Jacques Wagner, Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil. Em conformidade com o artigo 11 do Regulamento da Conferência, os Chefes das demais delegações foram declarados Vice-Presidentes.

A Reunião contou com a participação de representantes de todos os Estados membros da Organização, bem como de representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e de membros da Comissão Técnica Permanente de Assuntos Trabalhistas (COTPAL), da Comissão Executiva Permanente do Conselho Sindical de Assessoramento Técnico (COSATE) e do Comitê Executivo da Comissão Empresarial de Assessoramento Técnico em Assuntos Trabalhistas (CEATAL).

Os trabalhos da Conferência iniciaram-se com uma revisão das atividades levadas a cabo desde a Conferência anterior, realizada no Canadá em 2001. Foram apresentados relatórios sobre os órgãos assessores dos setores de trabalhadores e empregadores, respectivamente. As apresentações ressaltaram a necessidade de conseguir maior colaboração com o setor público para superar os desafios da globalização, especialmente por meio das alianças entre governos, trabalhadores e empregadores. Estiveram de acordo em assinalar que era necessário concentrar-se no desenvolvimento do capital humano como um meio chave para lograr que os trabalhadores e as empresas permaneçam competitivos nos processos de integração.

Os participantes observaram que tem sido realizado um importante trabalho no fortalecimento da administração trabalhista, na promoção do diálogo tripartite, no combate ao trabalho infantil, no melhoramento da legislação trabalhista e na integração da perspectiva de gênero nas políticas trabalhistas. Examinou-se também o panorama da situação da saúde e segurança dos trabalhadores e sua inter-relação econômica, da democracia, da equidade e dos direitos humanos.

A Conferência continuou com exposições sobre os atuais desafios trabalhistas de cada uma das cinco sub-regiões do Hemisfério e, em seguida, considerou a relação entre políticas econômicas e políticas

trabalhistas e a responsabilidade social das empresas. Finalmente, os Ministros aprovaram a Declaração e o Plano de Ação de Salvador, que se encontram no documento TRABAJO/doc.14/03.

Comissões Interamericanas no âmbito do CIDI

Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Educação (CIE)

A Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Educação, uma comissão do CIDI, realizada em 13 de agosto na Cidade do México, por ocasião da Terceira Reunião de Ministros da Educação, instalou formalmente a CIE, em conformidade com o artigo 24 do Regulamento do CIDI e elegeu as suas autoridades.

O México foi eleito para ocupar a Presidência da CIE, e as Delegações de Trinidad e Tobago e de El Salvador foram eleitas para a Primeira e Segunda Vice-Presidências, respectivamente. Foi decidido realizar a segunda Reunião da CIE em setembro de 2004.

Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Cultura

A Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Cultura (CIC) foi realizada em 4 e 5 de setembro de 2003, na Cidade do México. A CIC é uma comissão do CIDI estabelecida com a finalidade de coordenar a implementação do diálogo ministerial em matéria de cultura e para dar seguimento aos mandatos das Cúpulas das Américas. A CIC foi instalada em conformidade com o artigo 24 do Regulamento do CIDI e é constituída por um representante de cada Estado membro da Organização. Seu Presidente é o Senhor Jaime Nualart, Chefe da Delegação do México. Para Primeiro Vice-Presidente foi eleito o Senhor Denny Gélinas, Chefe da Delegação do Canadá, e para a Segunda Vice-Presidência foi eleita a Senhora Pilar Entrala, Chefe da Delegação do Chile.

No início da reunião, a Secretaria da OEA fez uma exposição sobre o papel da cultura no processo de Cúpulas das Américas e a importância da CIC nesse contexto. A exposição referiu-se também à diversidade cultural como fator transversal em todas as dimensões da realidade, bem como à relação intrínseca entre cultura e desenvolvimento e aos grandes desafios que a CIC enfrenta.

Entre os temas considerados deu-se seguimento ao Plano de Ação de Cartagena das Índias, aprovado em 2002, ao grau de cumprimento dos compromissos assumidos, aos resultados e às ações futuras com relação à cooperação horizontal em torno aos programas consolidados e ao Observatório Interamericano de Políticas Culturais.

A Secretaria apresentou o Porta-Fólio Permanente de Programas Consolidados na Área da Cultura, que contém 29 programas de 11 países, um componente importante na estratégia de cooperação. A CIC também levou a cabo um diálogo sobre os mecanismos de financiamento dos projetos.

Procedeu-se em seguida à apresentação do estudo de viabilidade do Observatório Interamericano de Políticas Culturais, que teria como finalidade servir de órgão informativo da CIC, estabelecer uma conexão entre iniciativas e recursos institucionais, garantir a participação dos atores não-governamentais, desenvolver uma rede de informação em cada país e criar capacidades de informação de primeira linha e interativas.

A CIC aprovou a elaboração de um plano de atividades que preveja as conclusões do estudo de viabilidade do Observatório e que leve em conta o financiamento, a localização e os mecanismos de funcionamento para este. O plano de atividades será elaborado pela Secretaria Técnica da CIC e será submetido à consideração dos Estados membros por meio do foro virtual.

Os trabalhos da CIC incluíram a consideração de seu plano de trabalho com relação à conservação do patrimônio cultural; à cooperação solidária para a consolidação das alianças entre os organismos internacionais e o fortalecimento dos vínculos entre os Estados membros da OEA e a sociedade civil; às políticas culturais e o desenvolvimento cultural e econômico; e à cultura e os esportes. As atividades acordadas pela CIC para dar seguimento aos temas mencionados constam de seu plano de trabalho, no documento CIDI/CIC/doc.10/03.

Antes de concluir a Reunião, a CIC considerou a agenda preliminar da Segunda Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura, que será realizada no México, em 2004.

Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Portos

A Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Portos (CIP) foi realizada em Mérida, Yucatão, México, de 9 a 12 de setembro de 2003. Contou com a participação das máximas autoridades governamentais nacionais do setor portuário do Hemisfério, bem como de peritos e executivos dos Estados membros da Organização e representantes de países Observadores Permanentes e de organismos internacionais.

A Comissão procedeu à eleição do Comitê Executivo da CIP, para o período 2003-07. O México foi eleito como Presidente, e os Estados Unidos, Uruguai, El Salvador e Barbados, como os quatro Vice-Presidentes. O Comitê Executivo ficou constituído também pelas Delegações da Argentina, Canadá, Brasil, Chile, Costa Rica, Guatemala, Jamaica, Peru, República Dominicana e Venezuela.

A aprovação do Plano de Ação 2004-07 foi um dos resultados da Reunião. O Plano inclui as áreas prioritárias de ação, como as reformas, a proteção portuária, a proteção ambiental, o desenvolvimento de portos para cruzeiros de turismo, a excelência portuária, o desenvolvimento de recursos humanos e a facilitação portuária, entre outras.

A CIP criou as seguintes seis subcomissões do Comitê Executivo, para alcançar os objetivos desse Plano: de Política e Coordenação (presidida pelo México); de Planejamento e Gestão Portuária (Chile); de Estatísticas, Custos e Tarifas (Peru); de Desenvolvimento de Portos para Cruzeiros de Turismo (Barbados); de Desenvolvimento de Portos Fluviais e Lacustres (Brasil); e de Capacitação (Estados Unidos).

A CIP aprovou a realização de uma Conferência Hemisférica de Segurança Portuária em Miami, de 25 a 27 de fevereiro de 2004, com o objetivo de avaliar a situação da segurança portuária nas Américas no que se refere ao Código Internacional de Segurança para Navios e Instalações Portuárias (ISPS) da Organização Marítima Internacional (OMI). Decidiu também realizar a Quarta Reunião na Venezuela, em 2005.

Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES)

As Comissões Especializadas Não-Permanentes são órgãos de natureza técnica de apoio ao CIDI no tratamento de assuntos de caráter especializado ou no desenvolvimento de determinados aspectos da cooperação interamericana nas áreas prioritárias do Plano Estratégico.

A Sétima Reunião das CENPES, convocada pela CEPCIDI, foi realizada em 28 e 29 de outubro de 2003, na sede da Organização. Trinta peritos eleitos pelo CIDI constituíram as oito comissões, uma por cada área prioritária do Plano Estratégico: Educação, Diversificação e Integração Econômica, Abertura Comercial e Acesso a Mercados, Desenvolvimento Social e Geração de Emprego Produtivo, Desenvolvimento Científico e Intercâmbio e Transferência de Tecnologia, Fortalecimento das Instituições Democráticas, Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

As CENPES setoriais levaram a cabo a avaliação técnica e a qualificação dos projetos de cooperação solidária que integravam a proposta de programação elaborada pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral para financiamento com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) 2003. As CENPES analisaram e avaliaram 112 projetos apresentados por 31 Estados membros.

A programação de atividades de cooperação técnica do FEMCIDI 2003, para execução em 2004, foi aprovada pela Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, em novembro de 2002 e inclui 99 projetos, por um montante total de US\$9.226.346.

A distribuição dos recursos FEMCIDI 2003 por conta setorial foi a seguinte: 27 projetos na área da educação por um montante de US\$3.026.117; quatro projetos na área da cultura no valor de US\$131.843; 10 projetos no setor do comércio por um montante de US\$798.602; 13 projetos de na área de desenvolvimento social no valor de US\$937.289; 22 projetos no campo da ciência e tecnologia por US\$2.047.984; seis projetos na área da democracia por um montante de US\$382.569; 10 projetos na área do meio ambiente por um montante de US\$1.012.842; seis projetos no setor turismo no valor de US\$761.406 e um projeto de desenvolvimento integral por um montante de US\$127.694.

A distribuição dos recursos FEMCIDI 2003 por área geográfica foi a seguinte: 39,55% para o Caribe de língua inglesa, Belize, Guiana e Suriname; 23,30% para os países da América Central e o Panamá; 29,7% para os países da América do Sul de língua espanhola e o Brasil; e 7,28% para países de América do Norte.

Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI)

No período abrangido por este relatório, a CEPCIDI realizou 13 reuniões. Na Oitava Reunião Ordinária do CIDI foi eleito o Embaixador Jorge Valero Briceño, Representante Permanente da Venezuela, como Presidente da CEPCIDI e o Embaixador Ricardo González de Mena, Representante Alternativo do Panamá, como Vice-Presidente da CEPCIDI para o período 2003-04.

Para o cumprimento de suas responsabilidades, a CEPCIDI contou com o apoio da Subcomissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento, da Subcomissão de Programa, Orçamento e Avaliação, do Grupo de Trabalho encarregado de organizar o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo e do Grupo de Trabalho encarregado de identificar uma estratégia de seguimento da Conferência de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

Entre outras tarefas, a CEPCIDI, por intermédio de seu Grupo de Trabalho, levou a cabo trabalhos preparatórios para o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo, que foi realizado na Guatemala, em junho de 2003. No âmbito da Subcomissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento foram levados a cabo os trabalhos de preparação da Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, que foi realizada no Brasil, em setembro de 2003.

A CEPCIDI colaborou com as atividades preparatórias das reuniões de nível ministerial e de comissões interamericanas nos setores de educação, trabalho, cultura e portos. Encarregou-se também dos trabalhos preparatórios da Oitava Reunião Ordinária do CIDI. A CEPCIDI considerou os projetos de agenda e de calendário dessa Reunião, analisou os documentos de apoio e relatórios sobre cada tema da agenda e elaborou os projetos de resolução que foram aprovados pelo CIDI e os que foram transmitidos à consideração do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral.

No âmbito da Subcomissão de Programa, Orçamento e Avaliação da CEPCIDI, deu-se seguimento à implementação do mandato da resolução CP/RES. 831 (1342/02) sobre o uso de recursos excedentes do Subfundo de Reserva do Fundo Ordinário da OEA. Na mencionada resolução, foi alocada a quantia de US\$4.000.000 ao CIDI para a implementação dos mandatos das Cúpulas das Américas, dos quais US\$2.000.000 devem ser utilizados em iniciativas de educação.

Com base na recomendação da Subcomissão de Programa, Orçamento e Avaliação, a CEPCIDI decidiu alocar US\$855.000 à Proposta para fortalecer o desenvolvimento de capacidades em matéria de comércio e a preparação para o processo da Área de Livre Comércio das Américas no período 2003-05, iniciativa que vem sendo coordenada pela Unidade de Comércio da Secretaria - Geral.

A CEPCIDI decidiu também que as áreas de ciência e tecnologia, cultura, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, trabalho e turismo teriam acesso aos recursos do Subfundo de Reserva e alocou a cada uma delas a quantia de US\$190.833,33 para a execução de projetos e definiu os critérios mínimos que estes deverão cumprir.

Finalmente, em agosto de 2003, foi convocada a Sétima Reunião das Comissões Especializadas Não-Permanentes, a qual foi realizada na sede da Organização, em 27 e 28 de outubro de 2003.

II. SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA-GERAL

O Capítulo XVI da Carta estabelece as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA, sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembléia Geral, dirige a Secretaria-Geral, é seu representante legal e participa com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. O Secretário-Geral pode levar à atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, a seu ver, possa afetar a paz e a segurança do Hemisfério ou o desenvolvimento dos Estados membros. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias na Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los, regulamentar suas atribuições e deveres e fixar sua remuneração. O Secretário-Geral Adjunto, também eleito pela Assembléia Geral, é o Secretário do Conselho Permanente. Tem o caráter de funcionário consultivo do Secretário-Geral, cujas funções exerce durante sua ausência temporária ou impedimento definitivo. Atua como delegado do Secretário-Geral em tudo aquilo de que for por ele incumbido.

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL

De acordo com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral, nos termos do artigo 111 da Carta, exerce as funções de alta direção vinculadas à promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais entre todos os Estados membros da Organização.

Apoio à democracia

Ao longo do ano passado, o Gabinete do Secretário-Geral dedicou grande esforço à preservação e promoção da democracia representativa na região, particularmente na Bolívia, na Venezuela e no Haiti.

Após um surto de violência em fevereiro de 2003, que resultou na trágica perda de mais de 30 vidas, por solicitação do Governo boliviano a Secretaria-Geral enviou uma Missão para investigar estes fatos. Concluída essa visita de campo, a Missão preparou o “Relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre os fatos de fevereiro de 2003 na Bolívia”. Em outubro, o Presidente Sánchez de Lozada voltou a enfrentar crescente pressão política. Um representante do Gabinete do Secretário-Geral foi enviado à Bolívia para ajudar a intermediar as discussões entre a oposição e o Governo. Diante dos novos surtos de violência, o Presidente Sánchez de Lozada adotou a decisão de renunciar ao seu cargo e permitir a formação de um novo governo, chefiado pelo Vice-Presidente Carlos Mesa Gisbert, permitindo assim uma solução constitucional e pacífica.

Também ao longo do último ano, a OEA trabalhou na Venezuela para facilitar o diálogo e encontrar uma solução eleitoral pacífica e constitucional para a polarização que afeta o país. Em conjunto com o Centro Carter, a OEA, por meio da sua Missão Especial, tem facilitado o diálogo entre o governo democraticamente eleito e a oposição. Com a assistência da OEA, ambas as partes fizeram significativo progresso. A designação, em agosto, de um novo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) representou um importante passo à frente no esforço para garantir que todos os cidadãos venezuelanos exerçam seu direito de voto em conformidade com o artigo 72 da Constituição do país. Em novembro, a convite do Governo da Venezuela e do recém-formado CNE, observou-se a primeira fase do processo de coleta de assinaturas para o referendo de rescisão. Mais de 50 observadores percorreram 20 dos 24 Estados do país para observar a coleta de assinaturas. Para crédito do povo da Venezuela e do seu Governo, a coleta de assinaturas foi realizada num clima geral de paz e tranqüilidade.

A OEA também envidou significativos esforços logísticos para enviar uma missão para observar a verificação e validação das assinaturas para o referendo. No fim de fevereiro, o CNE ainda não chegara a uma decisão final sobre a validade dessas assinaturas. Nessa ocasião já havia desacordos com o Conselho Eleitoral quanto à validação das assinaturas. A Organização continua empenhada em ajudar o povo venezuelano a encontrar uma solução pacífica, democrática e constitucional para o impasse político que aflige o país, em conformidade com a resolução 833 do Conselho Permanente, “Apoio à institucionalidade democrática na Venezuela e à gestão da facilitação do Secretário-Geral da OEA”.

No ano passado, o Gabinete do Secretário-Geral continuou a apoiar a Missão Especial no Haiti. Em

agosto, o Secretário-Geral designou o Embaixador Terence Todman, dos Estados Unidos, como Emissário Especial para Promover o Diálogo no Haiti. Com essa designação, deu-se atendimento a uma solicitação da Assembléia Geral de Santiago no sentido de promover a comunicação entre o Governo haitiano e a oposição. O Embaixador Todman esteve à frente das negociações para estabelecer um conselho eleitoral provisório para assegurar eleições livres e justas. Apesar dos nossos melhores esforços, o desfecho da crise política no Haiti não foi aquele que havíamos almejado ou previsto.

A Secretaria-Geral também assinou um acordo para observar o processo de paz na Colômbia. No ano passado, o Governo do Presidente Alvaro Uribe Vélez recorreu a um crescente apoio da OEA nos seus esforços para alcançar uma paz duradoura no país. A confiança depositada na nossa Organização pelo Governo colombiano refletiu-se na assinatura, em janeiro, do “Acordo de Acompanhamento do Processo de Paz na Colômbia”. O acordo habilita a OEA a iniciar uma missão técnica que acompanhará a desmobilização, o desarmamento e a reinserção social de grupos armados ilegalmente organizados. A Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) está encarregada da verificação e do apoio técnico do processo. Sergio Caramagna, que supervisionou os bem-sucedidos esforços de desmobilização na Nicarágua, chefia a nossa Missão na Colômbia.

Prevenção de conflitos

Em 7 de fevereiro de 2003, os Ministros das Relações Exteriores de Belize e da Guatemala, juntamente com o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da OEA, assinaram o Acordo para Estabelecer um Processo de Transição e uma série de medidas de fortalecimento da confiança entre Belize e a Guatemala.

O Acordo estabeleceu um novo marco, denominado “Processo de transição”, em que as Partes concordam em continuar a trabalhar construtivamente e de boa fé na gestão de suas relações, até alcançarem uma solução final justa, equitativa, honrosa e permanente para a sua divergência territorial. Esse marco, ademais de indicar as responsabilidades das Partes, também atribui obrigações e responsabilidades à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e à comunidade internacional mediante a criação de um “Grupo de Amigos” para apoiar a solução pacífica da divergência territorial entre Belize e a Guatemala. O Grupo de Amigos levou a cabo sua primeira reunião em 6 de outubro de 2003, na sede da OEA.

Ponto central do acordo é a criação do Escritório da Secretaria-Geral na Zona de Adjacência, a qual foi estabelecida em 1º de julho de 2003. A função específica desse Escritório é verificar o cumprimento, pelas Partes, de uma série de medidas de fortalecimento da confiança destinadas a reduzir as tensões naquela zona e assegurar o respeito aos direitos humanos dos seus habitantes.

Apoio à Comissão de Segurança Hemisférica

A Secretaria-Geral proporcionou à Comissão de Segurança Hemisférica o apoio administrativo e técnico necessário para o cumprimento dos mandatos emanados da Assembléia Geral de Santiago e da Cúpula das Américas e, também, para a Conferência Especial de Segurança, realizada no México.

Como parte da sua atividade, a Secretaria-Geral continua a preparar um inventário das medidas de fortalecimento da confiança e da segurança e um registro de peritos na matéria, que são distribuídos

anualmente aos Estados membros.

Com a cooperação do Governo dos Estados Unidos, a Secretaria-Geral avançou no desenvolvimento de um sistema eletrônico para que os Estados membros apresentem seus relatórios sobre a aplicação de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança, bem como sua coordenação com organismos relacionados com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) e a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD). O sistema deverá iniciar suas operações em 2004.

Em cumprimento aos mandatos da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral da OEA adotou várias medidas em atenção às preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares. Em particular, a Secretaria-Geral apresentou, em março, o relatório final sobre o estudo da segurança no transporte de detrito nuclear pelo mar do Caribe, preparado com a colaboração da Organização Internacional Marítima (OIM) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Em cumprimento à resolução AG/RES. 1800, a Secretaria-Geral prestou apoio administrativo e de secretaria à Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas, de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos.

Prevenção da violência

A Secretaria-Geral continuou a apoiar as atividades de prevenção da violência nas Américas realizadas pela Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência, estabelecida em junho de 2000. São membros dessa coalizão da OEA: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Banco Mundial (BIRD) e os Centros para o Controle e Prevenção de Doenças (CDCs).

Terrorismo (Apoio ao CICTE)

No Terceiro Período Ordinário de Sessões do CICTE, realizado em San Salvador, os Estados membros reiteraram seus compromissos políticos e confirmaram sua vontade política de combater o terrorismo, aprovando a Declaração de San Salvador, o Plano de Trabalho do CICTE para 2003 e as recomendações para a Conferência Especial sobre Segurança.

O CICTE realizou sua Primeira Reunião de Contatos Nacionais em 14 e 15 de julho, em Washington, D.C. Estabeleceram-se nessa reunião as bases para a comunicação e o intercâmbio de informação entre os peritos oficiais dos Estados membros em terrorismo. A agenda incluiu, entre outros, os seguintes temas: iniciativas de treinamento sob os auspícios da Secretaria do CICTE; ferramentas de comunicação disponíveis para os Contatos Nacionais; o andamento do plano de trabalho do CICTE; e o papel dos Contatos Nacionais. Participaram da reunião 25 dos 35 Contatos Nacionais.

Em seu Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, a Assembléia Geral da OEA aprovou três resoluções referentes ao tema do terrorismo. A primeira reconhece que cada Estado membro deve adotar medidas para assegurar uma rede informática segura. O tema da segurança informática está sendo considerado na Comissão de Segurança Hemisférica em coordenação com o CICTE e a REMJA. A segunda resolução, que aborda a proteção dos direitos humanos e a luta contra o

terrorismo, conclama os Estados membros a adotar a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assim abrangendo todas as medidas possíveis de combate ao terrorismo e aderindo à Declaração Universal dos Direitos Humanos. A última resolução visa a apoiar o trabalho do CICTE e a incrementar o apoio dos Estados membros ao CICTE mediante a implementação da Convenção.

Em 7 de outubro, a OEA organizou uma reunião especial de seguimento da Assembléia das Nações Unidas de 6 de março, sobre estratégias contra o terrorismo. O evento, auspiciado pelo CICTE e pela Comissão de Combate ao Terrorismo da ONU, teve como tema central o papel das organizações regionais e internacionais na criação de capacidades e implementação de políticas. Participaram da reunião mais de 200 representantes, provenientes de várias organizações regionais e sub-regionais e de organizações dedicadas a temas específicos relacionados com o assunto tratado.

O Quarto Período Ordinário de Sessões do CICTE realizou-se em Montevideu, Uruguai, de 28 a 30 de janeiro de 2004. As delegações reafirmaram seu compromisso de adotar as medidas necessárias para prevenir, combater e erradicar o terrorismo, com estrito e pleno respeito ao Estado de Direito, às liberdades fundamentais, aos direitos humanos, ao direito internacional humanitário e ao direito internacional dos refugiados. A oportunidade também serviu para reiterar o convite para que os Estados aderissem às Convenções das Nações Unidas relativas ao terrorismo e ratificassem, quando pertinente, a Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA

Mediante a Ordem Executiva Nº 99-2, reorganizou-se o Departamento de Informação Pública, cuja finalidade é executar um programa de informação e divulgação por meio de atividades de imprensa, rádio, televisão, fotografia, Internet, serviços de referência, relações públicas e produção. Com estas atividades, a realidade da OEA é levada ao público dos Estados membros, assim contribuindo para ampliar o conhecimento e a compreensão dos propósitos, programas e realizações da Organização.

Comunicações Estratégicas

Um dos objetivos principais de Comunicações Estratégicas é ampliar a cobertura da OEA na mídia americana. Continuou-se a estreitar as relações com correspondentes estrangeiros sediados no Hemisfério, especialmente à raiz da missão de facilitação do Secretário-Geral na Venezuela e do trabalho de divulgação realizado pelo Departamento de Informação Pública (DPI) na Assembléia Geral e em diversas reuniões ministeriais e de alto nível realizadas em 2003, como a de educação, no México, e a de trabalho, no Brasil; a reunião de alto nível sobre a pobreza, na Venezuela; a Conferência Especial sobre Segurança, no México; e a conferência sobre partidos políticos, na Colômbia. Dispor de um representante de imprensa que emita comunicados, mantenha estreito contato com jornalistas locais e ofereça o necessário para que estes tenham acesso à informação e às fontes influí positivamente sobre a cobertura.

Por razões orçamentárias, cancelou-se no fim de 2003 a publicação *OEA Noticias*, um boletim informativo para leitores de todo o Hemisfério, com tiragem de 15.000 exemplares por edição, distribuído a contatos locais, meios de comunicação, círculos acadêmicos, governo e sociedade civil através dos Escritórios da OEA nos Estados membros.

Comunicações Estratégicas também produz uma série de documentos informativos básicos sobre a OEA. Esses documentos, destinados ao público em geral, são periodicamente atualizados e publicados em inglês e espanhol, tanto em versão impressa, para distribuição em reuniões e conferências, como em versão eletrônica no portal da Organização na Internet.

Produtos e Serviços Multimídia

Em 2003, a área de Produtos e Serviços Multimídia (DPI/Unidade de Multimídia) continuou a ampliar a cobertura e melhorar as comunicações, produtos e serviços, com o uso de meios eletrônicos e tecnologia digital. A Unidade organiza, produz e mantém o portal da OEA na Internet, prestando serviços de vídeo (inclusive transmissões ao vivo e pré-gravadas em vídeo, realização de videoconferências e produção de documentários sobre temas de interesse para a Organização), serviços de fotografia e a publicação do *Fórum das Américas*, uma revista digital em linha distribuída mensalmente a mais de 45.000 assinantes dos meios acadêmicos, governo, meios de comunicação, organismos não-governamentais e sociedade civil. A revista eletrônica apresenta artigos sobre temas de atualidade na OEA, ademais de notícias, reportagens e entrevistas.

O portal da OEA na Internet recebeu mais de 4,8 milhões de visitas em 2003, o que representa um incremento de aproximadamente 20% em relação ao ano anterior. As páginas da Internet mais

visitadas foram as de notícias e comunicados de imprensa, documentos jurídicos, especialmente os referentes a leis, oportunidades de trabalho, e de busca e informação sobre o Trigesimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral.

A cobertura da Unidade via Internet abrangeu mais de 164 transmissões em 2003, entre as quais todas as reuniões do Conselho Permanente, inclusive as sessões extraordinárias em função de acontecimentos no Haiti, na Bolívia e na Venezuela, e visitas de presidentes e altas autoridades à OEA, cerimônias de assinatura de acordos e ratificação de convenções e várias reuniões ministeriais de alto nível. Gravaram-se vídeos de diversos eventos para distribuição por meio de canais e redes de televisão e realizaram-se 24 videoconferências interativas, quatro seminários e três mesas-redondas, todas transmitidas via Internet.

Na área de vídeos, produziu-se um novo vídeo de *América Viva* sobre a história do Processo de Observação Eleitoral da OEA/UPD. Este programa, de 30 minutos de duração, é distribuído em espanhol e inglês às estações de televisão dos Estados membros, e dentro em breve também estará disponível em francês. Em colaboração com a CIM, estão sendo preparados programas que abordam a liderança da mulher nas Américas. Também se produziram documentários em vídeo para sua distribuição em formato DVD pelo Museu de Arte das Américas, pela Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA) e pelas missões dos países membros.

A Unidade também presta serviços a vários organismos especializados da OEA, como a transmissão de diversas reuniões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e de conferência de imprensa da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD).

Rádio

A área de Rádio continua a avançar na digitalização dos seus programas e de uma página no portal da OEA na Internet. Produz-se em espanhol o programa *Escenario*, distribuído a estações de rádio na América Latina, que inclui informação sobre eventos relacionados com a agenda hemisférica.

Para audiências do Caribe de língua inglesa, produz-se o programa *Focus on the Americas*, revista radiofônica semanal de meia-hora de duração que é distribuída em discos compactos e por meio de estações de rádio. O programa é transmitido em 26 estações e conta com conexões transatlânticas ao vivo, agora mais frequentes em estações populares do Caribe, através de chamadas por linha telefônica. As transmissões de rádio da OEA continuam a distribuir-se por alimentação via satélite.

Revista *Américas*

A Secretaria-Geral publicou seis números da revista *Américas*, em edições idênticas em espanhol, inglês e francês. Imprimiram-se 55.000 exemplares de cada número, dos quais cerca de 30.000 foram enviados a assinantes em todo o mundo e 18.000 distribuídos em bjas e bancas de revistas nos Estados Unidos e no Canadá. Efetua-se uma ampla distribuição controlada aos governos e instituições dos Estados membros, diretamente ou por intermédio dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Os recursos gerados pelas assinaturas e vendas em bancas cobrem aproximadamente 45% do custo da revista.

A Secretaria-Geral continuou a implementar as recomendações do Plano Trienal de Ação para

Fortalecer a Situação Financeira da Revista *Américas*. Em princípios de 2004, será levada a cabo uma promoção especial de vendas no Canadá, com o apoio e a colaboração da Fundação Canadense para as Américas (FOCAL). Ademais, o pessoal de *Américas* tem-se empenhado na busca de novos mercados educativos para a revista, realizando promoções especiais de venda junto a bibliotecas universitárias dos Estados Unidos e do Canadá. Com a colaboração dos Escritórios da Secretaria-Geral da OEA, realizaram-se pesquisas de mercado nos Estados membros, com vistas aos preparativos para a negociação de contratos com distribuidores de revistas e o aumento das vendas no exterior.

A Secretaria-Geral também realizou várias campanhas de aumento e promoção da revista com o uso de diversas estratégias de mercado. Como parte de uma campanha de vendas de assinaturas realizada no último trimestre de 2003, enviaram-se mais de 550.000 cartas a assinantes em potencial, oferecendo uma agenda *Américas* de 2004 a título de brinde. A agenda deste ano, dedicada ao tema da democracia, foi produzida em colaboração com a Unidade para a Promoção da Democracia. A revista *Américas* também é vendida pela Internet, nos portais de *MagazineCity.net* e *doctormag.com*. A receita gerada por todas as fontes de venda da revista *Américas* é totalmente utilizada para cobrir os seus gastos de produção e publicação.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

A finalidade do Departamento de Serviços Jurídicos, cujas funções foram estabelecidas mediante a Ordem Executiva N° 96-4, consiste em dar atendimento aos assuntos jurídicos relacionados com as atividades da Organização, sua relação com outras entidades e a aplicação de suas normas e regulamentos internos. O Departamento cumpre seus objetivos prestando serviços de assessoramento jurídico, de representação em litígios e negociações e de elaboração de documentos legais para a Secretaria-Geral, para os órgãos políticos e outros órgãos da Organização. Por sua própria natureza, o trabalho é volumoso, diversificado e intenso.

Consultas atendidas por escrito

Conforme o seu registro de correspondência, o Departamento deu resposta por escrito a 593 consultas individuais das diversas dependências da Secretaria-Geral, dos órgãos políticos e das delegações. Estas consultas incluem 271 pareceres jurídicos e a revisão de 178 acordos. Os clientes principais foram a Subsecretaria de Administração, com 116 consultas; a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), com 84 consultas; e a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD), com 82 consultas. As outras áreas assessoradas com mais de dez consultas respondidas por escrito foram o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e suas diversas dependências, com 66; a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, com 27; a Comissão do Fundo de Aposentadoria e Pensões, com 23; a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), com 19; o Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, com 15; e a Unidade de Comércio, com 12 consultas.

Assessoramento aos órgãos políticos

O Departamento prestou assessoramento jurídico nos períodos de sessões da Assembléia Geral, do Conselho Permanente e do Grupo Conjunto sobre a Reestruturação e Modernização da OEA, principalmente em matéria administrativa, trabalhista, orçamentária e processual. Assessorou o Conselho Permanente e a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP), particularmente quanto aos aspectos jurídicos relacionados com o aumento salarial não-previsto no orçamento-programa de 2003 e com as modificações do Regulamento do Pessoal, e elaborou pareceres jurídicos, projetos de resolução, projetos de relatório e os documentos de trabalho solicitados.

Para o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e seus órgãos, o Departamento prestou assessoramento na criação da Comissão Interamericana de Cultura e na adaptação dos Congressos Interamericanos de Turismo à estrutura e às atividades do CIDI. Participou, como assessor jurídico, do Décimo Oitavo Congresso de Turismo, na Guatemala, e das reuniões do CIDI, da CEPCIDI, e da Junta Diretora da AICD.

Para a CITEL, o Departamento preparou projetos de resolução e assessorou o presidente e as diferentes delegações na Décima Terceira Reunião da Comissão Diretora Permanente da CITEL (COM/CITEL) realizada em Calafate, Argentina, e a Comissão de Coordenação na sede. As consultas abrangeram assuntos processuais, reformas de regulamento para os Membros Associados e operações financeiras e administrativas.

O Departamento colaborou com a Assembléia de Delegadas da CIM e atendeu várias consultas formuladas por sua Secretaria Executiva no decorrer do ano, inclusive o assessoramento para um acordo com a USAID destinado a apoiar um programa de combate ao tráfico de pessoas.

Nos termos do Acordo de Cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Departamento atuou como assessor jurídico da Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo e da Décima Segunda Reunião da Junta Interamericana de Agricultura, no Panamá. Preparou regulamentos e contratos modelo para pessoal associado e um regulamento e plano para incentivar o oportuno pagamento de cotas. Respondeu a várias consultas sobre assuntos financeiros e de pessoal, preparou a documentação necessária para a dissolução e liquidação da Fundação AgriFuture e revisou projetos de contratos com a empresa Oracle.

O Departamento participou das reuniões do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança no Chile e em Washington, onde apresentou pareceres jurídicos sobre assuntos orçamentários, a ordem parlamentar, a eleição do Diretor-Geral e o uso dos fundos patrimoniais do Instituto. Respondeu às consultas do Diretor-Geral sobre assuntos institucionais e trabalhistas e sobre acordos de cooperação.

Para a Junta Interamericana de Defesa (JID) e a Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente, o Departamento apresentou um parecer jurídico e projetos de resolução sobre a modernização e reforma da JID. Além disso, assessorou a JID em temas referentes a recursos humanos e à arrecadação de fundos.

Para a Comissão de Aposentadoria e Pensões, o Departamento elaborou novas disposições sobre políticas e procedimentos e assessorou a Comissão e o Secretário Tesoureiro sobre a aplicação do Plano e do Regulamento e sobre assuntos tributários e trabalhistas. Preparou e publicou, com a aprovação da Comissão, o Regulamento codificado do Plano.

O Departamento assessorou a Comissão do Fundo Rowe, particularmente na negociação de um acordo com uma instituição privada boliviana sem finalidade de lucro, que assumirá funções operacionais e atuará como garante para facilitar a concessão de empréstimos a maior número de estudantes bolivianos. Também assessorou a Secretaria do Fundo em assuntos jurídicos e administrativos.

Para a CICAD, por intermédio de um advogado designado a tempo quase integral, participou das atividades relacionadas com seus programas de desenvolvimento jurídico, controle de armas e controle da lavagem de ativos. Essas atividades, que mereceram destaque no relatório da CICAD, incluem a elaboração de um regulamento modelo para o controle dos intermediários de armas de fogo, que foi adotado pela CICAD, assessoramento em relação à Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, a revisão e negociação de acordos de cooperação, a preparação de modificações ao Regulamento Modelo sobre lavagem de ativos para controlar o financiamento do terrorismo, e capacitação para países interessados na aplicação do júízo oral nos processos.

Assessoramento à Secretaria-Geral

A fim de facilitar a realização da Cúpula Extraordinária e de outras reuniões internacionais que tiveram lugar no México, o Departamento participou, em representação dos Gabinetes do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto, da negociação dos acordos correspondentes e da constituição de um fideicomisso para a administração dos recursos destinados ao financiamento dessas reuniões. O Diretor do Departamento está atuando como presidente da comissão técnica supervisora do fideicomisso. Além disso, para facilitar o início das atividades da Secretaria do Acordo de Livre Comércio das Américas (SALCA) no México, o Departamento concluiu as negociações sobre o estabelecimento do fideicomisso a ser operado pela SALCA, preparou os acordos correspondentes e os contratos modelo para o pessoal associado do fideicomisso e participou da coordenação da outorga dos contratos e do reconhecimento dos privilégios e imunidades do pessoal da SALCA.

Quanto ao Gabinete do Secretário-Geral Adjunto, o Departamento prestou assessoramento no Acordo para Estabelecer um Processo de Transição e Medidas de Fortalecimento da Confiança entre Belize e a Guatemala. Posteriormente, realizou uma missão a esses países para dar início aos trâmites jurídicos de transferência de terras, a fim de facilitar o reassentamento dos moradores da área adjacente. Também participou da revisão, negociação e finalização de acordos com doadores da Missão Especial no Haiti e assessorou a resolução de assuntos administrativos e trabalhistas dessa missão.

O Departamento assessorou o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto em assuntos trabalhistas, tributários e imobiliários e sobre privilégios e imunidades pertinentes à operação dos Escritórios da Secretaria-Geral fora da sede, e iniciou um processo para que fosse reconhecida a isenção tributária na venda de um veículo oficial em um Estado membro. Participou da redação e negociação de diversos acordos, entre os quais se destaca um acordo de cooperação com a Cruz Vermelha Internacional, e prestou assessoramento jurídico a este Gabinete sobre suas atividades como Secretaria do Conselho Permanente. Também assessorou a Secretaria de Conferências e Reuniões na redação e revisão de contratos vinculados a reuniões tais como a da Assembléia Geral e as da Assembléia Geral Modelo.

O Departamento assistiu a Secretaria Executiva da AICD na redação e negociação de acordo com doadores e participantes do setor público e privado para a execução de projetos específicos, e na preparação e aperfeiçoamento dos contratos modelo para a execução de projetos. Continuou a cooperar na preparação dos documentos legais relacionados com a segunda fase do Projeto de Reconstrução de Moradias em Comunidades Afetadas pelo Furacão Mitch, em Honduras, e participou da correspondente licitação. Assessorou o Diretor-Geral quanto aos requisitos jurídicos para um acordo de cooperação com Taiwan, propôs as disposições pertinentes e redigiu um contrato de fideicomisso para facilitar o recebimento e a administração de recursos de Taiwan, sujeito ao cumprimento dessas disposições e à aprovação dos órgãos políticos competentes.

Assessorou a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em assuntos trabalhistas, negociando entendimentos extrajudiciais, bem como na revisão de acordos com doadores para alguns dos projetos da Comissão.

Continuou colaborando com a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) na estruturação e revisão de acordos e contratos para as missões de observação eleitoral, tais como o Procedimento de

Observação da Coleta de Assinaturas na Venezuela, e para a execução de tarefas de remoção de minas e seu financiamento, projetos sobre automatização do voto em diferentes processos eleitorais, e projetos sobre modernização do Estado e promoção da participação do cidadão em processos eleitorais. Assessorou a negociação e preparação dos acordos com doadores. Preparou um parecer jurídico sobre a possibilidade de enviar uma missão de observação eleitoral a um país observador da OEA.

Cooperou com a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente na preparação e revisão de acordos para a execução de projetos em diferentes países, inclusive a preparação dos acordos com os países envolvidos na execução do projeto Sistema Aquífero Guarani, financiado pelo Banco Mundial, e do projeto Recursos Hídricos da Bacia do Prata. O Departamento assessorou a Unidade Intersetorial de Turismo na preparação e revisão de acordos para projetos em vários países e para estabelecer um fundo financeiro destinado a captar recursos externos para o desenvolvimento de pequenos hotéis no Caribe.

Para a Subsecretaria de Administração, o Departamento assessorou a negociação e redação de diversos documentos jurídicos, tais como os contratos de arrendamento de escritórios no Edifício da Secretaria-Geral (GSB), os contratos de construção para a reforma do Edifício Principal e outros importantes contratos de serviços. Redigiu e revisou diversos memorandos administrativos, como os referentes a Normas Administrativas e Orçamentárias, Disposições sobre o Reembolso de Matrícula e Avanço de Carreira, utilização dos cartões de isenção de impostos nas compras efetuadas pela Secretaria-Geral e veículos registrados nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Continuou a prestar assessoramento em assuntos orçamentários, como a disposição dos excedentes do Fundo de Reserva, e assuntos administrativos relacionados com a interpretação de normas para sua aplicação a casos concretos, tais como solicitações de audiência e reconsideração, benefícios de repatriação, aplicação do subsídio educacional, viagens ao país de origem e políticas de pessoal.

Continuou colaborando com o Escritório do Inspetor-Geral mediante a revisão dos termos de referência dos contratos para a realização de auditorias nos diversos Estados membros e o atendimento de consultas, e mediante a participação em auditorias de projetos e de casos, proporcionando a devida sustentação jurídica. Cite-se a auditoria e a investigação realizadas no Escritório da Secretaria-Geral em um Estado membro, mediante as quais os problemas existentes foram solucionados à luz do ordenamento jurídico da Organização.

O Departamento continuou a oferecer assessoramento em assuntos associativos e tributários a entidades sem finalidade de lucro ligadas à Organização, como a Fundação para as Américas, a Fundação de Estudos Interamericanos para a Assembléia Geral Modelo da OEA, a Organização das Mulheres das Américas e o *Young Americas Business Trust*. Continuou a assessorar o Museu de Arte das Américas na redação e revisão de documentos jurídicos concernentes à exposição de obras de arte, bem como a temas relacionados com o seu custo, transporte e seguro.

O pessoal do Departamento continuou a participar de comissões e grupos de trabalho da Secretaria-Geral na qualidade de membros e/ou assessores jurídicos, como as Comissões de Seguro, de Seleção e Adjudicações, de Publicações e de Vendas.

Litígios

O Departamento defendeu a Secretaria-Geral perante o Tribunal Administrativo, em uma demanda formulada por uma ex-funcionária cujo contrato de prazo fixo não fora renovado, a qual solicitava – ademais – que a Secretaria-Geral fosse condenada a pagar indenização por perdas e danos decorrentes da aplicação supostamente incorreta do procedimento de avaliação de desempenho. O Tribunal denegou o pedido, sem custas processuais para a Secretaria-Geral.

Também sustentou a inadmissibilidade de um recurso, por considerar que o mesmo fora impetrado fora do prazo. Não obstante, o Tribunal conheceu da demanda e sugeriu que, antes de voltar a considerar o caso, as partes chegassem a um acordo conciliatório, o que afinal ocorreu mediante negociações diretas entre os procuradores das partes.

O Departamento acaba de requerer que o Tribunal Administrativo denegue o recurso formulado por uma pessoa que solicita seu reconhecimento como membro do pessoal, com base em serviços prestados à Secretaria-Geral na Argentina por um período de 23 anos.

Ao longo do ano, o Departamento prestou assistência ao processo decisório de diversas áreas da Secretaria-Geral para prevenir litígios, e assessorou os oficiais de audiência e a Comissão de Reconsideração na busca de soluções para conflitos trabalhistas, levando em conta os melhores interesses da Secretaria-Geral.

ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral correspondem ao disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, nas Normas Orçamentárias e Financeiras, Capítulo XV, e na Ordem Executiva N° 95-05. Estas disposições estabelecem a função de auditoria interna em apoio ao Secretário-Geral e aos órgãos dirigentes, visando monitorar o cabal cumprimento das responsabilidades dos distintos níveis de administração, referentes aos programas e recursos da Secretaria-Geral. Seu objetivo é garantir a revisão sistemática dos procedimentos operacionais e das transações financeiras realizadas tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Verifica a observância e o cumprimento das políticas, normas e práticas estabelecidas, a fim de constatar sua exatidão, eficácia e economia.

Auditorias

No período de 1° de março de 2003 a 29 de fevereiro de 2004, o Escritório do Inspetor-Geral efetuou nove auditorias operacionais e de cumprimento e para fins de revisão sistemática dos controles internos de contabilidade e administração, ademais de uma inspeção e uma investigação. Na execução das atividades operacionais do Escritório, manteve-se a mais ampla cobertura possível na sede, orientando as atividades de auditoria para as operações de maior risco e as de maior potencial para aumentar a eficiência, economia e eficácia. O Escritório do Inspetor-Geral atuou com ampla liberdade e independência na execução de suas atividades, sem restrições e com total acesso a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede como nos países membros.

Nesse período, realizaram-se atividades de auditoria operacional na sede para avaliar os controles internos e administrativos e assegurar o cumprimento das normas e procedimentos da OEA. O Escritório passou em revista as operações de chamadas telefônicas de longa distância na sede, e as do Departamento de Serviços Financeiros, Biblioteca Colombo, Comissão Interamericana de Mulheres, Unidade de Mensageiros, Custo de Viagens na sede, Departamento de Serviços de Gestão de Compras, Contratos por Tarefa e Escritórios da Secretaria-Geral da OEA na República Dominicana, Paraguai e El Salvador, para determinar a conformidade da execução de suas atividades com as normas e procedimentos da OEA.

Todos os relatórios de auditoria e recomendações foram aprovados pelo Secretário-Geral.

Adicionalmente, o Escritório do Inspetor-Geral revisou 11 projetos executados em vários Estados membros, para assegurar o cumprimento dos acordos e determinar se os objetivos especificados foram atingidos. Foram auditados os seguintes projetos: 1) Incorporação da Perspectiva de Gênero; 2) Estudo do Tráfico de Mulheres e Crianças para Fins de Exploração; 3) Seguimento da Convenção de Belém do Pará; 4) Desenvolvimento Organizacional da Comissão Nacional de Drogas; 5) Workshop sobre a Promoção e Defesa dos Direitos de Meninos, Meninas e Adolescentes no Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos; 6) Modernização do Registro Civil (MORECIV); 7) Modernização de Instituições Eleitorais; 8) Regulamento Modelo para o Controle do Tráfico Internacional de Armas de Fogo; 9) *Document Catalog Retrospective Conversion*; 10) Seminário Internacional: Incubadoras de Pequenas Empresas; e 11) Programa de uma Escola de Capacitação Política.

Outras atividades

O Escritório do Inspetor-Geral prosseguiu suas atividades de seguimento para assegurar a aplicação das recomendações que formulara previamente. O Escritório continuou a prestar assessoramento e assistência por meio de suas análises, avaliações, investigações e recomendações referentes às atividades examinadas, e participou como observador de várias comissões da Secretaria-Geral.

O Inspetor-Geral apresenta relatórios trimestrais e um relatório anual sobre suas atividades, tanto ao Secretário-Geral como ao Conselho Permanente.

SETOR DE CERIMONIAL

O Setor de Cerimonial planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização dos Estados Americanos, do Conselho Permanente, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e das Secretarias Executivas. Serve de elemento de ligação entre as Missões Permanentes junto à OEA e o Departamento de Estado dos Estados Unidos no que se refere aos privilégios e imunidades das Missões. Também organiza e coordena o uso do Edifício Principal da OEA para fins protocolares e sociais.

Protocolo e cerimonial

O Setor de Cerimonial organizou os seguintes eventos: sessões solenes para o Presidente da Itália, o Presidente do Uruguai, o Presidente da Nicarágua, o Presidente da Bolívia e o Presidente do Paraguai, e uma sessão extraordinária do Conselho Permanente para a visita da Delegação da União Européia, além de cerimônias comemorativas do Dia das Américas, do aniversário de nascimento de Simón Bolívar e do Descobrimento da América – Encontro de Dois Mundos. O Setor coordenou a apresentação de credenciais de oito Representantes Permanentes e a visita de cortesia de vários Observadores Permanentes. Organizaram-se recepções de despedida para os Embaixadores da Nicarágua, Equador, Colômbia, República Dominicana, Estados Unidos e Guatemala.

O Setor de Cerimonial também prestou apoio protocolar a todas as inaugurações de exposições do Museu de Arte das Américas. Igualmente, todas as cerimônias de assinatura, depósito ou ratificação de protocolos e outros acordos entre a Organização e os Estados membros foram organizadas por este setor. Na Assembléia Geral de Santiago, Chile, organizou-se uma grande recepção oferecida pelo Secretário-Geral a cerca de 500 convidados.

A Lista de Missões, Chefes de Estado, Altos Funcionários do Governo, Órgãos da OEA e Entidades Afiliadas foi atualizada e publicada em versão impressa e no portal Internet-Intranet da OEA. Prepararam-se e enviaram cartas de felicitações aos Representantes Permanentes e Observadores, pela passagem das datas de independência dos respectivos países.

Administração do Edifício Principal

O uso do Edifício Principal é administrado pelo Setor de Cerimonial. Em 2003, realizaram-se mais de 300 recepções, almoços, jantares e conferências. Previu-se para esse ano uma arrecadação de US\$190.000 a título de aluguel do Edifício. Também sob a coordenação do Setor de Cerimonial, realizaram-se 17 Semanas dos Países, um programa pelo qual se reserva aos Estados membros e observadores uma semana para a realização de eventos culturais ou acadêmicos. Além disso, prestou-se apoio à organização das quatro exposições de pintura e nove recitais à parte do programa de Semanas dos Países. Colaborou-se estreitamente com a organização e realização do Festival de Comida das Américas, uma iniciativa da Organização de Mulheres das Américas, que congrega as esposas dos Embaixadores credenciados junto à OEA, e à qual deu-se apoio durante todo o ano.

Apoio às Missões Permanentes e à Secretaria-Geral e ligação com o Departamento de Estado

O Setor de Cerimonial revisou e processou cerca de 3.950 solicitações formuladas pelas Missões Permanentes e seu pessoal, para seu encaminhamento ao Departamento de Estado. Estas incluíam credenciamentos, concessões, alterações, extensões e renovações de vistos, licenças de trabalho, importação e aquisição de artigos com isenção de impostos, trâmite e renovação de carteiras de isenção de impostos e de carteiras de motorista, solicitações referentes à matrícula, verificação de seguro e venda ou exportação de veículos. O Setor também gestionou a emissão de vistos para altos funcionários da OEA e de carteiras de motorista para o pessoal da Organização.

ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES EXTERNAS

O Escritório de Relações Externas foi estabelecido pela Ordem Executiva N° 97-4, de 23 de julho de 1997. Sua finalidade é assessorar as diferentes instâncias da Secretaria-Geral e os órgãos dirigentes em todas as atividades vinculadas com as relações externas, promovendo e mantendo comunicações com o país sede da Organização e, entre outros, com organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, o setor privado e entidades sem finalidade de lucro.

Observadores Permanentes

O Escritório de Relações Externas é responsável pela condução diária das atividades relacionadas com os países Observadores Permanentes, cujo interesse e participação nas atividades da Organização é crescente. Por meio de reuniões informativas, intercâmbio de documentos e informação, visitas de altas autoridades de governo desses Estados e eventos especiais. O Escritório de Relações Externas promove a ativa participação e colaboração desses países nas atividades da Secretaria-Geral.

Existem atualmente 59 Observadores Permanentes junto à Organização. Tres novos Estados, a Eslovênia, Nigéria e Luxemburg, foram investidos na condição de Observador Permanente junto à OEA. Em 2003, a Organização recebeu importantes contribuições em dinheiro desses países. O Escritório de Relações Externas negociou significativa parcela das mesmas, quer diretamente, quer como intermediário nas negociações. O Escritório também organizou diversas cerimônias de doação em reconhecimento público do apoio dos países observadores às atividades da Organização, e coordenou a divulgação dos respectivos comunicados de imprensa.

Dentre as visitas oficiais de altas autoridades de governo dos países Observadores Permanentes, registre-se a do Presidente da Itália, Carlo Azeglio Ciampi, que usou da palavra em sessão solene do Conselho Permanente. Nessa ocasião, o Chefe de Estado italiano declarou-se otimista quanto ao diálogo mantido pela União Européia e a OEA. O Presidente Ciampi – o primeiro Chefe de Estado italiano a visitar a Organização –, valeu-se da oportunidade para informar que a Itália voltaria a estabelecer uma Missão Observadora Permanente junto à OEA. Nesse mesmo período, realizaram-se consultas entre a OEA e a União Européia, esta representada por uma Delegação encabeçada pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores da Itália, Mario Baccini, e seu Diretor-Geral para as Américas, Embaixador Ludovico Ortona. A Irlanda, que sucederá a Itália na Presidência da União Européia, foi representada por Patrick Walshe, Secretário-Geral Adjunto da Chancelaria irlandesa. Também estiveram presentes representantes da Comissão Européia e do Conselho da União Européia.

Organizou-se ainda uma reunião de alto nível entre o Secretário-Geral do Conselho da Europa, Senhor Walter Schwimmer, e o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da OEA, para intercambiar informação sobre temas de interesse comum como os direitos humanos, a luta contra as drogas, a corrupção, o terrorismo e o fortalecimento da democracia.

O Escritório de Relações Externas também mantém e expande regularmente sua página na Internet sobre Observadores Permanentes, que inclui informação e documentação relevante para a condição de Observador Permanente, informação detalhada sobre cada país Observador Permanente e dados gerais sobre contribuições e participação dos Observadores Permanentes nas atividades da Organização. No

período abrangido por este relatório, este Escritório traduziu ao espanhol a citada página, que antes estava disponível somente em inglês.

O Escritório de Relações Externas, trabalhando em estreito contato com as áreas técnicas, preparou e distribuiu, para consideração dos países Observadores Permanentes, uma pasta com informação pormenorizada sobre vários projetos de cooperação técnica administrados pela Secretaria-Geral que requerem financiamento.

Outras atividades

Importante iniciativa empreendida pelo Escritório de Relações Externas foi a criação de um programa de oradores, que consiste em um extenso banco de dados sobre peritos em diferentes disciplinas, tanto da Organização como das Missões Permanentes e de instituições externas, para fins de participação como membros de painéis de discussão ou oradores nos eventos da Organização. Essa informação está disponível como documento de referência, já que inclui dados completos sobre os peritos, ou seja, nome, perfil, área de especialização, contatos, lugar de trabalho, antecedentes, experiência profissional e referências como conferencista.

O programa de oradores prosseguiu com uma série de conferências organizadas em conjunto com o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade George Washington e o Conselho de Assuntos Mundiais. Os temas abordados nesses eventos foram a Conferência Especial sobre Segurança, no México, a Cúpula Extraordinária das Américas e os resultados da reunião ministerial sobre o processo da ALCA, realizada em Miami. Essas conferências, cujo objetivo é enriquecer o diálogo hemisférico sobre temas prioritários para os Estados membros, atraíram mais de 600 pessoas da comunidade local, entre as quais diplomatas, acadêmicos, peritos de centros de estudo e pesquisa, e representantes governamentais, de organizações não-governamentais e do setor privado.

O programa de oradores também organizou os seguintes eventos especiais: o programa de televisão *Niños y Medio Ambiente*, co-auspicado pela Organização Pan-Americana da Saúde; a mesa-redonda *Trabajo Infantil, Pobreza y Educación*, que contou com a participação do renomado perito Kailash Satyarthi, Presidente da Marcha Global contra o Trabalho Infantil; a videoconferência com a Universidade Luterana da Califórnia, para informar sobre as atividades principais que a Organização desenvolve; e a videoconferência *Tráfico de Personas en el Hemisfério*, organizada em conjunto com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).

Também organizou o seminário anual de líderes jovens *Projeto Américas*, em conjunto com o Instituto Baker para Políticas Públicas da Universidade Rice, em Houston, Texas. O seminário, cujo tema foi *O Estado da Democracia na Região*, reuniu um grupo de 16 líderes de países do Hemisfério. O Embaixador Luigi R. Einaudi, Secretário-Geral Adjunto da OEA, participou em representação da Organização como orador principal.

Colégios, universidades e outras instituições realizaram aproximadamente 3.800 visitas e participaram de 164 sessões informativas na OEA. Participavam desses grupos, entre outros, oficiais governamentais, especialistas de centros de estudo e pesquisa, pessoal militar, estudantes secundários e universitários, entre outros.

O Escritório de Relações Externas continuou a expandir seu banco de dados, que já conta mais de

3.000 contatos locais interessados em participar em suas atividades. Também continuou a atualização de *El Rincón de los Niños*, uma página da OEA na Internet concebida para servir como centro cibernético de informação e diversão para crianças, escolares, professores e o público em geral.

SECRETARIA DO PROCESSO DE CÚPULAS

Em 31 de maio de 2002, o Secretário-Geral assinou a Ordem Executiva N° 2-03, mediante a qual se estabeleceu a Secretaria do Processo de Cúpulas, substituindo o Escritório de Seguimento das Cúpulas. Este último fora estabelecido mediante a Ordem Executiva N° 98-3, de 16 de julho de 1998, para coordenar as ações e realizar o acompanhamento dos mandatos emanados do Plano de Ação de Santiago, da Segunda Cúpula das Américas. A Secretaria do Processo de Cúpulas é a instância da Secretaria-Geral encarregada de assessorar o Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto e os órgãos políticos da Organização nos temas relacionados com o seguimento de cúpulas.

Secretaria do Processo de Cúpulas das Américas

A partir da Terceira Cúpula das Américas, dando cumprimento às resoluções AG/RES. 1824 (XXXI-O/01), AG/RES. 1847 (XXXII-O/02) e AG/RES. 1965 (XXXIII-O/03), este Escritório desempenha as funções de Secretaria do Processo de Cúpulas, que consistem em prestar apoio técnico e logístico às reuniões do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) e das suas Comissões Diretora e Executiva, redigir, manter, atualizar e publicar toda a documentação destas reuniões na página de acesso para governos da Rede de Informação da Cúpula das Américas, manter a memória institucional do processo de Cúpulas, atualizar constantemente a informação sobre as atividades de seguimento dos mandatos aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas e proporcionar todas as informações requeridas pelos países sobre o processo de Cúpulas. Neste último ano, a Secretaria também realizou várias atividades de divulgação para levar as Cúpulas das Américas e seus mandatos ao conhecimento dos diferentes setores das sociedades do nosso Hemisfério.

Apoio aos trabalhos do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)

A Secretaria do Processo de Cúpulas apoiou as reuniões do GRIC realizadas em Washington, D.C., em abril de 2003, e em Santiago, Chile, em junho de 2003, e as cinco reuniões preparatórias para a Cúpula Extraordinária das Américas. Para a reunião do GRIC realizada em 2 de abril de 2003, o apoio abrangeu, ademais dos seus aspectos logísticos e técnicos, a preparação do Quadro de Implementação e Monitoramento da Cúpula, em que estão compilados os relatórios nacionais apresentados pelos países sobre a implementação dos mandatos das Cúpulas. Posteriormente, na Assembléia Geral da OEA em Santiago, o GRIC realizou uma reunião de nível ministerial em que a Argentina, que sediará a Quarta Cúpula das Américas, assumiu a presidência do Processo de Cúpulas. Nessa reunião, acordou-se quanto à realização de uma Cúpula Extraordinária das Américas previamente à Quarta Cúpula.

Durante o processo preparatório da Cúpula Extraordinária, o México assumiu a presidência do GRIC e conduziu os trabalhos preparatórios com o apoio desta Secretaria. O GRIC realizou cinco reuniões preparatórias: em julho e setembro de 2003, em Washington, D.C., na sede da OEA, em outubro do mesmo ano na Cidade do México, de 8 a 12 de dezembro em Washington, D.C. e, finalmente, de 8 a 10 de janeiro em Monterrey, México. Nessas reuniões, a Secretaria do Processo de Cúpulas prestou apoio às negociações da Declaração de Nuevo León, oferecendo assessoramento técnico e logístico, transmitindo a documentação pertinente aos coordenadores nacionais, traduzindo os documentos e

publicando-os na página da Internet de acesso para governos.

Na Cúpula Extraordinária das Américas, a Secretaria do Processo de Cúpulas apresentou o relatório *Avanzando en las Américas: Progresos y Desafíos*, sobre a implementação dos mandados da Cúpula da Cidade de Québec.

A Secretaria do Processo de Cúpulas mantém e administra na Internet a página da Rede de Informação da Cúpula das Américas, de acesso público geral, que inclui uma seção reservada aos coordenadores nacionais do processo de cúpulas. A página contém os documentos básicos desse processo: discursos, relatórios nacionais, declarações e resumos das reuniões do GRIC, relatórios das reuniões relevantes e informação sobre outras atividades desenvolvidas em torno da implementação dos mandatos da Cúpula das Américas e sobre a participação da sociedade civil no citado processo.

Seguimento das reuniões ministeriais e de alto nível relacionadas com o Processo de Cúpulas

Como parte do seguimento das reuniões ministeriais relacionadas com o processo de cúpulas, esta Secretaria apresenta, em cada reunião do GRIC, um relatório sobre as reuniões ministeriais recentemente realizadas. Para tanto, a Secretaria do Processo de Cúpulas coordena-se com as áreas técnicas da OEA encarregadas do tema, assiste e apóia esses eventos. Em particular, cabe à Secretaria do Processo de Cúpulas a responsabilidade de coordenar a participação da sociedade civil nessas reuniões. No período abrangido por este relatório, a Secretaria apoiou as seguintes reuniões:

- Quinta Reunião de Ministros dos Transportes, Ixtapa, México, 8 e 9 de maio de 2003
- Terceira Reunião de Ministros da Educação no âmbito do CIDI, México, 12 e 13 de agosto de 2003
- Reunião de Ministros da Saúde, Washington, D.C., 22 a 26 de setembro de 2003
- Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, Salvador, Bahia, 24 a 26 de setembro de 2003
- Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social, Isla Margarita, Venezuela, 8 a 10 de outubro de 2003
- Segunda Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal, Cidade do México, 17 de outubro de 2003
- Conferência sobre Responsabilidade Social das Empresas, Panamá, 26 a 28 de outubro de 2003
- Conferência Extraordinária sobre Segurança, Cidade do México, 27 e 28 de outubro de 2003
- Reunião de Ministros da Agricultura e Vida Rural, Panamá, 11 e 12 de novembro de 2003
- Oitava Reunião de Ministros do Comércio, Miami, Flórida, 21 de novembro de 2003.

Grupo de trabalho conjunto para as Cúpulas

Mediante Carta de Entendimento datada de julho de 2001, estabeleceu-se o Grupo de Trabalho dos Organismos Internacionais, que conta com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), do Banco de

Desenvolvimento do Caribe (BDC) e do Banco Mundial. A Secretaria do Processo de Cúpulas da OEA presta os serviços de secretaria desse Grupo de Trabalho e tem a seu cargo a coordenação de suas atividades.

O Grupo tem-se reunido periodicamente para intercambiar informações acerca das atividades de seguimento e implementação dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas. A Secretaria do Processo de Cúpulas está encarregada de convocar as reuniões, apresentar uma agenda, redigir a ata das reuniões, compilar os relatórios conjuntos e efetuar o seguimento das decisões adotadas. Este grupo de instituições participou das reuniões do GRIC realizadas em 2003, numa das quais, realizada em abril, apresentou um relatório de atividades relacionadas com o cumprimento dos mandatos das Cúpulas. Por outro lado, no período ordinário de sessões da Assembléia Geral, o GRIC apresentou aos Ministros das Relações Exteriores e aos dirigentes de cada instituição um Relatório Hemisférico onde constam todas as atividades levadas a cabo pelos membros desse Grupo em cumprimento de mandatos das Cúpulas.

A convite do Presidente do BID e do Secretário-Geral da OEA, realizou-se em 10 de dezembro de 2003 a segunda reunião dos dirigentes de todos os organismos que integram esse Grupo de Trabalho, com o objetivo de fortalecer a coordenação e a cooperação na implementação dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas. Também participaram da reunião os coordenadores nacionais para as Cúpulas.

Os dirigentes das instituições membros do Grupo participaram da Cúpula Extraordinária das Américas realizada em Monterrey, México, em 12 e 13 de janeiro de 2004.

Divulgação das Cúpulas das Américas

Para divulgar informação sobre a implementação dos mandatos da Cúpula das Américas, a Secretaria do Processo de Cúpulas organizou os seguintes eventos:

- Seminário Regional com a Sociedade Civil na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Santiago, Chile, junho de 2003
- Reunião do Grupo ESQUEL com as ONGs da área de Washington sobre a Cúpula Extraordinária das Américas, Washington, D.C., 26 de setembro de 2003
- Sessão informativa sobre la Cúpula das Américas para as Missões Observadoras Permanentes junto à OEA, Washington, D.C., 30 de setembro de 2003
- Concurso de ensaios sobre a Cúpula Extraordinária das Américas para estudantes de pré e pós-graduação
- Sessão informativa sobre Cúpulas para as ONGs da área de Washington, *Inter-American Dialogue*, Washington, D.C., 7 de outubro de 2003
- Reunião na OEA com grupos do setor privado sobre as Cúpulas das Américas, Washington D.C., 17 de outubro de 2003
- Reunião informativa sobre as Cúpulas para a comunidade política de Washington, *Center for Security and International Studies (CSIS)*, Washington, D.C., 3 de novembro de 2003
- Evento com la sociedade civil organizado em conjunto com o *North-South Center* durante o Fórum Comercial das Américas e a Reunião Ministerial de Comércio, Miami, Flórida, 17 de novembro de 2003
- Café da manhã com o setor privado e o *Council of the Americas*, Miami, Flórida, 21 de

- novembro de 2003
- Seminário regional *La Sociedad Civil en los Procesos de Integración Hemisférica en el marco de la Cumbre Extraordinaria de las Américas*, Cidade do México, 24 e 25 de novembro de 2003
- Seminário regional com a imprensa, Washington, D.C., 12 de dezembro de 2003
- Fórum com a sociedade civil, Monterrey, México, 11 de janeiro de 2004
- Fórum com o setor privado, Monterrey, México, 11 de janeiro de 2004
- Entrega dos prêmios do Concurso de Ensaio, Monterrey, México, 11 de janeiro de 2004
- Apresentação do relatório *Avanzando en las Américas: Progresos y Desafíos*, Monterrey, México, 11 de janeiro de 2004.

Mobilização de recursos

Em 2003, a Secretaria do Processo de Cúpulas envidou um esforço especial para mobilizar recursos, obtendo contribuições de países membros (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, El Salvador, Estados Unidos, México e Suriname) e da organização *Partners of the Americas*. Os recursos adicionais possibilitaram o trabalho de divulgação junto à imprensa, à sociedade civil, ao setor privado e aos jovens das Américas, bem como a preparação do extenso relatório de andamento das Cúpulas, que passou em revista o progresso nos 18 temas do Plano de Ação de Québec e que serviu de documento básico para as discussões dos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula Extraordinária das Américas realizada em Monterrey, México.

Apoio à Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA

A Secretaria do Processo de Cúpulas presta apoio técnico a esta Comissão e tem a responsabilidade de coordenar a participação da sociedade civil em suas reuniões, bem como o credenciamento das organizações não-governamentais junto à Organização.

A Secretaria de Cúpulas prestou apoio técnico nas sete sessões realizadas pela Comissão mediante a preparação de relatórios e do projeto de plano de trabalho, a análise de pedidos de participação de organizações não-governamentais e outros serviços. Cite-se, em particular, a sessão especial da Comissão realizada em 28 de março de 2003, da qual participaram mais de 30 representantes da sociedade civil, que expuseram seus pontos de vista sobre a participação dessas entidades nas atividades da OEA. Várias organizações mencionaram a resolução CP/RES. 840, *Estratégias para Aumentar e Fortalecer a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA*, aprovada pelo Conselho Permanente da Organização, que foi definida como um passo à frente no processo de cooperação e colaboração com as organizações não-governamentais. Na sessão realizada à tarde do mesmo dia, recolheram-se os diferentes pontos de vista da sociedade civil sobre a implementação dos mandatos da Cúpula relativos à segurança hemisférica, educação e governabilidade. Estes temas foram selecionados na véspera da realização da Conferência Especial sobre Segurança, do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA cujo tema foi *A governabilidade nas Américas*, e da Terceira Conferência Interamericana de Ministros da Educação. Além disso, a *Corporación PARTICIPA* apresentou um relatório verbal sobre o progresso da estratégia da sociedade civil desenvolvida por essa entidade em conjunto com a Fundação Canadense para as Américas (FOCAL), a Coordenadoria Regional de Pesquisas Econômicas e Sociais (CRIES), o Departamento de Ciência Políticas da Universidade dos Andes

(UNIANDES) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Chile) para o seguimento da implementação do Plano de Ação de Québec.

Por outro lado, a Secretaria do Processo de Cúpulas coordenou o credenciamento de 78 organizações da sociedade civil para fins de participação nas atividades da OEA, levando em conta as Diretrizes para a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA.

Sociedade civil

A Secretaria do Processo de Cúpulas organizou uma sessão de trabalho no âmbito da Assembléia Geral realizada em Santiago, Chile, entre representantes de mais de 100 organizações não-governamentais e o Secretário-Geral da OEA e diversos Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros, para discutir o papel da sociedade civil na implementação dos mandatos da Cúpula das Américas. O diálogo abrangeu temas referentes ao fortalecimento da democracia, à proteção dos direitos humanos e ao cumprimento de outros mandatos emanados das Cúpulas das Américas.

Com a idéia de fortalecer as relações com a sociedade civil e sua participação no processo de Cúpulas, a Secretaria manteve atualizadas na Internet a página dedicada a este assunto. Também atualizou o banco de dados das organizações não-governamentais credenciadas junto à OEA e das que participaram da Cúpula das Américas. Dispõe-se também de um correio eletrônico para fortalecer as comunicações com as organizações da sociedade civil e enviar e receber documentos relacionados com o tema.

A sociedade civil nas reuniões ministeriais

A Secretaria do Processo de Cúpulas apoiou a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões ministeriais e conferências especializadas que se realizaram no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), entre as quais a Terceira Reunião de Ministros da Educação, e no âmbito da OEA, como as de Descentralização e de Segurança Hemisférica, e a Oitava Reunião de Ministros do Comércio.

Participação da sociedade civil no processo de Cúpulas

A sociedade civil já vem participando desse processo desde as atividades preparatórias das Cúpulas, por meio de fóruns realizados em Washington, D.C., em março de 2003, em Santiago, Chile, em junho de 2003, na Cidade do México, em novembro de 2003 e, por último, em Monterrey, México, em janeiro de 2004.

Apoio ao Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas

A Secretaria do Processo de Cúpulas presta apoio técnico e logístico ao Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre Direitos dos Povos Indígenas, do Conselho Permanente da Organização. Nesse sentido, colaborou na preparação do seu plano de trabalho e apresentou projetos a várias agências de cooperação, para captar recursos que contribuam para financiar a participação de representantes dos povos indígenas na discussão do projeto de Declaração e para melhorar a comunicação e o intercâmbio de experiências entre a Secretaria-Geral e os povos indígenas.

Esta Secretaria apoiou as sessões do Grupo de Trabalho, que está analisando e discutindo o texto consolidado do projeto de Declaração, preparado pelo seu Presidente com base na proposta original da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Essa proposta levou em conta sugestões, comentários e propostas apresentadas pelos Estados e pelos povos indígenas desde que se iniciou o processo de elaboração do projeto de Declaração.

Em cumprimento ao disposto na resolução AG/RES. 1919 (XXXIII-O/03), aprovada pela Assembléia Geral da OEA realizada em Santiago, Chile, em junho de 2003, a Secretaria apoiou a Reunião Inicial e a Segunda Reunião de Negociações para a Busca de Consensos, que foram levadas a cabo na sede da OEA, de 10 a 12 de novembro de 2003 e de 23 a 26 de janeiro de 2004, respectivamente. Essas reuniões contaram com amplo número de representantes de povos indígenas do Hemisfério e serviram para conhecer opiniões e analisar os textos dos artigos do Capítulo I (Âmbito de aplicação e alcances), do Capítulo II (Direitos Humanos), do Capítulo III (Identidade cultural) e do Capítulo IV (Direitos de organização e políticos) do projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Essas sessões de trabalho também serviram para revisar os avanços das legislações nacionais e normas internacionais sobre a matéria, assim como as doutrinas e práticas sobre as formas tradicionais de propriedade, terra, territórios e recursos naturais.

Além disso, a Secretaria do Processo de Cúpulas continuou a administrar o Fundo Específico para Apoiar a Elaboração da Declaração Americana, para o qual contribuíram o Brasil, Canadá, Estados Unidos, Nicarágua, Finlândia e o Banco de Dados dos Povos Indígenas das Américas, que conta com aproximadamente 500 títulos.

Outras atividades

A Secretaria do Processo de Cúpulas administra a página oficial da Iniciativa de Transporte do Hemisfério Ocidental na Internet, que serve de meio de comunicação entre os Ministros de Transportes e de publicação dos seus relatórios de seguimento sobre o tema.

ESCRITÓRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Escritório de Ciência e Tecnologia (ECT) foi estabelecido mediante a Ordem Executiva Nº 97-1, de 29 de janeiro de 1997. É a entidade assessora da Secretaria-Geral em todos os aspectos vinculados à ciência e tecnologia. Suas funções e responsabilidades são: o fortalecimento da capacidade técnica e dos programas que tenham um componente científico e/ou tecnológico; o apoio aos Estados membros na área de sua competência; a cooperação e o apoio às atividades da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral; a facilitação do intercâmbio e a divulgação de informações especializadas; e a coordenação dos Prêmios Interamericanos em sua especialidade.

O ECT coordenou e facilitou o desenvolvimento de atividades que promovem o cumprimento de mandatos da Assembléia Geral da OEA, do Processo das Cúpulas das Américas e de outras entidades representativas do Hemisfério no tocante a temas relacionados com a ciência, tecnologia e inovação e suas interações com outras áreas, como comércio, educação, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável e meio ambiente, tecnologias da informação, desenvolvimento empresarial e fortalecimento de pequenas e médias empresas (PMEs), em seu esforço no sentido de contribuir para a redução da pobreza no Hemisfério. Neste sentido, o ECT manteve e de fato ampliou seu papel como articulador e coordenador de políticas para a ciência, tecnologia e inovação. Como Secretaria Técnica da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT) e do processo preparatório da próxima Reunião Hemisférica de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), o ECT coordenou a Reunião Especial da COMCYT em maio de 2003, realizada em Lima, Peru. Entre as decisões resultantes desse encontro figuram a realização de uma Reunião Ministerial em novembro de 2004, a fim de desenvolver a proposta de agenda de ciência e tecnologia para a próxima Cúpula das Américas e a realização da Quarta Reunião Ordinária da COMCYT em março de 2004, para discutir políticas hemisféricas de ciência e tecnologia em áreas prioritárias definidas pelos países, inclusive ciência, tecnologia e inovação para elevar a competitividade do setor produtivo; ciência e tecnologia para o desenvolvimento social; desenvolvimento científico e tecnológico nas Américas; e popularização da ciência e tecnologia.

Por outro lado, o ECT está executando o Programa de Cooperação Hemisférica, formado por dois componentes: o Projeto de Cooperação Hemisférica e Desenvolvimento de Política Científica e Tecnológica; e o projeto Ciência, Tecnologia e Inovação para a Competitividade Hemisférica.

O Projeto de Cooperação Hemisférica volta-se para a geração de políticas hemisféricas de ciência e tecnologia em cada uma das áreas prioritárias, para o que se organizou uma série de *workshops* com peritos e o órgão de decisão nacional. O primeiro *workshop*, sobre a competitividade do setor produtivo, teve lugar na Argentina de 17 a 19 de novembro de 2003. O segundo, realizado no Equador de 10 a 12 de dezembro do mesmo ano, versou sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, abordando tecnologias de ponta nas áreas das redes avançadas e infra-estrutura da informação, materiais e nanotecnologia, tecnologias limpas e meio ambiente, e biotecnologia. Para o início de 2004 está prevista a realização de *workshops* na Jamaica e no Brasil, voltados para o desenvolvimento social e a popularização da ciência e da tecnologia. A fim de consolidar as recomendações e políticas resultantes desses quatro *workshops*, realizar-se-á no primeiro semestre de 2004, no Panamá, uma reunião para elaborar o documento final a ser apresentado na Reunião

Ministerial por intermédio da COMCYT.

Em relação ao tema da política científica e tecnológica, importa frisar que o ECD manteve contatos com academias de ciências das Américas. Em 14 e 15 de agosto de 2003, realizou-se em Washington, D.C., uma reunião onde se discutiu a eventual cooperação entre academias de ciências das Américas, num esforço destinado a promover a capacidade científica e de excelência para o desenvolvimento sustentável do Hemisfério.

Por outro lado, o ECT liderou em Washington, D.C., em 19 de novembro de 2003, o Painel sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, uma Conferência da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) sobre Elementos de um Novo Consenso para Enfrentar a Pobreza nas Américas, organizado pela AICD/OEA, pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este Painel concluiu, entre outras coisas, que o desenvolvimento social e econômico, bem como a redução da pobreza, não podem se alcançar sem a ciência e a tecnologia; que é vital para a tomada de decisões por parte de governos e doadores implementar estratégias que reconheçam o impacto transversal da ciência e da tecnologia, inclusive como instrumento fundamental do desenvolvimento.

No que se refere a Serviços Tecnológicos, continuou-se apoiando esforços para consolidar o Sistema Interamericano de Metrologia (SIM) e a Cooperação Interamericana de Acreditação (IAAC), especialmente às vésperas da formação da ALCA. Prestou-se assessoria técnica a ambos os órgãos no tocante ao desenvolvimento de suas atividades e reuniões de coordenação. Recebeu-se apoio financeiro e técnico da PTB-Alemanha nestas áreas, e participação e cooperação de todos os Estados membros, com os quais se trocaram experiências, sobretudo em torno de Metrologia. Nesta área os esforços estão voltados principalmente para melhorar o setor produtivo, composto sobretudo por PMEs.

Em matéria de Biotecnologia e Tecnologia dos Alimentos, mediante o apoio à rede de Biotecnologia e Tecnologia dos Alimentos para a América Latina e o Caribe (SIMBIOSIS), tentou-se exercer um impacto mais forte no manejo da biodiversidade e no acionamento do Protocolo de Biossegurança aprovado no Canadá no ano 2000. Apoiou-se o Simpósio sobre Protocolo de Biossegurança realizado na Venezuela em novembro de 2003, dedicado à preparação de pessoal para a implementação do Protocolo em todos os países do Hemisfério, de modo a harmonizá-lo com a ALCA. Da mesma forma, está sendo promovido o desenvolvimento de Indicadores de Biotecnologia e recentemente, na Colômbia, juntamente com o Observatório de Ciência e Tecnologia desse país, apoiou-se um *workshop* sobre esse tema, convocado para estabelecer um modelo e esquema de coleta de dados para os Estados membros.

Em matéria de Tecnologias da Informação e Telecomunicações, a experiência alcançada pelo ECT ao longo dos anos na área da interconexão, criação e expansão de redes, mediante o projeto Rede Hemisférica Inter-Universitária de Informação Científica e Tecnológica (RedHUCyT), está se orientando para a disseminação, na América Latina e no Caribe, de níveis mais avançados de interconexão, que facilitem o acesso à nova geração de aplicativos e tecnologias de Internet avançados na região.

Apoiou-se o desenvolvimento e consolidação de redes especializadas de informação sobre C&T, inclusive o SIM, a Rede Ibero-Americana/Interamericana de Indicadores de Ciência e Tecnologia

(RICyT), SIMBIOSIS, a Rede de Informação sobre C&T para a América Latina e o Caribe (INFOCYT) e a Rede Latino-Americana de Química (RELAQ). Mantêm-se na Internet páginas espelho dessas redes. Da mesma forma, estabeleceu-se colaboração com outras iniciativas, como a ScienTi, um banco de dados com mais de 300.000 currículos de cientistas da região; e CLARA, Colaboração Interamericana de Redes Avançadas, iniciativa que vem sendo apoiada pela Comunidade Européia. Realizou-se na sede da OEA uma reunião com representantes da CLARA, do BID e do Consórcio Internet2 para definir mecanismos de colaboração conjunta.

Com referência ao tema dos Indicadores de C&T, o ECT continuou apoiando as atividades da RICyT por meio de permanente assessoria técnica, em conjunto com o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, com o fim de elaborar novos indicadores regionais e fortalecer a Rede.

Em 2003, o ECT adotou o tema do Gênero em C&T, planejando a implementação de um projeto que facilite políticas e recomendações pertinentes para os Ministros de C&T do Hemisfério, em coordenação com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e outros organismos internacionais. Peritos da área estão preparando, a respeito da América Latina e de países mais avançados, estudos de caso que servirão como base de discussão num *workshop* a realizar-se em 2004, a depender do apoio financeiro solicitado à Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA) em 2003.

O ECT vem trabalhando na área do Governo Digital, em que, com apoio da Fundação Nacional da Ciência dos Estados Unidos e da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da OEA, busca-se um sistema que permita, em tempo real, o intercâmbio de informações entre países sobre temas específicos. Atualmente, trabalha-se para desenvolver um modelo tecnológico a fim de automatizar o processo de imigração e controle de fronteiras.

O ECT tem mantido contato permanente com a Divisão de Desenvolvimento Humano da AICD/OEA, sobretudo na avaliação de temas para bolsas de estudo e na coordenação, juntamente com o programa CYTED, do desenvolvimento de jornadas ibero-americanas.

Em todas estas áreas, o ECT tem exercido um permanente seguimento, por meio de contatos com os Organismos Nacionais de Ciência e Tecnologia (ONCyT) e com as várias instituições e outros órgãos envolvidos, bem como de viagens técnicas a vários países nesse período, inclusive à Argentina, Canadá, Chile, Equador, Colômbia, México, Nicarágua, Peru e Uruguai.

UNIDADE DE COMÉRCIO

A Unidade de Comércio (UC) foi criada mediante a Ordem Executiva N° 95-4 de 3 de abril de 1995. Seu objetivo básico é prestar apoio aos Estados membros em matéria de comércio, inclusive nas tarefas atribuídas à OEA na Terceira Cúpula das Américas, relativas ao estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). São suas funções: prestar apoio técnico à Comissão Especial de Comércio (CEC); estudar os diversos aspectos das relações comerciais hemisféricas; assegurar a efetiva coordenação com organizações regionais e sub-regionais de integração; e fortalecer os sistemas de informação sobre comércio.

Em seu Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, em Santiago do Chile, a Assembléia Geral, com a resolução AG/RES. 1973 (XXXIII-O/03), “Comércio e integração nas Américas”, reafirmou o compromisso da OEA de dar apoio ao processo de livre comércio e integração econômica no Hemisfério.

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

No período abrangido por este relatório, a Unidade de Comércio prestou assistência aos Estados membros nos três níveis do processo da ALCA: as reuniões dos grupos de negociação da ALCA; a Oitava Reunião Ministerial de Comércio, realizada em Miami, Flórida, em 20 de novembro; e as quatro reuniões vice-ministeriais realizadas em abril em Puebla, México; em julho em San Salvador, El Salvador; em setembro em Port of Spain, Trinidad e Tobago; e em novembro novamente em Miami, Flórida. Estas atividades foram coordenadas com as outras duas instituições que integram o Comitê Tripartite juntamente com a OEA: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O trabalho de apoio aos grupos realizado pela Unidade girou em torno do citado mandato dos Grupos de Negociação e incluiu a realização de compilações, estudos, análises e tarefas de assistência técnica solicitados pelos referidos grupos.

Na Declaração de Miami, os Ministros formularam várias solicitações concretas ao Comitê Tripartite (CT), a saber: 1) que o CT e o Grupo Consultivo sobre Economias Menores (GCEP) continuassem apoiando o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) na atualização do relatório sobre os progressos alcançados em cada um dos Grupos de Negociação no que tange ao tratamento dado às diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias; 2) que o GCEP, com apoio do CT, “formule recomendações ao CNC... sobre métodos e mecanismos de financiamento para considerar as necessidades de ajuste decorrentes das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do Hemisfério”; e 3) que os países, com ajuda do CT, complementem as Estratégias de Criação de Capacidade Comercial (ECCC) segundo convenha e organizem reuniões sub-regionais com os doadores para prosseguir as deliberações sobre as ECCC.

Nesse período, a Unidade continuou prestando apoio a sete dos 10 grupos de negociação: Investimento; Serviços; Direitos de Propriedade Industrial; Subsídios; *Antidumping* e Direitos Compensatórios; Política de Concorrência; e Solução de Controvérsias. Além disso, a Unidade ofereceu assistência técnica no tema Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio do Grupo de Acesso a

Mercados. Também se deu assistência ao Comitê Técnico de Assuntos Institucionais, ao Grupo Consultivo sobre Economias Menores, ao Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil e ao Subcomitê do CNC sobre Administração e Orçamento.

Além disso, o CT continuou atendendo a solicitações concretas apresentadas pelos Ministros nas Declarações Ministeriais de Toronto, Buenos Aires e Quito.

Sistema de Informação de Comércio Exterior

O Sistema de Informação de Comércio Exterior (SICE) tem por objetivo proporcionar informações atualizadas e completas sobre comércio no Hemisfério nos quatro idiomas oficiais da OEA. Desde que estas informações foram postas na sua página na Internet (<http://www.sice.oas.org>), o número de usuários aumentou constantemente, até totalizar cerca de 1.802.648 em 2003.

O SICE conta com documentos relativos aos temas seguintes: o processo da ALCA; acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre os países membros da OEA; propriedade intelectual; arbitragem comercial; instituições relacionadas com o comércio; informações gerais sobre os países; empresas e câmaras de comércio; dados quantitativos, inclusive sobre fluxos comerciais, tarifas de importação e preços.

Juntamente com a Secretaria Administrativa da ALCA, o sistema mantém o *serviço de distribuição de documentos da ALCA (SDD)*, lançado em 1º de maio de 1999. Este serviço permite acesso restrito a documentos gerados no processo de negociação da ALCA. Em fins de 2003, o número de documentos disponíveis na página segura passava de 28.000.

Página Oficial da ALCA

Como parte do CT, o SICE administra a página oficial da ALCA na Internet, que contém todos os documentos públicos do processo da ALCA, bancos de dados, publicações e informações relevantes sobre o avanço do processo de negociação.

Da mesma forma, como parte dos mandatos recebidos na reunião ministerial realizada em novembro de 1999 em Toronto, a Unidade de Comércio-SICE, como membro do Comitê Tripartite, é responsável pela manutenção de um calendário atualizada com os prazos fixados pelos grupos de negociação para o recebimento de contribuições das delegações.

Cooperação interinstitucional

No âmbito do CT, a Unidade continua trabalhando em estreita cooperação com o BID e a CEPAL para dar apoio aos diversos órgãos da ALCA. Da mesma forma, trabalhou em projetos específicos com outras instituições internacionais, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e órgãos sub-regionais como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), a Comunidade Andina, o Mecanismo de Negociações Regionais da CARICOM (CRNM), o MERCOSUL e a Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA).

Eqüidade e Igualdade de Gênero

Em seu esforço para incorporar o tema da eqüidade e igualdade de gênero à agenda do comércio, a Unidade fez uma apresentação sobre a ALCA na Primeira Reunião do Fórum Interamericano Interinstitucional sobre Eqüidade e Igualdade de Gênero da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) em 19 de fevereiro de 2003; da mesma forma, nos dias 9 e 10 de dezembro, fez uma apresentação na Terceira Reunião de Seguimento do Programa Interamericano (SEPIA) da CIM sobre Gênero e Educação. Nessa ocasião, a Unidade apresentou em inglês um documento intitulado “Liberalização Comercial, Gênero e Desenvolvimento: Quais São os Temas e Como Podemos Refletir sobre Eles?”

Cooperação técnica

O fortalecimento de capacidades em sua área de competência é um componente fundamental das atividades desempenhadas pela Unidade de Comércio da OEA. Em conformidade com os mandatos conferidos pelos Chefes de Estado e de Governo dos países do Hemisfério nas Cúpulas das Américas, a OEA presta apoio técnico às negociações da ALCA e assistência técnica aos Estados membros, em particular às economias pequenas, para facilitar a sua participação no processo de integração hemisférica.

Após a aprovação do Programa de Cooperação Hemisférica (PCH) da ALCA na Reunião Ministerial de Quito, em novembro de 2002, e de acordo com os mandatos da Assembléia Geral em apoio ao PCH, a Unidade ampliou seu leque de atividades tendentes ao fortalecimento da capacidades relacionadas com o comércio nas Américas. Este leque inclui as áreas de apoio que se seguem.

Respaldo à elaboração das estratégias nacionais ou sub-regionais para fortalecer as capacidades relacionadas com o comércio

A Unidade colaborou com 11^{1/} países na elaboração de suas estratégias nacionais ou sub-regionais para fortalecer as capacidades relacionadas com o comércio. Estas estratégias definem, priorizam e articulam as necessidades de cooperação relacionadas com o comércio em três esferas principais: preparação para negociações, implementação de compromissos comerciais e adaptação à integração, o que inclui maximizar os benefícios dessa integração, inclusive a capacidade produtiva e a competitividade na região

Treinamento de Funcionários Governamentais e Diálogos de Política Comercial com a Sociedade Civil

Em 2003 a Unidade realizou as atividades de treinamento seguintes.

¹.A OEA apoiou os seguintes países na elaboração de suas estratégias, segundo a divisão de trabalho entre as instituições do Comitê Tripartite: Bahamas, Barbados, Belize, El Salvador, Uruguai e os países do Caribe Oriental (Antígua e Barbuda, Dominica, Grenada, Santa Lúcia, Saint Kitts e Nevis, e São Vicente e Granadinas. O apoio prestado aos países do Caribe Oriental foi possível graças ao financiamento da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional.

- *Programa avançado de treinamento para funcionários governamentais sobre enfoques comerciais multilaterais regionais para as Américas.* Em 2003 este curso foi organizado e financiado pela OEA, em associação com a OMC, na Universidade das Índias Ocidentais, em Barbados, e na Universidade de Georgetown, em Washington. Realizaram-se duas sessões, uma para os participantes de língua espanhola na Universidade de Georgetown e outra para os de língua inglesa na Universidade das Índias Ocidentais. A OMC recomendou usar este curso como modelo para os Cursos Curtos de Política Comercial da Agenda de Doha para o Desenvolvimento.
- *Ciclo de workshops, conferências e diálogos sobre política comercial para altos executivos, gerentes e outros líderes.* Esta modalidade de treinamento, orientada sobretudo para o setor empresarial, realizou-se na América Central em conjunto com os ministérios responsáveis pela política comercial e associações empresariais. O Ciclo foi projetado com o propósito de apoiar o fortalecimento de capacidades relacionadas com o comércio e promover o diálogo com os setores público e privado, e também com a sociedade civil, no contexto do PCH.
- *Ciclo de workshops, conferências e diálogos sobre temas específicos de comércio.* Estes eventos foram dirigidos a funcionários governamentais em áreas como compras governamentais, investimento, políticas de concorrência, propriedade intelectual, proteção contingente, serviços, solução de controvérsias e barreiras técnicas ao comércio, áreas de especialização da Unidade de Comércio. Nesse período, realizaram-se nas Bahamas, em Belize, na Bolívia, Equador, Guiana, Honduras, Jamaica, Peru e Trinidad.
- *Alianças com instituições acadêmicas para o desenvolvimento de programas de formação em políticas comerciais.* Por meio desta nova modalidade de apoio, busca-se formar uma massa crítica de instrutores em temas e disciplinas comerciais e estabelecer alianças com instituições acadêmicas, centros de pesquisa (*think-tanks*) e associações empresariais. O objetivo é fortalecer as capacidades locais e assim promover a sustentabilidade de programas de treinamento comercial em nível nacional e regional. No istmo centro-americano o programa foi iniciado com 12 formadores da região, e a Unidade de Comércio espera ampliá-lo para o Caribe, a Comunidade Andina, Panamá e República Dominicana, para o que negociará recursos suplementares.

Promoção de contatos entre membros das comunidades acadêmicas

A Unidade continuou promovendo o intercâmbio de informações entre membros das comunidades acadêmicas do Hemisfério que tratam de questões de comércio e integração por meio da Rede de Pesquisa sobre Comércio das Américas (NetAmericas). Em conjunto com o BCIE, realizou-se em Tegucigalpa, Honduras, a conferência Integração à Economia Mundial e Regional: Os Desafios da América Central.

A NetAmericas é uma rede que se dedica a promover o intercâmbio de informações e resultados de pesquisas sobre temas relacionados com a integração hemisférica. Está aberta a pessoas com um histórico reconhecido de pesquisas e publicações acadêmicas sobre a política comercial e a integração nas Américas. Seus principais beneficiários são a comunidade acadêmica e as pequenas economias, que agora têm à sua disposição uma ferramenta que lhes dá acesso a pesquisas de interesse sobre comércio e integração no Hemisfério.

Programa de apoio a iniciativas de modernização dos sistemas de compras governamentais. idade está colaborando com a Secretaria da Comunidade Andina na análise de casos e nos acordos sobre

iniciativas de cooperação técnica para apoiar a formulação de estratégias e o desenho de projetos para a modernização dos sistemas de compras governamentais. A ênfase inicial recai sobre a publicação, via Internet, de informações sobre as operações de compras governamentais. Uma iniciativa semelhante, proposta em conjunto pelo BID e pela OEA, está sendo objeto de consultas junto aos países centro-americanos. A fim de realizar esses trabalhos, a Unidade conta com uma contribuição suplementar para cooperação técnica da Missão dos Estados Unidos junto à OEA e está colaborando com o Instituto para a Conectividade nas Américas (ICA).

Programa de apoio à participação da micro, pequena e média empresa nas compras governamentais e acesso a mercados eletrônicos e serviços técnicos pela Internet Em matéria de treinamento, pesquisa e divulgação de informações, a Unidade dispõe de levantamentos recentes de informações acerca do apoio à participação dessas empresas nas compras governamentais e no comércio eletrônico, realizados pela Unidade e por projetos apoiados pelo Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI) e pela Missão dos Estados Unidos junto à OEA, que serão divulgados pela Internet. A Unidade estabeleceu também relações de cooperação com o Ministério do Planejamento e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), do Brasil, e com a Administração Geral de Serviços (GSA) dos Estados Unidos, dada a experiência dessas entidades na organização de programas de treinamento para micro, pequenas e médias empresas voltados para a participação nas compras governamentais.

Publicações

Na série Estudos da Unidade de Comércio, publicou-se em novembro de 2003 *The FTAA and Development Strategies in Latin America and the Caribbean*, de José M. Salazar-Xirinachs, e em fevereiro de 2004 os estudos *Do Trade Agreements Trade Away the Right to Regulate? A Look at Existing Provisions on Goods, Services and Investment*, de Maryse Robert, *Services Regulation and Trade Agreements: Dispelling Misunderstandings*, de Luis Niscovolos e Sherry Stephenson, e *Policy Approaches on Trade and the Environment in Economic Instruments in the Western Hemisphere*, de Paul Fisher.

Aumento da transparência e divulgação de informações relacionadas com o comércio usando tecnologias da informação

A OEA desenvolve uma série de atividades que buscam promover a transparência mediante o uso de tecnologias da informação.

- Banco de dados sobre educação em matéria de comércio. Montada com apoio da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), contém informações sobre cursos de treinamento em políticas comerciais. (<http://trt.ftaa-alca.org/searchted.asp>)
- Banco de dados sobre as Necessidades de Assistência Técnica Relacionada com o Comércio. Organizada como parte do apoio prestado pela OEA ao Grupo Consultivo sobre Economias Menores da ALCA; facilita o acesso a informações sobre recursos de assistência técnica e proporciona maiores informações aos doadores sobre as necessidades de assistência dos países participantes em matéria de comércio. (http://trt.ftaa-alca.org/ta/spanish/SearchTACountry_s.asp).
- Rede interna do programa avançado de treinamento para funcionários governamentais sobre enfoques comerciais multilaterais e regionais para as Américas. A função deste portal, administrado em conjunto pela Unidade e pelo SICE, é proporcionar aos participantes

material de pesquisa a ser usado no curso.

A Comissão Especial de Comércio e seu Grupo Assessor

A Comissão Especial de Comércio (CEC) e seu Grupo Assessor não se reuniram em 2002. Por conseguinte, a Unidade não proporcionou apoio a esses órgãos. Em seu Trigésimo Período Ordinário de Sessões, em Windsor, Canadá, a Assembléia Geral decidiu “aceitar a recomendação do Presidente da Comissão Especial de Comércio (CEC), baseada em suas consultas com os Estados membros da CEC, de manter o *status quo*, isto é, manter a existência da CEC sem convocá-la.”

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A Unidade de Desenvolvimento Social e Educação (UDSE) foi criada mediante a Ordem Executiva Nº 96-5, de junho de 1996. Seu objetivo é prestar apoio técnico e operacional aos Estados membros e aos órgãos dirigentes da OEA em matéria de fortalecimento dos sistemas de educação, promoção das oportunidades de emprego e capacitação para o trabalho e de formulação de políticas públicas e estratégias de ação orientadas para o combate à pobreza e à discriminação. Para alcançar este objetivo, a Unidade realiza e coordena estudos e pesquisas, leva a cabo ações de intercâmbio de informações e experiências, promove atividades de formação de recursos humanos, e apóia iniciativas para promover a ação cooperativa entre países, entre órgãos internacionais de cooperação e desenvolvimento e entre instituições governamentais e não-governamentais em matéria de formulação de políticas de desenvolvimento social, educação, trabalho e cultura.

Em 2003 a UDSE continuou apoiando os foros políticos da OEA e prestando assessoria e fortalecendo a cooperação interamericana nas áreas da educação, emprego, desenvolvimento social e cultura. As prioridades da Unidade concentraram-se no seguimento dos mandatos da Cúpula das Américas, da Assembléia Geral e do CIDI. A fim de cumprir estes mandatos, a Unidade trabalhou em estreita colaboração com órgãos do Sistema Interamericano, com organismos internacionais de cooperação e desenvolvimento, entidades governamentais e organizações da sociedade civil.

Desenvolvimento social e superação da pobreza

Rede Social da América Latina e do Caribe

No ano de 2003, a UDSE continuou atuando como Secretaria Técnica da Rede Social da América Latina e do Caribe, cabendo-lhe administrar o fundo voluntário da Rede e colaborar na realização da Conferência Anual, de seminários e estágios previstos no plano de trabalho de 2003 da Rede. De 1º a 3 de outubro realizou-se a Décima Conferência Anual da Rede Social em Santiago do Chile, organizada pela Rede Social e pelo Fundo de Solidariedade e Investimento Social da OEA. Nesta reunião se aprovaram o Plano de Trabalho 2004 e a Declaração de Santiago. Nesse período, organizaram-se dois seminários: *Poverty Eradication: Responding to Basic Needs or Community Development?*, realizado em Ocho Rios, Jamaica; e o Terceiro Curso de Formulação, Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais, em Santiago do Chile (CEPAL).

Por força de um acordo firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Secretaria-Geral da OEA atua como órgão executor do Programa Intra-Regional de Estágios entre as instituições membros da Rede Social. No quadro deste programa, organizou-se, em conjunto com o Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES) do BID, o Seminário sobre Práticas de Concertação e Gerência Social para Dirigentes do Fundo de Investimento Social Membros da Rede Social, que se realizou de 2 a 6 de junho em Washington, D.C.

Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social

Conforme disposto na resolução AG/RES. 1854 (XXXII-O/02), “Pobreza, equidade e inclusão social”, a OEA prestou apoio à Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) no processo preparatório à realização da Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social, realizada em Isla Margarita, Venezuela, de 8 a 10 de outubro, onde a UDSE atuou como Secretaria Técnica.

Promoção da Democracia: Papel da Educação Cívica

Acompanhando as diretrizes da Terceira Cúpula das Américas e da Carta Democrática Interamericana, bem como do mandato constante da resolução AG/RES. 1869 (XXXII-O/02), “Promoção da cultura democrática”, a UDSE realizou um estudo sobre a incorporação dos valores e princípios democráticos aos programas educacionais dos Estados membros, que foi considerado na Segunda Reunião da Comissão Assessora do Projeto, realizada em 29 e 30 de abril de 2003, e ajustado mediante a incorporação de sugestões e contribuições. O resultado desse trabalho foi publicado num relatório final em espanhol e inglês.

Educação

Atendendo ao mandato da Terceira Cúpula das Américas e agindo na qualidade de Secretaria Técnica da Segunda Reunião de Ministros da Educação no âmbito do CIDI, a UDSE organizou uma série de reuniões e participou ativamente de outras, com o fim de preparar o respectivo conteúdo e avançar na identificação dos desafios educacionais e das melhores práticas para a cooperação horizontal.

Terceira Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI

A Terceira Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI realizou-se na Cidade do México, de 11 a 13 de agosto de 2003. A Declaração Ministerial resultante registra as iniciativas a empreender em matéria de novas tecnologias, promoção da pesquisa científica e sua aplicação à educação; promoção da equidade de gênero por meio da educação; preservação da diversidade cultural do Continente; busca de vias alternativas de financiamento e necessidade de constituir uma verdadeira aliança hemisférica em favor da educação.

Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Educação (CIE)

A Primeira Reunião da CIE realizou-se na Cidade do México, em 13 de agosto de 2003. Aí se passaram em revista as resoluções aprovadas no âmbito da Terceira Reunião de Ministros da Educação, apresentaram-se instrumentos internos do Sistema Interamericano com que se podem apoiar as ações da CIE e decidiu-se realizar uma reunião especial para definir como alocar os recursos dispostos na CIDI/RME/RES.9 (III-O/03), que teve lugar em 4 e 5 de dezembro de 2003.

Reunião de Autoridades da CIE

Na qualidade de Presidente da CIE, o México convocou uma reunião de autoridades da Comissão, que se realizou em 4 e 5 de dezembro de 2003 em Washington, D.C. Seu objetivo era iniciar o diálogo para a programação de atividades em resposta aos mandatos que a CIE recebe da Reunião

Ministerial, e teve a participação das Delegações do México, El Salvador, Trinidad e Tobago, Canadá, Estados Unidos, Honduras, Brasil, Equador e Santa Lúcia. Decidiu-se trabalhar de forma virtual e realizar uma reunião em abril de 2004 para definir o calendário e o orçamento para cada atividade.

Reunião Preparatória à Terceira Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI

Este evento realizou-se de 9 a 11 de abril de 2003 em Buenos Aires. Participaram delegações de 24 Estados membros e representantes de organismos internacionais para analisar progressos e desafios das ações desenvolvidas a fim de atender aos compromissos com a Cúpula das Américas. Discutiram-se as propostas do Calendário e da Declaração. Após analisar o Regulamento da Comissão Interamericana de Educação, aprovado pela CEPCIDI/RES. 81 (LXXXVI-O/02) em novembro de 2002, as delegações propuseram modificar esse Regulamento criando uma Comissão Executiva. As delegações presentes decidiram elaborar projetos hemisféricos em torno de três eixos temáticos: formação docente; equidade e qualidade, e educação secundária.

Reunião dos Coordenadores de Projetos Hemisféricos

No processo que levou à Terceira Reunião de Ministros da Educação, os Estados membros decidiram trabalhar com base em três projetos hemisféricos que retomam e sintetizam as cinco prioridades educacionais aprovadas em Punta del Este como resposta aos desafios da (qualidade com equidade), da formação docente e da educação secundária. Estes projetos hemisféricos alimentam-se das lições aprendidas nos seminários sobre os Programas Consolidados e avançam com a mesma estratégia de cooperação horizontal, retomando os melhores programas educacionais de cada país. Estão abertos à participação de todos os Estados membros; cada um deles é coordenado por um país e co-coordenado por cinco países representantes das sub-regiões. A fim de reforçar o seu caráter hemisférico, a UDSE convocou os coordenadores hemisféricos e sub-regionais para uma reunião que se realizou em Washington, D.C., em 18 e 19 de novembro de 2003. O objetivo principal foi consolidar as propostas de projetos a ser implementados a partir de 2004 com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI).

Assim, a UDSE, na qualidade de Secretaria Técnica da Terceira Reunião de Ministros da Educação, recebeu a instrução de somar as contribuições dos organismos internacionais ao esforço dos países na elaboração dos três projetos hemisféricos. Em busca de vias por onde contribuir para o enriquecimento e aplicação de cada um dos projetos apresentados pelos países, convocou-se a Reunião Interagencial de Educação, realizada em 18 e 19 de julho de 2003 nas instalações do Instituto de Estudos Avançados para as Américas (INEAM) em Miami. A Reunião Interagencial teve por objetivo recolher todos os pontos de vista e contribuições dos órgãos internacionais comprometidos com a educação. Os representantes dos vários órgãos avaliaram sua capacidade de contribuição técnica, financeira ou em produtos/serviços ao trabalho que será levado a cabo entres os países do Hemisfério no quadriênio 2004-08. Participaram representantes da UNESCO/L'OREAL, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, Convênio Andrés Bello e Banco Mundial.

- *Inauguração do Foro pela Internet.* A pedido dos Estados Unidos, a UDSE, na qualidade de Secretaria Técnica da Reunião de Ministros da Educação, abriu um foro de discussão pela Internet para dar seqüência aos compromissos da Reunião Preparatória à Terceira Reunião de

- Ministros da Educação e à elaboração dos três projetos hemisféricos.
- *Videoconferência sobre Educação.* Em cooperação com a Secretaria de Educação Pública do México (SEP) e com o Instituto do Banco Mundial, realizaram-se três videoconferências para aprofundar o desenho dos Projetos Hemisféricos sobre Equidade e Qualidade, Formação Docente e Educação Secundária. Participaram os Ministros da Educação dos países coordenadores desses projetos, que partilharam suas análises e apresentaram os desafios específicos de cada sub-região do Continente.
 - *Reunião da Sociedade Civil.* O Governo da Colômbia, com apoio da Secretaria do Processo de Cúpulas e da UDSE (OEA), convocou a reunião sobre Participação da Sociedade Civil na Educação, que se realizou em 28 e 29 de julho de 2003 em Bogotá. Seu objetivo foi recolher a visão da sociedade civil sobre as tarefas desenvolvidas por intermédio da OEA, fazendo especial referência aos temas dos três eixos temáticos dos projetos.

Acordo de Cooperação OEA-Secretaria da Educação Pública do México (SEP)

No quadro da cooperação, o México ofereceu a todos os Estados membros, por intermédio da SEP, o uso gratuito do sistema educacional mexicano *Red Satelital de Televisión Educativa EDUSAT*. O uso deste sinal e dos conteúdos educacionais desenvolvidos pela SEP permitirá a realização de programas conjuntos para elevar a qualidade da educação básica no Continente. Na Terceira Reunião Ministerial, a SEP inaugurou o *Canal Educativo de las Américas*.

Estratégia de cooperação horizontal / Carteira Permanente de Programas Consolidados

A UDSE continuou o seu trabalho referente ao compromisso assumido pelos Ministros da Educação no sentido de fortalecer a cooperação horizontal entre países mediante os seminários de transferência de experiências educacionais que se realizam desde 2002. Num esforço conjunto entre os países que oferecem os cursos, os países interessados, a UDSE e a AICD, realizaram-se os estágios que se seguem.

Gestão Educacional no México e Argentina. Realizado de 17 a 27 de fevereiro de 2003, com participação de funcionários da Argentina, Chile, Colômbia, El Salvador, México, Peru e Uruguai. (Para maiores informações, pode-se visitar a página deste *workshop* na Internet: <http://www.oas.org/udse/gestion/>)

Educação à Distância para Adultos. Realizado de 24 de fevereiro a 7 de março de 2003 na Cidade do México, com a participação de funcionários da Colômbia, El Salvador, Equador, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai. Para maiores informações, pode-se visitar a página deste *workshop* na Internet: <http://www.oas.org/udse/sea/>

Seminário-Workshop para o Caribe. Realizado de 14 a 18 de julho de 2003 em Miami, este *workshop* teve por fim apoiar a cooperação na região do Caribe, refletindo sobre os seis programas educacionais apresentados para a transferência crítica em 2002 e 2003, e à luz das particularidades dessa região. Dialogou-se também em torno dos Projetos Hemisféricos sobre Educação que todos os países desenharam para apresentar na Terceira Reunião de Ministros da Educação. Participaram do *workshop* altas autoridades dos Ministérios da Educação de Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Grenada, Guiana, Jamaica, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, e Trinidad e Tobago. Estiveram também presentes autoridades da CARICOM e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). Para maiores informações, pode-se visitar a página deste estágio na Internet: <http://www.oas.org/udse/caribworkshop>.

Nesta primeira etapa de transferência crítica de programas consolidados, contou-se com a participação de 28 Estados membros em um ou mais estágios realizados nos dois últimos anos, o que demonstra o compromisso assumido pelos países no sentido de apoiar o processo.

Promoção de Valores Cívicos e Democráticos

Cumprindo a resolução AG/RES. 1957 (XXXIII-O/03), “Promoção e fortalecimento da democracia. Acompanhamento da Carta Democrática Interamericana”, a UDSE e a UPD trabalham em conjunto apoiando o Conselho Permanente da OEA para cumprir o mandato da Assembléia Geral, que convoca uma Sessão Extraordinária sobre o tema “Promoção da Cultura Democrática por meio da Educação”. Esta reunião está programada para o primeiro trimestre de 2004.

Suplementarmente, a Secretaria Técnica está realizando, em nível continental, uma consulta para identificar os programas consolidados sobre educação para a democracia e valores cívicos nos vários Estados membros, mediante a estratégia de cooperação horizontal desenvolvida por meio da Carteira Permanente de Programas Consolidados.

Seguindo as diretrizes da Terceira Cúpula das Américas, elaborou-se, juntamente com a Universidade de Maryland e com apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos, uma pesquisa sobre o fortalecimento da democracia na América pela formação de valores cívicos e democráticos.

Os desafios do financiamento da Educação

A pedido dos Ministros e Ministras da Educação, a UDSE organizou, com apoio do Banco Mundial, uma videoconferência sobre a proposta de troca de dívida por educação, promovida em vários foros internacionais por ministros do Continente. A videoconferência realizou-se em 21 de novembro de 2003 e contou com a participação do Ministro da Educação da Argentina, dos Vice-Ministros da Educação do Peru e da Colômbia, e do *Open Society Institute*.

Na mesma ordem de atividades, a UDSE participou de uma reunião convocada pela AICD, OPAS e BID para trocar idéias sobre a forma de gerar propostas e pontos de discussão no Continente em torno dos desafios da educação. O painel, moderado pela UDSE, foi composto pelos professores e pesquisadores Steven Klees, Noel McGinn, William Cummings e Jim Williams.

A UDSE continuou recebendo apoio do Banco Mundial para implementar a estratégia de Conhecimento e Assessoria em Rede (CONARED), que concretiza os compromissos de cooperação e proporciona ferramentas técnicas e políticas para o diálogo entre os Ministérios da Educação do continente.

Programa de Cooperação OEA/Universidade de Harvard-Centro Rockefeller

Na seqüência do convênio assinado com o Centro Rockefeller de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard, três estudantes apoiaram a UDSE na área educacional durante o verão. Entre suas principais atividades se destacam a elaboração de diagnósticos hemisféricos e sub-regionais e de diagnósticos sobre equidade e qualidade, formação docente e educação secundária. O documento de diagnóstico preparado foi submetido à Terceira Reunião de Ministros da Educação.

Emprego e desenvolvimento do trabalho

Realização da Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT)

Na qualidade de Secretaria Técnica da CIMT, a UDSE apoiou os trabalhos de preparação, organização e realização da Décima Terceira Conferência, realizada de 24 a 26 de setembro de 2003 em Salvador, Brasil. Nesse contexto, a UDSE realizou as atividades que se seguem.

Organização e coordenação da Reunião Técnica Preparatória à Décima Terceira CIMT, que teve lugar em 23 e 24 de julho de 2003 em Brasília. Neste encontro as delegações aprovaram as versões preliminares da Declaração e do Plano de Ação de Salvador e analisaram uma proposta sobre o uso dos Recursos do Subfundo da OEA para a área do Trabalho.

Desenho, atualização e administração de um Foro Virtual (www.oas.org/udse/cimt) para apoiar o desenvolvimento das versões preliminares da Declaração e do Plano de Ação de Salvador e facilitar uma maior participação dos Estados membros e dos órgãos assessores da Conferência via Internet. Inaugurou-se em junho de 2003 este Foro Virtual, que foi reconhecido pelos Estados membros como uma excelente ferramenta para garantir um diálogo contínuo.

Organização e coordenação da Décima Terceira CIMT, que contou com a participação de 26 delegações nacionais (22 delas encabeçadas por Ministras ou Ministros do Trabalho), de 30 representantes das principais organizações sindicais do Hemisfério e 14 representantes de associações empresariais. Além disso, participaram desta Conferência a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a presença de seu Diretor-Geral, o BID e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), entre outras organizações internacionais.

Elaboração do Relatório Final da Décima Terceira CIMT, que inclui todos os documentos relevantes e um relato das atividades da reunião. Este Relatório está disponível nos quatro idiomas oficiais da Organização e em CD-ROM.

Promoção da cooperação horizontal

No âmbito da Estratégia de Cooperação Horizontal por que é responsável, a UDSE elaborou a Carteira de Programas Consolidados na área do Trabalho em CD-ROM, que se distribuiu na Décima Terceira CIMT. Constam desta Carteira os programas objeto de maior reconhecimento e de maior relevância entre os que se desenvolvem no Hemisfério nas seguintes áreas: 1) Modernização da administração dos assuntos do trabalho; 2) Treinamento e certificação de aptidões profissionais; 3) Higiene e segurança ocupacional; e 4) Equidade de gênero. No tema da saúde e segurança ocupacional, trabalhou-se em conjunto com a Agência Interamericana de Cooperação e

Desenvolvimento (AICD) e a OPAS. A Carteira é uma ferramenta de informação sobre programas que podem ser compartilhados por meio de cooperação horizontal e, assim, está sujeita a permanente atualização.

Apoio ao treinamento e certificação de aptidões profissionais

Reconhecendo o papel central da certificação de aptidões no sentido de melhorar as possibilidades de emprego da força de trabalho, a Unidade comprometeu-se a apoiar o fortalecimento dos sistemas de formação e certificação de aptidões. Assim, participou do *Workshop* Sub-Regional “Desafios da Formação Profissional na Sub-Região Andina”, organizado pela Comunidade Andina em Lima, Peru, em abril de 2003. Além disso, a UDSE, com apoio da AICD e do Conselho de Normatização e Certificação de Aptidões Profissionais (CONOCER) do México, está planejando a realização de um Curso Virtual sobre certificação de aptidões profissionais, que espera lançar pelo Portal Educacional das Américas em 2004.

Coordenação entre órgãos

Em 8 e 9 de dezembro de 2003, a UDSE levou a cabo uma Reunião de Planejamento da Décima Terceira CIMT, com a participação da OIT, do BID, da OPAS, do escritório da CEPAL em Washington e dos Ministérios do Trabalho dos Estados Unidos, El Salvador, Brasil, México e Canadá, coordenadores dos grupos de trabalho da Conferência, sendo os três últimos membros da Tróica. A reunião aprovou um cronograma de atividades e um documento que define as fontes de financiamento e as responsabilidades dos vários atores no desenvolvimento dessas atividades, o que permitirá cumprir o Plano de Ação de Salvador.

Cultura

Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Cultura (CIC) e atividades preparatórias

A CIC realizou sua primeira reunião em 4 e 5 de setembro de 2003 na Cidade do México, sob os auspícios do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes (CONACULTA) do México. Na qualidade de Secretaria Técnica desta Comissão, a UDSE levou a cabo as atividades que se seguem.

Apoio à elaboração e aprovação do Regulamento da CIC, mediante um processo amplo de consulta com os Estados membros. Este processo iniciou-se em julho de 2002 e culminou com a aprovação do Regulamento pelo CIDI, em abril de 2003.

Desenho e administração da página da CIC na Internet (www.oas.org/udse/cic) para dar seqüência às ações da Comissão, facilitar o intercâmbio de idéias, conhecimentos e práticas, e proporcionar um canal permanente de comunicação entre seus membros. Os materiais desta página correspondem aos mandatos e ações prioritárias que a CIC está fazendo avançar.

Organização e coordenação, em conjunto com a CONACULTA, da Primeira Reunião da CIC. O objetivo desta reunião foi totalmente alcançado com a elaboração do Plano de Trabalho da CIC, de que constam as principais atividades que a Comissão terá de realizar para cumprir os mandatos do Plano de Ação de Cartagena das Índias.

Observatório Interamericano de Políticas Culturais

A UDSE coordenou o estudo de viabilidade para o Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC), que foi elaborado pelo Doutor Raj Isar, diretor anterior de Políticas Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), e contou com uma Comissão Assessora integrada por reconhecidos especialistas, a qual revisou, comentou e enriqueceu o estudo com várias perspectivas sub-regionais. O estudo foi apresentado na primeira reunião da CIC e considera três opções de estrutura para o OIPC, sobre as quais deveriam pronunciar-se os Ministros e Autoridades de Cultura na reunião seguinte, que teve lugar em agosto de 2003 no México.

Estratégia de cooperação horizontal

A UDSE continua atualizando a Carteira Permanente de Programas Consolidados de Cultura, onde constam os programas que os ministérios e autoridades culturais querem partilhar com seus pares. Esta Carteira é uma peça básica da estratégia de cooperação horizontal coordenada pela UDSE e que em 2003 realizou um primeiro *workshop* de intercâmbio de conhecimentos, voltada para a análise da experiência canadenses do programa *Young Canada Works* do Departamento do Patrimônio. Este primeiro *workshop* ocorreu em Ottawa, de 27 a 31 de outubro de 2003 e teve a participação de representantes das autoridades culturais de Antígua e Barbuda, Chile, Colômbia, Dominica, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Peru, e São Vicente e Granadinas. Nesse *workshop*, os participantes elaboraram perfis de projetos com base na transferência crítica da experiência canadense, os quais continuaram a ser completados e fortalecidos com apoio técnico da OEA e do Departamento do Patrimônio Canadense.

Promoção da participação da sociedade civil, acordos de cooperação com outros organismos internacionais multilaterais

A UDSE assinou acordos com o Departamento do Patrimônio Canadense e o Convênio Andrés Bello para financiar atividades relacionadas com o estudo de viabilidade do OIPC e com a realização da Primeira Reunião da CIC. Além disso, estabeleceu um foro virtual no portal da CIC, como ferramenta para registrar observações e comentários dos representantes do governo e, posteriormente, da sociedade civil sobre a CIC e seu Plano de Trabalho.

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

A Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente foi estabelecida mediante a Ordem Executiva N° 96-6, de 28 de junho de 1996. É a principal entidade da Secretaria-Geral encarregada dos assuntos diretamente relacionados com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Sua finalidade é apoiar as atividades da Organização, seus órgãos e entidades, na formulação de políticas de desenvolvimento sustentável e meio ambiente na região. Formula, avalia e executa os projetos de cooperação técnica em suas áreas de competência e presta assessoramento e apoio técnico em aspectos referentes ao desenvolvimento sustentável, incluindo os programas orientados para o desenvolvimento da legislação sobre meio ambiente, a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis e a educação ambiental. A Unidade é também ativa em áreas destacadas pelas cúpulas hemisféricas e desempenha um papel particularmente vital no monitoramento do Plano de Ação de Santa Cruz de la Sierra, aprovado pela Cúpula das Américas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, dezembro de 1996).

As atividades da Unidade em 2003 visaram os mandatos das Cúpulas; as resoluções aprovadas pela Assembléia Geral da Organização; os mandatos oriundos do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, aprovado pela Assembléia Geral em seu Vigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, realizado em Lima, Peru, em junho de 1997; o Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2002-05, e as resoluções aprovadas na Terceira Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável, em 11 e 12 de fevereiro de 2002.

Atualmente, a carteira de projetos que a UDSMA tem em andamento totaliza cerca de US\$65 milhões. Mais de 95% desse montante são financiados com recursos de fontes externas. A página da Unidade na Internet ilustra as principais atividades hoje em andamento e seus *links*, bem como seus êxitos, e pode ser acessada no endereço <http://www.oas.org/usde>.

Atividades ligadas à Cúpula da Bolívia

Prosseguiram as atividades para coordenar e acompanhar o Plano de Ação de Santa Cruz de la Sierra. A Unidade deu assistência ao Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável criado pela CEPICDI por recomendação da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS) em sua Terceira Reunião Ordinária.

Promovendo os mandatos ligados ao Plano de Ação de Santa Cruz e constantes do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável, a UDSMA realizou as atividades que se seguem.

A Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN) foi criada em 1996 como iniciativa da Cúpula das Américas. Esta iniciativa foi concebida para proporcionar a infra-estrutura para a rede de informações (como padrões e protocolos), bem com o teor científico de que os países deste Hemisfério necessitam para aperfeiçoar o processo decisório, especialmente nos casos em que o desenvolvimento humano e a preservação da biodiversidade entram em choque. Em apoio à conservação da biodiversidade, a IABIN foi consolidada como foro de cooperação técnica e científica baseado na Internet. Em cada um dos 34 países participantes do processo das Cúpulas, os Pontos

Focais da IABIN promovem coordenação na coleta, compartilhamento e uso de informações sobre biodiversidade. Estão contribuindo para o firme progresso alcançado pelos países latino-americanos e caribenhos, que já ampliaram as áreas protegidas de menos de 200 milhões de hectares em 1975 para mais de 400 milhões hoje em dia. As atividades da fase PDF-B estão programadas para terminar em março de 2004, com a apresentação ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM) de uma proposta de financiamento no montante de US\$4 milhões, parcela de um custo total de US\$20 milhões para o projeto, a fim de implementar a próxima fase da IABIN. A página da IABIN na Internet está plenamente operacional em espanhol e inglês, inclusive sua matriz de bio-informações.

A Unidade continuou promovendo junto aos Estados membros a fase de implementação da Estratégia Interamericana para Promoção da Participação Pública na Tomada de Decisões sobre o Desenvolvimento Sustentável (ISP), nos termos da resolução CIDI/CIDS/RES. 6 (III-O/02), aprovada pela Comissão Interamericana de Desenvolvimento Sustentável (CIDS III). Continuou também a respaldar esforços para levar essa estratégia à prática, promovendo uma colaboração estreita entre os setores público e privado acerca de questões do desenvolvimento sustentável e do ambiente.

Na área das leis, regulamentos e políticas ambientais, desenvolveram-se em nível hemisférico e regional parcerias cooperativas para reforçar regimes econômicos, sociais e ambientais, a fim de assegurar que se apoiem mutuamente e contribuam para o desenvolvimento sustentável. Nesta área, deu-se atenção especial à sustentabilidade ambiental da liberalização do comércio, a instrumentos econômicos, à produção mais limpa e à eficiência energética. O Fórum Interamericano de Direito Ambiental (FIDA) foi um instrumento importante para o avanço dessas iniciativas. Trata-se de uma idéia surgida originalmente na Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável. Agora, o FIDA está trabalhando com parceiros governamentais e não-governamentais nas Américas para efetuar avaliações nacionais do impacto ambiental do acordo sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) proposto e discutir políticas alternativas com os Estados membros da OEA. Grupos de peritos concluíram e revisaram estudos sobre a Argentina e o Brasil em março e maio de 2003, respectivamente. No começo de 2004, começará o trabalho dos relatórios sobre o Paraguai, Uruguai e pelo menos dois países centro-americanos.

Atividades relacionadas com a Cúpula das Américas

Registro de Propriedade

Cumprindo mandatos da Segunda e Terceira Cúpulas das Américas, prosseguiu-se num acordo de cooperação com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a fim de avançar mais na implementação do programa para aperfeiçoar os arquivos de registro de propriedade. Esse programa está sendo realizado por intermédio do Escritório Virtual da Iniciativa Intercúpulas de Sistemas de Propriedade (IPSI), um mecanismo criado para este fim pela USAID e pela OEA com financiamento da USAID. Nas Cúpulas, Estados membros manifestaram seu empenho em racionalizar e padronizar os respectivos sistemas nacionais de registro de propriedade. Exibindo informações em seu portal, a IPSI está dando apoio aos numerosos esforços em andamento pelo Hemisfério para reformar aspectos dos sistemas de informações sobre propriedade. A página da IPSI na Internet está passando por uma reforma, que inclui descentralização da geração e gerenciamento de seu material. Também está sendo enfatizada a participação de instituições multilaterais para evitar esforços paralelos que fragmentem recursos e deixem a comunidade usuária sem saber onde buscar informações acerca da propriedade e da terra. Assim, ocorreram discussões

com o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre a forma como a IPSI pode colaborar e partilhar informações com essas instituições, a fim de reforçar os trabalhos para respaldar o processo de racionalização dos sistemas de registro de propriedade.

Energia Renovável

A Unidade continuou a servir como Secretaria Técnica do programa Energia Renovável nas Américas (REIA). Em 2003, o REIA empreendeu uma série de novas iniciativas e ampliou o alcance de algumas atividades em andamento. Liderou a promoção de alternativas energéticas sustentáveis em toda a região, e ajudou a catalisar a adoção da Lei de Incentivos à Energia Renovável na Guatemala e a preparação dos Planos de Energia Sustentável em Santa Lúcia, Dominica e Grenada. Como parte da Parceria Energética da Aldeia Global/América Latina e Caribe (GVEP-LAC), promoveu em junho de 2003 a preparação da Conferência Hemisférica sobre Energia Rural na Bolívia, que apoiou a busca de recursos suplementares para a organização, a identificação de países participantes e a criação do diálogo com os países identificados para desenvolver estratégias nacionais de energia rural.

Administração de Desastres

Cumprindo mandatos da Cúpula, a Unidade continuou a desenvolver projetos concebidos para ajudar a reduzir a vulnerabilidade aos riscos naturais. Participou das reuniões da Comissão Técnica Mista (ITC) do Foro de Ministros do Meio Ambiente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) a fim de partilhar experiências com assuntos relacionados a desastres naturais. Realizaram-se consultas regionais na área do transporte entre especialistas do Canadá, México e Estados Unidos, que giraram em torno de eventuais medidas de cooperação para reagir a desastres nessa área. Prosseguiu a execução de projetos de treinamento e pesquisa para desenvolver corredores comerciais, com a colaboração de centros da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Honduras, Peru e Uruguai. Prestou-se constante apoio à Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) e também à Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente.

Projetos especiais:

- *Caribbean Hazard Mitigation Capacity Building Program – CHAMP* (Programa Caribenho de Desenvolvimento de Capacidade para Redução de Riscos). A Unidade, a Agência Caribenha para Reação de Emergência a Desastres (CDERA) e o Programa para Redução de Desastres do Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB/DMFC) desenvolveram um projeto de Política Nacional Modelo de Redução de Riscos para uso no Caribe. Convocou-se um *Workshop* Regional/Diálogo de Políticas para revisar e elaborar o projeto de Política Modelo. Esse *workshop* reuniu uma grande amostragem de interessados, inclusive agências governamentais e organizações nacionais de redução de desastres de Belize, Grenada, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Santa Lúcia, e Saint Kitts e Nevis, bem como representantes de instituições regionais e órgãos internacionais de desenvolvimento. A política resultante será usada como base a fim de estabelecer políticas nacionais para a redução de riscos em todo o Caribe.
- Programa Redução da Vulnerabilidade nas Escolas e Plano Hemisférico para a Redução de Desastres no Setor da Educação (EDUPLAN Hemisférico). Preparou-se para divulgação um manual sobre a localização de escolas nas áreas menos vulneráveis. Atualmente há nove

secretarias técnicas em seis países trabalhando para implementar o EDUPLAN Hemisférico. Estão sendo sondadas opções para a programação e apresentação da Terceira Conferência Hemisférica sobre Redução dos Desastres no Setor da Educação.

- Programa de Alerta contra Enchentes e Redução da Vulnerabilidade nos Pequenos Vales da América Central (SVP). Foi implementada a Fase VI para dar assistência a mais de 30 grupos comunitários existentes do SVP em seis países, apoiando a formação de uma plataforma regional para apoiar o gerenciamento integrado de planícies de inundação junto a pequenos vales na América Central. Figuraram entre os preparativos *workshops* para consultas com grupos do SVP na região e uma troca de idéias com ONGs nacionais, regionais e internacionais, além de órgãos multilaterais e bilaterais correlatos, para precisar um âmbito inicial de trabalho e pré-condições para a coordenação da plataforma regional do SVP por um consórcio de ONGs. O resultado dessa fase será um diálogo regional que leve a documentos técnicos.
- *OECS Saint Lucia Safer Housing Strengthening and Insurance Program* (Programa da OECS em Santa Lúcia para o Reforço e Seguro de Habitações).
- Preparação do Quarto *Workshop* sobre Técnicas e Práticas de Avaliação de Vulnerabilidade (VAT). A Terceira VAT foi apresentada com êxito, iniciando um constante processo no CDB para os Estados mutuários, com atualização e ampliação dos recursos da página na Internet. O Quarto *Workshop* VAT foi convocado e será realizado na Universidade do Estado de Louisiana.

A Unidade está trabalhando com a Secretaria-Geral, que preside a Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN), na preparação do projeto do Plano Estratégico Interamericano de Política de Redução de Desastres, Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, a ser considerado pelos Estados membros com vistas à sua implementação.

Corredores de Exportação

O consórcio Programa Interamericano de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento do Corredores Comerciais (PROCORREDOR), que tem 14 centros de colaboração, continua apoiando projetos regionais de treinamento e pesquisa de campo sobre assuntos complementares para assessorar o setor público, realizar consultas junto ao setor privado e preparar a próxima geração de especialistas no desenvolvimento de corredores comerciais. Os centros de colaboração do PROCORREDOR na Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Honduras, Peru e Uruguai estão usando limitados recursos próprios para realizar atividades nacionais e bilaterais, e apoiando a programação e apresentação da Terceira Conferência Hemisférica sobre Redução da Vulnerabilidade dos Corredores Comerciais a Desastres Sócio-Naturais (TCC III), que terá lugar em Honduras, em 2004.

O projeto Gerenciamento do Corredor Comercial de Transporte vem sendo executado pela Unidade. Por meio de um acordo com a GTZ, agência alemã de cooperação, a Unidade obteve por empréstimo os serviços de um especialista para trabalhar na integração da redução da vulnerabilidade de sistemas rodoviários a riscos naturais a trabalho técnico em andamento na área da manutenção de estradas e recursos nacionais exclusivos para manutenção de estradas, inclusive treinamento, assistência técnica e transferência de tecnologia. Ademais, a Unidade e a Sociedade Latino-Americana de Unidades Ambientais de Transporte Rodoviário (SLUAT) aprovaram o Plano Hemisférico de Gerenciamento Ambiental de Corredores Rodoviários, a que aderiram o BIRD, o BID e a Comunidade Andina de

Fomento (CAF). Esse guia técnico está sendo atualizado sob o patrocínio da SLUAT com assistência técnica da OEA, e os progressos desse trabalho foram comunicados na reunião da SLUAT em 2003.

Gerenciamento dos Recursos Hídricos

A Unidade manteve seus esforços para reforçar a cooperação técnica entre os Estados membros em matéria de gerenciamento integrado e sustentável dos recursos hídricos em bacias transfronteiriças e áreas costeiras. Prosseguiu a execução de projetos especiais que ajudam a moldar políticas nacionais e regionais para o gerenciamento integrado dos recursos hídricos e áreas costeiras em vários países das Américas. Com este fim, implementou projetos e atividades nas bacias dos rios da Prata, Amazonas, Bermejo, Grande de Tarija, Tolomosa, São Francisco e San Juan, bem como do Pantanal e do alto Paraguai.

Programa de Ação Estratégico para a Bacia Binacional do Rio Bermejo (PAS). A Unidade deu prosseguimento às atividades de implementação do projeto no primeiro semestre de 2003. Na zona de Iruya, foram concluídas 97% das obras de engenharia para o controle da erosão e das inundações. Essa atividade vem sendo complementada por ações não estruturais em colaboração com grupos indígenas e programas de educação ambiental. Outras atividades em execução relacionam-se com os componentes de fortalecimento institucional, estruturas de controle da erosão na sub-bacia do Tolomosa, zoneamento ambiental, manejo integrado de recursos naturais (sub-bacia de Santa Ana) e desenvolvimento e implementação de um sistema de informação e monitoramento para a Bacia do Bermejo. O projeto vem sendo executado em colaboração com os Governos da Argentina e da Bolívia, por intermédio da Comissão Binacional para o Desenvolvimento da Alta Bacia do Bermejo e do Rio Grande de Tarija, com apoio financeiro do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM). Espera-se concluir as atividades do projeto em outubro de 2005.

Programa Estratégico de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio San Juan e sua Zona Costeira (SJRB). Prosseguiu a execução dos projetos demonstrativos e estudos básicos. Realizou-se um *Workshop* Binacional de Participação Pública na cidade de Granada, Nicarágua. Realizou-se uma reunião do Conselho Diretor em Manágua, Nicarágua. Concluiu-se a construção da Ferramenta de Mapeamento Institucional do Projeto. Em São José, Costa Rica, apresentou-se um *workshop* de treinamento no uso da ferramenta com participação de pessoal técnico do projeto e das contrapartes nacionais. Envidaram-se esforços para estabelecer uma gerência binacional para o projeto e também para preparar um rascunho do Programa Estratégico de Ação (PEA). Em apoio à integração de um enfoque de gênero ao PEA, levou-se a cabo uma análise de gênero da Bacia. Por último, o PROCUENCA-SAN JUAN participou do Terceiro Fórum Mundial da Água levado a cabo em Kyoto, Japão. O projeto foi apresentado em Kyoto.

Gestão Integrada de Atividades Terrestres na Bacia do Rio São Francisco. O projeto entrou em sua fase final de execução. Todos os relatórios finais dos subprojetos foram apresentados à Coordenação Técnica e divulgados entre os membros da Comissão da Bacia do Rio São Francisco (CBH-SF) na sua reunião em São Roque. Apresentaram-se também os três subprojetos diretamente envolvidos no apoio ao funcionamento da Comissão e distribuiu-se a última versão do Diagnóstico Analítico da Bacia (DAB). Já se realizaram mais de 200 eventos públicos com a participação do projeto. O DAB do São Francisco já está concluído e passa agora por uma última revisão. O processo de elaboração do Programa Estratégico de Ação foi iniciado com a contratação de um consultor para definir os

termos de referência. Durante a reunião do Conselho Diretor, realizada em junho em Brasília, aprovaram-se os documentos resultantes dos subprojetos e a programação até o fim do projeto.

Implementação de Práticas de Gestão Integrada de Vertentes para o Pantanal e a Bacia do Alto Rio Paraguai. Na execução deste projeto, foram contratados os produtos finais dos projetos demonstrativos. A elaboração do Diagnóstico Analítico também entrou em sua fase final com a realização de um *workshop* em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Os 130 participantes do evento revisaram e confirmaram a cadeia causal e a metodologia usada. Paralelamente, contratou-se um consultor a fim de preparar os termos de referência para a elaboração do Programa Estratégico de Ação. Na reunião da Comissão Diretora, realizada em junho em Brasília, revisou-se o cronograma de eventos e traçou-se a estratégia para envolver a Bolívia e o Paraguai na iniciativa.

Projeto para o Aquífero Guarani. Deu-se continuidade às atividades preparatórias para iniciar o projeto. Realizou-se um seminário técnico com vários representantes das instituições nacionais dos países participantes a fim de debater e aprovar o Programa Operacional do Projeto para 2003. Foram contratados cinco técnicos para compor a Secretaria Técnica do projeto. Trabalhou-se na preparação dos termos de referência de todas as atividades programadas para este ano, bem como na preparação de futuros seminários de trabalho. Selecionaram-se e iniciaram-se atividades relacionadas com o projeto.

- Fortalecimento do Setor de Recursos Hídricos do Brasil (SRH). Com relação a este projeto, iniciaram-se atividades de apoio ao desenvolvimento de políticas e transferência de tecnologias para a gestão de recursos hídricos. Revisou-se a Lei N° 9.433 sobre Política Nacional de Recursos Hídricos, emendando o Artigo 34, que regula o Conselho de Recursos Hídricos, mediante o decreto N° 4.613, de 11 de março de 2003.
- Convênio entre a Secretaria-Geral da OEA e a Associação Japonesa de Recursos Hídricos (JAWA). A Unidade continuou coordenando o relatório final do projeto, estando prevista sua distribuição em fins de 2003.
- Definição de um Quadro da Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços para a Bacia do Rio da Prata. A Unidade prosseguiu a execução deste projeto. Preparou-se e apresentou-se para sua implementação um Documento de Projeto, que foi aprovado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM) em sua fase do Bloco B. Esta atividade realizou-se com uma doação do Bloco A, do FMAM, canalizada por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com assistência técnica e financeira da Unidade.
- Desenvolvimento Sustentável do Vale do Parnaíba. Deu-se início às atividades técnicas deste projeto, que tem financiamento do Governo do Brasil e do Banco Mundial.
- Fundo Guarani das Universidades. A Unidade iniciou o desenvolvimento desta nova atividade, em colaboração com o Banco Mundial e o FMAM. Constituiu-se uma Comissão Assessora, com um representante acadêmico de cada país, para avaliar os mais de 30 projetos regionais apresentados em 2003, e vêm-se realizando reuniões de avaliação. A Unidade prosseguiu os seus trabalhos de incorporação de ações de gestão da água às políticas de saúde. Desenvolveu esta atividade com a Organização Pan-Americana da Saúde, *Environment Canada* e outros órgãos internacionais.
- A Unidade iniciou a preparação de novo projeto de cooperação técnica em apoio à região amazônica do Brasil. Este projeto decorre das atividades realizadas no contexto do Programa de Iniciativas Estratégicas para a Amazônia Brasileira (PRODEAM), concluído em 2002.

Como sinal de uma história de sucesso na área da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, importa notar que todos os países das Américas estão atualmente atualizando, revisando e implantando leis sobre os recursos hídricos e quadros institucionais para implementar sistemas integrados de gestão de recursos hídricos. Os projetos apoiados pelo FMAM, pelo Banco Mundial e pela ONU têm contribuído de forma significativa para esta realização. O próximo Fórum Mundial da Água terá lugar no México, em 2006. No Brasil, foram constituídas mais de 40 organizações de bacias fluviais em nível nacional ou estadual. Todos os estados brasileiros já têm legislação sobre água e um sistema de tarifas d'água, e implementaram um programa para cobrar pelo uso da água bruta. Na América Central o projeto da Bacia do Rio San Juan, financiado pelo FMAM e pela OEA, deu à Costa Rica e à Nicarágua condições de reforçar significativamente seu arcabouço institucional e seus instrumentos legislativos para a gestão integrada dos recursos hídricos. De forma análoga, os países do Tratado da Bacia do Prata e os países do Tratado de Cooperação Amazônica estão embarcando em projetos hídricos transfronteiriços centrados na gestão integrada dos recursos hídricos, para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Rede Interamericana de Recursos Hídricos

Na qualidade de Secretaria Técnica, a Unidade continuou prestando apoio à Comissão Executiva, ao Conselho Assessor e à Fundação Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH). Realizaram-se reuniões da Comissão Executiva e dos Pontos Focais Nacionais em Arequipa, no Peru. Realizou-se também uma reunião de planejamento com uma Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) no Brasil, como resultado do início das atividades do Projeto de Médio Porte do FMAM, em colaboração com o PNUMA. Este projeto foi apresentado ao Terceiro Fórum Mundial da Água em Kyoto, Japão.

Projeto para o fortalecimento da Rede Interamericana de Recursos Hídricos

Deu-se início ao projeto sobre Preparação e Execução de Mecanismos de Divulgação de Lições Aprendidas e Experiências na Gestão Integrada de Recursos Hídricos Transfronteiriços na América Latina e Caribe, DELTAMERICA. Para tanto, realizou-se a primeira reunião do Conselho Diretor, em Arequipa, no Peru. Nesta mesma cidade, realizou-se uma reunião de Pontos Focais Nacionais da Rede Interamericana de Recursos Hídricos para lançar o Projeto. O Primeiro Diálogo Sub-Regional teve lugar em Brasília, bem como um *workshop* sobre Sistemas de Informação. Contratou-se o Coordenador Técnico, e contratou-se e identificou-se pessoal técnico de apoio para as diversas atividades em vários países membros. Iniciaram-se preparativos para estabelecer foros virtuais em sub-regiões selecionadas. O projeto tem uma duração prevista de 18 meses.

Reunião Hemisférica de Seguimento do Terceiro Fórum Mundial da Água

A Unidade continuou a atuar como elemento de articulação entre os Pontos Focais Nacionais da Rede Interamericana de Recursos Hídricos e o Grupo de Coordenação para o Dia Pan-Americano na Reunião Hemisférica de Seguimento do Terceiro Fórum Mundial da Água. Definiram-se e iniciaram-se as atividades específicas do projeto.

Informações para tomar decisões com referência ao desenvolvimento sustentável

A Unidade continuou a executar o projeto sobre Capacidade de Criar Sistemas de Gestão de Informações para Aperfeiçoar o Processo Decisório no Desenvolvimento Sustentável para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Caribe. Entre as atividades executórias relacionadas com este projeto figuraram reuniões com várias organizações internacionais, regionais e nacionais para discutir como o projeto pode articular-se harmoniosamente com atividades em andamento ou em projeto. A Unidade trabalhou com várias organizações da região, entre elas a Universidade das Índias Ocidentais.

Atividades ligadas a mandatos da Assembléia Geral

Direitos Humanos e Meio Ambiente

Cumprindo a resolução AG/RES. 1926, “Os direitos humanos e o meio ambiente nas Américas”, a Unidade continuou estimulando a cooperação institucional na área dos direitos humanos e do meio ambiente no âmbito da Organização, em especial entre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Buscou a coordenação entre a CIDH e a UDSMA para definir um plano de trabalho e estratégias a fim de evoluir para o cumprimento do mandato; promoveu a participação das organizações da sociedade civil credenciadas junto à OEA em iniciativas da UDSMA/CIDH a respeito da questão; coordenou com o Foro Interamericano de Direito Ambiental (FIDA) um aumento de atividades relacionadas com a questão dos direitos humanos e o meio ambiente, inclusive a participação da sociedade civil no plano de trabalho, e prestou apoio técnico à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente, em cumprimento do mandato dessa resolução.

Mudança Climática

Cumprindo a resolução AG/RES. 1864, “Os efeitos socioeconômicos e ambientais da mudança climática nos países do Hemisfério”, a Unidade preparou um projeto de seguimento ao “Planejamento Caribenho para Adaptação à Mudança Climática Global” (CPACC) intitulado “Incorporação da Adaptação à Mudança Climática” (MACC). Captou-se financiamento externo junto ao FMAM. O papel da Unidade na preparação do projeto relacionado com o MACC encerrou-se em março de 2003, com a aceitação desse documento pelo Banco Mundial e pela Secretaria da CARICOM.

A Unidade também efetuou o desenvolvimento e execução final de um projeto relacionado com o Estabelecimento de uma Consulta a Múltiplos Interessados em Água e Clima na Bacia do Rio San Juan, Costa Rica e Nicarágua. Desenvolveu igualmente projetos sobre água e clima que incluíam a) o estabelecimento de um diálogo caribenho sobre água e clima e b) o desenvolvimento de um Programa de Alerta contra Enchentes e de Redução da Vulnerabilidade nos Pequenos Vales da América Central.

A Adaptação à Mudança Climática está sendo incorporada ao planejamento do desenvolvimento no Caribe por meio de uma iniciativa tomada pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB) em conjunto com a OEA e a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional. A iniciativa tem por finalidade integrar a avaliação do impacto dos riscos naturais e da mudança climática ao processo de preparação e avaliação de projetos do Banco e dos países participantes.

Atividades com organizações internacionais

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Por intermédio da Unidade, manteve-se o papel da Secretaria-Geral nas consultas oficiais lançadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para preparar a Estratégia Ambiental do Banco em conjunto com outras organizações. A Unidade ofereceu observações e comentários à Estratégia e participará de qualquer consulta futura que o Banco organize, conforme cabível.

Força-Tarefa Mista para Seguimento da Cúpula da Bolívia

A Unidade continua a presidir o Grupo de Trabalho para a Incorporação da Redução dos Desastres ao Desenvolvimento, da Força-Tarefa Mista (IATF). A Unidade trabalha em estreito contato com a Secretaria Executiva do Processo das Cúpulas para assegurar à Força-Tarefa um adequado papel no desenvolvimento do mandato do Grupo de Trabalho no contexto do processo de seguimento da Cúpula.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

A convite do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Unidade fez uma apresentação formal ao Foro de Ministros do Meio Ambiente do PNUMA em sua reunião realizada na Cidade do Panamá, em novembro de 2003.

UNIDADE INTERSETORIAL DE TURISMO

Criada pela Ordem Executiva Nº 96-7, a Unidade Intersetorial de Turismo promove o desenvolvimento interdisciplinar do turismo. Com esse fim, fortalece e estabiliza a cooperação prática com outras organizações regionais e internacionais, revitaliza o Congresso Interamericano de Turismo (CIT) e conduz os programas de cooperação técnica e treinamento para promover o desenvolvimento sustentável nos Estados membros.

O plano de trabalho anual da Unidade de Turismo baseia-se no cumprimento dos mandatos e recomendações das diversas Cúpulas das Américas, no Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, no Plano de Ação dos Congressos Interamericanos de Turismo e no Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2002-05 do CIDI.

O apoio ao turismo fundamenta-se no reconhecimento do potencial do setor como motor de crescimento e desenvolvimento econômico sustentável e na necessidade de manter a diversificação, inovação e melhoramento contínuos do produto turístico, a fim de melhorar a competitividade dos Estados membros no mercado internacional do turismo. Para alcançar esses objetivos mais amplos e procurando utilizar eficientemente os escassos recursos humanos e financeiros, a Unidade de Turismo tem atribuído ênfase ao intercâmbio de idéias e melhores práticas entre os Estados membros.

Formulação de políticas e planos

Em cumprimento ao mandato de apoiar os esforços dos Estados membros no sentido de desenvolver o turismo como parte integrante da política de desenvolvimento, a Unidade de Turismo prestou assistência ao Governo das Bahamas na realização de um *workshop* sobre políticas para o desenvolvimento sustentável do turismo. Destaca-se entre os resultados desse *workshop* a identificação de medidas sensíveis e responsáveis que deverão ser adotadas para se alcançar o desenvolvimento sustentável do setor do turismo, a preparação de declarações de política e a determinação de procedimentos para a execução das iniciativas acordadas nessa ocasião.

A Dominica foi um dos Estados membros da OEA mais afetados pelo declínio do turismo e da economia mundial depois de 2001. Dada a continua estagnação do setor e por depender a ilha cada vez mais do turismo, a assistência centralizou-se no turismo como catalisador principal da recuperação. A fim de contribuir para este processo, em 2003 a Unidade de Turismo completou um plano de revitalização turística para a ilha e começou a identificar fundos para assistir sua execução.

Educação e treinamento

Um dos mandatos da Unidade de Turismo é prestar apoio à educação em todos os níveis e ao desenvolvimento e treinamento de recursos humanos no setor turístico. No cumprimento deste mandato, a Unidade de Turismo, no contexto do Programa para Pequenas Empresas Turísticas (STEP), financiado pela USAID, continuou a dedicar atenção ao estabelecimento de uma infraestrutura que ajude a manter a competitividade do setor e a maximizar tanto os seus benefícios como a contribuição do turismo para o desenvolvimento da região. Visando, portanto, a promover a capacidade e melhorar as estruturas de apoio institucional no âmbito hoteleiro, realizaram-se as seguintes atividades:

Programas de treinamento e certificação para pequenos hotéis

Em 2003, a Unidade de Turismo continuou a colaborar com outras entidades, tais como a CIDA e o CPEC e a *American Hotel and Lodging Association* (AHLA), no desenvolvimento e execução de programas de treinamento para pequenas empresas turísticas. Por meio dessa associação, finalizaram-se ao longo do ano as seguintes atividades:

Programa de treinamento “Aptidões para o êxito” – Treinamento para a certificação de instrutores

Por meio da colaboração com a CIDA/CPEC, ofereceu-se treinamento no âmbito do programa *Aptidões para o êxito*, em que 41 pessoas obtiveram o diploma de *Certified Hospitality Department Trainer* (CHDT), um programa de credenciamento de profissionais que reconhece o progresso dos instrutores departamentais no campo da hospitalidade.

Outros 125 empregados de hotéis receberam treinamento no programa *Aptidões para o êxito*, destinado aos trabalhadores do setor da hospitalidade e serviços turísticos, com o que elevou-se para 378 o total de pessoas desse modo capacitadas.

Outras atividades de treinamento de nível inicial em distintas disciplinas

Em 2003, a Unidade de Turismo também iniciou contatos com o *Culinary Institute of America* (CIA), para estabelecer vínculos de colaboração. Trata-se de uma das instituições mais reconhecidas em matéria de cursos vocacionais e educação permanente para os profissionais do setor da hospitalidade. Espera-se que esta associação permita alcançar um nível mais alto de excelência do treinamento oferecido para trabalhadores deste setor nos Estados membros participantes.

Programa de treinamento de gerentes e proprietários

Criado pela Unidade de Turismo, este programa foi posto à prova por ocasião de reuniões realizadas com hoteleiros e gerentes encarregados de alimentação e bebidas. Em 2003, mantiveram-se negociações com a AHLA com vistas a habilitar o programa a emitir certificados. Como resultado, introduziram-se no programa as modificações necessárias para que a AHLA possa outorgar certificados, depois do que a Unidade de Turismo utilizará o curso como seu programa principal de treinamento de gerentes e proprietários de pequenos hotéis.

Colaboração com a CESO

Em 2003, a Unidade de Turismo, em colaboração com a entidade *Canadian Executive Services Overseas* (CESO), prestou assistência em administração hoteleira, operações gerais e operações de alimentação e bebidas a 109 hotéis, mediante a qual foram treinadas 406 pessoas. A assistência esteve a cargo de voluntários da CESO.

Treinamento em segurança

Devido ao potencial de efeitos negativos sobre o turismo e as economias dos Estados membros que dependem da atividade turística, em 2003 a Unidade de Turismo dedicou maior atenção ao tema da segurança. Assim, a Unidade negociou um acordo com o Instituto de Educação da AHLA para a realização de uma série de seminários sobre segurança para pessoas que trabalham no setor da hospitalidade. Em 2003, realizaram-se dois seminários e preparou-se um calendário para a realização de outros seminários em 2004. Os cursos correspondem a um nível que facilitará a outorga de certificados aos participantes. As futuras atividades da Unidade de Turismo darão maior atenção à segurança e à promoção de medidas de fomento da confiança que ajudem a estimular o turismo.

Desenvolvimento institucional e promoção da capacidade do setor público

O programa de treinamento *Espírito de hospitalidade*, que inclui vídeos e material educativo de apoio, desenvolveu-se mediante um acordo entre a Unidade de Turismo e a AHLA, instituição que se encarregou de sua execução. Reconhecendo que a eficiente execução do programa STEP depende da capacidade dos coordenadores de contrapartida nos Estados membros participantes, ofereceu-se este programa em meados de 2003 aos coordenadores do programa STEP no Caribe.

Associação com a Organização de Turismo do Caribe (OTC) – Atividades de treinamento e conscientização turística

Em 2003, a Unidade de Turismo continuou seus esforços de promoção do desenvolvimento sustentável do turismo, fomentando a conscientização do público sobre a importância dos nexos entre o turismo e o meio ambiente. Esta atividade realizou-se em colaboração com a Organização de Turismo do Caribe (OTC) e deu margem ao desenvolvimento de projetos de programa de anfitriões no Caribe e programas de promoção da carreira turística e de conscientização de jovens. Estes programas têm por objeto melhorar a conscientização e as atitudes no setor turístico. Espera-se que, uma vez posta em prática, esta atividade continue a ser uma das principais áreas de cooperação entre as duas instituições.

Em 2003, esta associação também resultou na preparação de seminários práticos para iniciar e treinar instrutores em utilização de material didático para as escolas. Em 2004, o material preparado no contexto desta associação será compartilhado com outros Estados membros da OEA de idioma espanhol e francês.

Desenvolvimento de produtos turísticos

No cumprimento dos mandatos do Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, a Unidade de Turismo continuou dedicada à elaboração e adoção de normas para o setor do turismo nas Américas compatíveis com o mercado internacional do turismo. Em particular, no contexto do Programa para Pequenas Empresas Turísticas financiado pela USAID, continuou-se a trabalhar na elaboração de normas e produtos para segmentos especiais de mercados. No período examinado, completaram-se sob esse programa as seguintes atividades:

Criação de marcas e normas para hotéis e empresas auxiliares do setor do turismo

Em 2003, criou-se uma marca identificadora de alojamento em ambientes naturais, que permite a certificação de acordo com uma nova norma internacional desenvolvida em conjunto pelo programa nacional de turismo ecológico da Austrália e *Green Globe 21*.

Criação de normas para locais e atrações turísticas

Este projeto visa a ajudar pequenas e médias empresas não-hoteleiras a desenvolver-se e utilizar os locais e atrações turísticas como parte do produto turístico. O trabalho em relação a este componente começou em 2003, com a identificação e realização de um inventário de 15 locais em dois países participantes. Espera-se que a informação coligida valha como subsídio para um banco de dados de produtos que possa ser desenvolvido e comercializado como parte do produto *Caribbean Experiences*.

A Unidade de Turismo, no seu empenho em ajudar as comunidades a elevar a níveis internacionais as normas de serviço e qualidade dos locais e atrações turísticas, também se dedicou à identificação, registro e divulgação de melhores práticas. Neste sentido, após uma seleção baseada em temas e empresas, examinaram-se as melhores práticas, que foram a seguir avaliadas segundo um determinado ponto de referência e o aconselhamento dos operadores das áreas que carecem de melhoramentos.

No final de 2003, iniciaram-se as tarefas para introduzir um amplo programa de desenvolvimento, gestão e uso sustentável de locais e atrações, entre os quais fortalezas, jardins botânicos, museus, parques nacionais e produtos especiais que possam ser oferecidos por intermédio de operadores turísticos. Com essa finalidade, completaram-se durante o ano avaliações de acesso a mais de 20 atrações e empresas não-hoteleiras.

Gestão ambiental – Colaboração com a CAST

Em 2002, a Unidade de Turismo trabalhou com pessoal da USAID e da *Caribbean Action for Sustainable Tourism* (CAST) em um programa de itinerários ambientais para pequenos hotéis, como passo inicial de uma série de iniciativas para prestar assistência a proprietários de pequenos estabelecimentos na implementação de sistemas de gestão ambiental.

Em 2003, mais de 135 proprietários de pequenos hotéis participaram dos itinerários ambientais, elevando-se assim a 200 o número de pessoas que completaram o processo. Efetuaram-se também 41 avaliações ambientais de pequenos hotéis e prestou-se apoio a 18 estabelecimentos para a realização de avaliações ambientais. Além disso, realizaram-se programas de certificação em 40 propriedades selecionadas.

Em 2003, produziram-se seis novos folhetos, que foram acrescidos à variedade de materiais de gestão ambiental disponíveis para divulgação em formato eletrônico e impresso. Este material é distribuído principalmente por intermédio do Centro de Recursos. Realizaram-se cinco cursos de treinamento para hoteleiros, para gerar conscientização e proporcionar informação sobre os sistemas de gestão ambiental. Para reforçar esse componente educativo e como parte da iniciativa, produziram-se cinco vídeos de capacitação.

Projeto de assistência a pequenos hotéis da América Central

Baseado no Projeto para Pequenas Empresas Turísticas do Caribe, este projeto abrange seis Estados membros (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá) e tem por objeto prestar assistência aos pequenos estabelecimentos hoteleiros da região para melhorar seu funcionamento e competitividade. As atividades realizadas como parte do projeto em 2003 foram as seguintes:

- Conclusão de um estudo de avaliação de necessidades;
- Preparação de material de treinamento;
- Início de uma série de programas de treinamento nos seis Estados membros;
- Preparação de um projeto de proposta como documento de referência utilizável quando se estabelecerem contatos com novos sócios ou doadores em potencial;
- Realização de reuniões com entidades financeiras e doadoras sediadas em Washington, D.C.;
- Conclusão de acordos de colaboração com *Canadian Executive Services Overseas* (CESO), o Centro para a Promoção da Micro e Pequena Empresa na América Central (CENPROMYPE), TACA, a Associação Costarriquense de Profissionais do Turismo (ACOPROT), o Instituto Nacional de Aprendizagem (INA) da Costa Rica e o ITECAP, da Guatemala.
- Apresentação de propostas à Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, ao Governo de Taiwan e ao BID-FMI (Panamá), com vistas à obtenção de assistência para o prosseguimento do projeto.
- Convocação de uma série de reuniões com o Conselho Centro-Americano de Turismo (CCT) e a Secretaria de Integração Centro-Americana (SICA); e
- Desenho e aplicação da página do projeto na Internet.

Dentre outras atividades, o pessoal da Unidade de Turismo visitou a Costa Rica no mês de maio, para assessorar as autoridades do setor do turismo na preparação de uma nova proposta de projeto trienal a ser submetida a consideração para obter financiamento do FEMCIDI. O pessoal da Unidade também participou de três reuniões do Fórum do Programa de Assistência Centro-Americana no Panamá, o mecanismo coordenador do projeto.

Projeto Turístico Rota do Café

Este projeto procura gerar benefícios locais a partir do turismo mediante o desenvolvimento de um produto turístico como é o café, dando, deste modo, assistência às comunidades participantes na diversificação da sua base econômica predominantemente cafeeira e fortalecendo o patrimônio e a cultura do lugar. Também mitigará os efeitos da crise econômica provocada por um longo período de baixos preços internacionais do café, proporcionando outras fontes de renda aos pequenos produtores de café da América Latina. O projeto piloto, que melhorará o produto da atividade cafeeira ao preparar e comercializar a experiência do café como destino turístico, está sendo levado a cabo na Costa Rica, mas também intensificou a colaboração com outros países interessados.

Em 2003, devido ao interesse suscitado pelo primeiro ano de atividades, o projeto começou a ser expandido para países da América Central. Em consequência, organizaram-se reuniões em coordenação com as autoridades turísticas de Belize, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, todas as quais ofereceram seu apoio. As reuniões tiveram o objeto de obter a cooperação e o compromisso dos sócios e confirmar possíveis fontes de assistência técnica e financeira para o projeto

nesses países.

Ademais, estabeleceram-se contatos com o CESO e a Secretaria de Integração Centro-Americana (SICA). No último trimestre de 2003, ultimaram-se os planos para a Primeira Reunião de Diretores da Rota do Café, programada para janeiro de 2004, na Costa Rica.

Sistemas de informação e transferência de tecnologia

Desenvolvimento institucional e desenvolvimento da capacidade no setor privado Prestação de assistência tecnológica. Continua intensa a demanda do programa de assistência tecnológica para pequenas empresas turísticas. Em 2003, mais de 81 estabelecimentos receberam assistência tecnológica e 195 pessoas receberam treinamento técnico prestado por voluntários dos programas *Net Corps Canada* e *Net Corps Americas*. Os voluntários proporcionaram assistência principalmente na criação de páginas na Internet e em formação básica sobre o uso de computadores.

Desenvolvimento de um meio baseado na Internet. Em 2003, a Unidade de Turismo manteve conversações com a Corporação Financeira Internacional (CFI) acerca da possibilidade de obter fundos para o lançamento e a operação de *Caribbean Experiences* como mecanismo de prestação de assistência na administração de pequenos hotéis e de supervisão das normas para este grupo. A entidade também habilitaria os hotéis participantes a desfrutar das economias de escala das grandes cadeias de hotéis filiados.

Criação de um centro de recursos virtual na Internet, “Caribbean Innkeeper.com”. Este projeto oferece aos operadores de hotéis, pesquisadores, estudantes e pessoal do setor uma ampla gama de informação relativa ao funcionamento de empresas turísticas, a que têm acesso pela Internet. Em 2003, o pessoal da Unidade manteve periodicamente o *Caribbean Innkeeper* como centro de recursos virtual.

Em dezembro de 2003, devido às similaridades e sinergias que podem ser obtidas, o pessoal da Unidade manteve conversações com a CFI para encarregar-se da administração dos folhetos SME da CFI, dirigidos a empresas de pequena e média escala.

Criação de centros de recursos físicos. Continuou em 2003 o trabalho de complementação dos centros de recursos virtuais mediante a expansão do número de centros de recursos físicos. Os centros oferecem material de capacitação, uma videoteca para pequenos hotéis estabelecida em colaboração com AHLA, uma instalação para projeções de televisão e vídeos, acesso à Internet e folhetos. Também fornecem informações da CAST sobre seus programas, bem como folhetos sobre gestão ambiental preparados para o programa STEP.

Em 2003, estabeleceram-se centros em Antígua e Barbuda e em Nevis, este para complementar o centro anteriormente criado em Saint Kitts. Às Bahamas, procedeu-se à entrega de um centro “móvel” de recursos. Os centros móveis destinam-se a facilitar maior distribuição e recepção nos pequenos estabelecimentos distantes dos centros turísticos principais.

Preparação de folhetos instrutivos. Os folhetos visam a apresentar as melhores práticas operacionais e administrativas no setor, tanto em forma eletrônica com impressa. Espera-se que a aplicação de algumas das melhores práticas apresentadas nos folhetos resulte no aumento da eficiência e

rentabilidade na gestão de empresas do setor turístico. Em 2003, prepararam-se seis novos folhetos, elevando-se assim para 23 o total de folhetos produzidos para a capacitação do setor da pequena empresa.

Cúpula das Américas e atividades correlatas

Em junho de 2003, realizou-se na Guatemala o Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo, evento que reúne os Ministros de Turismo do Hemisfério. O Congresso ofereceu aos delegados a oportunidade de receber relatórios técnicos acerca de várias questões atinentes ao turismo, entre as quais o efeito do terrorismo sobre as economias que dependem do turismo e suas implicações para o crescimento e desenvolvimento a médio prazo dos Estados membros; restrições e novos regulamentos que afetam o transporte aéreo e marítimo e suas implicações para os países que dependem do turismo; as questões de saúde que afetam o turismo internacional, particularmente os surtos de doenças em viagens de cruzeiro e a SARS; os fatores que influenciam a viabilidade das empresas nos sectores do turismo e da hospitalidade; o desenvolvimento e adoção de tecnologia, com ênfase no papel e no efeito da tecnologia sobre a forma de gestão de empresas no setor turístico; e a crescente importância do turismo ecológico e do turismo comunitário como nichos de produtos e segmentos do mercado.

O evento também foi propício para que determinadas instituições financeiras prestassem informação sobre suas atividades de apoio do desenvolvimento sustentável do turismo nos países das Américas. Os delegados também receberam propostas em que se delineavam alternativas institucionais para o funcionamento e a estruturação dos Congressos Interamericanos de Turismo.

O Congresso também apoiou um Plano de Ação que orientará o programa de trabalho da Unidade de Turismo nos próximos três anos, e concordou com os conceitos de projetos que haviam sido propostos para melhorar a disponibilidade e a gestão de informação turística e para a formação de capacidade no setor turístico. Preparou-se um amplo relatório sobre os resultados do Congresso, que estará disponível em separado.

Identificação de projetos, assistência e atividades de cooperação correlatas

A Unidade participou das seguintes atividades e projetos na região:

- Primeiro Fórum Regional do Projeto de Pequenos Hotéis da América Central, no Panamá, em fevereiro de 2003. Dada a crescente conscientização a respeito das atividades do Projeto para Pequenos Hotéis da América Central, a Unidade recebeu do Equador um pedido de assistência para o desenvolvimento de um programa de assistência a pequenos hotéis na região andina. Em vista disso, a Unidade realizará visitas ao Equador e a outros países da região andina para confirmar o interesse regional no projeto e explorar o intercâmbio de experiência em projetos semelhantes do Caribe e da América Central.
- Seminários sobre Contabilidade Satélite de Turismo em El Salvador e Barbados, em outubro, para colaborar com outros possíveis parceiros (Organização Mundial do Turismo, OTC/CARICOM, ECLAC/CEPAL).
- Expo-Ecoturismo 2003, em Puerto Ordaz, Venezuela, em novembro de 2003, com vistas a confirmar a cooperação e as oportunidades de intervenção na área do desenvolvimento do turismo ecológico e comunitário.

- Colaborou-se com as autoridades de turismo nas sub-regiões da América Central, América do Sul e Caribe, dando-se assistência à preparação de propostas a serem consideradas e possivelmente selecionadas para financiamento pelo FEMCIDI. Como seguimento dessa participação, o pessoal da Unidade espera desempenhar importante papel na execução de projetos nas Bahamas e na América Central.
- Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo. A Unidade preparou vários documentos e apresentações, que se acham incluídos no relatório final do Congresso. Também apresentou um documento com propostas para revitalizar o setor do turismo na Dominica e participará das reuniões das Juntas Diretoras da Organização de Turismo do Caribe e da Ação Caribenho-Centro-Americana. Para esta última apresentou o documento *Biodiversidad en el Turismo*.

Financiamento

Proseguiram as conversações com várias instituições financeiras em torno da prestação de apoio às atividades da Unidade. Quanto ao apoio para o proposto Sistema de Investimentos em Turismo, receberam-se compromissos condicionais do Banco Europeu de Investimentos e da Corporação Interamericana de Investimentos.

UNIDADE PARA A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

A Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) foi estabelecida mediante a Ordem Executiva Nº 90-3, de 15 de outubro de 1990, em conformidade com a resolução AG/RES. 1063 (XX-O/90) da Assembléia Geral, a fim de apoiar os Estados membros em seus esforços para preservar e fortalecer suas instituições políticas e procedimentos democráticos. A Unidade executa seu plano de trabalho no âmbito do Programa de Apoio para a Promoção da Democracia, aprovado pela resolução CP/RES. 572 (882/91), do Conselho Permanente.

A Unidade para a Promoção da Democracia tem por funções principais: i) acompanhar e respaldar os órgãos políticos da Organização em suas deliberações acerca do fortalecimento e preservação da democracia; ii) colaborar com os Estados membros para o aperfeiçoamento de suas instituições e processos democráticos; iii) prestar apoio aos Estados membros para a geração, divulgação e intercâmbio de conhecimentos sobre sistemas políticos e valores democráticos; iv) proporcionar apoio com respeito a aspectos técnicos e substanciais para o diálogo e troca de experiências entre instituições e peritos do Hemisfério em áreas relacionadas com a promoção da democracia; v) contribuir para a transparência dos processos eleitorais dos países membros da Organização, enviando missões de observação eleitoral; e vi) apoiar os processos de reconciliação nacional e construção da paz.

No ano de 2003, a UPD continuou apoiando o cumprimento dos mandatos sobre democracia emanados do processo das Cúpulas das Américas, da Assembléia Geral e dos outros órgãos políticos da Organização, bem como das diretrizes da Carta Democrática Interamericana.

Apoio à Discussão sobre Fortalecimento da Governança Democrática

Em 2003, a análise da governança democrática no Hemisfério foi o tema central do Diálogo de Chefes de Delegação que teve lugar no âmbito do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral. A fim de respaldar este processo de diálogo, o Conselho Permanente solicitou aos diversos departamentos e unidades da Secretaria-Geral que preparassem documentos de apoio. Atendendo a esta solicitação, a UPD preparou e distribuiu um documento sobre esse tema (AG/doc. 4155/03) e recebeu os comentários das delegações participantes das sessões da Assembléia Geral realizadas em Santiago do Chile.

Em conjunto com a Secretaria do Processo de Cúpulas e com apoio da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) do Chile, a UPD organizou o *workshop* “Sociedade Civil e Governabilidade: Fórum da Sociedade Civil em Preparação para a Assembléia Geral da OEA”, que se realizou um dia antes do início do período de sessões, com a participação de representantes de várias associações da sociedade civil organizada do Hemisfério. Este encontro facilitou um desenvolvimento adequado do Diálogo dos Chefes de Delegação com a sociedade civil que precedeu a abertura do período de sessões e constituiu um passo importante na institucionalização desse diálogo no âmbito da Assembléia Geral da Organização.

Como resultado das deliberações sobre esse tema, a Assembléia Geral aprovou a resolução AG/RES. 1960 (XXXIII-O/03), “Programa de Governança Democrática nas Américas”, que definiu o

procedimento para a discussão e aprovação de um Programa de Governança Democrática nas Américas. Como parte desse processo, encarregou a UPD de organizar uma reunião de peritos para elaborar uma análise sobre o fortalecimento da governança democrática na região e de apresentá-la, juntamente com suas recomendações, ao Conselho Permanente para sua consideração e remessa à Cúpula Extraordinária das Américas. A reunião de peritos, que teve lugar na sede da OEA em 12 e 13 de novembro, teve a participação de mais de 50 especialistas do Hemisfério e de organismos internacionais. O relatório final da reunião foi apresentado ao Conselho Permanente conforme estipulado na resolução AG/RES. 1960.

Programa Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos

O Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos (FIAPP) é uma iniciativa da UPD lançada em fins de 2001 para desenvolver os mandatos hemisféricos sobre fortalecimento e modernização dos partidos políticos conferidos pelos Estados membros tanto no Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas como na Carta Democrática Interamericana. Este esforço conta com a colaboração de várias instituições, e a entidade serve como mecanismo de encontro entre partidos, setores sociais, círculos acadêmicos, autoridades eleitorais, meios de comunicação e instituições de cooperação internacional. O objetivo fundamental do Fórum é contribuir para processos de aprofundamento e reforma dos partidos políticos e sistemas partidários no Hemisfério mediante o diálogo, troca de experiências, estudos aplicados e ações específicas de assessoria e apoio.

No ano de 2003, consolidou-se o Conselho Consultivo do Fórum, que congrega semestralmente representantes de mais de 25 instituições de vários setores para definir responsabilidades, coordenar esforços e maximizar o impacto dos recursos disponíveis para apoiar a modernização dos partidos políticos. A primeira reunião do Conselho (Washington, D.C., março de 2003) e a segunda (Cartagena das Índias, Colômbia, novembro de 2003) resultaram em várias iniciativas. Entre elas, destacam-se a Conferência de Alto Nível sobre Financiamento da Democracia nas Américas, realizada em março em conjunto com o Centro Carter, e a publicação do Manual sobre Divulgação e Transparência das contribuições que se vêm adiantando com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Além disso, o FIAPP prestou apoio técnico à Cúpula de Presidentes do Grupo do Rio realizada em maio e trabalhou com o Parlamento Latino-Americano (PARLATINO) na implementação das diretrizes decorrentes do Consenso de Cuzco sobre Governança e Partidos Políticos. O Fórum também se ligou às atividades das organizações partidárias internacionais, participando da Conferência de Líderes da Organização Democrata Cristã da América (ODCA) e do Vigésimo Segundo Congresso da Internacional Socialista, realizados em Caracas e São Paulo, respectivamente.

Em relação ao tema do financiamento de campanhas e partidos políticos, a UPD, em associação com o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (*International IDEA*), vem elaborando uma análise comparativa sobre financiamento da política nos 34 países membros da OEA, trabalho que inclui a formulação de recomendações concretas sobre a matéria para os Estados membros. Para apoiar a realização desse estudo, a UPD levou a cabo vários *workshops* de trabalho sub-regionais sobre essa temática, assim cobrindo o tratamento do tema na América Latina, América do Norte e Caribe angloparlante. Como parte de sua contribuição ao capítulo do estudo sobre financiamento e gênero, a UPD — com a colaboração da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e da *International IDEA* — convocou uma sessão de trabalho para discutir as implicações dos sistemas de financiamento sobre a participação política da mulher. Os resultados da sessão de

trabalho constituíram uma contribuição suplementar ao tratamento de um tema até agora pouco analisado.

Na área da assessoria e acompanhamento técnico de processos de reforma política e modernização partidária, o Fórum deu continuidade ao Programa de Gerência Política e Valores Democráticos que vem sendo implementado plurianualmente na Guatemala desde o Acordo de Paz alcançado no país. Em 2003, continuou o apoio às chamadas “mesas de diálogo intersetoriais”, que culminaram com a divulgação de uma agenda nacional comum assinada por 21 partidos políticos.

Em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a *International IDEA*, o Fórum está concluindo uma análise comparativa sobre a situação dos partidos políticos no istmo centro-americano e na República Dominicana. Em associação com o Instituto Internacional de Governabilidade (IIG), da Catalunha, o FIAPP realizou também um fórum virtual sobre o financiamento da política nas Américas.

A atividade mais importante do FIAPP no ano foi sua Terceira Reunião Anual, que teve lugar de 23 a 25 de novembro em Cartagena das Índias, Colômbia. Assistiram ao evento mais de 100 líderes, representando 50 partidos políticos de 20 países do Hemisfério, bem como representantes de outros setores da sociedade. As discussões concentraram-se em três áreas: financiamento de campanhas e partidos políticos, relações entre os partidos e outros setores da sociedade, e reformas políticas recentemente empreendidas ou em consideração na Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru e países do istmo centro-americano. A reunião também facilitou o conhecimento do trabalho desenvolvido nesta área por várias instituições, como o BID, as principais fundações partidárias brasileiras, o PARLATINO, a *International IDEA*, a Fundação Friedrich Naumann, o Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária, o Instituto Nacional Democrático para Assuntos Internacionais e o Instituto Internacional Republicano, entre outras.

Programa de Apoio a Processos de Descentralização

Em 2003 a UPD, na qualidade de Secretaria Técnica da Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização (RIAD), apoiou a realização da Segunda Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão, realizada de 24 a 26 de setembro na Cidade do México. Como resultado desta reunião, aprovou-se o Plano de Ação da Cidade do México sobre a Descentralização e Fortalecimento das Administrações Regionais e Municipais e da Participação do Cidadão.

Como Secretaria Técnica da RIAD, a UPD vinha coordenando a implementação do Plano de Ação da Cidade do México com a presidência e vice-presidência da Rede (México e Brasil, respectivamente) e com as vice-presidências regionais (Guatemala, Jamaica, México e Peru), e fortalecendo os contatos com agências internacionais para consolidar o Grupo de Apoio Financeiro e Técnico à RIAD mencionado no Plano de Ação. Da mesma forma, redesenhou-se nesse período a página da RIAD na Internet e desenharam-se duas atividades de treinamento sobre o tema da descentralização, em colaboração com o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a Universidade Alberto Hurtado, no Chile.

Por outro lado, a UPD realizou uma série de atividades sub-regionais ligadas a essa temática. No

Caribe angloparlante, fizeram-se avançar ações conjuntas com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Governo de São Vicente e Granadinas para realizar um fórum sobre governança local na Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). Na Comunidade Andina, a UPD colaborou com a FLACSO-sede no Equador em uma publicação sobre os processos de descentralização na região. No MERCOSUL, a UPD apoiou a Reunião Especializada de Municípios e Prefeituras do MERCOSUL (REMI) na realização de estudos sobre descentralização e autonomia local. Finalmente, implementou-se o projeto Apoio ao Fortalecimento dos Processos de Descentralização Política na América Central, com financiamento do BID.

Programa de Apoio ao Fortalecimento das Instituições Legislativas

A maioria das atividades do Programa de Apoio ao Fortalecimento das Instituições Legislativas (PAFIL) em 2003 concentraram-se em fortalecer o apoio legislativo aos temas estratégicos da agenda hemisférica. Entre as atividades realizadas, destacou-se o acompanhamento da organização do Segundo Encontro Interparlamentar EUA-Venezuela, conhecido como *Boston Group*, resultado de um esforço conjunto da UPD, da Missão Permanente dos Estados Unidos junto à OEA, da Subcomissão de Assuntos Hemisféricos da Câmara dos Representantes do Congresso dos Estados Unidos e da Assembléia Nacional da Venezuela.

Como Secretaria Técnica *Pro Tempore* da Comissão Interparlamentar do Foro de Presidentes dos Poderes Legislativos da América Central e da Bacia do Caribe (FOPREL), a UPD, com apoio financeiro do Governo dos Estados Unidos, executou o projeto Ação Legislativa de Combate ao Terrorismo. Mediante esse projeto, estabeleceu-se um ambicioso plano de apoio à ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, bem como a correspondente adequação normativa nos países do istmo centro-americano e na República Dominicana. Da mesma forma, realizou-se em El Salvador o Primeiro Fórum Interparlamentar da América Central e da Bacia do Caribe sobre o Combate ao Terrorismo, e se fizeram progressos nas discussões para iniciar ações legislativas neste campo nos países do MERCOSUL.

No campo da luta contra a corrupção, cabe destacar o apoio prestado à reunião Os Parlamentos e o Controle da Corrupção: Desafios Políticos na América Latina, organizada pelo Banco Mundial em São Paulo. Durante a reunião, constituiu-se a seção latino-americana dos Parlamentares contra a Corrupção (PLACC). Por solicitação da Assembléia Legislativa da Costa Rica, a UPD prestou cooperação técnica à Comissão Interparlamentar Centro-Americana contra a Corrupção e o Narcotráfico (CICONA).

No campo das negociações comerciais internacionais, a UPD iniciou um trabalho conjunto com o FOPREL e com a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) do MERCOSUL para analisar o papel dos poderes legislativos em assuntos relacionados com tratados comerciais. Da mesma forma, atendendo à solicitação da CPC, a UPD levou avante gestões para trabalhar no campo da integração interparlamentar. Além disso, apoiou os presidentes dos congressos centro-americanos no desenvolvimento de ações interparlamentares em matéria de segurança.

A UPD também apoiou o trabalho das instituições interparlamentares sub-regionais. Com apoio financeiro do Canadá, prestou cooperação técnica ao Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) na realização de sua segunda reunião anual. Ademais, ofereceu apoio técnico permanente ao FOPREL, apoiou o trabalho da CPC e iniciou discussões com o Parlamento Andino para concretizar ações

conjuntas com relação a temas estratégicos da agenda interamericana.

No campo do fortalecimento institucional e da modernização das instituições parlamentares, a UPD trabalhou na preparação do primeiro Fórum Interamericano sobre Modernização Legislativa, que deve ter lugar em 2004, e iniciou o desenho de um projeto de fortalecimento do controle político e da fiscalização orçamentária para o Congresso do Paraguai. Como parte do Programa de Gerência Política para Legisladores, realizaram-se dois cursos de alto nível, em El Salvador e no Paraguai. Finalmente, como parte da incursão da UPD no campo do e-congresso (Congresso eletrônico), concluiu-se o desenho de um novo portal na Internet voltado para melhorar e tornar mais eficientes as atividades de gestão dos legisladores dos países membros.

Programa de Promoção da Liderança e Cidadania Democrática

A UPD executou o Terceiro Curso Regional sobre Democracia e Gerência Política para Jovens Líderes do MERCOSUL (Joinville, Santa Catarina, julho de 2003) e o Primeiro Curso Regional Andino sobre Governança Democrática para Jovens Líderes (Quito, Equador, agosto de 2003). O primeiro realizou-se em associação com várias entidades acadêmicas privadas e governamentais, e fundações dos principais partidos políticos do Brasil, e teve o apoio da Fundação Konrad Adenauer-sede Brasil e da ODCA. O segundo realizou-se em conjunto com a CIM, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Programa de Apoio à Liderança e Representação da Mulher (PROLEAD) e o Instituto Interamericano de Desenvolvimento Social (INDES) do BID. Com apoio financeiro do BID, o Programa de Cursos Nacionais de Treinamento para Líderes Democráticos (CALIDEM) realizou seis cursos sobre instituições, valores e práticas democráticas no Chile, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá e Paraguai.

Ademais, a UPD continuou fortalecendo o mecanismo de seguimento dos cursos e das instituições de que provêm os seus participantes. Como parte desse mecanismo, prestou-se cooperação técnica à Secretaria de Ação Social da Presidência da República do Paraguai na elaboração de diretrizes gerais para o desenho da estratégia de comunicação institucional.

Em 2003, a UPD fortaleceu a sua colaboração com a Unidade de Desenvolvimento Social e Educação (UDSE) da Secretaria-Geral em relação com o apoio aos Estados membros no tocante à cultura democrática e à educação para a democracia, temas centrais acentuados pela Carta Democrática Interamericana. Neste contexto, a UPD e a UDSE apoiaram o Conselho Permanente na preparação da sessão extraordinária sobre Promoção da Cultura Democrática por meio da Educação, a realizar-se em 2004. Também teve lugar o Seminário sobre o Ensino de Valores e Práticas Democráticas no Sistema Educacional Formal, em Montevideú, em associação com a UDSE, o Ministério da Educação e a Administração Nacional de Educação Pública do Uruguai, e o *Center for Civic Education* dos Estados Unidos.

Fortalecimento de Sistemas Eleitorais e de Registros Cíveis

Em 2003, a UPD prosseguiu com os programas de fortalecimento e modernização das instituições eleitorais em El Salvador, no Equador, Guatemala e Paraguai. Para isso, manteve os programas especiais direcionados para promover o uso dos instrumentos e procedimentos mais adequados nos campos da organização eleitoral, da promoção da participação civil e da aplicação de tecnologia eleitoral moderna.

Na Guatemala, Honduras e Paraguai, a UPD executou programas de registro civil voltados para apoiar a modernização dos procedimentos, dos controles de segurança e do treinamento no serviço de registro de cidadãos e da segurança da gestão dos registros.

No quadro das atividades relacionadas com o intercâmbio de práticas bem-sucedidas e de iniciativas de cooperação horizontal, a UPD fortaleceu as relações de cooperação com as autoridades eleitorais do Brasil, Canadá, Panamá e Paraguai, com que a Secretaria-Geral assinou acordos de cooperação horizontal. Neste sentido, cabe destacar a segunda experiência de cooperação horizontal entre organismos eleitorais do Hemisfério (Brasil-Paraguai), por meio da qual se conseguiu implementar em 50% dos locais o uso da urna eletrônica nas eleições presidenciais realizadas no Paraguai no mês de abril. Como parte das iniciativas de cooperação horizontal, a UPD realizou no mês de março a Primeira Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais, com apoio do Tribunal Superior Eleitoral do Panamá. Vinte e dois representantes de organismos eleitorais dos Estados membros da Organização compareceram a este encontro, em que se abordaram temas relacionados com o uso da tecnologia na organização de processos eleitorais e se constituiu a Rede Interamericana de Tecnologia Eleitoral (RITE).

No ano de 2003, na Guatemala, a UPD promoveu diversos *workshops*, seminários e publicações nos campos da participação civil e da educação cívica eleitoral, com a finalidade de promover uma cultura democrática e apoiar o processo eleitoral que teve lugar nesse país em novembro e dezembro.

Também em 2003, concentrou-se em fazer com que de fato os processos eleitorais se constituíssem, cada vez mais, na via mais confiável, direta e eficaz para que as pessoas participassem do processo político e legitimassem as suas opiniões e decisões políticas no exercício de seu direito político de cidadão. Com esta finalidade, levaram-se a cabo reuniões de trabalho com as autoridades eleitorais da Colômbia, El Salvador, Equador e República Dominicana para discutir temas relacionados com os avanços tecnológicos e o bom funcionamento dos processos eleitorais.

Promoção e Divulgação da Carta Democrática Interamericana

Dada a importância deste novo instrumento interamericano para o fortalecimento e defesa coletiva da democracia no Hemisfério, e em conformidade com o interesse manifestado pelos Estados membros, a UPD empreendeu em 2003 uma série de atividades destinadas a promover e divulgar o teor da Carta Democrática Interamericana. Entre essas iniciativas, desenhou-se um programa de educação à distância para o treinamento de professores no ensino de princípios, valores e práticas democráticas segundo os postulados da Carta. Da mesma forma, os cursos e seminários sobre cultura democrática e gestão política que a UPD desenvolve e executa há vários anos, bem como outras atividades suas, converteram-se em veículos que facilitam o conhecimento da Carta pelos jovens líderes do Hemisfério e outros segmentos formadores de opinião, como partidos políticos, meios de

comunicação, organizações da sociedade civil e centros acadêmicos.

Em colaboração com o Departamento de Informação Pública, a UPD produziu sobre a Carta uma breve mensagem para televisão, parte de uma série a ser produzida a esse respeito. Nesse mesmo sentido, a UPD colaborou com o Instituto Interamericano da Criança (INN) na produção de uma mensagem para TV sobre a Carta dirigida às crianças. Ambas as iniciativas têm por objetivo aprofundar a consciência pública sobre a importância da Carta Democrática Interamericana e divulgar amplamente o mandato da OEA na consolidação da democracia no Hemisfério.

Finalmente, reimprimiu-se a Carta Democrática Interamericana, agora em formato passaporte. Essa versão foi objeto de ampla divulgação por meio de programas e atividades da Unidade e das Missões Permanentes da Organização, entre outras entidades.

Informação e Diálogo sobre Democracia

Com o objetivo de divulgar eficientemente as informações mais importantes relacionadas com o desenvolvimento democrático no Hemisfério e as informações acerca de atividades específicas da UPD, a Unidade reforçou a sua capacidade de gerar e divulgar essas informações por meios eletrônicos e impressos. Em 2003, os esforços da UPD nesta área concentraram-se na atualização e adaptação das informações constantes de seu portal na Internet para corresponder da melhor forma possível à crescente demanda de informações a respeito de suas atividades.

A Unidade continuou colaborando com o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Georgetown para o desenvolvimento do Banco de Dados Políticos das Américas. Este banco de dados representa uma importante fonte de recursos acadêmicos, documentos originais e dados estatísticos sobre temas políticos do Hemisfério. Por isso, o banco foi periodicamente atualizado ao longo do ano com as últimas informações disponíveis sobre temas como trocas de ministérios, estudos comparativos, descentralização, constituições, legislação eleitoral, resultados eleitorais e partidos políticos.

Trabalhou-se também na produção do boletim eletrônico *UPDate*, em vários relatórios sobre as observações eleitorais, em relatórios especiais e sobre as atividades e seminários realizados pela UPD.

Programa Especial de Promoção do Diálogo e Solução de Conflitos

O Programa Especial progrediu na implementação do Programa Centro-Americano para o Fortalecimento do Diálogo Democrático (PCA), com base num quadro institucional definido em conjunto com os países da região. Nas atividades desse programa sub-regional, o Programa Especial prestou cooperação técnica ao processo do Diálogo Nacional iniciado pelo Governo de Honduras e prevê uma colaboração contínua ao processo de seguimento do alcance do diálogo nacional nesse país. Por outro lado, iniciou-se o apoio ao Governo da Bolívia no desenho e implementação de um programa de prevenção e solução de conflitos. Além disso, o Programa estabeleceu uma presença permanente no país para proporcionar o seguimento e assessoramento necessários com referência a esses temas.

Em março de 2003 se encerrou o Programa Cultura do Diálogo: Desenvolvimento de Recursos para a Construção da Paz (PROPAZ), um dos empreendimentos de maior êxito e importância da UPD em

matéria de apoio ao processo de paz, diálogo político e desenvolvimento da democracia na Guatemala. Em seu lugar, estabeleceu-se a Fundação ProPaz — entidade guatemalteca nova e autônoma —, que seguirá respaldando o diálogo e a concertação social na Guatemala com base na experiência do PROPAZ.

Como parte da coordenação de atividades com outras organizações multilaterais, o Programa Especial participou ativamente do Projeto sobre Diálogo Democrático liderado pelo PNUD, com o objetivo de construir quadros conceituais comuns para a análise e aplicação de práticas de diálogo na região. Neste sentido, o Programa Especial participou da organização de *Workshop* sobre Experiências de Diálogo na Guatemala. O *workshop* proporcionou um espaço para a troca de experiências entre entidades que propiciam processos de diálogo democrático no país; facilitou a socialização das lições aprendidas e a formulação de modelos genéricos para aperfeiçoar futuras ações institucionais no campo do diálogo democrático; e, finalmente, contribuiu para criar um modelo de cooperação no trabalho das organizações que atuam no campo do diálogo.

Missões de Observação Eleitoral

As Missões de Observação Eleitoral (MOEs) da Organização constituem uma das tarefas mais visíveis e de maior impacto imediato da UPD em termos de apoio tangencial aos processos democráticos nos Estados membros. Ao longo de 2003, a UPD organizou e levou a cabo duas Missões de Observação Eleitoral (Guatemala e Grenada). Além disso, realizou as seguintes missões de acompanhamento de processos eleitorais: Missão de Acompanhamento de Eleições na Argentina (2), Colômbia e Costa Rica; uma Missão de Monitoramento Técnico no Paraguai, no quadro das eleições presidenciais; e uma Missão de Observação conjunta da OEA e do Centro Carter para coleta de assinaturas na Venezuela.

Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA)

Como parte do mandato para apoiar a reconciliação nacional, o fortalecimento da paz e o cumprimento da Convenção de Ottawa pelos Estados Partes, o Programa continuou respaldando as atividades contra minas antipessoal no Hemisfério. Em 2003 a AICMA deu assistência especificamente à Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Peru. Um dos resultados a destacar é que a Costa Rica, com apoio da AICMA, declarou-se livre de minas antipessoal em fins de 2002. Os elementos essenciais deste esforço continuaram a ser o fornecimento e coordenação do financiamento com apoio de vários doadores e a assessoria técnica da Junta Interamericana de Defesa (JID).

No componente da remoção humanitária de minas, o Programa colaborou diretamente com os esforços dos Estados membros beneficiários na eliminação de mais de 48.000 minas. Como resultado, a Nicarágua — o país mais afetado da América Central — progrediu cerca de 70% rumo a sua meta de eliminar todas as minas antipessoal plantadas em seu território durante o conflito armado interno. As atividades do programa em Honduras estão em sua etapa final e se projeta sua finalização no primeiro trimestre de 2004. Da mesma forma, está planejada a finalização dos programas da Guatemala e Nicarágua para os anos 2004 e 2005, respectivamente. Em 2003, realizaram-se operações coordenadas em ambos os lados da fronteira entre o Peru e o Equador. Como resultado, em outubro de 2003 a Polícia Nacional do Peru, com assistência do programa, concluiu a remoção de minas antipessoal situadas em mais de 600 torres de eletricidade do país.

A liderança da OEA em apoio à Convenção de Ottawa refletiu-se no apoio aos Estados partes da região nos preparativos preliminares necessários a sua adequada participação na Conferência de Revisão da Convenção marcada para novembro de 2004 em Nairóbi, Quênia. Para isso, a UPD realizou o primeiro de dois seminários regionais em Lima, em agosto de 2003, e programou o segundo para Quito, em junho de 2004. Como parte do apoio à Convenção, a AICMA também prestou assistência a vários Estados membros na destruição de minas armazenadas. Nos últimos três anos, destruiu-se um total de 650.000 minas armazenadas na Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Honduras, Nicarágua e Peru. Em março de 2003, o Governo da Colômbia assinou um acordo-quadro de cooperação com a Organização englobando as áreas da educação preventiva, assistência a vítimas de minas antipessoal, e montagem e manutenção de uma base de dados. Posteriormente, a Argentina e o Chile assinaram acordos com a OEA a fim de obter apoio para a destruição de minas armazenadas.

Atendendo às necessidades da população afetada, a UPD continuou dando apoio ao Programa de Assistência para Vítimas de Minas e Artefatos Explosivos Não-Detonados. Este Programa já beneficiou mais de 500 vítimas na América Central, a maioria na Nicarágua. Em 2003, prosseguiu a ampliação da ajuda às vítimas de minas por meio de um programa de treinamento de pós-reabilitação para o trabalho, em colaboração com o Instituto Nacional Tecnológico da Nicarágua (INATEC), que já treinou 100 pessoas desde sua criação. Para facilitar a cooperação mútua nessa área, a AICMA organizou um seminário regional sobre assistência a vítimas de minas, que se realizou em Bogotá em novembro de 2003. Participaram deste seminário representantes de vários Estados membros, organizações internacionais e entidades não-governamentais.

O Programa da AICMA aprimorou a instalação do Sistema de Gestão de Informações sobre Atividades Relativas a Minas (IMSMA) na Nicarágua, com apoio do Centro Internacional para a Remoção Humanitária de Minas em Genebra, Suíça. Ademais, montou o mesmo sistema no Equador e no Peru. O IMSMA funciona como banco de dados primários para a hierarquização das atividades de remoção de minas, educação preventiva e esforços de assistência às vítimas. Atualmente, o Programa conta com este sistema na Colômbia, Guatemala, Nicarágua, Equador e Peru.

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

No contexto do artigo 115 da Carta da OEA, e em conformidade com a ação e a política definidas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto atua como Secretaria do Conselho Permanente, presta serviços de consultoria ao Secretário-Geral e tem a seu cargo as atividades de que este o incumba.

Gabinete do Secretário-Geral Adjunto prestou apoio técnico e operacional à realização do Trigesimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Santiago, Chile. Também coordenou os serviços técnicos e operacionais preparatórios do Trigesimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, que terá lugar em Quito, Equador, em junho de 2004.

Cumprindo a Ordem Executiva 97-2, o Gabinete coordenou, monitorou e acompanhou as atividades dos seguintes órgãos: Secretaria Conferências e Reuniões, Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), Biblioteca Colombo, Instituto Interamericano da Criança (IIN), Museu de Arte das Américas, Comissão Interamericana para Situações de Emergência e Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros. Continuou coordenando as relações de cooperação com a Organização das Nações Unidas e seus órgãos especializados, com os órgãos do Sistema Interamericano, a Associação de Estados Caribenhos e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), entre outras entidades. Desenvolveu com a Comunidade do Caribe (CARICOM) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tarefas específicas de coordenação ligadas à situação do Haiti.

O Gabinete continuou contribuindo com os esforços do Secretário-Geral na busca de soluções para o conflito político-institucional por que passa o Haiti, de acordo com a vontade expressa pelos Estados membros da Organização. Manteve estreita coordenação com o Chefe e o Subchefe da Missão Especial e com o Emissário Especial da OEA para promover o Diálogo no Haiti.

Organizou as reuniões do Grupo de Amigos do Haiti, das quais participou, assim como da reunião do Grupo de Trabalho para recomendar ajustes ao mandato da Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti.

O Secretário-Geral Adjunto também continuou apoiando os trabalhos do Gabinete do Secretário-Geral no processo de negociações para a solução pacífica da controvérsia territorial entre Belize e Guatemala. Em 7 de fevereiro de 2003, os Ministros das Relações Exteriores de Belize e da Guatemala, juntamente com o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da OEA, assinaram um Acordo para Estabelecer um Processo de Transição e uma série de Medidas de Fortalecimento da Confiança entre os dois países.

O Acordo de 7 de fevereiro de 2003 definiu um novo quadro, intitulado “Processo de Transição”, mediante o qual as partes se puseram de acordo para continuar trabalhando construtivamente e de boa-fé para gerir suas relações até alcançar uma solução final justa, equitativa, honrosa e permanente para sua divergência territorial. Esse quadro esboça as responsabilidades das partes e define obrigações e responsabilidades para a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e para a comunidade internacional, mediante a criação de um Grupo de Amigos para apoiar a solução pacífica da divergência territorial entre Belize e Guatemala. O Grupo de Amigos reuniu-se pela

primeira vez em 6 de outubro de 2003 na sede da OEA.

Um dos pontos centrais do Acordo foi a criação de um Escritório da Secretaria-Geral na Zona de Adjacência, estabelecido em 1º de julho de 2003 e que funciona como uma dependência do Gabinete do Secretário-Geral Adjunto. A função específica do Escritório é verificar o cumprimento pelas partes de uma série de medidas de fortalecimento da confiança, destinadas a reduzir as tensões na Zona de Adjacência e garantir o respeito aos direitos humanos dos habitantes da área.

Em setembro de 2002, o Presidente de El Salvador, Francisco Flores, e o Presidente de Honduras, Ricardo Maduro, comprometeram-se a concluir a demarcação da fronteira terrestre entre ambos os países no prazo de 18 meses. Todas as zonas pendentes da fronteira foram fixadas por uma sentença da Corte Internacional de Justiça (CIJ) no ano de 1992; mas certas dificuldades técnicas encontradas em sua aplicação impediram a execução completa do processo de demarcação. Em consequência dessas dificuldades e da decisão de agilizar a demarcação da fronteira, os dois Governos pediram assistência técnica à Secretaria-Geral da OEA e ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH). O Tratado Geral de Paz assinado em 1980 pelos dois países contém disposições que atribuem ao IPGH responsabilidades específicas na nomeação de um terceiro dirimente para conciliar diferenças técnicas entre as partes relativamente à demarcação da fronteira.

Em abril de 2003, o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e a Secretaria-Geral do IPGH responderam de forma positiva ao pedido, nomeando o Senhor John O. Gates, do IPGH, para desempenhar as funções de terceiro dirimente. A tarefa do Senhor Gates consiste em dirimir todas as diferenças de natureza técnica, ou seja, questões exclusivamente de engenharia que lhe sejam apresentadas pelos dois países, como, por exemplo, divergências sobre as coordenadas geodésicas ou os acidentes geográficos mencionados na Sentença da CIJ de 1992.

A partir de julho de 2003, o Senhor Gates, acompanhado por um assessor do Secretário-Geral Adjunto, realizou viagens à fronteira. Com base nas observações efetuadas no local, no texto da sentença da CIJ de 1992, nos documentos proporcionados pela Comissão Especial de Demarcação El Salvador-Honduras, imagens via satélite e outras ferramentas técnicas, o terceiro dirimente está proporcionando soluções definitivas, respeitadas por ambos os países, para os problemas técnicos que a Comissão encontrou. Espera-se que a demarcação seja concluída dentro do prazo fixado pelos Presidentes Flores e Maduro.

Na qualidade de Secretário do Conselho Permanente e de seus órgãos subsidiários, o Secretário-Geral Adjunto colaborou com os representantes dos países membros e Observadores Permanentes na preparação e realização das 24 sessões ordinárias, 10 extraordinárias, 6 solenes e uma reunião conjunta do Conselho com a CEPCIDI e com os Presidentes do Conselho Permanente. Ademais, monitorou o trabalho das comissões e dos grupos de trabalho do Conselho Permanente nas reuniões realizadas, em número superior a 150.

ESCRITÓRIOS DA SECRETARIA-GERAL DA OEA NOS ESTADOS MEMBROS

Os Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros apóiam a preparação, execução e avaliação dos programas de cooperação técnica da OEA no respectivo país. Representam a Secretaria-Geral, prestam apoio a outras atividades da Organização e contribuem para a divulgação dos seus propósitos.

O Escritório do Secretário-Geral Adjunto dirigiu a coordenação dos Escritórios da OEA, que continuam a apoiar as diversas áreas da Secretaria-Geral para a execução de mandatos dos órgãos dirigentes.

Cabe destacar neste período a atuação de diversos Escritórios da OEA, entre os quais os do Haiti, da Venezuela e da Bolívia, pelo apoio que prestaram e continuam a prestar ao Secretário-Geral e ao Secretário-Geral Adjunto para facilitar a solução das dificuldades políticas por que atravessam esses países. Também os Escritórios da OEA em Belize, na Guatemala e na Nicarágua deram respaldo particularmente valioso ao Secretário-Geral na sua qualidade de testemunha de honra para a solução da divergência territorial entre Belize e a Guatemala, assim como o Escritório da OEA nas adjacências desses dois países. Em diversas ocasiões, os diretores destes três escritórios realizaram importantes tarefas a fim de facilitar a ação do Secretário-Geral para abordar as dificuldades surgidas no exercício das suas responsabilidades como testemunha de honra. Igualmente, os Escritórios em Honduras e El Salvador apoiaram as atividades do Secretário-Geral Adjunto no exercício do seu papel de facilitador na demarcação de fronteiras entre os dois países.

Os Escritórios em Grenada e na Guatemala prestaram inestimável apoio às Missões de Observação Eleitoral da OEA nesses países. Na Guatemala, o Escritório facilitou o trabalho da Missão nos dois turnos de eleições presidenciais e apoiou sua ação, realizando todas as atividades de coordenação necessárias e prestando valioso apoio ao Chefe da Missão, ademais de manter os altos funcionários da sede informados dos acontecimentos no país.

Além disso, em conformidade com o mandato conferido na resolução AG/RES. 1974 (XXXIII-O/03), pelo segundo ano a Secretaria apresentou um documento sobre os planos de trabalho e um relatório sobre os fundos ou subvenções recebidas para cada Escritório pelo respectivo governo anfitrião.

Importante iniciativa operacional tendente a melhorar a administração dos Escritórios foi o memorando que o Secretário-Geral Adjunto fez circular em 31 de outubro de 2003. O memorando teve como propósitos: i) destacar a necessidade que os funcionários dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros cumpram o disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, no Manual Financeiro de Campo, nas Normas Orçamentárias e Financeiras, no Manual Orçamentário e Financeiro, bem como as Ordens Executivas, o Regulamento do Pessoal, os Memorandos Administrativos e as instruções e outros instrumentos administrativos da Secretaria-Geral; ii) solicitar a colaboração do pessoal na abordagem de certos temas e problemas identificados pelo Inspetor-Geral em recentes auditorias dos Escritórios da Secretaria-Geral da OEA; iii) informar os membros do quadro de pessoal a respeito da aplicação de um sistema de verificações aleatórias (*spot checks*) nos Escritórios da Secretaria-Geral da OEA; e iv) recordar aos diretores e outros funcionários que o não-cumprimento das normas e regras da Secretaria-Geral dispostas nos instrumentos acima citados e relacionadas com suas responsabilidades fiduciárias acarretará sérias

conseqüências.

Descrevem-se a seguir algumas das atividades mais importantes realizadas ou apoiadas pelos Escritórios da OEA no ano passado.

Apoio administrativo e logístico prestado aos órgãos da OEA

Os Escritórios da OEA prestaram amplo apoio administrativo e logístico aos diferentes órgãos e departamentos da Secretaria-Geral na sede. Cabe mencionar a negociação dos preparativos para reuniões, seminários e outras atividades, planos de viagem, aquisição de serviços locais e apoio, e participação em atividades de planejamento de projetos.

Em particular, os Escritórios da OEA desempenharam as seguintes funções:

tarefas administrativas relacionadas, por exemplo, com a assistência à Secretaria de Conferências e Reuniões na preparação de várias reuniões de nível ministerial, entre as quais a Conferência Especial sobre Segurança, realizada no México, em outubro de 2003; e representação da Secretaria-Geral em vários *workshops*, conferências e simpósios e atuação como presença institucional da Organização nos Estados membros.

Apoio à cooperação

Os Escritórios da OEA promoveram ativamente o desenvolvimento integral no contexto das atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento administradas pela Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) e outras dependências da Secretaria-Geral. Os Escritórios da OEA, em colaboração com essa Agência, prestaram serviços de cooperação técnica entre a OEA e os Estados membros. A maioria dos Escritórios ofereceu assistência direta na preparação de projetos apresentados à AICD para fins de financiamento, e facilitou o apoio que a Secretaria-Geral presta à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Os Escritórios realizaram negociações sobre seminários, *workshops* e sessões de treinamento relacionados com o tema e apoiaram as atividades de países levadas a cabo pelo Departamento de Tecnologia da Informação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos da AICD, o Escritório de Assuntos Culturais, o Escritório de Ciência e Tecnologia (OCT), a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), a Unidade de Comércio, a Unidade de Desenvolvimento Social e Educação (UDSE), a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA), a Unidade Intersetorial de Turismo (UTUR), a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), o Instituto Interamericano da Criança (IIN) e a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI). Entre as atividades realizadas, destacam-se:

O combate às drogas: facilitaram-se os esforços da CICAD no tocante à preparação ou à modernização dos planos nacionais de combate às drogas. Apoiou-se também a participação dos Estados membros no Mecanismo Multilateral de Avaliação (MAM).

A promoção dos direitos humanos da mulher: no âmbito dos programas de cooperação implementados pela Secretaria Executiva da CIM, colaborou-se por meio de seminários e *workshops* com a promoção do tratamento igualitário da mulher nos setores público e privado.

A consolidação da democracia: em colaboração com a UPD, intensificou-se a participação cívica nos processos políticos mediante o apoio às missões de observação eleitoral, os processos de paz e as instituições democráticas fortalecidas. Diversos Escritórios também trabalharam com a UPD e o Departamento de Informação Pública na divulgação de informação sobre a Carta Democrática Interamericana, em conformidade com os mandatos da Assembléia Geral e do Conselho Permanente. O Escritório da OEA no Uruguai, por exemplo, organizou um seminário em Montevideu sobre a Convenção Interamericana contra a Corrupção, em que o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Didier Opertti, foi um dos expositores.

A promoção do livre comércio: em colaboração com a Unidade de Comércio e sob sua direção, facilitou-se a participação dos Estados membros nas negociações da ALCA e a cooperação técnica correlata.

Apoio à Convenção Interamericana contra a Corrupção: em colaboração com a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, diversos Escritórios – entre os quais o da OEA no Suriname – facilitaram entendimentos para a realização de seminários regionais destinados a informar funcionários governamentais e o pessoal jurídico sobre os procedimentos da Convenção e as obrigações dela decorrentes.

Cabe destacar o programa de estágios organizado pelo Escritório da OEA no Uruguai, como forma de complementar a experiência e as atividades do Escritório e de oferecer a cidadãos uruguaios a oportunidade de adquirir experiência. Também reveste importância o seminário anual de avaliação do Escritório da OEA no Equador.

Intercâmbio de informação

Em colaboração com o Departamento de Informação Pública e o Escritório de Relações Externas, os Escritórios da OEA atuaram como importantes agentes de intercâmbio de informação nos Estados membros. Assim, obtiveram e divulgaram informação pertinente, cuja origem e destino são os organismos governamentais (locais, regionais e internacionais), as ONGs e as agências de notícias. Por outro lado, os Escritórios da OEA promoveram periodicamente seminários e *workshops* nos seus respectivos países, com vistas a divulgar os diversos programas de assistência técnica que a OEA neles realiza. Os Escritórios da OEA também acompanharam os acontecimentos políticos e econômicos nos respectivos Estados membros, de cujos resultados deram conta às áreas pertinentes da sede por meio de relatórios ou boletins informativos.

O Gabinete do Secretário-Geral Adjunto trabalhará com o Departamento de Informação Pública na produção de artigos e documentários destinados a divulgar as atividades dos Escritórios da OEA nos Estados membros.

Cooperação com outros doadores

A maioria – ou quase a totalidade – dos Escritórios da OEA manteve constante diálogo com os escritórios locais de doadores internacionais e de outras organizações multilaterais, a fim de consolidar a coordenação entre a comunidade local de doadores e facilitar a execução de projetos atuais e futuros. Em muitos casos, os Escritórios da OEA também participaram de reuniões mensais ou trimestrais da comunidade local de doadores e colaboraram, quando para tanto solicitados, com as sessões de informação orientadas para as missões de doadores visitantes e funcionários de outros governos. Em alguns casos, os Escritórios organizaram tais reuniões.

A coordenação com os doadores talvez tenha sido de grau mais intenso entre os organismos do Sistema Interamericano e nas áreas em que os programas de cooperação executados pela OEA nos Estados membros eram excepcionalmente relevantes ou de grande importância para esses Estados.

Mandatos das Cúpulas

A maioria dos Escritórios da OEA nos Estados membros continua prestando apoio à sede para a execução dos mandatos da Cúpula das Américas. Apenas a metade dos Escritórios participa de medidas de apoio às atividades da Secretaria-Geral como um “associado institucional” no processo de Cúpulas. É evidente que se necessita de maior orientação das áreas pertinentes da Secretaria-Geral para utilizar os Escritórios de maneira mais eficaz na execução dos mandatos da Cúpula. Isto foi reconhecido pela Secretaria do Processo de Cúpulas, a qual, em colaboração com o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto, planejará atividades e iniciativas específicas com vistas à utilização dos Escritórios com maior eficácia e eficiência, a fim de facilitar a execução dos mandatos das Cúpulas. Uma questão que está sendo tratada no momento é o apoio que os Escritórios podem prestar à sociedade civil em cada Estado membro para sua participação nos trabalhos da OEA.

SECRETARIA DE CONFERÊNCIAS E REUNIÕES

Esta Secretaria foi estabelecida pelo Secretário-Geral mediante a Ordem Executiva N° 97-2, em cumprimento às resoluções AG/RES. 954 (XVIII-O/88) e AG/RES. 1381 (XXVI-O/96). Sua missão é identificar, integrar, administrar e modernizar os serviços de conferências que a Secretaria-Geral deve proporcionar aos órgãos políticos da OEA. É constituída por sua Direção e por três divisões, responsáveis pela coordenação e fornecimento dos serviços de conferências, de idiomas oficiais e de produção e distribuição de documentos e informações.

No período deste relatório, o processo de modernização previsto na Ordem Executiva 97-2 prosseguiu e ampliou-se com a conclusão de algumas das obras de reforma dos edifícios da Secretaria-Geral, tendo-se melhorado e modernizado os serviços prestados às reuniões da Organização. Este processo foi coordenado com o Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais de modo a reduzir ao mínimo o impacto das obras sobre as necessidades de espaço.

Gestão das conferências e reuniões

A Direção da Secretaria de Conferências e Reuniões (SCR) aprofundou a implementação da política de renovação dos equipamentos de interpretação simultânea iniciada no período anterior com o objetivo de alcançar a compatibilidade digital total entre todos os equipamentos. O apoio financeiro proporcionado pelo Conselho Permanente no quadro do processo de renovação permitirá a continuidade desta política ao longo do processo de renovação, recentemente iniciado, do Edifício Principal da Secretaria-Geral. Para este processo também se contará com o apoio técnico dos fornecedores especializados de equipamentos para serviços de conferência e com o apoio do Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais. Os novos equipamentos digitais, além de serviços convencionais às reuniões, permitem implementar serviços de conferências com multimeios integrados e compatíveis com os serviços do Departamento de Informação Pública. A possibilidade de usar multimeios proporciona a flexibilidade necessária e a facilidade imediata para realizar reuniões e deliberações do Conselho Permanente com a “presença” remota de outros participantes em tempo real, mediante serviços de áudio-vídeo-conferência e serviços de interpretação simultânea integrados nos quatro idiomas oficiais da OEA.

Com apoio técnico da Subsecretaria de Administração, continuou a formulação de procedimentos administrativos para a gestão dos recursos financeiros destinados às reuniões da Organização, usando o Sistema OASES. No que se refere ao desenvolvimento e funcionamento de sistemas informatizados, prosseguiram os esforços para ampliar e aprofundar a colaboração da SCR com o Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais, a fim de integrar plenamente a plataforma informatizada de serviços de conferências. Mediante tecnologia remota, o acesso via Internet a estes serviços, que é mais simples e amigável ao usuário, foi estendido a todos os usuários e ao público em geral, para os quais se tornou possível obter desta forma documentos oficiais constantes da agenda das reuniões. As informações armazenadas no banco de dados de referências de acesso público podem ser igualmente consultadas à distância.

Serviços de Conferências

Em matéria de conferências, a Secretaria de Conferências e Reuniões deu apoio logístico à organização e realização de aproximadamente 576 reuniões. Na sede levaram-se a cabo 531 reuniões dos órgãos políticos e técnicos, do Conselho Permanente e seus órgãos subordinados, do CIDI e seus órgãos subordinados e dos demais órgãos e organismos especializados, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) e o Instituto Interamericano da Criança (IIN). Nos Estados membros tiveram lugar 45 reuniões de alto nível, como os períodos de sessões da Assembleia Geral, o Trigésimo Terceiro e Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), reuniões técnicas da CIDH, CITEL, CICAD e outras que implicaram a mobilização de recursos humanos e tecnológicos a partir da sede da OEA aos países anfitriões. Neste período, a Secretaria atualizou um calendário semestral das reuniões da OEA como instrumento para a racionalização do uso dos recursos necessários aos serviços de conferências.

Serviços de idiomas

A Secretaria deu seqüência à política de renovação de equipamentos e aquisições de *software* nos quatro idiomas. Um passo importante foi o esforço realizado para iniciar e manter contato profissional e operacional com as divisões de idiomas de outros organismos nacionais e internacionais com a finalidade de trocar terminologia e glossários. Atualizou-se a biblioteca eletrônica, acrescentando os novos documentos publicados pela OEA.

A Lista de Tradutores e Intérpretes Externos da SCR foi substancialmente ampliada com profissionais de todo o Hemisfério. Em particular, realizou-se um esforço suplementar para aumentar o número de tradutores e intérpretes residentes nos Estados membros, o que gera economias substanciais quando se realizam reuniões fora da sede.

Divisão de Documentos e Informação

A Divisão de Documentos e Informação participou tanto da produção como da distribuição dos documentos oficiais da Secretaria-Geral e apoiou as Missões Permanentes dos Estados membros e dos Observadores Permanentes nos processos de busca de informações ocorridos na esfera de trabalho dos órgãos políticos da OEA. As cifras registradas dão uma idéia quantitativa do volume de trabalho produzido pela Divisão no período a que se refere este relatório.

Impressão e distribuição de 4.450 trabalhos devidamente classificados nos quatro idiomas oficiais da OEA, com um total de 3.241.768 páginas. A realização desse volume de trabalho gerou economias consideráveis em dinheiro para a Organização em termos da impressão e distribuição oportuna dos documentos necessários ao debate político.

Impressão e distribuição de 17.800 convites para as áreas do Museu de Arte das Américas e do Setor de Cerimonial.

Uso de sistemas informatizados e de bancos de dados para o gerenciamento da produção, armazenamento e manejo de documentos pelo sistema IDMS.

Fornecimento de informações e apoio técnico necessários ao Conselho Permanente, a suas comissões e grupos de trabalho, à CEPACIDI e a seus órgãos subsidiários e a todas as Missões Permanentes dos Estados membros, aos Observadores Permanentes e a outros organismos do Sistema Interamericano

que solicitaram serviços de informação e documentação oficial da OEA.

A projeção de trabalho para o período de dezembro de 2003 a fevereiro de 2004 pode ser calculada em 5% das cifras mencionadas acima.

Ao concluir o período deste relatório, a produção dos documentos impressos internamente alcançou os seus níveis de maior eficiência produtiva, com base no uso de equipamentos de fotocópia modernos, sofisticados e de alta velocidade adquiridos pela SCR nos últimos 10 anos.

O próximo passo desta política de modernização será trocar as obsoletas máquinas de distribuição por máquinas de maior rendimento, que, acarretarão não só uma economia de manutenção mas também outras vantagens maiores na distribuição de documentos, publicações, convites e produtos afins.

Assembléia Geral Modelo

A Secretaria prestou apoio à realização do programa Assembléia Geral Modelo da OEA Edgar Maya, que em 2003 se realizou de 13 a 18 de abril em Washington. A Assembléia Modelo foi co-patrocinada pelo Instituto Interamericano de Diplomacia, entidade sem fins lucrativos cujo conselho diretor é composto por membros de faculdades com antiga relação de cooperação neste campo.

A Fundação de Estudos Interamericanos do MOAS (*MOAS Inter-American Studies Foundation*) reiterou seu interesse em dar apoio às atividades do Programa da Assembléia Geral Modelo, e a Secretaria-Geral vem oferecendo à Fundação apoio logístico mediante o fornecimento de um escritório, móveis, computadores e impressora para seu uso.

O Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da OEA para Escolas Secundárias realizou-se na sede da Organização de 3 a 6 de dezembro de 2003. Participaram cerca de 325 estudantes e 39 professores de 27 escolas dos Estados Unidos e Porto Rico. Entre suas atividades destacaram-se a interação entre os estudantes e os representantes dos Estados membros, mediante a qual os escolares recebem orientação das várias Missões Permanentes junto à OEA.

Mediante o co-patrocínio da Universidade Nacional Autônoma do México e o apoio do Governo deste país, realizou-se na cidade de Querétaro, México, de 23 a 28 de março de 2003, o Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da OEA para Universidades, com a participação de mais de 20 universidades.

MUSEU DE ARTE DAS AMÉRICAS

O Museu de Arte das Américas foi criado em 1976, mediante resolução do Conselho Permanente da OEA, para estimular o estudo e o interesse com relação à arte das Américas, intensificar o intercâmbio interamericano e promover a produção artística no Hemisfério. Mediante exposições, coleções, programas educacionais e serviços de referência, o Museu funciona como um centro vital, que promove e documenta a arte do Hemisfério.

Exposições

As exposições especiais ampliam o conhecimento das várias formas de expressão artística nas Américas e estimulam o intercâmbio cultural. Neste período organizou-se um total de oito exposições, três das quais no próprio Museu: Seleções do Acervo Permanente do Museu; *Responsabilidad Pública: 15 Fotografos de las Américas*; e *Un Arquitecto del Surrealismo*, de Roberto Matta, do Chile; e cinco na Galeria do Edifício Principal: *En Constante Apremio*, de Claudio Fantini, da Argentina; *Soundings from Home*, de Carolyn Jean, dos Estados Unidos; *El Orden de Un Mundo Interior*, de Francisco Mejia, da Colômbia; *La Isla y el Continente*, de Julio Valdés, da República Dominicana; *Lo Mejor de lo Peor*, de Vladdo, da Colômbia; e *Vida y Milagros del Hombre Invisible*, de Eduardo Tokeshi, do Peru.

El Orden de un Mundo Interior foi organizada também como exposição itinerante e montada no Centro Cultural *Latin Art Collector*, em Nova York, e dentro do programa de arte da Gensler Architecture, em Washington, D.C. Várias dessas exposições foram objeto de resenhas na imprensa local neste período, inclusive Seleções do Acervo Permanente do Museu (*The Washington Post* (19 de junho de 2003), *Soundings from Home* (*Georgetowner*, 7 de julho), *Responsabilidad Pública* (*The Washington Post*, 1º de agosto), *Lo Mejor de lo Peor* (*Latin American Times*, 19 de setembro) e Roberto Matta (*DC Art News*, 14 de novembro).

Devido à reforma do Salão Libertador Simón Bolívar em dezembro de 2003, foi fechada a Galeria do Edifício Principal, onde os artistas mais importantes do Hemisfério expunham suas obras desde a década de 1940. As exposições na galeria foram suspensas até que se designe um espaço alternativo.

Acervo Permanente

Desde 1949 o Museu coleciona, preserva e documenta a obra de artistas de destaque no Hemisfério. Ao longo desse período, 35 novas aquisições foram incorporadas ao acervo permanente. Dentre elas, foram transferidos para o acervo permanente do Museu vários álbuns, pastas de gravuras e edições especiais dos arquivos da antiga Universidade de Artes Visuais, inclusive material relacionado com os artistas mexicanos Roberto Montenegro, Rufino Tamayo, Diego Rivera, José Guadalupe Posada, e do *Taller de Gráfica Popular*, Carlos Mérida, da Guatemala, René Portocarrero, de Cuba, Carlos González, do Uruguai, Genaro Ibañez, da Bolívia, Raquel Forner, da Argentina, e Leo Matiz, da Colômbia. Entre as peças de fontes externas, figuram: uma escultura em madeira de Naul Ojeda, doada por Philomena Ojeda, uma pintura de Lola Fernández, da Costa Rica, doada por L. Ronald Scheman, e uma gravura de Ana Mercedes Hoyos, da Colômbia, doada pelos Amigos do Museu. O Museu recebeu também doações de vários artistas que participaram do programa de exposições especiais, como Francisco Mejia e Luz Elena Castro, da Colômbia, Claudia Andujar, do Brasil, e

Claudio Fantini, da Costa Rica. Internamente, emprestaram-se 60 obras do acervo permanente aos edifícios da sede como parte do programa Arte no Escritório e 53 obras para o programa de exposições especiais do Museu. Externamente, emprestou-se um quadro de Alberto Dutary ao Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a exposição *Un Siglo de Pintura en Panamá*. Setenta e sete obras do acervo foram reproduzidas no livro *Arte y Letras de Nuestra América*, publicado por Villegas Editores.

Conservação e preservação

Em colaboração com o Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais, efetuaram-se tratamentos de conservação (limpeza de camada pictórica, aplicação de camadas protetoras, consolidação, montagem de bastidores) de 26 quadros e esculturas do acervo permanente emprestados como parte do programa Arte no Escritório, inclusive obras de Enrique Arnal, Coqui Calderón, Enrique Careaga, Edgar Guinand, Graciela Rodo Boulanger, Humberto Jaime Sánchez, Eduardo MacEntyre, Vicente Martín, Ariel Mendoza Baños, Miguel Ocampo, Taty Rybak, Cecilio Sánchez Franco, Rogelio Polesello, Nicolás Esposito, Héctor Navarro, Venancio Shinki, Tabo Toral, Tomie Ohtake, Danilo de Prete, Rafael Vadia, Raúl Valdivieso, Armando Villegas, Aníbal Villacís, Jesús Antonio Zelaya, Víctor Mena e Carlos Zerpa. Também foram tratadas 10 obras sobre papel de Carlos González.

Arquivos de arte e materiais audiovisuais

Os arquivos do Museu representam uma forma única de estudar a arte latino-americana e caribenha. O Museu continua colecionando material para enriquecer este acervo e oferecendo serviços de referência a estudantes, pesquisadores e colecionadores por meio dessa documentação. Quanto ao programa audiovisual, receberam-se no período US\$4.300 pela venda de filmes e *slides* e por direitos de reprodução de obras do Acervo Permanente em várias publicações. Ademais, produziram-se 340 novos *slides* para documentar as exposições especiais e para uso em publicações, na imprensa e na página do Museu na Internet.

Educação

A fim de aprofundar o contexto educacional das exposições, produziram-se quatro catálogos de exposições e oito folhetos virtuais para a página do Museu na Internet. Com apoio da Organização de Mulheres das Américas (OMA), a artista Carolina Mayorga apresentou três workshops para crianças no Museu, em fins de julho e princípios de agosto de 2003, explorando temas de identidade em conjunto com a exposição *Responsabilidad Pública*. Em colaboração com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) e o Grupo de Arte da OEA, apresentaram-se três workshops de crianças em maio de 2003 no Museu para criar um mural sobre o tema “realizações da mulher”. Também se colaborou com a organização *Turning the Page* na apresentação de uma série de programas educacionais, em outubro de 2003, intitulados *Literacy through Photography* para o *Merritt Educational Center* e a *Kenilworth Elementary School*, escolas públicas de Washington, D.C. Para adultos, realizaram-se dois workshops de desenho em colaboração com a Associação do Pessoal e uma série de workshops de serigrafia, realizados em fevereiro e março de 2004 no anexo do Museu (*Casita*) pelo artista Luis Scotti.

O Museu continua prestando o serviço de visitas com guia para as exposições a universidades, colégios, associações culturais e outras entidades.

Atividades especiais

A título de aluguel do Museu a grupos externos, recebeu-se um total de US\$8.750, e da venda de catálogos, obras gráficas, cartazes e outros materiais, US\$4.700. Em relação ao custo das exposições especiais realizadas no período, é preciso destacar o valioso apoio dos artistas participantes do programa e de várias entidades externas, inclusive o Museu Hirshorn, *Jerome Walker Fine Art*, *Latincollector Gallery*, *Gensler Architecture*, Embaixada do Chile, Missão do Chile junto à OEA, Asoex, Santander Santiago, Arauco, Ramirana e Riggs Bank. Também as Missões da Colômbia, República Dominicana e Chile colaboraram oferecendo recepções para a abertura de exposições. Como membro do consórcio de museus Vizinhos do Presidente, o Museu das Américas participou do evento anual Dia dos Museus e colaborou na organização de uma visita virtual aos museus membros inscritos no Registro Nacional de Sítios Históricos pela página do consórcio na Internet. Também se deu apoio técnico à Associação do Pessoal para a 5ª Exposição de Arte Anual.

Entre janeiro e novembro de 2003, registrou-se na página do Museu na Internet um total de 270.576 sessões e 5.804.937 acessos, e cerca de 14.000 pessoas visitaram o Museu fisicamente.

BIBLIOTECA COLOMBO

A Biblioteca Colombo foi estabelecida pela Primeira Conferência Internacional Americana, em 18 de abril de 1890. Funciona como um moderno centro de informações e documentação, que oferece dados essenciais às Missões Permanentes, à Secretaria-Geral, à comunidade diplomática e ao público em geral. Atualmente, é depositária da memória institucional da Organização dos Estados Americanos, da organização que a precedeu, a União Pan-Americana, e do Sistema Interamericano como existiu nos dois últimos séculos. Ao longo dos anos, a Biblioteca Colombo, inicialmente um programa bibliotecário tradicional, soube evoluir, incorporando os Arquivos e os Programas de Administração de Registros da Secretaria-Geral e tornando-se a biblioteca depositária dos documentos da OEA.

CP/RES. 831 (1342/02), “Uso de recursos excedentes do Subfundo de Reserva para investimentos de capital e cumprimento de mandatos da OEA”

Em 2002, o Conselho Permanente resolveu alocar US\$300.000 do Subfundo de Reserva para a Biblioteca Colombo, com a finalidade de tornar seus documentos e arquivos acessíveis por meios eletrônicos. Em 2003, começaram os trabalhos do Projeto Conversão Retrospectiva do Catálogo de Documentos, com o escaneamento de 18.497 fichas do catálogo de publicações da OEA. Uma vez concluído, os registros estariam em formato OCLC MARC padrão, prontos para disponibilização no Catálogo de Acesso Virtual Público (OPAC), assim atingindo uma base de clientes maior via portal da Organização na Internet. Além disso, localizaram-se empresas para o Projeto de Preservação e Digitalização, que providenciariam imagens digitais de um grupo selecionado de resoluções e declarações do Conselho Permanente e atas e documentos da Assembléia Geral.

Automação

A nova página da Biblioteca na Internet foi instalada em agosto de 2003. Entre seus recursos, figuram: solicitação de serviço da biblioteca, texto completo de informações frequentemente solicitadas sobre Cuba e a OEA, Capacetes Brancos, aplicações do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), Dia Pan-Americano, Ilhas Malvinas, Bolívia e a saída para o mar, localização do texto completo dos documentos de referência sobre Gabriela Mistral (*Gabriela Mistral Papers*), Catálogo de Livros Raros e um novo localizador para o Haiti.

O Catálogo de Acesso Virtual Público (OPAC) proporciona aos pesquisadores acesso a um catálogo de 33.100 publicações e documentos da Biblioteca Colombo desde 1980.

Aquisições

O insuficiente orçamento de aquisições da Biblioteca continuou a ser complementado por doações. Entre os doadores figuraram as Missões da Argentina e do Brasil junto à OEA e o Escritório da Secretaria-Geral da OEA em Antígua e Barbuda. A Unidade de Controle de Documentos recebeu 2.064 publicações de vários escritórios da Secretaria-Geral.

Catalogação

O Projeto Conversão Retrospectiva do Catálogo de Documentos foi iniciado com o escaneamento de 18.497 registros de publicações da OEA. O objetivo do projeto é tornar o catálogo de publicações da OEA acessível eletronicamente. A Biblioteca continua a fornecer dados do *International Standard Book Number (ISBN)* e da Catalogação na Fonte (CIP) para as novas publicações e documentos da OEA. Este serviço assegura a imediata disponibilização das novas publicações e outros documentos da OEA no catálogo virtual. A Biblioteca continua a publicar a Lista Seletiva de Livros Adquiridos e Registrados e de Novos Periódicos Recebidos na Biblioteca Colombo. Estas informações são constantemente atualizadas e poderiam ser encontradas na rede interna, na pasta pública da Biblioteca.

Serviços de Referência

A demanda de serviços de referência continua aumentando, à medida que a Biblioteca Colombo dá acesso a recursos que apóiam a visão da OEA. A Biblioteca está atendendo a necessidades atuais de pesquisa e seus arquivos estão documentando e dando acesso a ações históricas.

A Unidade de Referência distribuiu 13.456 livros e 4.559 periódicos, e atendeu a 5.025 pedidos de informação; usaram-se 160 pés cúbicos de fotos históricas para responder às solicitações. A Unidade de Controle de Documentos também experimentou um aumento nas solicitações e respondeu a 1.795, e a Unidade de Gestão de Arquivos a 289. Fizeram-se 8.047 fotocópias para a Secretaria -Geral, as Missões Permanentes e usuários externos.

A capacidade dos serviços de referência aumentou com o acréscimo de novos bancos de dados. A Biblioteca assinou o serviço de acesso eletrônico *First Search* e agora tem condições de entregar informações a partir de 70 bancos de dados, que abrangem uma ampla gama de assuntos, com acesso ao acervo de milhares de bibliotecas no mundo inteiro, e a 5,9 milhões de artigos de 9.000 séries de publicações, inclusive 3.500 revistas especializadas de acesso eletrônico.

A versão do Índice de Periódicos Hispano-Americanos (HAPI) acessível pela Internet proporciona informações mundiais sobre a América Central e do Sul, o México e o Caribe, a região fronteira México-americana e os hispânicos nos EUA. A Biblioteca continua a acessar os bancos de dados *WorldCat*, os bancos de dados da coleção de tratados da ONU e a *Lexis-Nexis*. Assina também a *Economic Intelligence Unit* – perfis de países selecionados, e o sistema oficial de documentos das Nações Unidas acessível pela Internet.

Documentos e Publicações da OEA

Um total de 46.400 documentos foram recebidos, processados e distribuídos. A Unidade de Controle de Documentos compilou, publicou e distribuiu a Lista Geral dos Documentos Oficiais da OEA, 2000.

A Unidade compilou dois números da publicação oficial do Conselho Permanente em espanhol, *Síntesis de las decisiones tomadas en las sesiones y textos de las resoluciones y declaraciones aprobadas* para os anos de 2000 e 2001.

No período abrangido por este relatório, a Biblioteca continuou a prestar assistência no sentido de

atenuar os problemas enfrentados com o fechamento da Livraria da OEA. Todos os principais documentos e publicações relacionados com a OEA foram transferidos para a Biblioteca Colombo. A Biblioteca recebeu 359 solicitações de publicações da OEA e despachou 233 pacotes. O funcionário encarregado de publicações da Biblioteca continua prestando serviços de secretaria técnica à Junta de Publicações.

Preservação

A Biblioteca processou, micro-filmou e distribuiu a Série de Registros Oficiais da OEA de 1999 para universidades e bibliotecas especializadas. As vendas contribuíram para a Biblioteca cumprir o mandato de buscar fontes externas de financiamento, o que resultou em depósitos no montante de US\$35.411 na Conta Hipólito Unanue.

Serviços de Gerenciamento de Arquivos e Registros

Continuou a colaboração com a Equipe de Reforma do Edifício de Serviços Gerais, à medida que prosseguiram as obras de seus escritórios e a transferência de registros para o Centro de Gerenciamento de Registros.

O número de caixas armazenadas com uma firma especializada se elevava a 4.311. Foram destruídas 315 caixas que continham registros obsoletos. O Centro de Gerenciamento de Registros recebeu para armazenagem 670 caixas de registros parcialmente ativos; enviou 275 caixas vazias a escritórios para transferência de registros; processou registros permanentemente valiosos e os recebeu e registrou em seus Arquivos. A ARMAS tem em sua guarda 282.300 litros de registros da Secretaria -Geral.

Exposições

A Biblioteca Colombo montou nove exposições, inclusive a Comemoração do Dia Pan-Americano, o Aniversário da Biblioteca Colombo, O Edifício Principal da OEA, Reuniões da OEA no Caribe e o Caribe Literário, a Mulher das Américas, Simon Bolívar: Herói das Américas, Legado do Doutor Leo S. Rowe, e Trajes das Américas. A Biblioteca também preparou uma exposição sobre a Carta Democrática Interamericana, “Democracia: da Resolução 1080 da Assembléia Geral à Carta Democrática”, para o Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral.

Visitas à Biblioteca Colombo

Receberam-se diversos visitantes e pesquisadores interessados no Sistema Interamericano de várias instituições, inclusive o Centro de Guerra Especial John F. Kennedy de Fort Bragg, estado da Carolina do Norte, Corporação Andina de Fomento, Centro e Loja de Informações do Banco Mundial, Universidade Torcuato Di Tella (Argentina), estudantes que participavam do projeto Assembléia Geral Modelo da OEA e diversas universidades dos EUA.

Estagiários e Voluntários

A Biblioteca Colombo tem-se beneficiado com a colaboração de estagiários e voluntários destacados para projetos específicos a fim de atenuar a escassez de pessoal. Os estagiários vêm de escolas secundárias e universidades dos EUA, da América Latina e do Caribe, bem como de alguns países Observadores Permanentes. Com sua ajuda foram concluídos vários guias e bibliografias.

COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

O artigo 112, h, da Carta atribui à Secretaria-Geral a função de “estabelecer relações de cooperação, consoante o que for decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os Organismos Especializados e com outros organismos nacionais e internacionais”.

Em conformidade com os mandatos emanados dos períodos ordinários de sessões da Assembléia Geral realizados em Bridgetown, Barbados, e Santiago, Chile, e de resoluções de períodos de sessões anteriores da Assembléia Geral, continuou-se a manter a coordenação com organizações e entidades regionais. O nível de colaboração mais significativo ocorreu com o Secretariado das Nações Unidas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Secretaria da CARICOM. Com relação especificamente às Nações Unidas e à CARICOM, um dos assuntos mais importantes em que se continuou colaborando foi a solução das dificuldades políticas do Haiti.

CARICOM

O tema em que a Secretaria-Geral da OEA e a Secretaria da CARICOM trabalharam mais intensamente foi a solução das dificuldades políticas do Haiti, Estado membro de ambas as entidades. Em março de 2003, o Senhor Julian Hunte, Ministro das Relações Exteriores de Santa Lúcia, que era Presidente do Conselho de Relações Exteriores e da Comunidade (COFCOR), encabeçou, juntamente com o Senhor Luigi Einaudi, Secretário-Geral Adjunto da OEA, a Delegação de Alto Nível da OEA/CARICOM ao Haiti, que também teve a participação do Secretário-Geral Adjunto de Relações Exteriores e da Secretaria da CARICOM. A Secretaria da CARICOM apoiou os esforços da OEA para fazer os arranjos necessários à visita da delegação e às posteriores discussões e negociações entre os partidos políticos e a sociedade civil e outras entidades haitianas. A partir de então, o Ministro Julian Hunte e o Secretário-Geral Adjunto da Secretaria de Relações Exteriores e Comunitárias da CARICOM mantiveram-se em contato regular com o Secretário-Geral Adjunto Luigi Einaudi e com outros funcionários de alto nível da Secretaria-Geral da OEA, participando de reuniões da Delegação de Alto Nível em Miami e da sessão extraordinária do Conselho Permanente realizada em 30 de abril de 2003, convocada para examinar o resultado das gestões efetuadas pela Delegação. Além disso, o Secretário-Geral compareceu à Reunião Anual de Chefes de Estado e de Governo da CARICOM, realizada em Montego Bay, Jamaica, de 3 a 5 de julho. Esta reunião ofereceu uma oportunidade para dialogar com os Chefes de Estado e de Governo sobre assuntos e acontecimentos hemisféricos, inclusive a situação do Haiti. Sem dúvida, as conversações entre os Chefes de Governo da CARICOM contribuíram para que o Secretário-Geral da OEA designasse, em agosto, um Emissário Especial para o Diálogo no Haiti. É importante frisar que cinco Ministros das Relações Exteriores da CARICOM participaram da reunião do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA sobre o Haiti, realizada em 18 de novembro passado.

As relações de trabalho entre as duas Secretarias prosseguiram com uma reunião entre o Secretário-Geral da CARICOM e o Secretário-Geral Adjunto da OEA, em que trocaram pontos de vista sobre o Haiti, sobre outros assuntos regionais e sobre questões entre as secretarias.

De forma semelhante, a Secretaria-Geral da OEA continuou trabalhando com a Secretaria da CARICOM para realizar atividades conjuntas na área da cooperação e assistência técnica, de que

participam numerosas unidades e departamentos na sede. As áreas em que estas atividades de cooperação estiveram ativas são: i) redução dos desastres naturais mediante atividades conjuntas entre a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA) da OEA e a Agência de Resposta a Desastres e Emergências no Caribe (CEDERA); ii) desenvolvimento do turismo entre a Unidade Intersetorial de Turismo (UTUR) e a Organização de Turismo do Caribe; iii) o meio ambiente, inclusive iniciativas e atividades de projetos com a USDMA; e iv) desenvolvimento integrado por intermédio da AICD.

Nações Unidas

O programa de cooperação de maior destaque entre a OEA e as Nações Unidas no ano passado também foi a solução das dificuldades políticas no Haiti. Realizou-se um intercâmbio de informações entre o funcionário encarregado dos assuntos da OEA nas Nações Unidas e o Diretor da Divisão das Américas. Em agosto, o Emissário Especial da OEA para o Diálogo, Terence A. Todman, viajou a Nova York e reuniu-se com o Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Políticos e outros funcionários das Nações Unidas a fim de analisar a experiência anterior com missões semelhantes ao Haiti. Um representante das Nações Unidas assistiu igualmente ao Trigesimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA em Santiago do Chile. Também se procurou manter relações de cooperação em nível setorial entre as distintas unidades e escritórios da Secretaria-Geral da OEA e os departamentos e dependências afins das Nações Unidas. Como resultado destas gestões, realizaram-se projetos em várias áreas institucionalmente relacionadas com as Nações Unidas, entre elas o apoio a várias iniciativas em matéria de meio ambiente apoiadas pela Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e nas áreas da remoção de minas e da governança e democracia, apoiadas pela Unidade para a Promoção da Democracia (UPD). O Secretário-Geral assistiu à reunião de organizações regionais organizada pelo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan. Da mesma forma, o Secretário-Geral César Gaviria presidiu parte desta reunião em julho. Foram também realizadas atividades de cooperação destinadas a resolver as dificuldades políticas na Venezuela e na implementação dos acordos de Paz na Guatemala.

Outras organizações

A Organização dos Estados Americanos continua procurando realizar programas e projetos de cooperação com outras organizações regionais com as quais mantém acordos formais de cooperação. Estas organizações regionais são: a Instituto de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Associação de Estados do Caribe (AEC) e a Secretaria do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). Com respeito à AEC, tem havido apoio recíproco, e tanto ela como a OEA têm enviado representantes a suas respectivas reuniões anuais e, em conformidade com a resolução da Assembléia Geral, têm sido desenvolvidas iniciativas com respeito a áreas substantivas de cooperação entre as duas organizações. Foram mantidas consultas com funcionários da AEC por ocasião da realização da Assembléia Geral da OEA em Barbados. A cooperação e o Sistema Interamericano foram reforçados por intermédio da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais e da ativa participação da OPAS, BID, IICA e da Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) em seu trabalho com a Secretaria-Geral da OEA, ao responder a desastres naturais e no trabalho de redução de riscos.

**SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL/
AGÊNCIA INTERAMERICANA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), segundo estabelece o artigo 98 da Carta da Organização, é a instância responsável perante o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) pelos programas, projetos e atividades de cooperação. A Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD) é um órgão subsidiário do CIDI, que determina as políticas e orientações da AICD em suas reuniões ordinárias ou extraordinárias e nas reuniões setoriais em nível ministerial ou equivalente nas áreas de sua competência. A AICD foi estabelecida pela Assembléia Geral em junho de 1999 e iniciou os seus trabalhos em janeiro de 2000. Sua finalidade é promover, coordenar, gerir e facilitar o planejamento e execução de programas, projetos e atividades de cooperação solidária na OEA, em conformidade com o Plano Estratégico de Cooperação Solidária.

No ano 2003 a AICD continuou empenhada em melhorar suas capacidades em matéria de implementação de projetos de desenvolvimento de alta qualidade, que satisfaçam as necessidades essenciais de desenvolvimento dos Estados membros. Trabalhou também para que esses países possam atrair financiamento externo e tornem mais eficiente e eficaz a gestão de seus recursos, em apoio aos esforços de desenvolvimento da região.

Os impulsos principais observados nesse período estão representados pelas seguintes ações: a bem-sucedida conclusão da etapa inicial do Portal Educacional das Américas, a partir do qual se ofereceram oportunidades de aprendizagem à distância para as zonas rurais mais pobres e desassistidas do Hemisfério; a expansão do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, que registrou grande incremento no número de bolsas concedidas em 2003; a consolidação do Programa de Melhores Práticas Governamentais, cujo propósito é incentivar a cooperação horizontal entre os governos da região; a execução de vários acordos com o setor privado; e o fortalecimento do Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI).

Em outra esfera de responsabilidade, relacionada com a política de desenvolvimento, a AICD continua a trabalhar com as unidades da Secretaria-Geral da OEA no cumprimento de seus compromissos conjuntos de prestar apoio às reuniões ministeriais no âmbito do CIDI. Em particular, participou ativamente da preparação e da realização da reunião ordinária do CIDI e das reuniões das comissões interamericanas e ministeriais nas áreas do turismo, trabalho, educação, cultura e desenvolvimento social.

A Fundação para as Américas é uma organização sem finalidade de lucro e opera no âmbito da AICD sob o regime 501c(3). Para a Fundação, o ano 2003 foi particularmente exitoso: aproximadamente US\$2 milhões foram arrecadados para projetos de desenvolvimento social em todo o Hemisfério. Esses recursos representam contribuições e doações do setor público e privado. Maiores detalhes sobre a Fundação para as Américas aparecem no capítulo deste relatório referente a fundações.

Cooperação Técnica

Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI)

Execução do FEMCIDI 2003. O ciclo de programação FEMCIDI 2003 recebeu 154 perfis de projetos. Em 31 de maio, data final para que os Estados membros efetuassem suas contribuições e indicassem a respectiva distribuição entre as contas, o total de oferecimentos ao FEMCIDI 2003 era de US\$8.228.916,61. Como em anos anteriores, o número de projetos apresentados e o montante dos recursos solicitados foram muito superiores aos recursos oferecidos, razão pela qual foi necessário excluir projetos não só por suas deficiências de qualidade técnica, mas também por falta de recursos.

Os perfis dos projetos que satisfizeram os requisitos de seleção estabelecidos foram enviados aos membros das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES 2002) e às Unidades e Escritórios Especializados da SG/OEA, acompanhados de solicitação de parecer técnico sobre os mesmos. Levando em consideração os pareceres técnicos emitidos, bem como o nível de ofertas em cada conta setorial, a Secretaria Executiva identificou os perfis que, à luz dos seus méritos técnicos, poderiam melhor contribuir para atender às necessidades de desenvolvimento dos Estados membros. Assim, 134 perfis de projetos apresentados por 33 países foram incluídos na Proposta Preliminar de Programação. Essa proposta foi analisada na VI Reunião das CENPES que emitiu recomendação favorável a 100 projetos.

A Junta Diretora da AICD, em sua Décima Primeira Reunião, realizada em 20 de novembro de 2003, aprovou a Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2003. A Programação inclui 98 projetos recomendados pelas CENPES e um projeto adicional cuja incorporação foi aprovada pela Junta Diretora. O montante total aprovado para a execução dos projetos foi de US\$9.226.346, assim distribuídos:

<i>CONTA SETORIAL</i>	<i>Nº DE PROJETOS</i>	<i>MONTANTE APROVADO (US\$)</i>
Comércio	10	798.602
Desenvolvimento social	13	937.289
Educação	27	3.026.117
Cultura	4	131.843
Ciência e Tecnologia	22	2.047.984
Democracia	6	382.569
Turismo	6	761.406
Meio Ambiente	10	1.012.842
TOTAL	99	9.226.346

Execução FEMCIDI 2002. Nos primeiros meses do ano, iniciou-se a execução dos 93 projetos recomendados pelas CENPES em sua reunião de outubro de 2002 e aprovados pela Junta Diretora da AICD (JD/AICD) em novembro de 2002, no montante de US\$6.549.094. Apresenta-se a seguir a distribuição desses projetos por conta setorial:

CONTA SETORIAL	Nº DE PROJETOS	MONTANTE APROVADO (US\$)
Comércio	8	695.000
Desenvolvimento social	18	848.712
Educação	23	1.631.565
Cultura	5	153.518
Ciência e Tecnologia	21	1.598.245
Democracia	5	412.373
Turismo	4	438.316
Meio Ambiente	9	771.365
TOTAL	93	6.549.094

Novos Mecanismos de Cooperação (Melhores práticas)

O Plano de Ação da AICD especificou como objetivo para a Agência o aperfeiçoamento de novos mecanismos para o desenvolvimento de programas, com base na aplicação das melhores práticas vigentes nos países das Américas e em outras regiões do mundo. Os novos mecanismos também devem facilitar a participação do setor privado e da sociedade civil nas iniciativas interamericanas de cooperação técnica e capacitação.

Os programas desenvolvidos visam a alcançar as seguintes metas: apoio aos governos na identificação de oportunidades de ação, lições aprendidas e melhores práticas em aquisições governamentais, governo eletrônico, desenvolvimento municipal e saúde e segurança ocupacional – responsabilidade social corporativa; desenvolvimento de programas de cooperação técnica e treinamento com as instituições de melhores práticas; preparação de projetos de aplicação das melhores práticas; e captação de co-financiamento para fortalecer as capacidades institucionais e preparar projetos de aplicação das melhores práticas, trabalhando em conjunto com instituições dos setores público e privado.

Neste último aspecto de alianças com o setor privado, os esforços da AICD começaram a frutificar na forma de importantes contribuições de entidades do setor privado que ajudam a promover os objetivos de desenvolvimento dos Estados membros da OEA. Cumpre indicar que as contribuições destinam-se diretamente aos governos como contribuições em bens (serviços, licenças, treinamento, etc.), calculadas em US\$11,12 milhões. Pode-se destacar entre estas: o acordo com a *Microsoft* (doação de aproximadamente US\$6 milhões) em matéria de desenvolvimento municipal, aquisições governamentais e tele-centros; o acordo com o *Stewart Title* (US\$1,5 milhão) em matéria de cadastro, registro de propriedade e arrecadação predial; e o acordo com *Axesnet* (pouco menos de US\$1 milhão) em matéria de desenvolvimento municipal.

Programa de Governo Eletrônico e Aquisições Governamentais

O Programa de Governo Eletrônico da AICD-OEA tem por objetivo catalisar iniciativas de governo eletrônico na América Latina e no Caribe e oferecer apoio integral aos governos dessa região em cada uma das etapas do processo de implementação do governo eletrônico. Em 2003, mais de 200 pessoas receberam treinamento básico em governo eletrônico através do Portal Educacional das Américas. Por meio do seu foro eletrônico de melhores práticas, a AICD compartilhou, com dirigentes e líderes

em governo eletrônico do Chile, Canadá e Brasil, experiências bem-sucedidas e lições aprendidas.

Graças ao apoio do FEMCIDI e em colaboração com o Instituto para a Conectividade nas Américas, facilitou-se o conhecimento detalhado das práticas de governo eletrônico e de aquisições eletrônicas do Chile a representantes de vários países da região. Finalmente, iniciou-se o processo de implementação do acordo com a Microsoft, que visa a oferecer portais municipais cujo objetivo é fortalecer as capacidades de governo eletrônico de vários municípios da região e oferecer soluções de aquisições do Estado baseadas na experiência do Brasil.

Programa de Desenvolvimento Municipal

O objetivo do Programa é oferecer assistência técnica e treinamento a governos municipais dos Estados membros, a fim de melhorar sua capacidade administrativa e técnica de prestação de serviços de cadastro, registro e governo eletrônico.

No tema do governo eletrônico, formaram-se alianças com empresas do setor privado – especificamente a *Microsoft* e *Axestet* – para promover o uso de instrumentos de governo eletrônico, particularmente portais municipais e sistemas de aquisições. Igualmente, prestou-se apoio a diversas instituições em matéria de desenvolvimento de estratégias de governo eletrônico. Além disso, diversos funcionários municipais da região participaram do curso de governo eletrônico ministrado pela AICD por intermédio do Portal Educacional das Américas. No tema de cadastros, possibilitou-se o intercâmbio direto entre instituições e realizou-se um workshop regional para municípios da região andina, que contou com a presença de mais de 100 participantes. Como resultado, diversas municipalidades participantes prepararam perfis de projetos de modernização, cuja carteira eleva-se a US\$31 milhões. As atividades na região andina foram desenvolvidas com o apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF).

Saúde e segurança ocupacional – Responsabilidade social corporativa

Em conjunto com a UDSE, a AICD está desenvolvendo um programa que visa a dar assistência aos Ministérios do Trabalho da região na tarefa de modernizar e melhorar a eficiência dos serviços que prestam aos trabalhadores.

Na Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), apresentou-se uma carteira de 16 programas consolidados em saúde e segurança ocupacional com base em possíveis atividades de cooperação internacional. Levando em conta este trabalho, atribuiu-se à AICD e à UDSE a coordenação de um workshop sobre saúde e segurança ocupacional no contexto de processos regionais de integração, a ser realizado em abril de 2004 em San Salvador. A AICD também registrou significativos avanços no estabelecimento de alianças, conseguiu estabelecer uma relação dinâmica com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS-OMS) e com a Agência Europeia de Segurança e Saúde no Trabalho (AESST). Com esta última entidade, assinou-se um acordo de cooperação mediante o qual a OEA participa da sofisticada rede de informação da AESST. O primeiro projeto consiste em desenvolver uma página conjunta na Internet, que servirá de ponto focal da saúde e segurança ocupacional nas Américas.

Quanto ao tema da responsabilidade social corporativa, o programa desenvolvido pela AICD e o Foro EMPRESA foi aprovado pelo Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do BID e pela Agência

Canadense de Cooperação Internacional. O Programa visa a fortalecer as capacidades relativas a esse tema em quatro países pilotos da região (Brasil, Peru, El Salvador e Chile) e será iniciado em 2004. Além disso, a AICD organizou uma sessão sobre responsabilidade social corporativa da Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho para integrar o tema no diálogo político dos Ministros. A AICD também co-patrocinou um seminário na região do Caribe sobre esse tema.

Desenvolvimento Do Potencial Humano

Bolsas de estudo e treinamento

A OEA, por meio da AICD, administra um dos programas multinacionais de bolsas de pós-graduação, pré-graduação e atualização profissional especializada, em centros educacionais e de treinamento nos Estados membros da OEA e nos Estados Observadores Permanentes maiores da região. Em 2003, o Programa, que é administrado pelo Departamento de Bolsas de Estudo e Treinamento, proporcionou mais de 1.200 bolsas dos tipos presencial e à distância a candidatos qualificados dos Estados membros da OEA.

Novas iniciativas. Para incrementar a disponibilidade de oportunidades de educação e desenvolvimento profissional, o Departamento de Bolsas de Estudo e Treinamento pôs em prática uma série de novas iniciativas tendentes a expandir o programa tradicional de bolsas de estudos da OEA mediante o uso mais efetivo de seus recursos e da mobilização de recursos externos. A introdução de bolsas eletrônicas (*e-bolsas*) de estudos à distância, o programa conjunto de bolsas no campo da ecologia com o Programa *Fullbright* e alianças com universidades nos Estados membros e em Estados Observadores Permanentes da OEA permitiram obter importantes reduções no custo de cada bolsa concedida pela OEA, o que resultou na geração de maior número de oportunidades de educação e desenvolvimento profissional. Com idêntico propósito, realizam-se esforços para estabelecer alianças com programas de bolsas nacionais que possam existir nos Estados membros, obter maiores contribuições das agências de desenvolvimento dos Estados Observadores, captar financiamento mediante doações e estabelecer alianças com empresas nos Estados membros.

Consórcio de universidades. Das iniciativas postas em prática, uma das mais produtivas tem sido a formação de um amplo consórcio de universidades que colaboram com a OEA no co-patrocínio de bolsas de estudo e programas de treinamento. Isso permitiu multiplicar os recursos do programa de bolsas de estudo da OEA mediante sua combinação com os recursos das universidades que participam do consórcio. Até o momento, assinaram-se acordos com mais de 40 universidades do Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, México, Peru, Uruguai e Venezuela. Estão em curso negociações com universidades da Argentina e da Guatemala e com a Universidade das Índias Ocidentais.

Fundo de Capital para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA. O estabelecimento de um fundo de capital para bolsas de estudo e a aprovação do Estatuto do Fundo de Capital para os Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, com base na resolução AG/RES. 1460 (XXVII-O/97) constitui outra importante iniciativa da OEA no sentido de ampliar as oportunidades de educação e desenvolvimento profissional. O Fundo visa a gerar juros que sejam utilizados em apoio aos objetivos, procedimentos e práticas dos programas de bolsas da OEA. O Fundo, que dispõe atualmente de US\$5,5 milhões, foi constituído com recursos da OEA e contribuições dos Estados

membros. Ao aprovar o Estatuto do Fundo, o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) da OEA encarregou a Secretaria-Geral de estabelecer outros fundos de bolsas de estudo com contribuições de fontes externas. Também instruiu a Secretaria-Geral a estimular os Estados membros e os Estados Observadores a que contribuam para o financiamento de uma ampliação dos Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA – incluindo, entre outras, contribuições ao Fundo de Capital para os Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA.

Programa de Bolsas de Estudo Corporativas. Em resposta ao mandato de mobilizar recursos de fontes externas, o Departamento de Bolsas de Estudo e Treinamento preparou o Programa de Bolsas de Estudo Corporativas – criado para estabelecer alianças com o setor privado mediante a promoção de sua participação em atividades que destacam a responsabilidade social corporativa. O Programa é inovador e altamente flexível, já que combina a ampla rede administrativa da Organização com os recursos de pessoas físicas e jurídicas em um esforço de treinamento que considera tanto as necessidades de desenvolvimento dos países como os interesses das empresas participantes. Nesse sentido, em junho de 2003 o Secretário-Geral da OEA e o Presidente do Chile assinaram um acordo de cooperação tendente a promover essa iniciativa junto ao setor privado chileno. O acordo abriu as portas para ampliar os contatos com o citado setor e é o primeiro de uma série de iniciativa similares que se espera adiantar em outros países.

Bolsas para estudos acadêmicos. O Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA mantém anualmente mais de 500 bolsas de estudos acadêmicos a longo prazo e de pesquisa em universidades de toda a região. Os estudos abrangem áreas prioritárias da OEA e do CIDI, a saber: desenvolvimento social e geração de emprego produtivo, educação, diversificação e integração econômica, abertura comercial e acesso a mercados, desenvolvimento científico e intercâmbio e transferência de tecnologia, fortalecimento das instituições democráticas, desenvolvimento sustentável do turismo, desenvolvimento sustentável e meio ambiente e cultura.

a) Bolsas de estudo de pós-graduação: tratam-se de bolsas de estudo de pós-graduação (nos níveis de mestrado e doutorado) em instituições de ensino superior da região. O número de bolsistas nos níveis de mestrado e doutorado beneficiados por este programa da OEA tem crescido sistematicamente. Não obstante, a demanda de oportunidades educacionais necessárias para apoiar o fortalecimento das capacidades institucionais em novas áreas cresce de forma exponencial e é um tema que tem merecido atenção especial nas Cúpulas das Américas e nos mandatos da OEA. Em 2003, a OEA outorgou um total de 505 bolsas do tipo presencial de pós-graduação, das quais 333 correspondem a novas bolsas e 172 a extensões de bolsas já existentes. Esse total representa um aumento de 45,1% em relação às cifras correspondentes a 2002.

b) Bolsas de estudo de pré-graduação: este Programa oferece bolsas a candidatos elegíveis para completar os últimos dois anos de estudos de pré-graduação conducentes ao diploma de bacharelado ou licenciatura ou seu equivalente, e se aplica aos países do Caribe de idioma inglês. A resolução AG/RES. 1387 (XXVI-O/96) estendeu os benefícios deste Programa à Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Bolívia, Equador e Paraguai, na dependência da obtenção de recursos externos. Em 2003, a OEA concedeu 49 bolsas presenciais de pré-graduação, das quais 25 corresponderam a bolsas novas e 24 a extensões.

Bolsas de desenvolvimento profissional. As bolsas de desenvolvimento profissional oferecem oportunidades de atualização profissional em campos de especialização relacionados com as áreas

prioritárias da OEA e do CIDI. Essas bolsas são oferecidas pelos Governos dos Estados membros e Estados Observadores Permanentes da OEA, organizações regionais ou internacionais, organismos públicos e privados e instituições de ensino superior, por meio da OEA e com o seu co-financiamento.

Tratam-se de bolsas de treinamento do tipo presencial ou à distância, oferecidas mediante programas via Internet e por meio do Portal Educacional das Américas e de outras instituições.

Também se oferecem bolsas de desenvolvimento profissional para a realização de programas específicos de estudos propostos pelos Comitês e Comissões Interamericanas da OEA ou pelas unidades técnicas da Secretaria-Geral, em apoio às suas respectivas atividades. Estas bolsas têm-se concentrado nas áreas das telecomunicações, Direito Internacional, direitos humanos e jornalismo. Em 2003, a OEA outorgou um total de 660 bolsas de atualização profissional.

Fundo Leo S. Rowe. O Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe oferece empréstimos isentos de juros a estudantes elegíveis da América Latina e do Caribe para cursos de graduação, pós-graduação e desenvolvimento profissional nos Estados Unidos. O Fundo também proporciona empréstimos aos funcionários da OEA e seus dependentes. Em 2003, a Comissão do Fundo concedeu 112 empréstimos para estudantes no total de US\$747.264, além de 33 empréstimos para funcionários da OEA, no montante de US\$187.959.

Nos termos do seu Estatuto, o Fundo é administrado por uma Comissão do Conselho Permanente. Iniciaram-se esforços para elevar a eficiência da administração e a acessibilidade aos empréstimos por parte dos estudantes qualificados. O Fundo Rowe tem considerado e aprovado candidatos que, não tendo podido oferecer a forma tradicional de garantia, apresentaram instituições de seus países como fiadoras do empréstimo. Na maior operação deste tipo, a Secretaria-Geral assinou um acordo com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FUNDACYT) do Equador e o LASPAU, mediante o qual 18 candidatos que vieram do Equador para estudar nos Estados Unidos puderam receber empréstimos do Fundo Rowe.

Formação de recursos humanos por meio de novas tecnologias da informação

Em 2003, a AICD contribuiu para o treinamento de 2.850 estudantes da região mediante cursos, programas e workshops, tanto em linha como em multimídia. A assistência para seu financiamento – na forma de ajuda financeira parcial ou total – foi outorgada a 2.600 dos estudantes que participaram dos programas, que foram oferecidos através do Portal Educacional das Américas ou no âmbito do Instituto de Estudos Avançados para as Américas (INEAM). Nesse período, recebeu-se o montante de US\$1.999.900 em dinheiro e em bens de organizações públicas e privadas, destinados à promoção da educação à distância e do treinamento profissional na região.

O Portal Educacional das Américas (www.educoea.org). Inaugurado em setembro de 2001, o Portal Educacional das Américas é um instrumento destinado a fortalecer e diversificar a capacitação de recursos humanos nas Américas, utilizando a rede Internet. O Portal promove o uso da educação à distância e oferece aos cidadãos das Américas acesso a oportunidades de educação e treinamento proporcionadas por instituições de alta qualidade. Até o momento, o Portal Educacional das Américas recebeu pouco mais de 100 milhões de visitas, originárias de 185 países do mundo. Desde o seu lançamento, o número de usuários tem crescido 18% ao mês.

Em maio de 2003, o Portal lançou sua Aula Virtual, um ambiente virtual e interativo que permite que os usuários participem de atividades educacionais e serviços similares aos que se recebem numa instituição acadêmica tradicional. Desde então, a Aula Virtual capacitou 578 professores e diretores dos níveis primário e secundário mediante o curso “Qualidade da educação básica” (versão em espanhol) e 474 professores e diretores na versão em português do mesmo curso, bem como 210 funcionários dos governos no curso “Introdução aos Conceitos do Governo Eletrônico”.

Nesse mesmo ano, iniciou-se o desenho de instrução e multimídia de outros cursos a serem oferecidos em 2004, entre os quais *Quality in Basic Education* (versão em inglês), *Los profesores como consejeros*, *Educación alimentaria* e *Inteligencia matemática* (versão em espanhol). Adicionalmente, estão sendo desenvolvidos cursos em colaboração com *Young Americas Business Trust* e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No segundo semestre do ano, preparou-se a versão digital da publicação *La Educación*, revista interamericana de ensino superior. A revista será publicada semestralmente em linha e, de início, será oferecida gratuitamente aos usuários da região a partir do começo de 2004.

Além disso, iniciaram-se e/ou continuaram-se as negociações com numerosas universidades e instituições acadêmicas de toda a região no sentido de coordenar atividades para fortalecer a educação e o treinamento profissional nas Américas mediante a aplicação das tecnologias da informação, bem como para solicitar recursos de apoio a atividades de treinamento para a região. Deu-se ênfase particular às atividades de treinamento para a região do Caribe. Em particular, realizou-se uma reunião técnica com os representantes do Caribe de língua inglesa para formular estratégias para o curso “Qualidade na educação básica”, a ser oferecido através da Aula Virtual do Portal em meados de 2004.

Mencione-se também que o Portal recebeu mais de 11 mil consultas, que foram apropriadamente atendidas.

Instituto de Estudos Avançados para as Américas (INEAM). O Instituto de Estudos Avançados para as Américas (INEAM) é uma iniciativa da AICD para fortalecer a formação e a capacitação de recursos humanos por meio do uso das novas tecnologias da informação. De modo específico, o INEAM é um *campus* virtual que oferece oportunidades de formação e capacitação profissional utilizando um enfoque multisetorial e interdisciplinar.

Em 2003, o Instituto de Estudos Avançados das Américas (INEAM) criou seu Conselho Diretor, que é constituído pelos seguintes membros: Patricio Aylwin Azócar, ex-Presidente do Chile; Eugenio Beaufrand, Vice-Presidente da Microsoft para a América Latina; Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação do Brasil; Lawrence D. Carrington, Pro-Vice Chanceler e Diretor da Escola de Educação Permanente na *University of the West Indies*, Jamaica; Leonel Fernández, ex-Presidente da República Dominicana e Presidente da Fundação Global para a Democracia e o Desenvolvimento (FGDD); Rafael Rangel Sostmann, Presidente do Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM), Monterrey, México; Viviane Senna, Presente da Fundação Ayrton Senna, São Paulo, Brasil; e Fernando Villalonga, Presidente da Fundação Telefônica, Madri, Espanha.

O INEAM também formou o Comitê Interamericano para a Avaliação e a Acreditação Educativa, a fim de assessorar a Organização Interamericana de Ensino Superior e a AICD quanto à qualidade

acadêmica dos programas de educação à distância oferecidos pelas universidades e instituições de ensino superior na região, para seu reconhecimento e certificação pelo INEAM. Este Comitê é composto de personalidades de alto nível acadêmico na área da educação e acreditação interamericana.

No âmbito do INEAM, a AICD auspiciou o Virtual Educa 2003, o *IV Encontro Internacional sobre Educação, Capacitação Profissional e Novas Tecnologias*. O evento foi realizado em junho de 2003, em Miami, Flórida, com a assistência de 1.215 participantes da América Latina, Europa e dos Estados Unidos, e proporcionou a oportunidade aos educadores e líderes empresariais para analisar o impacto das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e do *e-learning* na educação e na sociedade. Iniciaram-se também os preparativos para o Virtual Educa 2004, a realizar-se em junho deste ano, em Barcelona, Espanha.

No ano passado, também foram empreendidos esforços significativos para obter financiamento externo de doadores do setor público e do setor privado, a fim de garantir a sustentabilidade do Portal. Estes esforços exigiram a preparação de propostas de financiamento, cartas de intenção, comunicações, bem como visitas a mais de 150 fundações, ONGs e outras entidades do setor privado. No entanto, a obtenção de recursos externos requer a presença forte de um grupo de peritos na área. Como resultado, iniciaram-se esforços para estabelecer um 501c3, uma estrutura semelhante à de uma fundação doadora, a fim de atrair e incentivar a participação de especialistas líderes no setor e facilitar a doação de recursos externos para as atividades tanto do Portal Educacional das Américas quanto do Instituto de Estudos Avançados das Américas (INEAM).

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subsecretaria de Assuntos Jurídicos apóia os órgãos da Organização mediante a preparação de estudos, documentos e pareceres jurídicos, e a prestação de serviços técnicos e de secretaria. Colabora na preparação de tratados, acordos e outros instrumentos internacionais e cuida dos procedimentos legais relativos à assinatura e depósito dos instrumentos de ratificação quando a Secretaria-Geral é depositária. Presta serviços técnicos e de secretaria à Comissão Jurídica Interamericana e ao Tribunal Administrativo. A Subsecretaria foi reorganizada mediante a Ordem Executiva N° 96-4, de 13 de maio de 1996, que concentrou suas funções em três áreas principais: o desenvolvimento do Direito Internacional Público e Privado, as atividades de cooperação na área do direito, e as atividades de informação e divulgação jurídica. Em 31 de julho de 2002, o Secretário-Geral da Organização assinou a Ordem Executiva N° 02-08, que tratava da criação de uma Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica, a qual substituiria o Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica. Por conseguinte, a Subsecretaria passou a ser integrada pelo Escritório do Subsecretário, pelo Departamento de Direito Internacional, pela Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica e pela Secretaria do Tribunal Administrativo.

Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos

As atividades do Escritório do Subsecretário de Assuntos Jurídicos concentraram-se no cumprimento de suas funções principais de direção, planejamento, assessoria, coordenação e administração da área jurídica. Uma das responsabilidades e funções prioritárias do Escritório é contribuir para o desenvolvimento e a codificação de todos os campos do Direito Internacional no âmbito interamericano mediante a formulação de recomendações e de estudos e atividades jurídicas. Nesse sentido, o Escritório contribuiu para a codificação do Direito Internacional e para a programação e o desenvolvimento em matéria de cooperação e divulgação jurídica.

O Escritório apoiou e supervisou a administração da Secretaria do Tribunal Administrativo (TRIBAD). Tal como indicado no Relatório Anual do Secretário-Geral de 2002, a Subsecretaria foi reestruturada em conformidade com a Ordem Executiva N° 02-08, com o objetivo fundamental de adaptar as funções do então Departamento de Cooperação e Divulgação Jurídica. Para tanto, estabeleceu-se a Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica, encarregada dos serviços jurídicos aos diversos mecanismos criados na Organização para prestar serviços e fortalecer as atividades de cooperação jurídica entre os Estados membros, abrangendo distintas entidades ou mecanismos como Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA) e os grupos de peritos governamentais para o desenvolvimento de suas conclusões e recomendações; o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mecanismo Anti-Corrupção); a Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (Comissão Consultiva da CIFTA); e o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE).

Nas atividades relacionadas com suas funções de contribuição para o desenvolvimento e a codificação do Direito Internacional, a Subsecretaria participou de diversas conferências e reuniões sobre temas relacionados com a agenda jurídica da OEA, ao mesmo tempo em que elaborou diferentes publicações e trabalhos tendentes a destacar o desenvolvimento jurídico permanente em que se empenha a OEA.

No que se refere a publicações, no período abrangido por este relatório, o Escritório do Subsecretário publicou no *Fordham International Law Journal* um artigo sobre a Convenção Interamericana contra o Terrorismo sob o título “Prevenção, punição e eliminação do terrorismo nas Américas: Um tratado interamericano após os acontecimentos de 11 de setembro”, 26 *Fordham Intl L.J.* 1619 (junho de 2003). Cabe mencionar também os seguintes trabalhos:

“Em defesa da democracia” artigo em vias de publicação em 2003 na *Inter-American Law Review*, da Universidade de Miami.

Los Nuevos Temas Interamericanos del Derecho Privado en las Áreas del Derecho Comercial, Financiero y Ambiental: Resultados de la Sexta Conferencia Especializada Interamericana sobre Derecho Internacional Privado de la OEA, em revisão e a ser publicado no início de 2004.

Apresentação na Primeira Reunião de Pontos de Contato Nacionais do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, Washington, D.C., realizada em julho de 2003.

Algunas Tendencias del Derecho Internacional a Principios del Siglo XXI, Jornadas de Direito Internacional, Lima, Peru, realizadas em novembro de 2003.

La Organización de los Estados Americanos (OEA) y la lucha contra el terrorismo: La Convención Interamericana contra el Terrorismo y el Comité Interamericano contra el Terrorismo (CICTE), outubro de 2003.

La Experiencia Interamericana en la Temática de la Modernización y Perfeccionamiento de la Justicia en las Américas, abril de 2003, Cidade do Panamá, Panamá.

Ainda com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e a codificação do Direito Internacional, o Escritório participou de diferentes eventos internacionais com o propósito de dar a conhecer e impulsionar as atividades de caráter jurídico da OEA, bem como divulgar sua obra jurídica por meio dessa participação e de atividades de coordenação e cooperação com outras organizações internacionais e nacionais dos Estados membros.

Nesse sentido, o Escritório do Subsecretário assessorou e prestou serviços jurídicos ao plenário e à Comissão Geral do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Santiago, Chile, em junho de 2003.

O Escritório prestou apoio técnico ao Sexagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana, realizada no Rio de Janeiro, em março de 2003, e ao seu Sexagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, realizado em agosto do mesmo ano. Nesses períodos de sessões, prestou-se assessoria jurídica sobre os seguintes temas relacionados com a agenda da Comissão: a lei aplicável e a jurisdição internacional competente em matéria de responsabilidade civil extracontratual; cartéis no âmbito do direito de concorrência nas Américas; Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VII); aperfeiçoamento dos sistemas de administração de justiça nas Américas: acesso à justiça; o Tribunal

Penal Internacional; aspectos jurídicos da segurança interamericana; aplicação da Carta Democrática Interamericana; elaboração de um projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e Intolerância; direito da informação: acesso e proteção da informação e de dados pessoais; e aspectos jurídicos do cumprimento, no âmbito interno dos Estados, de sentenças de tribunais internacionais ou outros órgãos internacionais com funções jurisdicionais.

O Escritório do Subsecretário interveio e participou nas Jornadas de Direito Internacional, realizadas na cidade de Lima, em novembro de 2003. Na ocasião, apresentou o documento *Algunas Tendencias del Derecho Internacional a Principios del Siglo XXI*, além de outro sobre os resultados alcançados nessas Jornadas.

O Escritório participou das seguintes reuniões e seminários: Quarta Reunião Preparatória do Terceiro Período Ordinário de Sessões (CICTE), de 21 a 25 de janeiro de 2003, San Salvador, El Salvador; Reunião sobre Modernização de Sistemas de Justiça do Panamá, de 9 a 13 de abril de 2003, Cidade do Panamá; Reunião da OEA para o Melhoramento da Assistência Jurídica Mútua no Hemisfério, Ministros da Justiça, de 30 de abril a 2 de maio de 2003, Ottawa, Canadá; Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético, em 23 e 24 de junho de 2003, Washington, D.C.; Primeira Reunião de Pontos de Contatos Nacionais do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), 15 de julho de 2003, Washington, D.C.; Simpósio sobre o Bijuralismo, Departamento da Justiça, em 16 e 17 de outubro de 2003, Toronto, Canadá; Conferência Especial sobre Segurança, em 27 e 28 de outubro de 2003, Cidade do México; Nações Unidas: Comissão de Assuntos Jurídicos (Sexta Comissão), de 3 a 5 de novembro de 2003, Nova York; Conferência Nacional sobre a Convenção Interamericana contra a Corrupção e Sua Aplicação no Suriname, de 13 a 15 de dezembro de 2003, Paramaribo, Suriname; e o Primeiro Congresso de Cultura e Sistemas Jurídicos Comparados, de 9 a 14 de fevereiro de 2004, Cidade do México.

O Escritório também prestou assessoria a diversos níveis do Conselho Permanente da OEA sobre temas específicos, a saber: na reforma do Estatuto e Regulamento do Conselho Permanente; no tema da modificação do Estatuto e Regulamento do CICTE; nos trabalhos da Comissão de Segurança Hemisférica; na função de coordenação entre a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos e o Centro de Estudos da Justiça das Américas; e no Grupo de Trabalho sobre Terrorismo, do citado Conselho.

O Escritório do Subsecretário renovou o acordo de manutenção da ligação entre a OEA e a Seção de Direito e Prática Internacionais do Colégio de Advogados dos Estados Unidos (*American Bar Association*). Também conveio a manutenção de relações formais com o Escritório Jurídico do Conselho da Europa.

Finalmente, o Escritório do Subsecretário manteve contatos, relações de cooperação, atividades de ligação e intercâmbios no campo jurídico com numerosas instituições, entre as quais: *Georgetown University*, *George Washington University*, *American University*, *American Society of International Law*, *American Law Institute* (ALI), a Assessoria Jurídica do Banco Mundial, a Federação Interamericana de Advogados, *North South Center* e *American Bar Association*, Seção de Direito Internacional e Prática, Painei *Visión Futura de América Latina*, Instituto CATO; e a Reunião Anual da *American Society of International Law*. O Escritório tem mantido permanente e ativa cooperação com o Programa de Estágios da Secretaria -Geral, selecionando numerosos advogados.

Departamento de Direito Internacional

Assessoramento aos órgãos, organismos e entidades da Organização

Na esfera de sua competência, em 2003, o Departamento de Direito Internacional prestou assessoramento e serviços jurídicos no campo do Direito Internacional Público e Privado ao Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Santiago, Chile, em junho de 2003; ao Conselho Permanente e suas Comissões de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) e de Segurança Hemisférica (CSH), bem como no tocante aos aspectos estatutários e regulamentares que regem o funcionamento desses órgãos.

O Departamento de Direito Internacional assessorou a CAJP particularmente com referência à Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, os defensores de direitos humanos, o Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, as atividades de seguimento da Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias e os Conhecimentos de Embarque Diretos Uniformes para o Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada de Rodagem, nos preparativos para a Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado, o Estudo sobre os direitos e o atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão, a prevenção do racismo e toda forma de discriminação e intolerância, a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na luta contra o terrorismo, o acesso à informação pública e o fortalecimento da democracia, o Programa Interamericano de Cooperação para Prevenir e Reparar Casos de Subtração Internacional de Menores por parte de Um de Seus Progenitores, o estudo sobre o acesso das pessoas à Corte Interamericana de Direitos Humanos e a avaliação do funcionamento do sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos, para seu aperfeiçoamento e fortalecimento.

Em particular, cabe destacar a assessoria prestada pelo Departamento na preparação da próxima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VII), convocada pela Assembléia Geral no seu último período ordinário de sessões e, em especial, no processo inicial de determinação dos temas a serem abordados nessa reunião. Ademais, foram preparados extensos estudos que sistematizam a situação atual dos trabalhos preparatórios da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

No âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica, prestou-se assessoria na preparação da Conferência Especial sobre Segurança, realizada no México, em 27 e 28 de outubro de 2003, particularmente em relação à ata da Conferência, à Declaração final e aos relatórios da Comissão Geral e do plenário. Essas atividades de assessoria tiveram como marco de referência a Declaração de Bridgetown: Abordagem Multidimensional da Segurança Hemisférica, adotada em 2002, por ocasião do Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral (Barbados, junho de 2002).

Em 2003, o Departamento de Direito Internacional, na qualidade de Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana, prestou apoio técnico e administrativo nos dois períodos ordinários de sessões da Comissão, realizados em março e agosto. Com essa finalidade, preparou as agendas anotadas de ambos os períodos de sessões, que registram a evolução de cada um dos temas incluídos na agenda da Comissão. Redigiu também documentos que resumem os mandatos que lhe foram conferidos pela Assembléia Geral; prestou apoio à redação dos respectivos projetos de resolução; colaborou na editoração dos relatórios apresentados pelos membros da Comissão; fez constar em atas resumidas o

desenvolvimento das reuniões da Comissão Jurídica e encarregou-se da preparação do seu relatório anual à Assembléia Geral. Durante o recesso da Comissão Jurídica Interamericana, o Departamento deu apoio ao trabalho dos relatores no desenvolvimento dos respectivos temas; organizou a participação dos membros da Comissão como observadores em distintos foros; e deu cumprimento aos mandatos constantes das resoluções e decisões da Comissão Jurídica Interamericana. Em particular, colaborou em tudo o que se referia à organização do seu Centenário e o Acordo entre o Governo do Brasil e a Secretaria-Geral da OEA, mediante o qual é cedida uma parte das instalações do Palácio Itamaraty à Comissão Jurídica Interamericana. Além disso, o Departamento de Direito Internacional apoiou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente na elaboração de suas observações e recomendações sobre o Relatório Anual do Conselho correspondente às atividades em 2002. Também colaborou na organização da Quinta Reunião Conjunta com os Assessores Jurídicos dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados Membros da OEA, realizada em 25 e 26 de agosto de 2003, no âmbito do Sexagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica.

Desenvolvimento do Direito Internacional

No período abrangido por este relatório, em cumprimento aos mandatos referentes ao Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional e no exercício das competências e funções que lhe cabem, o Departamento de Direito Internacional organizou e/ou participou das atividades a seguir indicadas.

Curso de Direito Internacional. O Departamento de Direito Internacional, juntamente com a Comissão Jurídica Interamericana, organizou o Trigésimo Curso de Direito Internacional, realizado de 4 a 29 de agosto de 2003, com a participação de 24 professores de vários países da América e da Europa, 29 bolsistas da OEA selecionados dentre mais de 70 candidatos e 25 alunos que custearam sua própria participação. O Curso, cujo tema central foi *O Direito Internacional e a manutenção da paz e da segurança internacionais*, foi oferecido no Centro Empresarial Rio, do Rio de Janeiro. O Departamento de Direito Internacional preparou o Edital do Curso; elaborou o programa, estabelecendo contato com os respectivos professores e organizando seu transporte para a cidade do Rio de Janeiro e seu alojamento; efetuou a seleção dos bolsistas ao Curso, fornecendo-lhes todas as informações necessárias para sua participação e apoio acadêmico e pessoal durante sua estada na cidade; e avaliou sua participação para fins de expedição do respectivo certificado de aprovação.

Jornadas de Direito Internacional. De 17 a 20 de novembro de 2003, realizaram-se em Lima, Peru, as Jornadas de Direito Internacional. O evento foi organizado pelo Departamento de Direito Internacional com a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores do Peru.

Participaram das Jornadas 13 professores estrangeiros e 18 nacionais de Direito Internacional Público e Privado. O Programa de Trabalho abordou os seguintes temas: Direito Internacional Privado; Direito Internacional Público: Desafios no Cenário do Século XXI (Integração, Direitos Humanos, O Sistema Interamericano e Direito Internacional Público Geral); e o exame da metodologia do ensino e de atualização de Programas de Direito Internacional Público e Privado.

Publicações Jurídicas

No período abrangido por este relatório, o Departamento de Direito Internacional editou, publicou e

distribuiu os volumes correspondentes às seguintes atividades:

Vigésimo Nono Curso de Direito Internacional, organizado em agosto de 2002, cujo tema central foi Recursos Naturais, Energia, Meio Ambiente e o Direito Internacional. Este volume contém 15 apresentações (554 páginas).

Jornadas de Derecho Internacional, Florianópolis, Brasil, organizadas em dezembro de 2002. Contém os trabalhos apresentados e os debates posteriores entre os professores de Direito Internacional Público e Privado, bem como as conclusões e recomendações finais. Este volume inclui 29 apresentações (520 páginas).

Serie Temática sobre Cursos de Derecho Internacional: El Derecho Internacional Privado en las Américas (1974-2001). Contém as aulas ministradas de 1974 até 2001 sobre o Sistema Interamericano. O volume é composto de duas partes e inclui 105 artigos agrupados por autor. Um índice cronológico e um índice temático foram incluídos no final da segunda parte (2.278 páginas).

Informação pela Internet e em CD-ROM

Informação pela Internet

O Departamento de Direito Internacional inaugurou sua página na Internet com informação pertinente às áreas de trabalho do Departamento e às atividades da Comissão Jurídica Interamericana.

Espanhol: www.oas.org/dil/es/Departamento_de_Derecho_Internacional.htm

Inglês: www.oas.org/dil/Department_of_International_Law.htm

CD-ROM

Preparou-se a terceira versão do CD-ROM que contém informações sobre as atividades da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos (Escritório do Subsecretário, Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica, Tribunal Administrativo e Departamento de Direito Internacional) e do Departamento de Serviços Jurídicos.

Assembléia Geral Modelo

De 23 a 28 de março de 2003, realizou-se o Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da Assembléia Geral da OEA para universidades na cidade de Querétaro, México. O Departamento de Direito Internacional enviou um advogado como parte da equipe de consultores encarregados da revisão dos projetos de resolução e do seguimento dos debates. O Departamento também participou do Vigésimo Segundo Período de Sessões da Assembléia Modelo para escolas secundárias, realizado de 3 a 6 de dezembro de 2003, em Washington, D.C.

Participação em foros internacionais

Os advogados do Departamento de Direito Internacional efetuaram apresentações nos seguintes foros, com o propósito de informar sobre as atividades jurídicas desenvolvidas no âmbito da Organização:

Reunião da Comissão Interparlamentar Centro-Americana e da Bacia do Caribe de Assuntos Internacionais, Econômicos, de Integração Regional e de Paz (San Salvador, El Salvador)
Primeira Reunião do Grupo Parlamentar de Luta contra o Terrorismo (Cidade do México)
Décimo Primeiro Encontro Internacional de Direito da América do Sul (Florianópolis, Brasil)
Seminário Anual da Academia Mexicana de Direito Internacional Privado (Tijuana, México)
Reunião Anual da Seção de Direito Internacional da Associação Americana de Advogados (*American Bar Association*) (Washington, D.C.)
Curso de Direito Internacional de Registros, Universidade Nacional Autônoma do México (Cidade do México)
Assembléia Geral Modelo da OEA (Querétaro, México).

Tratados interamericanos e acordos bilaterais de cooperação

Em conformidade com o artigo 112, f, da Carta da Organização, a Secretaria-Geral serve de depositária dos tratados e acordos interamericanos, bem como dos respectivos instrumentos de ratificação. Da mesma forma, conforme o artigo 112, h, compete à Secretaria-Geral estabelecer relações de cooperação segundo o que for decidido pela Assembléia Geral ou pelos Conselhos, com os organismos especializados ou com outros organismos nacionais e internacionais.

Mediante a Ordem Executiva N° 96-04, de maio de 1996, referente à reorganização da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, determinou-se que o Departamento de Direito Internacional atuaria como depositário dos tratados multilaterais interamericanos, função que é conferida à Secretaria-Geral pela Carta da Organização.

O Departamento também cumpre a função de depositário dos acordos bilaterais entre os órgãos da OEA e os Estados Americanos ou outros organismos interamericanos ou entidades nacionais de países membros ou Observadores Permanentes, assim como dos acordos assinados entre os Estados membros para os quais a Secretaria-Geral tenha sido designada como depositária.

Em relação aos tratados multilaterais interamericanos, zelou-se em 2003 pelo cumprimento das formalidades e procedimentos exigidos para a assinatura e depósito dos instrumentos de ratificação e/ou adesão, para a formulação de reservas e outras declarações e para a denúncia e outros atos jurídicos, como a designação de autoridades centrais em relação aos tratados multilaterais interamericanos. Nesse sentido, cumpriram-se os procedimentos relativos ao recebimento de solicitações formuladas pelos Estados membros e procedeu-se à revisão dos documentos apresentados (procurações com plenos poderes, instrumentos de ratificação e/ou adesão), à coordenação com o Setor de Cerimonial, com o Gabinete do Secretário-Geral, com o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto e com o Departamento de Informação Pública, com vistas à cerimônia respectiva, bem como à elaboração das atas e discursos, ao registro dos atos e sua notificação aos Estados membros e organismos interessados.

Nesse contexto, prestou-se assessoria jurídica a Representantes dos Estados membros e aos órgãos,

organismos e demais entidades da Organização no que diz respeito a tais formalidades e procedimentos. No decorrer de 2003, o Departamento de Direito Internacional participou em dois processos de assinatura, 28 processos de depósito de instrumentos de ratificação e adesão e nove processos de designação de autoridade central.

Prepararam-se também autenticações e forneceram-se informações atualizadas e completas sobre esses tratados (respectivos textos, situação de assinaturas e ratificações, etc.), por solicitação dos Governos dos Estados membros, Missões Permanentes e Observadores Permanentes junto à OEA, órgãos, organismos e entidades da Organização, Escritórios nos Estados membros, outros organismos internacionais, governamentais e não-governamentais e particulares em geral, bem como por meio da página na Internet.

Com relação aos acordos bilaterais, registraram-se em 2003, no Departamento de Direito Internacional, 122 acordos de cooperação referentes a diversas áreas, concluídos neste período. Na maioria dos casos, efetuou-se a revisão final dos acordos bilaterais de cooperação antes da assinatura.

Cumprir assinalar que, no período abrangido por este relatório, registraram-se modificações nos tratados interamericanos de que é depositária a Secretaria-Geral, tal como indicado no Anexo C.

Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica

No período abrangido por este relatório, a Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos continuou desempenhando as funções de assessoria e secretaria técnica dos órgãos, organismos e entidades da OEA, em particular das comissões ou grupos de trabalho do Conselho Permanente nas áreas sob sua responsabilidade.

Prestaram-se os serviços de assessoria e secretaria técnica para cumprir as recomendações e decisões das Reuniões de Ministros da Justiça das Américas. No âmbito da Quarta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA), recomendou-se a convocação de vários grupos de peritos nas matérias indicadas a seguir. O primeiro foi o grupo de peritos governamentais na área da cooperação jurídica e judiciária mútua em matéria penal, inclusive as autoridades centrais nos tratados interamericanos de cooperação jurídica e judiciária neste campo. Esta reunião realizou-se de 30 de abril a 2 de maio passado em Ottawa, Canadá. O segundo grupo de peritos corresponde à Terceira Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Delito Cibernético, que teve lugar em 23 e 24 de junho passado na sede da Organização. Em terceiro lugar, realizou-se a primeira reunião das autoridades responsáveis pelas políticas penitenciárias e carcerárias dos Estados membros da OEA, que teve lugar na sede da Organização em 16 e 17 de outubro de 2003.

Como resultado destas reuniões, aprovaram-se vários documentos que contêm recomendações e o plano de ação sobre cada tema tratado. Esses temas serão apresentados à consideração da próxima REMJA. Nas reuniões, decidiu-se também criar ou fortalecer várias redes eletrônicas para o intercâmbio de informações e cooperação acerca do delito cibernético, assistência judiciária mútua, políticas penitenciárias e carcerárias e extradição que operam pela Internet. Ademais, a Secretaria criou e atualiza em sua página na Internet um banco de dados sobre os temas relacionados com as REMJAs e seus documentos de trabalho, decisões tomadas e ações realizadas para desenvolver as recomendações emanadas de suas reuniões.

Continuaram a desempenhar-se as tarefas de Secretaria Técnica do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção. Este mecanismo foi aprovado pelos Estados Partes em 4 de junho de 2001, no período ordinário de sessões da Assembleia Geral. A Comissão de Peritos, criada como um dos órgãos deste Mecanismo, realizou com êxito suas quatro primeiras reuniões e, como parte dos trabalhos previstos para a primeira rodada de análises, aprovou oito relatórios de países membros do Mecanismo sobre a implementação das disposições da Convenção no tocante aos temas definidos para esta primeira rodada.

Complementarmente, a Secretaria tem-se envolvido de forma ativa no desenvolvimento de atividades de cooperação que permitam apoiar o trabalho em curso no âmbito deste Mecanismo. Em particular, cabe mencionar as atividades relacionadas com o programa que está recebendo impulso da Secretaria-Geral, o qual busca analisar a legislação vigente em cada um dos países participantes, a fim de promover sua adaptação diante dos compromissos assumidos na Convenção Interamericana contra a Corrupção. No período a que se refere este relatório, este programa concentrou-se nos países do Caribe e no Brasil. Foros com características semelhantes também já foram organizados em mais de 12 países da América do Sul e da América Central.

Apoio semelhante vem sendo dado à Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA). Em apoio aos trabalhos desta Comissão, prestaram-se serviços de assessoria e secretaria técnica à CIFTA e a sua Secretaria *Pro Tempore*, particularmente nos assuntos voltados para promover a assinatura e ratificação da referida Convenção e sua implementação nas respectivas legislações nacionais. Elaborou-se o documento intitulado *Normas legales internacionales e instrumentos jurídicos sub-regionales relacionados con las disposiciones previstas en la Convención Interamericana contra la Fabricación y el Tráfico Ilícito de Armas de Fuego, Municiones, Explosivos y otros Materiales Relacionados*. Participou-se, além disso, da Conferência Preparatória dos Estados Partes da CIFTA, organizada pelo Governo da Colômbia e realizada em 10 de setembro de 2003, e agora estão sendo elaborados os documentos de trabalho para a próxima conferência dos Estados Partes da CIFTA.

Cumprindo os mandatos do Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, resolução AG/RES. 1921 (XXXIII-O/03) da Assembleia Geral, continuou-se a atualizar e modernizar o Sistema Interamericano de Informação Jurídica que funciona por meio da página que mantém na Internet, cujo valor se evidencia pelo crescente número de acessos virtuais registrados. Além dos bancos de dados que integram o Sistema, que encerram o texto completo dos tratados interamericanos, a situação das assinaturas e ratificações e as diversas resoluções expedidas no âmbito da OEA, criaram-se redes de intercâmbio de informações e cooperação sobre os temas seguintes: extradição, assistência judiciária mútua, delito cibernético e políticas penitenciárias e carcerárias.

Em matéria de direito internacional humanitário, participou-se, em conjunto com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), de um *workshop* regional sobre desenvolvimento de legislação neste campo, que teve lugar em Antigua, Guatemala, de 27 a 29 de agosto de 2003. Nesta ocasião também se avaliou o funcionamento das comissões nacionais para a aplicação do direito internacional humanitário, visando estimular soluções que reforcem a sua eficácia. Esse trabalho permitiu um intercâmbio mais intenso de informações e experiências entre estas comissões. Nesta mesma oportunidade, examinaram-se também os principais temas da atualidade relativos à aplicação nacional do direito internacional humanitário, como a implementação do Estatuto de Roma do

Tribunal Penal Internacional, com vistas a analisar e fortalecer a contribuição das comissões nacionais a este respeito.

Com a colaboração do CICV, estão se desenvolvendo os trabalhos preparatórios para realizar uma próxima sessão especial no âmbito da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente, que tratará do tema do direito internacional humanitário e do Tribunal Penal Internacional.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Subsecretaria de Administração é responsável pelo planejamento, organização, coordenação e supervisão geral das atividades administrativas referentes ao orçamento-programa, à administração financeira, administração de pessoal, aquisição de bens e contratação de serviços, processamento de dados, edifícios e propriedades, comunicações, segurança, ativos e administração dos sistemas e procedimentos da Secretaria-Geral. Nos termos da Ordem Executiva N° 02-7, aprovada em 24 de julho de 2002, os serviços da Subsecretaria são prestados atualmente por intermédio dos Departamentos de Serviços Financeiros; Análise Administrativa, Planejamento e Serviços de Apoio; Serviços de Recursos Humanos; Tecnologia e Serviços Gerais; e de Serviços de Gestão de Compras.

Escritório do Subsecretário de Administração

Os pormenores das atividades da Subsecretaria de Administração constam nos relatórios de cada um dos seus cinco departamentos. Mas, em resumo, as atividades principais incluíram a coordenação com a firma de consultores *Deloitte & Touche*, que efetuou um estudo de gestão. O início da reforma do Salão Libertador Simon Bolívar e da área anteriormente usada pela Biblioteca Colombo para armazenar arquivos; a contínua cooperação com os Estados membros na busca de mecanismos para reforçar a Organização dentro das limitações orçamentárias; e a gestão eficiente do grande incremento de funções relacionadas com fundos específicos.

Departamento de Serviços Financeiros (DFS)

A situação financeira da OEA reflete-se nos demonstrativos que aparecem no fim deste relatório como Anexo E que incluem: a) os Subfundos de Operações e de Reserva do Fundo Ordinário, cujo orçamento é aprovado pela Assembléia Geral; e b) os fundos específicos financiados por contribuintes unilaterais ou multinacionais para atividades extra-orçamentárias.

Os demonstrativos do Anexo E resumem a situação financeira da Organização dos Estados Americanos nos seguintes fundos:

Subfundos de Operações e de Reserva do Fundo Ordinário cujo orçamento é aprovado pela Assembléia geral:

Quadro 1: Situação comparativa combinada de ativos, passivos e saldo do Fundo, em que se apresenta a situação financeira da Organização no final do ano.

Quadro 2: Situação comparativa combinada de variação no saldo do Fundo, em que está refletido o resultado da atividade financeira ao longo do ano.

Fundos Específicos financiados por contribuições unilaterais ou multinacionais para atividades extra-orçamentárias:

Quadro 3: Situação comparativa de ativos, passivos e saldos dos fundos, em que se apresenta a situação financeira da Organização no final do ano, e situação comparativa de variação nos saldos dos fundos, em que se reflete o resultado da atividade financeira durante o ano.

Em 31 de dezembro de 2003, a situação financeira do Fundo Ordinário continuava sólida. O saldo do Fundo baixou do montante recorde de US\$44,5 milhões em 2002 para um superávit de US\$18,9 milhões no fim de 2003. Essa redução deve-se à execução da resolução CP/RES. 831 (1342/02), “Uso de excedentes de recursos do Subfundo de Reserva para investimentos de capital e cumprimento de mandatos da OEA”, aprovada pelo Conselho Permanente em 6 de novembro de 2002, no montante de US\$21 milhões, e ao resultado anual deficitário de US\$4,6 milhões.

A análise seguinte compara a autorização orçamentária (dotações) da Assembléia Geral e do Conselho Permanente, o financiamento proporcionado pelos Estados membros e os níveis de execução no decorrer do ano.

Dotações: No Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral foi autorizada a executar US\$76 milhões, correspondentes ao orçamento ordinário, com a atribuição de cotas no valor de US\$73,7 milhões aos Estados membros e US\$2,3 milhões em outras receitas.

Financiamento e execução: Em 31 de dezembro de 2003, o Fundo Ordinário arrecadou um total de US\$71,7 milhões, dos quais US\$69,4 milhões em cotas dos Estados membros e US\$2,3 milhões em outras receitas. Ao encerrar-se o período, a Secretaria-Geral havia executado atividades no total de US\$76,3 milhões, que representa o total do orçamento aprovado. O efeito líquido operacional foi um déficit de US\$4,6 milhões.

Impacto financeiro: No início do período, o Fundo Ordinário acusava um total de US\$10,6 milhões em cotas a cobrar e US\$73,7 milhões em cotas de 2002, perfazendo um total de US\$84,3 milhões. Após receber US\$69,4 milhões em cotas, ou seja, US\$69,1 milhões em cotas de 2003 e US\$300 mil em cotas de anos anteriores, a dívida dos Estados membros aumentou de US\$10,6 milhões para US\$14,5 milhões.

Ao longo do ano, os fundos específicos receberam contribuições no montante aproximado de US\$70,7 milhões.

O Fundo Ordinário continua financeiramente sólido com um saldo no Subfundo de Reserva de US\$18,9 milhões, equivalente a 25% das cotas. Esta percentagem é 5% inferior ao requisito estatutário de 30%.

Departamento de Análise Administrativa, Planejamento e Serviços de Apoio (DMAPSS)

Orçamento

O DMAPSS continuou a prestar serviços de apoio para a análise, coordenação e formulação do projeto de orçamento-programa e atuou como secretaria técnica da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP). Na análise e discussão do orçamento-programa, preparou relatórios de seguimento que apoiaram o projeto de resolução sobre o orçamento para 2004. Com referência à execução do orçamento do Fundo Ordinário 2003, o Departamento preparou relatórios periódicos sobre a execução do orçamento, em cumprimento às Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral. Em 2003, as arrecadações de cotas, tanto correntes como em mora, totalizaram US\$69,7 milhões, montante significativamente inferior ao de 2002, de US\$94,6 milhões, montante

mais em linha com os anos anteriores. Ver o Anexo A

Mandatos

Em cumprimento à resolução AG/RES. 1974 (XXXIII-O/03) e ao artigo 87, a, das Normas Gerais, as áreas obtiveram informação em linha sobre os mandatos que abrangem os anos de 1997 a 2003. As áreas articularam os resultados dessas atividades, bem como os vínculos entre os mandatos, as atividades empreendidas e os resultados obtidos.

Estudo de gestão

No contexto da resolução CP/RES. 831 (1342/02), o Departamento apresentou relatórios trimestrais ao Conselho Permanente sobre a disposição das dotações para financiar o Estudo de Gestão nos termos da resolução AG/RES. 1909 (XXXII-O/02), “Orçamento-Programa da Organização para 2003, cotas e contribuições para o fundo voluntário, 2003”. Também prestou apoio técnico, administrativo e logístico à firma *Deloitte & Touche, LLP*, para que esta pudesse compilar efetivamente a informação requerida. No total, foram desembolsados US\$750 mil a título de pagamento de honorários, ademais de outros US\$20 mil para custear despesas relacionadas com telecomunicações, tradução e impressão de documentos, bem como a viagem de um dos consultores ao Chile, por ocasião do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral.

Sistema Gerencial (OASES)

Para apoiar as atividades administrativas e atender às necessidades dos usuários do OASES de forma eficiente e oportuna, procedeu-se ao aperfeiçoamento e implementação de novos relatórios. Também continuou o processo de integração dos Escritórios da OEA nos Estados membros ao OASES. Adiantou-se a migração e prova da nova versão do sistema OASES, a ser implementado no começo de 2004; otimizou-se a arquitetura do sistema e melhoraram-se os mecanismos de segurança e auditoria.

Quanto à análise administrativa e treinamento do pessoal da Secretaria-Geral no uso do OASES, continuou-se a revisar e atualizar os manuais e procedimentos que servem de guia para os usuários. Deu-se novo enfoque às necessidades de treinamento, a fim de incorporar classes sobre manuais e procedimentos, inclusive o manejo da ferramenta *Discoverer*, para a preparação de relatórios financeiros. Ofereceu-se um total de 62 sessões de treinamento, com a participação de 196 funcionários. Além disso, 24 funcionários dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros receberam treinamento em aplicações financeiras do OASES. Igualmente, desenhou-se e implementou-se uma solução em OASES para os processos de contratação de serviços de conferências e reuniões.

Departamento de Serviços de Recursos Humanos (DHRS)

O Departamento de Serviços de Recursos Humanos experimentou substancial incremento nas solicitações de apoio ao conjunto da Secretaria-Geral, que foram atendidas sem aumento dos recursos disponíveis. O incremento de recursos dos fundos específicos elevou de 674 para 718 o número de funcionários da Secretaria-Geral em 2003 e aumentou o volume de operações correntes realizada pelo Departamento, tais como recrutamento, concursos para preenchimento de vagas, classificação de

cargos, concessão de benefícios e renovação de seguros, que somaram mais de três mil operações nesse ano.

Além do progresso alcançado na eficiência do cumprimento das tarefas regulares, destacam-se a seguir algumas iniciativas especiais mais recentes.

O Programa de Estágios da Secretaria-Geral continua a crescer e recebeu, em 2003, aproximadamente 463 solicitações de candidatos, dos quais 181 foram selecionados para estagiar em diferentes dependências da Secretaria-Geral.

O Departamento continuou a prestar apoio ao sistema de avaliação de pessoal. Esse apoio abrange aspectos tais como treinamento para supervisores em áreas de gestão de pessoal, comunicações e planejamento.

Quanto ao Programa de Treinamento, deu-se início a um novo sistema de reembolsos que possibilitou elevar de US\$400 para US\$1.000 o subsídio máximo dos custos de cursos seguidos por membros do pessoal. O pessoal da Secretaria-Geral beneficiou-se dessa nova norma para fins de treinamento, notando-se um incremento nos cursos de nível superior, ademais de outros cursos em automatização, idiomas, gestão e projetos. Por meio do novo sistema de reembolsos para educação, processaram-se 88 pedidos formulados tanto por funcionários da sede como dos Escritórios dos Estados membros. Em 2003, o orçamento para o Programa de Treinamento de funcionários foi de US\$47.417.

A Unidade de Serviços de Saúde atendeu 3.216 consultas em 2003, e o médico de plantão, contratado por intermédio da Universidade Johns Hopkins, efetuou 75 exames médicos.

Prosseguiu a atualização do módulo de recursos humanos do sistema *Oracle* para recursos humanos. Nesse período, incorporaram-se melhorias ao sistema de pessoal e concluiu-se a incorporação da versão 11.5.7, estando prevista para fevereiro de 2004 a instalação da versão 11.5.8. Concluiu-se o desenho de programas para automatizar todos os arquivos do pessoal, o que vale, ademais, como exercício piloto para a eventual criação do *data warehouse* do conjunto da Secretaria-Geral.

Em 2003, o Departamento concluiu a execução do projeto sobre a integração da perspectiva de gênero na Secretaria-Geral, auspiciado pelo Governo do Canadá, com pleno cumprimento das metas previstas.

Neste ano, realizou-se o primeiro concurso para contratos contínuos, mediante o qual resultaram favorecidos 45 dos 106 funcionários elegíveis participantes. Com isto, a Secretaria-Geral completou a transição do antigo serviço de carreira para esta nova modalidade de contratação.

Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais (DTFS)

O Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais concentrou seus esforços e o tempo disponível na integração dos serviços de tecnologia da informação, adaptando-os à infra-estrutura física dos edifícios da Secretaria-Geral.

Concluiu-se a renovação do Edifício da Secretaria-Geral situado na Rua F, que foi oficialmente inaugurado em 3 de dezembro. Ao longo da obra, as atividades regulares da Secretaria-Geral não sofreram nenhuma interrupção e mais de 650 usuários foram reinstalados em seus novos escritórios sem afetar suas atividades.

O Edifício da Rua F dispõe de três modernos salões de conferência: o Padilha Vidal, o Gabriela Mistral e o Rubén Darío, dotados de sistemas de interpretação simultânea em quatro idiomas. Como parte da reforma, facilitou-se acesso a portadores de deficiências físicas e modernizou-se o sistema de segurança. Parte do terceiro andar é alugada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); o segundo andar será futuramente alugado. O primeiro andar está dedicado a espaço comercial, que já é parcialmente utilizado pela Cooperativa de Crédito da OEA.

A reforma do Edifício Principal (Rua 17 e Constitution Avenue) implica importantes desafios arquitetônicos e de construção devido à sua antiguidade e qualidade histórica. A área anteriormente utilizada para armazenamento pela Biblioteca Colombo (a ala norte do Edifício) foi submetida a limpeza e recebeu um segundo piso. No primeiro piso, será instalado um salão para reuniões informais com acesso a serviços telefônicos e de fax, computadores e conexão pela Internet. No segundo piso será instalado um salão de propósitos múltiplos, com o que aumentará a área reservada para reuniões no Edifício Principal. A Divisão de Tecnologia está encarregada da supervisão da instalação de uma rede *Ethernet* de alta capacidade, bem como de redes e de serviços sem fio.

Iniciou-se a etapa de planejamento para a remodelação do salão de conferências Libertador Simón Bolívar, cujo projeto foi confiado mediante contrato à empresa *Milner y Asociados*. A Divisão de Tecnologia prestou serviços técnicos de seguimento, controle e gestão automatizada de casos e petições recebidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Cumprindo o mandato de salvaguardar os recursos informáticos, a Divisão dedicou seus esforços ao fortalecimento das defesas das redes de dados contra os ataques de vírus e outras ameaças à segurança da informação.

Departamento de Serviços de Gestão de Compras (DPMS)

O Departamento de Serviços de Gestão de Compras negociou importantes licitações com a FUPAD e a Fundação Gateway para o Desenvolvimento, para fins de ocupação do segundo andar do Edifício da Secretaria-Geral e para o espaço comercial na esquina das Ruas 19 e F.

O Departamento negociou múltiplos contratos com várias firmas para fins de renovação dos antigos arquivos da Biblioteca Colombo e do Salão Libertador Simón Bolívar.

Encarregou-se também das seguintes licitações: seleção do fornecedor de material de escritório para toda a Organização. Provisão, a uma agência independente, de acesso a serviços atualmente gerenciados pelo Escritório de Viagens; seleção da empresa para o envio e armazenamento dos bens

pessoais de funcionários repatriados.

Por sua vez, a Divisão de Ativos Fixos efetuou um inventário físico de mais de 20.000 bens da Organização; registrou mais de 1.100 transações no valor superior US\$9.400.000, inclusive a aquisição de mais de 700 bens e a eliminação de mais de 350 bens em desuso; e, para melhorar o controle dos ativos físicos, implementou os relatórios dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros ao DPMS relacionados com a aquisição de bens de custo superior a US\$500. Realizou, igualmente, um inventário dos veículos em nome da Secretaria-Geral destinados a operações fora da sede e verificou o devido registro e seguro de todos eles.

Dentre as atividades relacionadas com o OASES em 2003, destacam-se as seguintes:

Gerou aproximadamente 24.700 ordens de compras, com base em requisições. Isto representa um incremento em relação ao ano anterior, já que a cifra de 2002 foi inflacionada em consequência da reinserção de grande número de ordens de compra após a conversão.

Iniciou um agressivo sistema de revisão periódica de obrigações, assim facilitando a limpeza de mais de 10.000 linhas de ordens. Isto permitirá minimizar os esforços do processo de encerramento de exercício.

Em outras atividades, o DPMS participou da criação dos procedimentos para a Secretaria de Conferências e Reuniões (SCM); encarregou-se da atualização dos manuais de compras e participou do treinamento dentro e fora da sede. No que se refere ao treinamento na sede, foram regulamentados os quatro cursos de aquisições, criando-se adicionalmente o curso para procedimentos de contratos por tarefa e o curso para os compradores da SCM. Com relação ao treinamento fora da sede para diretores e funcionários administrativos, incluiu-se um representante do DPS no grupo de instrutores em OASES. Funcionários de dez Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros receberam treinamento e certificações.

Finalmente, o DPMS encabeçou o Grupo Coordenador de OASES e participou ativamente de seus grupos focais para servir como meio para a solução dos assuntos pendentes do sistema e para a coordenação das futuras atividades.

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Tal como definidos no Capítulo XVIII da Carta, são os organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, com determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados membros. Gozam de plena autonomia técnica, observando, porém, as recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos. Este capítulo apresenta um resumo dos relatórios que, acatando as disposições dos artigos 127 e 91, f, da Carta, foram apresentados pelos seguintes Organismos Especializados:

a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS);
o Instituto Interamericano da Criança (IIN); a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM);
o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH);
o Instituto Indigenista Interamericano (III); eo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), estabelecida pela Segunda Conferência Internacional Americana, é o organismo regional especializado em saúde do Sistema Interamericano, bem como o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (AMRO/OMS). Sua missão é “orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados membros e outros parceiros no sentido de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas”. Em seus esforços para elevar o nível da saúde, a OPAS direciona suas atividades para os grupos mais vulneráveis da sociedade, como as mães e as crianças, os trabalhadores, os pobres, os anciãos, os refugiados e as pessoas portadoras de deficiência. Atribui suma importância aos problemas relacionados com a equidade que afetam os que carecem de acesso aos serviços de saúde e, em conformidade com os princípios do pan-americanismo, insta os países a colaborarem em assuntos de interesse comum.

Desde fevereiro de 2003, com a tomada de posse da nova Diretora da OPAS, Doutora Mirta Roses Periago, vem-se trabalhando na reestruturação da Organização para torná-la mais eficiente e flexível e ampliar a sua capacidade de resposta às necessidades dos povos das Américas. Entre os elementos chave da transição para uma nova fase nas atividades da OPAS estão o novo orçamento, novos métodos de trabalho, uma nova estrutura que enfatiza o apoio direto aos países e um Plano Estratégico para o período 2003-07.

A OPAS aprofundou os temas de consenso na região, fez parcerias estratégicas para promover a equidade e superar as desigualdades e brechas nos níveis de saúde e gerou informações fidedignas para poder cumprir os objetivos da saúde pública nas Américas: criar e fomentar uma cultura genuína da saúde, ampliar os ambientes saudáveis, assegurar a qualidade e segurança dos serviços de saúde, proporcionar respostas eficazes às necessidades em matéria de saúde da população e melhorar a compreensão e a resposta aos fatores determinantes da saúde pública.

Continuou-se dando ênfase aos grupos especiais da população – os marginalizados ou discriminados, como os pobres, os grupos étnicos minoritários e as mulheres, as crianças e os anciãos – mediante a abordagem de temas críticos com um enfoque integrado que tenda a reduzir as desigualdades e eliminar a exclusão social.

Quadragésimo Quarto Conselho Diretor da OPAS

O Conselho Diretor da OPAS reuniu-se em Washington, de 22 a 26 de setembro de 2003, para discutir a situação atual da saúde. Os temas incluíram: atendimento primário da saúde nas Américas – os ensinamentos extraídos ao longo de 25 anos e os desafios futuros; a família e a saúde; manutenção dos programas de vacinação Eliminação da Rubéola e da Síndrome da Rubéola Congênita; a contribuição do atendimento integrado ao combate às doenças prevalentes da infância (AIEPI) para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio; pandemia da influenza – preparativos no continente americano; dengue; e repercussão da violência na saúde das populações americanas. Houve também a eleição de três Estados membros para integrar a Comissão Executiva

com o término dos mandatos de El Salvador, Jamaica e Uruguai. Os novos Estados membros eleitos para fazer parte da Comissão são Argentina, Barbados e Costa Rica.

Plano Estratégico 2003-07

O Plano Estratégico para 2003-07 concentra-se nos seguintes aspectos:

Grupos de população

A OPAS continuará trabalhando com os Estados membros para identificar aqueles grupos em que as desigualdades no tocante ao estado de saúde ou ao acesso aos serviços de saneamento possam ser abordadas mediante formas de intervenções disponíveis e eficazes em função dos custos. Com esta finalidade, a OPAS concentrar-se-á nas populações com receitas limitadas e em situação de pobreza, nas mulheres, nas crianças e nos grupos étnicos e raciais, especialmente nos povos indígenas.

Países chave

Ao mesmo tempo em que a OPAS coopera com todos os Estados membros, dispensará uma atenção especial aos países pobres altamente endividados (PPAE), cujos níveis elevados de dívida externa restringem as possibilidades de aumentar as dotações orçamentárias em saneamento, bem como a outros países em que o estado de saúde da população seja muito deficiente e as instituições e a infraestrutura sanitária sejam extremamente frágeis. A OPAS continuará liderando esforços estratégicos de colaboração entre países e parceiros, maximizando as iniciativas de desenvolvimento mais amplas para acelerar a melhoria da saúde nos países mais vulneráveis. Os países prioritários selecionados sob os critérios observados acima são a Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua.

Áreas técnicas prioritárias

Os objetivos gerais da cooperação técnica da OPAS são promover a saúde e reduzir a mortalidade, a morbidade e a deficiência no ciclo de vida, particularmente entre a população pobre e outros grupos em situação de desigualdade quanto à saúde. Para atingir esses objetivos, a OPAS trabalhará nas seguintes áreas:

Prevenção, controle e redução das doenças transmissíveis. A OPAS está desenvolvendo redes de vigilância para doenças emergentes e reemergentes. Dará continuidade à sua programação contra a doença-de-chagas, o dengue, a oncocercose, a filariose linfática, helmintíase e hanseníase como problemas de saúde pública. Também será muito ativa nas linhas de ação da luta contra o HIV/AIDS, a malária e a tuberculose.

Prevenção e controle das doenças não-transmissíveis. A OPAS trabalha na prevenção de câncer do colo uterino e da violência. Está também aplicando um enfoque multissetorial com as iniciativas CARMEN (o conjunto de ações para a redução multifatorial das doenças não-transmissíveis) e AEIPI (atendimento integrado às doenças prevalentes da infância).

Promoção de estilos de vida e ambientes sociais saudáveis. Crescimento e desenvolvimento saudáveis incluem esforços para controlar o uso do tabaco, o desenvolvimento de adolescentes e espaços saudáveis.

Promoção de ambientes físicos seguros. A OPAS está trabalhando para melhorar a saúde dos trabalhadores com *La Caja de Herramientas para Promover los Entornos Saludables de Trabajo*,

especialmente no setor informal da economia da América Central.

Preparação, gestão e reação ante os desastres naturais. A Repartição Sanitária Pan-Americana representa o Sistema Interamericano no grupo de trabalho mundial para a execução da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres. A Repartição Sanitária Pan-Americana também participa da elaboração do Plano Estratégico de Ação para a gestão de riscos e a resposta aos desastres no âmbito interamericano, respaldado pelos Estados membros da OEA. A OPAS colaborou nos temas relacionados com saúde e água potável do manual da CEPAL sobre avaliação do efeito socioeconômico dos desastres.

Garantia de acesso universal a sistemas de saúde integrados, eqüitativos e sustentáveis. Os eixos de trabalho na área de políticas e sistemas de saúde são a extensão da proteção social em saúde, a reorientação das reformas setoriais, o fortalecimento da capacidade diretora das autoridades nacionais de saúde, da economia, do financiamento e da regulamentação em matéria de saúde. Um dos propósitos da cooperação técnica é que esses processos se baseiem firmemente no desenvolvimento, na execução e na avaliação de políticas públicas e nos objetivos nacionais de saúde.

Promoção de contribuições eficazes do setor sanitário às políticas sociais, econômicas, ambientais e de desenvolvimento. A OPAS organizou a conferência e o workshop sobre variabilidade e mudança climáticas e seus efeitos na saúde no Caribe. Também desenvolveu o Sistema Interamericano de Informações em Saneamento Ambiental (SISAM), um instrumento dinâmico de apoio aos países, destinado a fornecer um sistema de informações para cobrir aspectos institucionais básicos e de qualidade dos serviços e facilitar a coordenação entre as iniciativas setoriais.

INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA

O Instituto Interamericano da Criança (IIN) é um organismo especializado que contribui para articular as políticas públicas sobre a infância nas Américas, promover a relação do Estado com a sociedade civil e desenvolver uma consciência crítica a respeito dos problemas da infância nas Américas.

O IIN, seguindo o Plano Estratégico 2000-04, executou uma reestruturação orgânica tanto sob o aspecto programático como sob o administrativo. Avançou, assim, progressivamente para um novo equilíbrio entre despesas operacionais e despesas de pessoal, incrementando os produtos, as ferramentas técnicas para o desenho, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas, os modelos de assistência e os instrumentos de comunicação. Os níveis alcançados de qualidade, eficácia e eficiência vêm se refletindo no aumento significativo da demanda dos serviços que o IIN presta na região.

O ano de 2003 registrou um total de 160 atividades realizadas pelo IIN em 31 países:

119 intervenções técnicas: assistências, capacitações, workshops, conferências e cursos;

41 intervenções políticas: negociações, acordos, gestões diplomáticas e participação em fóruns da infância.

Muitas das atividades indicadas foram desenvolvidas a partir da sede, como os cursos de capacitação à distância, os concursos interamericanos e outras modalidades virtuais que se tornaram uma constante operacional do IIN. Cabe ressaltar o papel cumprido pelo site www.iin.oea.org na Internet, visitado em forma geométrica crescente, e pelas páginas de Internet criadas para fortalecer linhas específicas de ação: www.cariin.org, www.cetinf.org e www.coordenacion.org.

O IIN continuou aprofundando os laços de cooperação com as organizações da sociedade civil como forma de ampliar a participação, melhorar a qualidade e a eficiência e otimizar o uso dos recursos humanos e materiais na área da infância. Em 2003, foram concretizados acordos, convênios, colaborações e atividades com 30 dessas organizações da sociedade civil de 14 países.

Também desenvolveu ações de coordenação e cooperação com 17 organismos ou organizações, públicas e privadas, de nível internacional ou regional.

A área de comunicações tem contribuído para projetar com vigor a presença do IIN na mídia da região graças à produção de vídeos e livros ilustrados e aos serviços oferecidos pela página na Internet. No âmbito de um novo Plano Estratégico, deverá ser consolidada uma verdadeira política de comunicação institucional.

A área de administração, seguindo o modelo promovido pela Direção-Geral, alcançou em 2003 uma melhoria na gestão, com o apoio do Departamento de Serviços Financeiros da OEA, na busca de um gerenciamento moderno e transparente que permitisse elaborar relatórios de primeira qualidade sobre temas orçamentários, financeiros e administrativos para os órgãos políticos do IIN e da OEA. A interconexão com o sistema OASES possibilitará o atendimento às necessidades de crescimento para gerar uma capacidade maior de serviços, sem necessidade de aumentar o quadro de pessoal ou os custos.

O orçamento do IIN para 2003 foi de US\$1.567.700 provenientes do Fundo Ordinário da OEA e que equivalem a 2% do orçamento geral da Organização.

Para poder atender a seus compromissos, mandatos e serviços, o IIN tem incorporado recursos provenientes de convênios, governos, organizações internacionais, ONGs e outras fontes de financiamento. Os fundos específicos provenientes dessas fontes e aqueles administrados pela OEA somavam US\$343.701 no início de 2003. Gestões do IIN conseguiram também contrapartidas da parte de instituições nacionais para projetos que receberam assistência técnica do IIN e que eram administrados por essas instituições. Esses fundos de contrapartida em 2003 totalizaram US\$1.913.404, o que representou 60% dos recursos disponíveis para o IIN.

A Direção-Geral projeta para 2005 dispor de apoio para o desenvolvimento de uma estratégia que lhe permita duplicar o orçamento para despesas operacionais. A reestruturação orgânica do IIN resultou em uma oferta maior de serviços sob o enfoque de direitos e em uma presença regional crescente trabalhando em prol da infância. O IIN está se aproximando do ponto de equilíbrio de 50/50 no orçamento para pessoal e para despesas operacionais. No entanto, sua concretização não poderá ser o resultado de novos cortes de pessoal – reduzido já além do desejável – mas do aumento dos recursos operacionais, o que, em termos absolutos, não representa cifras significativas. O apoio a esta estratégia de fortalecimento do organismo especializado de infância do Sistema Interamericano significa que se está fazendo o possível para cumprir mandatos prioritários das Cúpulas, das Assembléias Gerais e dos Conselhos Diretores – os que dizem respeito às crianças.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Criada pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo consultivo da OEA no que se relaciona à questão de gênero no Hemisfério. Tem por objetivo promover e proteger os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais da mulher e, nesse contexto, informar os governos sobre os progressos realizados e os problemas a considerar, e formular estratégias para superá-los.

As atividades da CIM para o ano 2003 foram orientadas pelo Programa Bienal de Trabalho 2002-04 e pelos mandatos aprovados pela Trigésima Primeira Assembléia de Delegadas da CIM, bem como pelos mandatos recebidos do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA e da Cúpula das Américas. Dedicou-se uma atenção maior e especial às atividades ligadas à implementação do Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (PIA).

Integração da perspectiva de gênero nas reuniões de nível ministerial

Em 2003, a CIM elaborou recomendações para a integração da perspectiva de gênero nos programas e políticas dos Ministérios da Educação. Estas foram apresentadas na Terceira Reunião de Ministros da Educação realizada na Cidade do México, de 11 a 13 de agosto de 2003. Em dezembro de 2003, a CIM convocou uma reunião de acompanhamento (SEPIA-III), com peritos de governos e da sociedade civil, a fim de analisar os resultados da reunião ministerial e promover estratégias para a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas e nos programas dos ministérios. Foram convidadas a participar as Delegadas Titulares da CIM, peritos dos Ministérios da Educação e organismos não-governamentais (ONGs) com experiência na área de gênero e educação. Em 2004, as recomendações emanadas da reunião serão enviadas aos Ministros da Educação, à Comissão Interamericana de Educação, a todas as Delegadas da CIM e aos participantes do evento. Realizar-se-á um processo semelhante, em colaboração com o Departamento de Ciência e Tecnologia da OEA, para o encaminhamento de recomendações sobre a integração da perspectiva de gênero à Reunião dos Ministros de Ciência e Tecnologia, a realizar-se em 2004.

Em conformidade com o mandato da Assembléia de Delegadas de apoiar e promover no Hemisfério a execução da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como a plena participação das mulheres na prevenção de conflitos e na consolidação da paz, a CIM, com o apoio da *Women Waging Peace* (WWP), promoveu com êxito a incorporação do tema sobre mulheres, paz e segurança na Declaração da Conferência Especial sobre Segurança realizada no México, em novembro de 2003. Em julho, realizou-se uma videoconferência, com a finalidade de examinar a integração da perspectiva de gênero em questões de segurança hemisférica e analisar a contribuição das mulheres aos processos hemisféricos de paz e reconstrução. Entre os membros do painel encontravam-se o Presidente da Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente da OEA e representantes de organizações de mulheres que trabalham pela paz e pela reconstrução na Colômbia, em El Salvador, na Guatemala e na Nicarágua. A videoconferência foi transmitida via Internet no portal da OEA.

Treinamento em gênero na OEA

Chegou ao final a primeira fase do projeto conjunto CIDA/CIM-OEA, iniciado em 2001 com o apoio do Governo do Canadá e da Secretaria-Geral, para treinar os funcionários da OEA, incluindo diretores e pessoal de campo, na integração da perspectiva de gênero em todos os programas e políticas da Organização. O treinamento começou em novembro de 2002 e, até essa data, 199 funcionários cujo trabalho está relacionado com políticas ou desenho, execução ou avaliação de projetos receberam treinamento. A CIM esteve ativamente envolvida na preparação do programa e, em novembro de 2003, a Secretaria Executiva da CIM foi nomeada diretora do projeto e de seu acompanhamento.

Participação da mulher nas estruturas de poder e do processo decisório

A CIM continua como co-patrocinadora e membro do Conselho Diretor do Programa de Representação e Liderança da Mulher (PROLID), do BID, que financia projetos para promover a liderança da mulher no Hemisfério. No ano passado, a CIM, em sociedade com a UPD e o PROLID, patrocinou o “Primeiro Curso Andino para Jovens Políticas sobre Democracia e Gestão Política”. A CIM também colaborou com a UPD na organização da sessão de trabalho denominada “O financiamento da participação política das mulheres é um obstáculo?”. Além disso, em colaboração com o Conselho de Mulheres Líderes Mundiais (*Council of Women World Leaders*) organizou a primeira reunião mundial de representantes de unidades de gênero de organizações intergovernamentais.

Direitos humanos da mulher e eliminação da violência contra a mulher

A CIM continua promovendo a ratificação, por parte de todos os Estados membros da OEA, da Convenção de Belém do Pará. Em seguimento de um mandato da Assembléia de Delegadas da CIM [CIM/RES. 224 (XXXI-O/02)], que foi posteriormente aprovado pela Assembléia Geral da OEA [AG/RES. 1942 (XXXIII-O/03)], a CIM está realizando o trabalho preparatório para desenvolver um mecanismo de acompanhamento da Convenção de Belém do Pará. Quando este mecanismo estiver concluído, o Secretário-Geral deverá convocar, em coordenação com a CIM, uma reunião dos Estados membros para a adoção de uma decisão sobre o modo mais apropriado de dar acompanhamento à Convenção. As informações pertinentes podem ser encontradas no documento CIM/CD/doc.15/03 rev. 1 e adendo.

A CIM continua trabalhando no desenvolvimento do projeto Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças para a Exploração Sexual nas Américas. A Trigésima Primeira Assembléia de Delegadas da CIM aprovou a resolução CIM/RES. 225 (XXXI-O/02), que reconhece a importância do tema e encarrega a CIM de continuar seu trabalho, e o Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA aprovou a resolução AG/RES. 1948 (XXXIII-O/03), na qual a CIM é solicitada a informar anualmente sobre o progresso alcançado e a Secretaria-Geral é instruída a nomear um Coordenador da OEA sobre o tema, sediado junto à Secretaria Permanente da CIM.

A CIM também recebeu financiamento da USAID para prosseguir com a fase dois, a saber, a pesquisa sobre o fortalecimento institucional no México, na Bolívia e em Belize em colaboração com a Organização Internacional de Migrações (OIM). Além disso, a OIM, como agência executora, e a CIM iniciarão a pesquisa no Caribe de língua inglesa.

Em novembro de 2003, com o apoio do Departamento de Informação Pública (DPI) da OEA, foi

levada a cabo a videoconferência “Tráfico de pessoas, especialmente mulheres, adolescentes e crianças: Compartilhando as melhores práticas para prevenir e proteger as vítimas e punir os traficantes”, com o objetivo de criar consciência sobre os problemas que o tráfico de pessoas representa na América Latina e no Caribe. A videoconferência teve uma duração de duas horas e foi patrocinada pelo IIN e pela CIM. A moderadora foi a Senhora María Elena Salinas, jornalista destacada de notícias do canal hispano UNIVISION. Entre os painelistas encontravam-se peritos no tema da OIM e do Governo e da sociedade civil da República Dominicana e da Costa Rica, bem como representantes do Escritório para Combater o Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado dos Estados Unidos e da CIM. A videoconferência foi transmitida via Internet na webpage da OEA.

Cumprimento dos mandatos da Cúpula das Américas

A CIM continua trabalhando na implementação dos mandatos emanados pela Cúpula das Américas. Seguem algumas das ações e projetos realizados em seu cumprimento: 1) Trabalho em conjunto com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), especialmente no desenvolvimento das recomendações para a incorporação da perspectiva de gênero encaminhadas aos Ministros da Justiça ou Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, bem como na área de violência contra a mulher; 2) Implementação do Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero: Integração da perspectiva de gênero nas reuniões em nível ministerial (SEPIA-III, Gênero e Educação); e acompanhamento da SEPIA-I, Gênero e Trabalho, e da SEPIA-II, Gênero e Justiça; 3) Treinamento em gênero dentro da OEA para funcionários que elaboram políticas ou desenvolvem projetos; 4) Continuação dos projetos de pesquisa sobre violência contra a mulher e sobre tráfico de mulheres e crianças para exploração sexual nas Américas e implementação das recomendações emanadas de ambos os projetos.

Promoção e divulgação

Em comemoração do seu 75º aniversário, a CIM e a Associação de Pessoal da OEA co-patrocinaram um evento em que onze meninas entre 8 e 13 anos de idade, provenientes de diversos países do Hemisfério, pintaram um mural cujo tema foram as realizações das mulheres. Produziu-se um vídeo sobre o processo de criação da obra. Além disso, com o Departamento de Informação Pública da OEA, a CIM está produzindo um vídeo sobre mulher e liderança.

A CIM continua atualizando sua página na Internet, na qual inclui artigos, links para outros sites na web, informações sobre as realizações, atividades, reuniões e relatórios da CIM e da Secretaria Permanente.

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Criado pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece cooperação técnica, treinamento em centros de pesquisa, divulgação de publicações e organização de reuniões técnicas nos campos da cartografia, geografia, história e geofísica.

Eleição de novas autoridades

Na Trigésima Sétima Reunião do Conselho Diretor, na Guatemala, de 6 a 10 de outubro de 2003, o Mestre em Ciências Santiago Borrero Mutis, da Colômbia, foi eleito como Secretário-Geral do IPGH para o período 2003-05. Em 8 de dezembro, mediante votação oficial certificada, foram eleitos o Engenheiro Rodrigo Barriga Vargas e a Cartógrafa Alejandra Coll Escanilla, do Chile, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Cartografia.

Cooperação técnica

No contexto da agenda da OEA, realizou-se a convocação de Projetos de Assistência Técnica para 2004, bem como a convocação ao Prêmio de História Colonial da América “Silvio Zavala”. Em resposta à primeira convocação, foram recebidas 59 solicitações, tendo sido aprovados, para 2003, 26 projetos de pesquisa e treinamento no montante de US\$162.570, a serem executados em 12 países. Na segunda convocação, concorreram 13 obras. A vencedora foi *Tierra y comunidad, un problema irresuelto*, de Diana Bonett, e a entrega do prêmio foi realizada em fevereiro de 2004, no 76º Aniversário do IPGH.

Neste período, as quatro comissões de trabalho realizaram suas reuniões técnicas, que acontecem a cada quatro anos. Essas reuniões são de suma importância para o Instituto e para o desenvolvimento da Carta Democrática Interamericana, posto que nelas se analisam os avanços e as realizações dos projetos em execução, se elaboram e planejam políticas e linhas de ação e pesquisa de cada comissão para o quadriênio seguinte.

Assim, da Reunião Técnica de Cartografia, O Futuro dos Dados Fundamentais nos Estados Membros e na Região do IPGH, em São José, Costa Rica, de 24 a 27 de junho, participaram representantes de 12 Estados membros e países Observadores Permanentes. Nela dispensou-se atenção aos requisitos para incentivar a produção e o acesso à informação digital territorial para o desenvolvimento sustentável, em um contexto de participação do cidadão.

A Reunião de Geografia, Geografia Americana e Seus Desafios para o Desenvolvimento Sustentável, em Lima, Peru, de 3 a 6 de agosto de 2003, contou com a presença de 35 geógrafos dos Estados membros. Foi inaugurada pelo Ministro da Educação do Peru e realizou-se na Universidade Nacional Maior de São Marcos (UMSM).

A Reunião Técnica de História em Santa Cruz de la Serra, Bolívia, de 18 a 22 de agosto de 2003, foi realizada simultaneamente com o Primeiro Congresso Sul-Americano de História e com o Quinto Simpósio Pan-Americano de História, evento científico continental que reuniu destacados historiadores das Américas.

A Reunião Técnica de Geofísica, na Cidade do México, México, de 21 a 24 de outubro de 2003, foi realizada na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), juntamente com o Primeiro Congresso de Geofísica Ambiental das Américas, com a participação de especialistas para discutir temas e metodologias relevantes à gestão de recursos hídricos, mudança climática e seu impacto, gestão de resíduos e aproveitamento de recursos.

Pela segunda vez, o Instituto foi solicitado pelos Governos de El Salvador e Honduras a participar tecnicamente da demarcação fronteiriça entre dois de seus Estados membros. Cabe destacar que esta responsabilidade conferida ao IPGH, com o apoio da Secretaria-Geral da OEA, lhe atribuiu um papel ativo na solução de uma controvérsia territorial entre dois Estados, o que indica a confiança depositada no IPGH, em sua neutralidade e qualidade técnica para tratar desses assuntos.

Trabalho editorial

Na área de publicações, o Instituto destinou o montante de US\$24.563 para suas publicações periódicas e avulsas. Com esses recursos, foram editadas as seguintes publicações de caráter periódico: *Revista Cartográfica* N°s 74-75; *Revista Geográfica* N° 132; *Revista de História da América* N° 130; *Revista Geofísica* N° 57; e, em versão eletrônica disponível na página do Instituto na Internet, os *Boletines Aéreos* N°s 274 (janeiro-abril), 275 (maio-agosto) e 276 (setembro-dezembro).

Entre as publicações avulsas, destacam-se *Estudios sobre historia y ambiente en la América*, Volume II (América do Norte, América do Sul e Pacífico) e *Visión de América Latina. Homenaje a Leopoldo Zea*.

Reuniões estatutárias

Em 5 e 6 de junho, realizou-se a LIX Reunião de Autoridades, na Cidade do México, México. A Comissão Assessora de Planejamento e Avaliação Financeira (APEF) reuniu-se em 5 e 6 de agosto na Cidade do México, México. Na Cidade da Guatemala, Guatemala, em 5 de outubro, realizou-se a LX Reunião de Autoridades e, de 6 a 10 de outubro, o Trigésimo Oitavo Conselho Diretor, no qual foram aprovadas 33 resoluções.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

Criado pela Convenção Internacional de Pátzcuaro em 1940, o Instituto Indigenista Interamericano tem como objetivos fundamentais colaborar na coordenação das políticas indigenistas dos Estados membros e promover trabalhos de pesquisa e treinamento de pessoas dedicadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas.

Orçamento

Em 31 de dezembro de 2003, o Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Peru se encontravam em dia com o pagamento de suas cotas; a Nicarágua pagou três anualidades atrasadas. As cotas pagas de 2003 representam 77% do total anual.

Acordo de Sede

O acordo de sede com o Governo do México foi assinado em 6 de fevereiro de 2003 e ratificado pelo Senado em 29 de abril de 2003; o decreto foi assinado pelo Presidente Vicente Fox Quesada em 18 de julho de 2003.

Biblioteca

A Biblioteca do Instituto permaneceu em um depósito por quase 12 anos. Atualmente, todo o seu acervo, que chega a 10.000 livros e 40.000 exemplares de revistas, está sendo desembalado e colocado em estantes. Na coleção, foram catalogadas 30.722 publicações e 11.204 artigos de revistas.

Arquivo histórico

Organizou-se cerca de 20% do arquivo anterior a 1980. Deu-se continuidade à sua digitalização para protegê-lo fisicamente e para a entrega posterior de cópias aos povos indígenas.

Página na Internet

No final de junho de 2002, foi lançada a página do Instituto na Internet (www.indigenista.org). Até 31 de março de 2003, o site tinha recebido 280.000 visitas e foram baixados 2,5 gigabytes de informações (em formato Word). Do lançamento da página até 31 de dezembro de 2003, o número de visitas foi de 785.000 e foram baixados 8,79 gigabytes de informações (em formato Word).

Publicações

Em 31 de janeiro de 2004, os quatro números da revista *América Indígena* do Instituto correspondentes a 2003 estavam disponíveis gratuitamente na página da Internet. Além disso, publicou-se o livro *Pueblos indígenas y derechos constitucionales en América Latina: um panorama*, de Cletus Gregor Barié, realização conjunta do Instituto, da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas (CDI) e Abya Yala, Banco Mundial (Fideicomiso Noruega). Ademais, foram publicadas mais de 30 obras em CD.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Fundado em 1942, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado do Sistema Interamericano para o setor agropecuário. Seu objetivo é estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural contínuo.

Em 2003, o IICA, além de executar atividades de cooperação nos Estados membros, efetuou ações transcendentais para cumprir os mandatos sobre agricultura e vida rural da Terceira Cúpula das Américas e os termos da Declaração dos Ministros de Agricultura de Bávaro, República Dominicana, em 2001. Entre outras, o Instituto realizou as seguintes atividades:

Atualizou, em conjunto com atores chave da área – setores público e privado, academia e sociedade civil – as Agendas Nacionais e Regionais de Cooperação Técnica 2002-06.

Preparou relatórios anuais para as autoridades de cada Estado membro, no espírito de prestação de contas, informando sobre as ações desenvolvidas em 2002 em cada país, como parte da execução das Agendas de Cooperação Técnica.

Elaborou uma agenda hemisférica que promove o desenvolvimento sustentável da agricultura, a segurança alimentar e a prosperidade das comunidades rurais do Hemisfério. Essa agenda está baseada em ações temáticas e intertemáticas, que cruzam transversalmente as áreas estratégicas do Instituto e permitem responder às prioridades de desenvolvimento dos Estados membros.

Foram reforçados os laços entre o IICA e a OPAS, enfocando esforços conjuntos para eliminar a fome e a desnutrição que atinge muitas pessoas na América Latina e no Caribe. Também foram concretizadas iniciativas no âmbito do Grupo Interagencial de Desenvolvimento Rural, do qual o Instituto participa, juntamente com o BID, o FIDA, o Banco Mundial, a FAO, a CEPAL, a USAID e a GTZ.

Assinou um acordo com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o qual permite estreitar relações para promover de maneira mais efetiva os processos de desenvolvimento rural, a igualdade de direitos entre as zonas rurais e urbanas, a paz social e a democracia.

Implementou o Programa Interamericano de Promoção do Comércio, dos Agronegócios e da Inocuidade de Alimentos, com sede em Miami, que tem como objetivos ajudar os Estados membros a inserir-se com êxito nos mercados mundiais, oferecendo informações e serviços de alta qualidade ao setor agrícola e agroindustrial; e a integrar, promover e desenvolver capacidades de exportação para facilitar o acesso aos mercados internacionais.

Efetuiu uma avaliação externa do Programa de Sanidade Agropecuária e Inocuidade de Alimentos. No acompanhamento dessa avaliação, o Comitê Executivo do IICA aprovou o plano de trabalho em resposta às suas recomendações e à solicitação aos Estados membros no sentido de que considerem a realização de contribuições além das cotas para facilitar sua implementação.

Estabeleceu um novo sistema de gestão de recursos humanos que inclui inovações no sistema de classificação e remuneração, renovação nas práticas de recrutamento, novos processos para a avaliação do desempenho e introdução de ferramentas para o desenvolvimento dos recursos humanos da instituição.

Aprovou uma estratégia para arrecadar as cotas devidas ao Instituto, a qual insta os Estados membros devedores a formalizarem acordos de pagamento de cotas pendentes com o Instituto, para permitir-lhe o cumprimento pleno de seus mandatos.

Realizou a Segunda Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural e a Décima Segunda Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura. Na Reunião Ministerial, adotou-se o Plano de Ação AGRO 2003-15, que inclui orientações para a agricultura do Hemisfério para esse período. O último dia foi dedicado à Junta Interamericana de Agricultura (JIA), e nele os Ministros analisaram o andamento do Instituto. Sob o título “Mais que alimentos na mesa: A verdadeira contribuição da agricultura para o desenvolvimento econômico”, o IICA apresentou os resultados de uma pesquisa que demonstra que a agricultura tem uma importância muito maior para o desenvolvimento econômico e social que a mostrada pelos números das contas nacionais. Também foi apresentado o estudo “Ministérios da Agricultura frente ao século XXI: Desafios e oportunidades”, elaborado pelo IICA.

IV. OUTROS ÓRGÃOS INTERAMERICANOS

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

A Comissão Jurídica Interamericana (CJI) é um dos órgãos mediante os quais a Organização dos Estados Americanos realiza os seus fins (artigo 53 da Carta). O Capítulo XIV da Carta define sua composição, atribuições e funções do seguinte modo: a Comissão serve de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos, promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional, e estuda os problemas jurídicos referentes à integração dos países para o desenvolvimento do Hemisfério. Está sediada no Rio de Janeiro e é constituída por 11 juristas, nacionais dos Estados membros e eleitos pela Assembléia Geral.

No ano de 2003, a Comissão Jurídica Interamericana realizou dois períodos ordinários de sessões.

Ambos tiveram lugar em sua sede, no Rio de Janeiro, o primeiro de 10 a 21 de março e o segundo de 4 a 29 de agosto. Constataram da agenda de ambas as reuniões os seguintes temas: lei aplicável e competência da jurisdição internacional com respeito à responsabilidade civil extracontratual; cartéis no âmbito do direito de concorrência das Américas; Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-VII); aperfeiçoamento dos sistemas de administração da Justiça nas Américas; acesso à Justiça; preparação da comemoração do centenário da Comissão Jurídica Interamericana; Quinta Reunião Conjunta com os Assessores Jurídicos dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados membros da OEA e do Tribunal Penal Internacional; aspectos jurídicos da segurança interamericana; aplicação da Carta Democrática Interamericana; elaboração de um projeto de convenção interamericana contra o racismo e toda forma de discriminação e intolerância; direito da informação: acesso e proteção da informação e dados pessoais; aspectos jurídicos do cumprimento, no âmbito interno dos Estados, de sentenças de tribunais internacionais ou outros órgãos internacionais com funções jurisdicionais.

A Comissão Jurídica Interamericana aprovou relatórios e resoluções relativos aos temas referidos.

Em 2003, a Comissão Jurídica Interamericana foi composta pelos seguintes membros: Brynmor Pollard (Presidente), Carlos Manuel Vázquez (Vice-Presidente), João Grandino Rodas, Jonathan T. Fried, Luis Herrera Marcano, Kenneth O. Rattray, Eduardo Vío Grossi, Felipe Paolillo, Ana Elizabeth Villalta, Luis Marchand e Alonso Gómez-Robledo.

No Trigesimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA (Santiago, Chile, junho de 2003), foi eleito membro da Comissão o Doutor Mauricio Herdocia, da Nicarágua, e reeleito o Doutor Eduardo Vío Grossi, do Chile. Ambos iniciaram seus mandatos de quatro anos em 1º de janeiro de 2004. O membro que deixou a Comissão, em 31 de dezembro de 2003, foi o Doutor Carlos Manuel Vázquez. Também em 2003, o Doutor Jonathan Fried renunciou ao cargo de membro da Comissão. Em 17 de dezembro de 2003, o Conselho Permanente elegeu um novo membro para a Comissão, o Embaixador Jean-Paul Hubert, do Canadá, que completará o mandato do Doutor Fried.

Por outro lado, o Doutor Brynmor Pollard apresentou à Assembléia Geral o Relatório Anual sobre os trabalhos realizados pelo órgão em 2002.

Representando a Secretaria-Geral, deram apoio técnico e administrativo à Comissão Jurídica

Interamericana os Doutores Enrique Lagos, Subsecretário de Assuntos Jurídicos; Jean-Michel Arrighi, Diretor do Departamento de Direito Internacional; e Manoel Tolomei Moletta e Dante M. Negro, Oficiais Jurídicos Principais do Departamento de Direito Internacional.

Em 8 de agosto de 2003, no âmbito do Sexagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana, teve lugar a cerimônia de inauguração de suas novas instalações no Palácio do Itamaraty, com a presença do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, do Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, e, representando a Secretaria-Geral da OEA, o Secretário-Geral Adjunto, Embaixador Luigi Einaudi. Também estiveram presentes outras autoridades, os membros da Comissão Jurídica Interamericana, vários funcionários da Secretaria-Geral e os alunos do Curso de Direito Internacional. A cessão das instalações foi formalizada com a assinatura do “Termo de Cessão de uso de parte de imóvel situado no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, que entre si celebram o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos com a finalidade de reinstalação da Comissão Jurídica Interamericana”, datado de 21 de outubro de 2002.

Da mesma forma, na segunda-feira, 25 e terça-feira, 26 de agosto, no Sexagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, a Comissão Jurídica Interamericana realizou a Quinta Reunião Conjunta com os Assessores Jurídicos dos Ministérios das Relações Exteriores dos Estados Membros da OEA, em que se trataram dos temas seguintes: segurança hemisférica; exame dos mecanismos para enfrentar e evitar as graves e repetidas violações ao direito internacional humanitário e ao direito internacional dos direitos humanos, e o papel que desempenha o Tribunal Internacional neste processo; a agenda jurídica interamericana; e os aspectos jurídicos da execução no âmbito interno das decisões de tribunais internacionais ou outros órgãos internacionais com funções jurisdicionais.

Finalmente, a Comissão Jurídica Interamericana, com a coordenação do Departamento de Direito Internacional, organizou e realizou de 4 a 29 de agosto de 2003 o Trigésimo Curso de Direito Internacional, com a participação de 24 professores de vários países da América e da Europa, 29 bolsistas da OEA selecionados entre mais de 70 candidatos e 25 alunos que arcaram com seus próprios custos de participação. “O Direito Internacional e a Manutenção da Paz e da Segurança Internacional” foi o tema central do Curso, que teve lugar no Centro Empresarial Rio, no Rio de Janeiro.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foi criada por resolução da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em Santiago, Chile, em 1959, e formalmente estabelecida em 1960, ano em que o Conselho Permanente da Organização aprovou seu Estatuto. Seu Regulamento, sancionado em 1980, foi emendado em várias oportunidades, a última delas em 2000. A Comissão representa todos os Estados membros da Organização dos Estados Americanos e é constituída de sete membros eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral. Nos termos do artigo 115 da Carta, a função principal da Comissão é promover o respeito e defesa dos direitos humanos e servir como órgão consultivo da Organização nessa matéria.

Períodos de sessões da Comissão em 2003

No período a que se refere este relatório, a Comissão reuniu-se em duas ocasiões: no Centésimo Décimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, de 17 de fevereiro a 7 de março de 2003, e no Centésimo Décimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, de 6 a 24 de outubro de 2003. Detalhes adicionais referentes aos períodos de sessões realizados pela Comissão em 2003 aparecem na sua página na Internet (www.cidh.org).

Em seus períodos ordinários de sessões de 2003, a CIDH tratou de casos individuais e da situação geral dos direitos humanos nos vários países, mantendo reuniões de trabalho com representantes dos Estados membros da OEA, representantes dos requerentes, porta-vozes de organizações não-governamentais e outras pessoas do meio civil, e os recebendo em audiência.

Em fevereiro de 2003, a Comissão elegeu sua nova mesa diretora, que ficou assim constituída: Marta Altolaguirre, Presidente; José Zalaquett, Primeiro Vice-Presidente, e Clare Roberts, Segundo Vice-Presidente. Integram igualmente a CIDH Robert K. Goldman, Julio Prado Vallejo, Juan E. Méndez e Susana Villarán. No período abrangido por este relatório, os comissários Altolaguirre e Méndez apresentaram suas renúncias a seus cargos como membros da CIDH. No Centésimo Décimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, a Comissão elegeu a sua nova mesa diretora, que ficou assim constituída: José Zalaquett, Presidente; Clare Roberts, Primeiro Vice-Presidente, e Susana Villarán, Segunda Vice-Presidente. No último período ordinário de sessões da Assembléia Geral, foram eleitos os novos comissários: Florentín Meléndez, de El Salvador; Evelio Fernández Arévalo, do Paraguai; Paulo Sérgio Pinheiro, do Brasil; e Freddy Gutiérrez, da Venezuela. Os eleitos assumiram seus cargos a 1º de janeiro de 2004.

Centésimo Décimo Sétimo Período Ordinário de Sessões

Em 7 de março de 2003, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos encerrou o seu Centésimo Décimo Sétimo Período Ordinário de Sessões. Na abertura deste evento, a CIDH elegera os integrantes de sua mesa diretora: Marta Altolaguirre, Presidenta; José Zalaquett, Primeiro Vice-Presidente; e Clare K. Roberts, Segundo Vice-Presidente. Integram igualmente a Comissão os Comissários Robert K. Goldman, Juan E. Méndez, Julio Prado Vallejo e Susana Villarán. A Comissão prosseguiu o estudo de numerosas petições e casos individuais em que se alegam

violações de direitos humanos protegidos pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, pela Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e por outros instrumentos interamericanos, e aprovou um total de 41 relatórios sobre os respectivos casos e petições individuais. Da mesma forma, com base no artigo 25 de seu Regulamento, concedeu cinco medidas provisórias.

Na semana de 24 a 28 de fevereiro de 2003, a Comissão concedeu 52 audiências. As que se referem a casos e petições individuais versaram sobre questões de admissibilidade, de fundo, solução amistosa e acompanhamento. Outras audiências tiveram como objetivo receber informações de caráter geral sobre a situação dos direitos humanos, ou de algum tema específico da competência da CIDH.

Nas audiências receberam-se informações gerais sobre a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua e Peru. A CIDH dedicou-se também a temas como a administração da Justiça, tanto na Argentina quanto em El Salvador e no Peru. Além disso, escutou organizações da sociedade civil e representantes do Estado, que apresentaram informações sobre a situação de violência contra a mulher em Ciudad Juárez, México.

Entre os temas que despertam preocupação especial e foram abordados nesta ocasião, figuram a tortura e a discriminação racial. No quadro de sua colaboração com os mecanismos das Nações Unidas, a Comissão Interamericana recebeu o Senhor Theo Van Boven, Relator especial da Comissão de Direitos Humanos sobre a questão da tortura, e o Senhor Doudou Diene, Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas correlatas de intolerância. Vale destacar, além disso, que se realizaram audiências em que se receberam informações acerca de atos de tortura na Argentina, Brasil e Chile.

O desenvolvimento dos direitos econômicos, sociais e culturais é uma das prioridades da CIDH. Assim, receberam-se informações acerca da situação geral desses direitos em vários países do Hemisfério, bem como uma análise da evolução mais recente da jurisprudência nessa matéria. Ademais, a CIDH foi informada sobre a situação das pessoas que vivem com o vírus da HIV/AIDS em vários países das Américas.

Nas audiências referentes à situação geral dos direitos humanos nos Estados membros abordaram-se vários temas da competência da CIDH. Em especial, cabe mencionar que se receberam informações a respeito da situação do direito à liberdade de expressão em vários países. Como parte do programa destas sessões, os comissários efetuaram reuniões de trabalho com a presença das partes a respeito de mais de 50 petições e casos da Argentina, Brasil, Colômbia, Guatemala, México, Nicarágua, Peru e Venezuela. Nas sessões de trabalho discutiram-se aspectos específicos do progresso em assuntos em distintas fases processuais do Sistema Interamericano. Em particular, analisou-se o progresso no cumprimento de recomendações, bem como o impulso a elas imprimido e a consolidação de soluções amistosas.

A CIDH manifestou renovado interesse no intercâmbio com representantes de vários governos de países que integram a Comunidade do Caribe (CARICOM). No quadro das sessões, a Presidente da Comissão, Marta Altolaguirre, e o Segundo Vice-Presidente, Clare Roberts, reuniram-se com representantes de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Grenada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Saint Kitts e Nevis, e Suriname. Foi uma oportunidade propícia para um amplo diálogo sobre temas relacionados com a proteção e promoção dos direitos humanos na região do Caribe.

A Presidente da Comissão, juntamente com profissionais da Secretaria Executiva, reuniu-se com integrantes da Coalizão de Organizações Não-Governamentais. Como de praxe, o Secretário Executivo desenvolveu igualmente um intercâmbio de informações sobre questões de interesse mútuo com representantes da sociedade civil.

A Comissão aprovou seu Relatório Anual relativo a 2002.

Centésimo Décimo Oitavo Período Ordinário de Sessões

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou de 6 a 24 de outubro de 2003 seu Centésimo Décimo Oitavo Período Ordinário de Sessões. Ao abrir suas atividades, devido às renúncias – por motivo de incompatibilidade sobreveniente –, da Senhora Marta Altolaquirre e do Doutor Juan E. Méndez, a CIDH elegeu novos membros para sua diretoria: o Doutor José Zalaquett, Presidente; o Doutor Clare K. Roberts, Primeiro Vice-Presidente; e a Doutora Susana Villarán, Segunda Vice-Presidente.

Neste período de sessões, a Comissão aprovou 80 relatórios sobre casos e petições individuais, 10 relatórios sobre solução amistosa e algumas resoluções específicas. Na semana de 14 a 20 de outubro, realizou 50 audiências sobre casos e petições individuais, medidas provisórias e situações gerais e específicas de direitos humanos.

A CIDH manifestou grave preocupação com as dificuldades de alguns dos requerentes, vítimas, testemunhas e/ou peritos para obter visto de entrada, o que em alguns casos impediu a realização de audiências. A Comissão fez e continuará fazendo gestões junto às autoridades americanas para evitar a repetição destes problemas, que afetam de forma grave a proteção dos direitos humanos dos usuários do sistema.

A Comissão recebeu informações gerais sobre a Argentina, Bolívia, Barbados, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela. Recebeu também informações referentes ao direito à liberdade de expressão, direitos da criança, direitos dos povos indígenas, direitos da mulher, direitos sexuais e reprodutivos, direito dos refugiados e das vítimas de grupos de extermínio.

Ademais, a CIDH recebeu informações a respeito da promoção da igualdade racial no Brasil, da situação de comunidades afrocolombianas em Buenaventura, Colômbia, da discriminação racial nos Estados Unidos, de ação afirmativa nas Américas e da situação das pessoas privadas de liberdade no Hemisfério. Como parte de seu mandato, a Comissão expediu uma resolução sobre o julgamento de crimes internacionais (Resolução N° 1/03). Recebeu igualmente informações com referência à situação da liberdade de expressão no México e em Honduras por parte da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão, que expôs as viagens empreendidas a esses países.

Neste período de sessões, a CIDH continuou analisando a evolução da vigência das instituições democráticas no Hemisfério, o que lhe permitiu constatar progressos e assinalar deficiências. Entre os progressos importantes vale mencionar a existência de sociedades mais abertas e livres, com uma multiplicidade de atores privados e organizações que se entrelaçam na esfera internacional, reforçando a legitimidade da democracia e os direitos humanos. No entanto, perduram problemas

graves: instituições insuficientemente desenvolvidas (como é o caso do Poder Judiciário em numerosos países) e forças de segurança mal treinadas (que ainda não conseguiram articular adequadamente a relação sempre presente entre o respeito aos direitos humanos e a segurança dos cidadãos). Causam grave preocupação os problemas de discriminação e violência que afetam a maioria das mulheres no Hemisfério. Paralelamente, os povos indígenas, comunidades afrodescendentes e as crianças, bem como as pessoas portadoras de deficiência, ainda não conseguem igualdade de fato para desenvolver-se plena e livremente e, em alguns países, não alcançaram sequer a igualdade de direito. A Comissão observa com igual preocupação que nossa região é a mais desigual do mundo em termos econômicos e sociais. Para grandes setores de nossa sociedade, a aspiração de reconhecimento para os direitos econômicos, sociais e culturais continua a ser um sonho remoto.

Visitas in loco

Guatemala

A Comissão fez à República da Guatemala, a convite do Governo do Presidente Alfonso Portillo, uma visita que se estendeu da segunda-feira 24 ao sábado, 29 de março de 2003, e cujo objetivo foi observar a situação dos direitos humanos no país.

A CIDH teve a mais ampla liberdade para reunir-se com as pessoas de sua escolha, bem como para deslocar-se a qualquer ponto do território que julgasse conveniente. As autoridades do Estado da Guatemala prestaram à Comissão a mais completa assistência e cooperação para que pudesse cumprir o seu programa. Durante a sua visita, a CIDH entrevistou-se com autoridades dos poderes do Estado, inclusive o Vice-Presidente da República no exercício da Presidência, o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro do Interior, o Ministro da Defesa, membros do Gabinete de Segurança, a Secretária do Bem-Estar Social, a Secretária da Paz, o Secretário das Comunicações, o Secretário do Fundo Indígena, o Diretor da Polícia Nacional Civil, membros da Comissão Presidencial contra a Discriminação e o Racismo, a Defensora da Mulher Indígena e o Presidente da Comissão Presidencial dos Direitos Humanos (COPREDEH). A Comissão manteve igualmente reuniões com membros da Corte Suprema de Justiça e com um magistrado da Corte de Constitucionalidade. Entrevistou-se ainda com organizações não-governamentais de direitos humanos, representantes de organizações de direitos dos povos indígenas, organizações de direitos da criança, organizações de direitos da mulher, representantes das Igrejas, representantes de organizações camponesas, de organizações dedicadas ao fortalecimento da administração da justiça, jornalistas, sindicalistas e representantes do setor empresarial. Da mesma forma, a CIDH recebeu testemunho de vítimas de violações de direitos humanos. Além disso, manteve contatos com organismos internacionais, inclusive a Missão das Nações Unidas na Guatemala (MINUGUA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A Comissão recolheu informações e testemunhos sobre a situação reinante em todas as regiões do país, para o que uma delegação sua se deslocou inclusive a Nebaj.

Durante sua visita, a Comissão prestou atenção particular aos temas seguintes: a administração da justiça; a luta contra a impunidade; a segurança dos cidadãos (e a ameaça representada pelos grupos ilegais e aparelhos clandestinos de segurança); a situação dos defensores dos direitos humanos; a discriminação e a marginalização social dos povos indígenas, da mulher e da criança; e a liberdade de expressão. A Comissão considera que esses temas se revestem de fundamental importância para alcançar a vigência efetiva do Estado de Direito numa sociedade democrática.

Haiti

A Comissão viajou ao Haiti de 18 a 22 de agosto, a convite do Estado e conforme o mandato conferido pela Carta da OEA e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, bem como pelas resoluções da OEA CP/RES. 806 e AG/RES. 1841. A CIDH esteve presente nas cidades de Port-au-Prince, Cap-Haïtien e Gonaïves para observar a situação dos direitos humanos. Nesta visita, a Comissão concentrou-se particularmente nas questões da administração da Justiça, do Estado de Direito e da impunidade. A delegação da Comissão foi composta pela Senhora Marta Altolaguirre, Presidente da Comissão, pelo Senhor Clare K. Roberts, Vice-Presidente e Relator para o Haiti, o Senhor Mario López Garelli, advogado e Especialista Principal em Direitos Humanos, e o Senhor Bernard Duhaime, Especialista em Direitos Humanos.

Nessa viagem, a delegação reuniu-se com funcionários do Governo do Haiti e com representantes da sociedade civil, das organizações políticas e das organizações de direitos humanos. A delegação reuniu-se também com o Primeiro-Ministro, Senhor Yvon Neptune, com o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, o Diretor-Geral da Polícia Nacional, o Inspetor-Geral da Polícia Nacional, o Presidente do Supremo Tribunal, o Presidente do Tribunal de Apelação, o Inspetor-Geral, o Presidente do Tribunal de Primeira Instância de Port-au-Prince, Cap-Haïtien e Gonaïves, e o Comissário Departamental e Chefe de Polícia de Cap-Haïtien e Gonaïves. A delegação reuniu-se também com o Defensor dos Direitos Humanos e com representantes da Escola de Magistrados. Também se reuniu, nas três cidades, com representantes de numerosas organizações não-governamentais de direitos humanos, do Colégio de Advogados, das associações de juízes e de alguns partidos políticos.

A Comissão tomou nota das dificuldades que o Haiti enfrenta atualmente, em particular a grave penúria econômica e a persistência da crise política, como pano de fundo para observar o desempenho do Estado com relação ao respeito pelos direitos humanos e à garantia do livre e pleno exercício desses direitos a todas as pessoas sob sua jurisdição. Apesar disso, a CIDH sente-se profundamente preocupada com a situação dos direitos humanos no Haiti, sobretudo com o respeito ao direito à liberdade e à segurança pessoal, o direito às garantias judiciais e o direito à proteção judicial, consagrados pelos instrumentos interamericanos de direitos humanos. Também preocupam muito a CIDH os relatórios sobre a existência no Haiti de grupos armados que atuam à margem da lei e com impunidade, por vezes aterrorizando a população de certas zonas. A Comissão considera que atenta contra o Estado de Direito a incapacidade do Estado para garantir a segurança da população em certas zonas do país e de pôr fim à impunidade e garantir o direito à proteção judicial.

Visitas especiais e outras atividades

Além das visitas *in loco*, a Comissão realizou várias visitas especiais a determinados Estados membros e levou a cabo algumas atividades especiais em 2003.

Em 31 de janeiro de 2003, um grupo de peritos internacionais nomeados pela Comissão empreendeu uma missão à Cidade do México por solicitação do governo desse país e dos requerentes do caso P12.299, a fim de verificar parte das provas técnicas obtidas na investigação da morte da advogada e defensora dos direitos humanos, Digna Ochoa y Plácido, ocorrida em 19 de outubro de 2001. O grupo de peritos foi encabeçado pelo Doutor Pedro Díaz Romero, consultor da CIDH, pelo Doutor Alan John Voth, perito da Real Polícia Montada Canadense, e pela Doutora María Dolores Morcillo, especialista do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses da Colômbia. Conforme os termos de referência acordados pela CIDH, o grupo de peritos dedicou-se a verificar se as investigações técnicas efetuadas nas áreas da balística, patologia e criminalística correspondiam aos padrões internacionais. O grupo não se propôs a determinar a causa da morte da Senhora Ochoa nem a identificar seus responsáveis.

De 17 a 27 de junho, o Professor Robert K. Goldman, Relator para os assuntos da República da Colômbia, fez uma viagem de trabalho a esse país. O Comissário Goldman reuniu-se com autoridades nacionais e locais, visitou os departamentos de Antioquia, Córdoba e Chocó, e recolheu vários testemunhos de pessoas, representantes comunitários e membros de organizações da sociedade civil, com o objetivo principal de se informar a fundo sobre a situação na Comuna 13 da cidade de Medellín e verificar o cumprimento das medidas provisórias concedidas em favor do povo indígena Embera Katio e de comunidades afrocolombianas reassentadas na bacia do Cacarica. Durante sua estada, a delegação da CIDH teve ocasião de visitar vários aglomerados da Comuna 13 da cidade de Medellín, bem como de receber testemunhos de membros da comunidade sobre assassinatos seletivos, desaparecimentos forçados e outros atos de violência e intimidação que teriam sido perpetrados por grupos paramilitares a despeito da presença da força pública. A delegação da CIDH deslocou-se também a Tierralta, no departamento de Córdoba, a fim de visitar o povo indígena Embera Katio. As autoridades tradicionais, líderes e membros das diferentes comunidades Embera Katio vivem num clima de ameaças e delação por parte das FARC e outros grupos armados à margem da lei que pretendem controlar seu território ancestral. Durante a vigem de trabalho a Tierralta, a delegação da CIDH realizou encontros com autoridades tradicionais e líderes do povo Embera Katio, e Isabel Madariaga, advogada da Relatoria da CIDH sobre Direitos dos Povos Indígenas, visitou um de seus refúgios. Na cidade de Bogotá, realizaram-se reuniões com o Vice-Presidente do país, Francisco Santos, com a Ministra das Relações Exteriores, Carolina Barco, o Ministro do Interior e da Justiça, Fernando Londoño, o Vice-Ministro da Defesa, Andrés Peñate Giraldo, e o Inspetor-Geral do país, Luis Camilo Osorio. A delegação da CIDH manteve igualmente um cordial encontro com o Presidente da Corte Constitucional, Doutor Eduardo Montealegre Lynett, com o objetivo de comentar os últimos progressos jurisprudenciais promovidos por esse órgão e manifestar o seu apoio à importante tarefa cumprida pelos juízes. Manteve ainda reuniões com o Defensor do Povo e com o Diretor do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na Colômbia, para debater assuntos de interesse comum.

A convite do Governo da República Argentina, uma delegação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) levou a cabo uma visita de trabalho a esse país de 25 de agosto a 1º de setembro de 2003. A delegação da CIDH foi composta pelo Professor Robert K. Goldman, membro

da CIDH e Relator para a Argentina, pelo Doutor Santiago A. Canton, Secretário Executivo da CIDH, e pela Doutora Elizabeth Abi-Mershed, advogada da CIDH. O objetivo da viagem foi realizar reuniões de trabalho sobre certos casos em tramitação na CIDH, analisar a situação dos direitos humanos no país e levar a cabo igualmente atividades de promoção do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O programa de atividades incluiu em especial reuniões sobre casos submetidos a procedimento de solução amistosa, com participação das autoridades competentes e dos respectivos requerentes e parentes das vítimas. Durante sua estada, a delegação da CIDH entrevistou-se com autoridades governamentais e reuniu-se com representantes de vários setores da sociedade civil em Buenos Aires e Santiago del Estero.

A Doutora Marta Altolaguirre, Presidente da Comissão e Relatora para o Peru, fez a este país uma viagem de trabalho que se estendeu de 26 de agosto a 1º de setembro de 2003. O objetivo principal foi efetuar reuniões de trabalho sobre o cumprimento de recomendações formuladas pela Comissão ao Estado peruano e atender ao convite da Comissão da Verdade e da Reconciliação para a entrega de seu relatório final. Em sua viagem, a Doutora Altolaguirre foi acompanhada pelo Doutor Pedro E. Díaz R., advogado da CIDH. A Presidente da CIDH assistiu à apresentação do relatório final da Comissão da Verdade e da Reconciliação perante o Presidente da República, Doutor Alejandro Toledo, em 28 de agosto de 2003, no Palácio do Governo, e no dia seguinte na cidade de Huamanga, departamento de Ayacucho. Durante sua estada, a Comissão entrevistou-se também com autoridades governamentais e com representantes de vários setores da sociedade civil. Entre outras autoridades, reuniu-se com o Doutor Allan Wagner Tizón, Ministro das Relações Exteriores; o Doutor Fausto Alvarado Dodero, Ministro da Justiça; o Doutor Walter Alban, Defensor do Povo; e a Doutora Nelly Calderón Navarro, Inspetora Nacional. A Presidente reuniu-se igualmente com alguns membros da Comissão da Verdade e da Reconciliação. Além disso, manteve encontros com o Doutor Francisco Soberón, Secretário Executivo da Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos, com representantes de várias organizações não-governamentais da sociedade civil peruana e com vítimas e parentes destas de cujos casos a CIDH tomou conhecimento.

Bolsas de estudo

A Comissão prosseguiu em 2003 a aplicação de seu programa de treinamento “Bolsas de Estudo Rómulo Gallegos”. Este programa oferece treinamento no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos a advogados jovens de países do Hemisfério selecionados anualmente por concurso. Os candidatos devem ter manifestado sua identificação com a causa dos direitos humanos e apresentar um sólido histórico acadêmico. Ao longo de 2003, a Comissão recebeu 10 bolsistas Rómulo Gallegos: cinco no primeiro semestre do ano, correspondentes ao período 2002-2003, e cinco no segundo semestre, correspondentes ao período 2003-2004. A Comissão recebeu também um bolsista em seu programa de treinamento de advogados indígenas. Finalmente, a CIDH implementou este ano uma bolsa especial para advogados do Caribe angloparlante, recebendo a primeira bolsista de Antígua e Barbuda.

Sessão de trabalho sobre implementação de direitos humanos

Em 1º de março de 2003, a CIDH realizou uma Sessão de Trabalho sobre a Implementação dos Compromissos e Padrões Internacionais dos Direitos Humanos no Sistema Interamericano. Esta sessão, que foi possível graças à cooperação do *International Justice Project*, foi composta por quatro painéis. O primeiro proporcionou um contexto para a sessão e um resumo de seus temas, e os três

últimos abordaram o mecanismo e as iniciativas legislativas, judiciais e intragovernamentais para implementar os compromissos internacionais sobre direitos humanos. Na reunião de trabalho, mais de 70 representantes de Estados membros da OEA tiveram a oportunidade de ouvir 15 peritos independentes e autoridades governamentais sobre a implementação de compromissos em matéria de direitos humanos, formular perguntas e trocar opiniões com eles.

V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS

A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), estabelecida pela Assembléia Geral em 1986, tem por base e objetivos enunciados no Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, bem como o estabelecido na Estratégia Antidrogas no Hemisfério, aprovada pela Comissão em 1996 e pela Assembléia Geral em 1997. É um foro hemisférico que habilita os Estados membros a avaliar políticas e estratégias e a intercambiar idéias e experiências sobre o problema das drogas. Seus objetivos principais são ampliar e fortalecer a capacidade dos Estados membros para reduzir a demanda de drogas, prevenir seu uso indevido e combater sua produção e tráfico ilícitos, e promover uma resposta interamericana apropriada mediante a intensificação das atividades regionais em matéria de pesquisa, especialização de pessoal e prestação de assistência mútua.

O Programa Antidrogas da CICAD divide-se nas seguintes sessões e unidades: Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), Redução da Demanda, Redução da Oferta e Aplicação de Medidas de Controle, Desenvolvimento Alternativo, Desenvolvimento Jurídico, Fortalecimento Institucional e Observatório Interamericano sobre Drogas.

Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)

No seu Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, realizado em Washington, D.C., de 29 de abril a 2 de maio de 2003, a CICAD examinou e aprovou os indicadores revisados para a Terceira Rodada de Avaliação (2003-04) do MAM e, no seu Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões, realizado em novembro de 2003, em Montreal, Canadá, a Comissão aprovou a incorporação de dois novos indicadores referentes ao tema do crime organizado transnacional, propostos pela Primeira Reunião Interamericana sobre Mecanismos de Cooperação contra o Crime Organizado, realizada na cidade do México, de 6 a 8 de outubro de 2003.

Cumprindo o objetivo do MAM de promover a cooperação internacional e melhorar os programas de controle de drogas dos países, a Comissão considerou 123 pedidos de assistência financeira e técnica, dos quais decidiu financiar 14 projetos de alta prioridade em epidemiologia e redução da demanda. Dessa forma, o MAM fecha um ciclo completo de avaliações e recomendações, seguidas de uma programação específica e priorizada, tendente a identificar as áreas em que os países possam registrar importantes avanços.

O Grupo de Peritos Governamentais (GPG) do MAM reuniu-se em Brasília, Brasil, em novembro de 2003, para analisar a informação apresentada pelos países sobre o progresso alcançado na implementação das recomendações formuladas pela CICAD em janeiro de 2003. O GPG, em sua reunião de fevereiro de 2004, preparou os relatórios de andamento que serão considerados pela Comissão em sua reunião de maio de 2004.

Também em outubro de 2003, ofereceu-se capacitação sobre o processo do MAM a representantes

das entidades coordenadoras nacionais e apresentou-se o novo questionário para a terceira etapa de avaliação, que inclui o novo *software* baseado na Internet para processar a informação enviada pelos países.

Redução da demanda

O Programa de Redução da Demanda da CICAD atribui prioridade, por meio de seus programas e projetos, ao treinamento de profissionais no campo da prevenção e tratamento do uso indevido de drogas, e ao fortalecimento das instituições que trabalham com esses temas. Conseguiu-se incorporar aos programas de pré e pós-graduação de 14 escolas de enfermagem na América Latina importantes componentes sobre prevenção sobre o uso de drogas e reinserção social dos ex-dependentes, com um total de 11.500 estudantes atualmente treinados. O Primeiro Programa do Mestrado Internacional *on-line* em Dependência de Drogas, preparado pela CICAD e por um grupo de universidades espanholas e latino-americanas, formará sua primeira turma no terceiro trimestre de 2004.

O Grupo de Peritos sobre Redução da Demanda reuniu-se em outubro de 2003 e aprovou e lançou o primeiro Guia Prático para a Organização de um Sistema Integral de Tratamento da Dependência de Drogas, publicado em fevereiro de 2004, que ajudará os países a oferecer tratamento adequado às necessidades dos pacientes.

A CICAD está colaborando com os países em seus esforços para mitigar o crescente problema das quadrilhas e da violência relacionadas com o tema das drogas e, nesse sentido, destinou contribuições aos Governos de El Salvador e Honduras para reforçar seus programas de reabilitação de ex-membros de quadrilhas. No momento, com o apoio da CICAD, realiza-se em El Salvador um estudo sobre a situação das quadrilhas neste país e sua relação com o tráfico de drogas.

Em 2003, executou-se em Belize um projeto destinado a oferecer alternativas à reclusão para infratores dependentes de drogas processados por delitos menos graves. Essa experiência será compartilhada com outros países por ocasião de um workshop a ser realizado em março de 2004, no Caribe. Além disso, seguindo recomendações do MAM, a CICAD colaborou financeira e tecnicamente com a Costa Rica, a Guatemala, o Peru e São Vicente e Granadinas em projetos prioritários de redução da demanda.

Redução da oferta e medidas de controle

Na área da redução da oferta, ofereceram-se quatro cursos de capacitação em controle de drogas e precursores químicos, dos quais participaram oficiais aduaneiros, policiais e portuários. Em 2003, a CICAD continuou a apoiar a Academia de Inteligência Antidrogas, sediada em Lima, Peru, por meio de dois seminários de capacitação em temas relacionados com a inteligência operacional e estratégica, do qual participaram seis países da América Latina. Também levou-se a cabo um programa especializado sobre inteligência operacional em Quito, Equador. Os diretores da Escola estão elaborando um plano estratégico para a expansão do programa a outros países.

Pelo fato de os traficantes estarem aproveitando os portos e vias marítimas para transportar drogas ilícitas e seu contrabando conexo, a CICAD realizou um estudo de alcance hemisférico para identificar as tendências atuais do tráfico marítimo, as rotas e métodos utilizados e os problemas enfrentados pelos programas de controle dos países. No seu Trigésimo Quarto Período Ordinário de

Sessões, a CICAD aprovou a criação de um grupo sobre segurança e cooperação marítimas.

O MAM recomendou a muitos Estados membros a melhoria do seu controle de distribuição e uso de substâncias químicas e produtos farmacêuticos e, em 2003, os dois Grupos de Peritos que se ocupam destes temas, reunidos em Brasília, formularam recomendações detalhadas aos países para a melhoria de suas capacidades nesse campo. Em outubro de 2003, representantes de dez Estados membros reuniram-se com seus homólogos europeus no âmbito da Conferência Européia sobre Prevenção do Desvio de Precursores Químicos de Drogas, realizada em Valencia, Espanha, e examinaram as razões pelas quais não funciona adequadamente o sistema de notificações prévias sobre a exportação dessas substâncias, inclusive a falta de resposta dos países. Acordaram-se algumas medidas para o futuro melhoramento do processo, inclusive a atualização constante da lista dos pontos de contato.

Também na área da redução da oferta, a CICAD colaborou com o Governo do México na realização da Primeira Reunião Interamericana sobre Mecanismos de Cooperação para a Luta contra o Crime Organizado, realizada em outubro de 2003. A Comissão, no seu Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões, decidiu formar um grupo *ad hoc*, com participação aberta a todos os membros, para estudar o tema do crime organizado, seus vínculos com o problema das drogas e as atividades da CICAD, e informar suas conclusões à Comissão, por ocasião do seu Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões.

Desenvolvimento alternativo

A Unidade de Desenvolvimento Alternativo da CICAD executa e coordena programas de desenvolvimento em regiões de produção de cultivos ilícitos, tais como Bolívia, Colômbia, Jamaica e Peru. Também implementa programas em áreas de produção potencial de cultivos ilícitos e/ou áreas de êxodo de mão-de-obra, como é o caso do Equador e da Dominica. Os programas têm sido enquadrados em um contexto de desenvolvimento alternativo tradicional. Contudo, esse conceito evoluiu para sua extensão até o desenvolvimento alternativo preventivo. Em 2003, acordou-se com o Governo da Colômbia um estudo sobre o programa de aspersão aérea no país, a ser realizado em 2004, e que analisará o impacto do programa sobre a saúde humana e o meio ambiente. Na fronteira norte do Equador, a CICAD colaborou com um projeto inovador de desenvolvimento alternativo preventivo.

A CICAD também participou no âmbito político das estratégias de desenvolvimento alternativo nos Estados membros. Essa participação reflete-se em atividades de fortalecimento institucional desenvolvidas pela CICAD e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para um diagnóstico da Comissão Nacional para o Desenvolvimento e a Vida Sem Drogas (DEVIDA). O diagnóstico produziu recomendações referentes a leis internas, cooperação interinstitucional e gestão de projetos – com importantes resultados, já que DEVIDA agora participa do Conselho de Ministros. Além disso, a CICAD empenhou-se em reorientar a tarefa de desenvolvimento alternativo no contexto da luta antidrogas. Assim, com a ajuda de especialistas peruanos que trabalham em diversas áreas relacionadas com o desenvolvimento do tráfico de entorpecentes (economia, sociologia, etc.), está sendo preparado um documento que servirá de insumo para um painel de peritos internacionais que considerará a melhor maneira de atingir um nível de desenvolvimento econômico suficiente para desencorajar os cultivos ilícitos. Finalmente, mediante o esquema de avaliação de projetos que está sendo aplicado pela Comissão da CICAD, levou-se a cabo em 2003 a avaliação do Instrumento de Avaliação e Administração Integrada do Uso da Terra (GLEAM). Os resultados da avaliação do

GLEAM determinaram uma série de recomendações com vistas à implementação desse projeto.

Desenvolvimento jurídico

O Programa de Desenvolvimento Jurídico da CICAD deu ênfase ao controle de armas de fogo, suas peças, componentes e munições, mediante a introdução de emendas ao Regulamento Modelo para Fortalecer o Controle das Atividades dos Intermediários de Armas. Também preparou um *software* para tramitar as licenças e notificações estipuladas no Regulamento Modelo, a ser implantado nos Estados membros em 2004.

Lavagem de ativos

Grupo de peritos. O Grupo de Peritos reuniu-se em junho e novembro. Suas recomendações foram adotadas pela CICAD no seu Trigésimo Quarto Período de Sessões e serão submetidas à consideração da Assembléia Geral. Destacam-se as modificações nos seguintes pontos do Regulamento Modelo: a) Delito de financiamento do terrorismo; b) Bloqueio de bens do terrorismo; c) Controle de redes informais de remessa de dinheiro; e d) Medidas para dar eficácia aos confiscos.

Atividades de treinamento. O número de cursos para o Sistema Judiciário (Projeto BID-CICAD) na Argentina e no Uruguai foi duplicado em maio e agosto, respectivamente. Iniciaram-se projetos no Brasil e na Colômbia, cujos cursos serão oferecidos no primeiro e segundo trimestres de 2004.

Com o apoio do Governo da França, realizaram-se na Bolívia, Argentina e Uruguai cursos sobre aspectos econômicos e financeiros da lavagem de ativos e do financiamento do terrorismo. Nas mesmas bases, preparou-se um projeto hemisférico que contará com a colaboração da França e do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE).

Com base em um exercício de tipologia sobre o Caso Montesinos, realizado pelo Grupo de Peritos, consultores argentinos, peruanos e estadunidenses ofereceram um curso sobre a recuperação de ativos da corrupção e a lavagem de ativos para juízes, promotores e policiais da Argentina. O Governo argentino comprometeu-se a replicar o curso no Uruguai.

Assistência Técnica. No âmbito do Programa BID-CICAD de Fortalecimento das Unidades de Inteligência Financeira (UIFs) iniciado em 2002, realizaram-se as seguintes atividades:

Análise e avaliação dos planos estratégicos apresentados pelos países beneficiários; desenvolvimento do Plano Estratégico Geral do Projeto; e desenvolvimento de perfis dos consultores por áreas de intervenção.

Entre os produtos apreciáveis do Programa ou pelo mesmo influenciados, podem-se mencionar os seguintes:

A Bolívia participou de vários cursos sobre tipologias de lavagem de ativos e financiamento do terrorismo.

O Chile já aprovou uma nova lei de combate à lavagem de ativos que estabelece uma Unidade de Inteligência Financeira (dezembro de 2003).

O Equador apresentou um novo projeto de lei sobre lavagem de ativos que prevê a criação de uma nova Unidade de Inteligência Financeira. A CICAD desempenhou um papel fundamental na

preparação e revisão dessa iniciativa (fevereiro de 2004).

A Venezuela realizou um estudo sobre as necessidades organizacionais da Unidade de Inteligência Financeira, que servirá de base para sua transformação no âmbito do projeto.

A Argentina definiu o quadro de pessoal da Unidade de Inteligência Financeira, até então formado por pessoal em cargo de comissão. A definição foi aprovada mediante decreto executivo em dezembro de 2003.

Já se definiram para o Peru os termos de referência e a seleção de consultores que determinarão as necessidades de desenvolvimento organizacional e das comunicações.

O Brasil já definiu as necessidades de aquisição de equipamentos de informática para a atualização dos seus sistemas de informação. Está em andamento o processo de licitação.

No Uruguai, definiu-se o quadro ideal de pessoal em função das características do país.

Na qualidade de observador, a CICAD participou da missão de avaliação realizada ao Equador pelo Grupo de Ação Financeira da América do Sul (GAFISUD). Também nessa qualidade, informou ao Plenário do GAFISUD os resultados legislativos da missão. Finda a avaliação, prestou assistência técnica ao Equador na redação da Lei Nacional de Combate à Lavagem de Ativos.

Fortalecimento institucional das Comissões Nacionais de Drogas

Em 2003, o Programa de Fortalecimento das Comissões Nacionais de Drogas apoiou a Colômbia, o Equador e a Venezuela no desenvolvimento e implantação de seus observatórios nacionais sobre drogas e iniciou o projeto de descentralização das estratégias nacionais antidrogas para os municípios, com o apoio do Governo da Espanha. Este projeto oferece cooperação aos Escritórios Centrais das CNDs e dos municípios selecionados (até cinco municípios) em cada país, em matéria de treinamento e equipamento das unidades destinadas à descentralização e desenvolvimento de planos municipais em prevenção do uso indevido de drogas.

Colaborou-se também com o Governo do Haiti na preparação de sua Estratégia Nacional de Controle de Drogas, que foi concluída em 2003. O Secretário-Geral, em reunião com o Presidente da Bolívia, em fevereiro, ofereceu a assistência da CICAD para a elaboração de um novo plano nacional de controle de drogas, escrituração de terras e solução de disputas sobre demarcação de terras em Los Yungas, e o fortalecimento da Comissão Nacional de Drogas (CONALTID). Em 2003, apesar dos conflitos entre o Governo da Bolívia e os produtores de coca, foi possível registrar alguns progressos nestes temas.

Observatório Interamericano de Drogas

A Unidade de Estatística, Pesquisas e Informação da CICAD e o Observatório Interamericano de Drogas (OID) prepararam novas metodologias para levantamentos de consumo de drogas (SIDUC) utilizáveis para domicílios, estudantes universitários e pacientes de centros de reabilitação e salas de emergência, e proporcionou assistência técnica e financeira a uma variedade de levantamentos sobre o consumo de drogas em 13 países, muitos dos quais em atendimento a pedidos de assistência prioritária do MAM, formulados pelos Estados membros. Publicou-se o Resumo Estatístico sobre Drogas 2003, com informação sobre apreensões de drogas, produtos químicos, imóveis, erradicação de cultivos e detenção de pessoas por delitos relacionados com drogas, bem como um estudo comparativo do consumo de drogas baseado em levantamentos junto a estudantes de sete capitais na América Latina.

Em conjunto com a Escola de Medicina da Universidade Robert Wood Johnson, o projeto destinado a ajudar os Estados membros a calcular o custo humano, social e econômico das drogas em seus países produziu uma série de estimativas de custos nos quatro países piloto e completou o manual de instrução para habilitar outros Estados membros interessados nessa iniciativa.

O OID lançou um boletim eletrônico trimestral para a divulgação de pesquisas, estudos e outros projetos de interesse relacionados com drogas, que estão sendo executados nos Estados membros; em Belize, aplicou experimentalmente um protótipo de cinco tecnologias avançadas para ajudar a regulamentar a imigração em fronteiras remotas; iniciou uma colaboração com o Observatório francês para um projeto conjunto destinado a ajudar seis países do Caribe a detectar tendências emergentes no campo das drogas; e, em conjunto com a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento, ofereceu bolsas para funcionários governamentais de países de idioma espanhol que trabalham no tema das drogas, para sua participação no curso oferecido *on-line* sobre desenvolvimento de estratégias de governo eletrônico.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

A Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), estabelecida pela Assembléia Geral em 1994, é uma entidade dotada de autonomia técnica no desempenho de suas funções, dentro dos limites fixados na Carta da OEA, em seu Estatuto e nos mandatos da Assembléia Geral. É o principal organismo assessor da OEA em matéria de telecomunicações e sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério.

Em 2003, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) continuaram a modernizar-se aceleradamente, abrindo numerosas oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo da região e o crescimento de suas economias. Não obstante, todos sabemos das disparidades de custo e acesso em matéria de tecnologia nos países e entre os países da região, e da grave situação enfrentada pela indústria das telecomunicações, que ainda está por recuperar-se da queda sofrida pelas economias mundiais, iniciada com a desintegração da “bolha” das empresas dot.com no começo do ano 2000.

A transição para a sociedade da informação e do conhecimento implica importantes desafios para uma organização como a CITEL, que é um foro de reunião entre o governo e o setor privado para impulsionar o desenvolvimento das TIC. Podemos citar, entre outros:

a necessidade de estabelecer pautas para que essa transição seja eficiente e equitativa; selecionar os principais temas que se prestem ao desenvolvimento de uma efetiva cooperação regional, com vistas a diminuir a heterogeneidade da região em termos de difusão das TIC; apoiar o estabelecimento de um quadro regulador e institucional adequado para reduzir as barreiras de ingresso e assegurar uma concorrência efetiva entre os provedores de serviços para maximizar os benefícios; capacitar as pessoas que trabalham no campo das telecomunicações em temas relacionados com este setor, para ajudar os países a adaptar-se às rápidas mudanças de cenário e manter-se atualizados; preservar e promover a diversidade cultural e lingüística dos povos; e garantir a equidade de gênero no acesso à informação e ao conhecimento.

Os programas da CITEL têm por objetivo gerar maior consciência sobre o papel das telecomunicações no desenvolvimento econômico e social da região e formular pautas referentes a questões críticas. Em 2003, a fim de atacar os desafios que se apresentam na esfera das telecomunicações, a CITEL realizou uma série de atividades para melhorar sua capacidade de atendimento das necessidades dos Estados membros e membros associados. As principais medidas adotadas pela CITEL nesse período foram as seguintes:

Seguimento e divulgação da Agenda de Conectividade para as Américas e do Plano de Ação de Quito

A Agenda de Conectividade para as Américas e o Plano de Ação de Quito, preparados pela CITEL contêm os princípios, premissas, definições e objetivos para o aproveitamento de oportunidades e estabelecem os procedimentos para a formulação e execução de atividades relativas à conectividade, com uma concepção multisetorial. Em 2002, esses documentos foram enviados à Secretaria do Processo de Cúpulas, que foi solicitada a decidir sobre as ações apropriadas para promover o desenvolvimento e a subsequente implementação, de acordo com as necessidades de cada Estado

membro. Trata-se de um assunto que supera a capacidade de execução das autoridades de telecomunicações por si sós, razão pela qual o setor promove a união de forças de todas as organizações regionais e internacionais e do setor privado para facilitar a integração do Hemisfério e oferecer aos cidadãos das Américas oportunidades para a realização do seu potencial humano.

Capacitação de profissionais de telecomunicações

Levando em conta a crescente necessidade de pessoal capacitado e especializado para enfrentar as circunstâncias cambiantes das telecomunicações, a CITELE tem trabalhado com centros reconhecidos de treinamento da região e, em particular, com o Centro de Excelência para as Américas, da União Internacional de Telecomunicações (UIT), a fim de proporcionar programas de treinamento adequados para profissionais de telecomunicações da América Latina. Em 2003, ofereceram-se nove cursos (à distância e presenciais) sobre política, regulamentação e gestão e tecnologia das telecomunicações, concedendo-se, para tanto, quase 280 bolsas de estudo em toda a região.

Políticas e regulamentação das telecomunicações

As reformas estão transformando as estruturas industriais e governamentais do setor das TIC em todo o mundo, o que exige ações dos reguladores responsáveis pela proteção dos consumidores, a prevenção de abusos contra a livre concorrência e a consecução de objetivos nacionais como o acesso universal e o crescimento da produtividade econômica. A CITELE e a UIT começaram a atualizar o Livro Azul sobre Políticas de Telecomunicações para as Américas, instrumento básico e fundamental para pôr em prática um regime que permita enfrentar os problemas e demandas implícitos ao objetivo político de formar uma sociedade de informação mundial, entre os quais podemos citar as crescentes dificuldades de interconexão, serviço/acesso universal, harmonização do espectro e introdução da banda larga.

Os adiantamentos tecnológicos e a convergência de serviços contribuem para aumentar em todo o mundo o uso da banda larga via satélite, já que este é um dos meios mais adequados para atingir regiões que carecem de acesso terrestre. A CITELE aprovou recentemente uma recomendação que visa a assessorar as administrações na introdução de regulamentações apropriadas para serviços por satélite, a fim de promover o desenvolvimento dos serviços de banda larga por essa via. Também criou-se uma página na Internet, que especifica as leis e regulamentações que regem a prestação de serviços via satélite e oferece toda a informação necessária para que os interessados possam solicitar licenças nos países das Américas.

Para facilitar às autoridades a formulação de políticas que impulsionem o desenvolvimento das redes e serviços de telecomunicações, levando em conta os serviços avançados de telecomunicações e as vantagens da evolução rumo a uma infra-estrutura nacional de banda larga, estão sendo preparados estudos e recomendações que incluem a rede de acesso aos usuários finais para permitir que se beneficiem de serviços avançados. Destaquem-se também os estudos em andamento sobre as políticas governamentais e experiências na gestão dos ccTLD na região, a análise comparativa de experiências sobre banda larga e o relatório técnico sobre voz e IP.

Como resultado da informação intercambiada na Conferência da OEA sobre a Segurança Cibernética (agosto de 2003, Buenos Aires, Argentina), a CITELE, a Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA) e o Comitê Interamericano contra o

Terrorismo (CICTE) prosseguirão suas atividades para formular uma estratégia de segurança cibernética. Nesse sentido, a Comissão Consultiva Permanente I, Normalização das Telecomunicações (CCP.I), estabeleceu um programa de trabalho para cumprir as responsabilidades que lhe foram atribuídas e está estudando as melhores práticas regionais de proteção da infraestrutura.

Avaliação da conformidade dos equipamentos de telecomunicações e coordenação de normas

Para obter economias de escala, reduzir o tempo requerido para a introdução no mercado e diminuir os custos, simultaneamente com o cumprimento dos regulamentos técnicos nacionais, a CITEI tem desenvolvido atividades referentes aos acordos de reconhecimento mútuo e coordenação de normas técnicas. Como já foi informado, elaborou-se e aprovou-se um acordo de reconhecimento mútuo para avaliar a conformidade dos equipamentos de telecomunicações (ARM) e está em andamento uma análise para harmonizar os trâmites correspondentes à avaliação da conformidade de equipamentos de telecomunicações na região, mediante a preparação do Livro Amarelo. Vários países já estão participando de suas fases, ao passo que outros estão adotando medidas para pôr em prática o ARM elaborado pela CITEI, inclusive a adaptação de leis e regulamentos nacionais, conforme necessário. No que se refere à coordenação de normas técnicas, destacam-se os últimos documentos aprovados de coordenação de normas relativos a telecomunicações móveis internacionais (IMT-2000). Também foi aprovado um caderno técnico que inclui uma explicação detalhada de redes da próxima geração.

A Cúpula das Américas afirmou a necessidade de uma rápida divulgação da tecnologia da informação e da conectividade. A CITEI reconheceu que a radiodifusão de televisão digital terrestre oferece novas formas de acesso à informação e, para compartilhar essa tecnologia, aprovou uma resolução em que se acorda a adoção e aplicação prática de uma norma hemisférica comum para esse tipo de radiodifusão, que incentiva os Estados membros da OEA trabalhar para que a transição da televisão por terra, da tecnologia analógica para a digital, seja a mais rápida possível.

Preparação de posições comuns do Hemisfério em reuniões internacionais

A CITEI sempre destacou a necessidade de que a região conte com um ponto de vista harmonizado, como se pode apreciar nas mais de 270 propostas interamericanas conjuntas formuladas perante a Conferência Mundial de Radiocomunicações, realizada em 2003, em que os Estados membros da Conferência se reuniram para examinar o Regulamento de Radiocomunicações, tratado internacional que contém atribuições de frequências para mais de 40 serviços de radiocomunicações, que vão desde os serviços de rádioamador e radiocomunicação profissional até as tecnologias móveis sem fio e as comunicações via satélite.

Além disso, iniciaram-se os trabalhos preparatórios da Assembléia Mundial de Normalização das Telecomunicações da UIT, a ser realizada em 2004 (AMNT-04), e da Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais, prevista para 2006 ou 2007 (CMIIT). A AMNT-04 é o foro em que se coordena o desenvolvimento de normas mundiais e redes e serviços de telecomunicações. A CMIIT reveste importância especial por ter como propósito adotar, em escala mundial, normas para a distribuição dos recursos dos serviços internacionais de telecomunicações, inclusive o estudo dos problemas associados às interconexões internacionais da Internet e dos serviços que utilizam IP.

Fortalecimento da coordenação entre organismos sub-regionais, regionais e internacionais

Grande número de organismos já estabeleceu programas voltados para o desenvolvimento das tecnologias da informação (TIC). A cooperação entre a CITELE e os organismos internacionais e regionais continua a crescer como meio para melhorar a eficiência, evitar a duplicação de esforços e reduzir o tempo de solução de conflitos, em virtude da consideração prematura de diversas questões. A CITELE estabeleceu acordos de cooperação em temas de interesse comum com as seguintes entidades: Associação Hispano-Americana de Centros de Pesquisa e Empresas de Telecomunicações (AHCIE); Associação Latino-Americana de Telecomunicações Móveis (ALACE); Associação de Empresas de Telecomunicações do Acordo Sub-Regional Andino (ASE); *Alliance for Telecommunications Industry Solutions* (ATIS); Comitê T1 (EUA); *African Telecommunications Union* (ATU); *Caribbean Latin American Action* (C/LAA); *CMDA Development Group* (CDG); Conferência Européia de Administrações de Correios e Telecomunicações (CEPT); Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações (ETSI); Foro Global VSAT; Federação Internacional de Astronáutica (IAF); Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); *Telecommunications Industry Association* (TIA) (EUA); Federação Regional de Comunicações de Estados Independentes (RCC); União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP); e União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Apoio ao intercâmbio de informação e de melhores práticas entre os Estados membros e membros associados para poder enfrentar as mudanças no cenário das telecomunicações

Este objetivo guarda relação com o papel que a CITELE desempenha tradicionalmente como foro para o apoio mútuo de seus Estados membros e membros associados.

A prática do atendimento médico está passando por uma extraordinária transformação nas Américas. A existência e o custo cada vez mais acessível de tecnologias de telecomunicações permite estender o acesso aos serviços de saúde e melhorar sua qualidade para maior número de pessoas. Concluiu-se o Livro da Telesaúde nas Américas, em que se recomendam políticas e estratégias nesse sentido, para sua adoção pelos Estados membros da OEA. Trata-se do resultado de atividades realizadas em conjunto pela CITELE, a UIT e a OPAS em benefício de toda a região.

No âmbito das Comissões Consultivas Permanentes, também foi possível incrementar a transferência de conhecimentos especializados e o intercâmbio de experiências não apenas mediante seminários, como também discussões em foros eletrônicos e mesas-redondas. Essas Comissões contam atualmente com mais de 190 membros associados, cuja participação em seus trabalhos tem sido um fator determinante para o cumprimento dos mandatos. No âmbito da CCP.I (Normalização das Telecomunicações), destacam-se em particular: o seminário realizado para efetuar uma análise geral do estado de avanço da implementação dos ARM e conhecer as experiências de vários países em preparação e implementação desses acordos; a reunião da CITELE com a UIT e o setor privado para examinar as oportunidades na região e obter uma descrição da situação real do mercado e o que isto significa para a cooperação entre os setores público e privado; e um workshop sobre gestão dos nomes de domínio na Internet, em que se analisaram os métodos, práticas e modelos de gestão dos Nomes de Domínio do Código de País ccTLD. Para 2004, estão previstos um seminário de segurança cibernética para discutir os enfoques regionais e a possível identificação das normas para apoiar a segurança das telecomunicações na região, ademais de um workshop de redes de próxima geração (NGN), em que serão abordados os desafios da construção de uma NGN fixa/móvel integrada à Internet do futuro, a perspectiva dos operadores sobre as NGN emergentes e a identificação de

normas necessárias para as NGN e de possíveis debilidades.

No âmbito da CCP.II (Radiocomunicações, inclusive Radiodifusão) realizaram-se um seminário e uma mesa-redonda sobre o desenvolvimento de serviços de banda larga via satélite em que se deram a conhecer as novas aplicações, tendências e serviços existentes em matéria satelital, e se identificaram importantes assuntos de regulamentação a serem levados em conta para facilitar a implementação desses serviços e aplicações nos Estados membros da CITEI. Além disso, realizou-se com êxito singular um seminário sobre acesso sem fio por banda larga para estimular o intercâmbio de informação e compartilhar informação relacionada com o desenvolvimento de acesso sem fio por banda larga terrestre, o papel dos reguladores e oportunidades e desafios do lançamento do acesso sem fio por banda larga.

Em que pese os êxitos alcançados, a região das Américas ainda tem pela frente numerosos obstáculos. Devem os governos fazer com que todos os interessados e as forças existentes participem e cooperem para incentivar o desenvolvimento ordenado das redes e dos serviços de telecomunicações, utilizando os sistemas mais adequados e eficientes e disponíveis para que nossos povos possam beneficiar-se do potencial das tecnologias da informação e da comunicação. Por ser um trabalho que cabe a todos, exortamos as administrações e os membros associados a trabalhar ativamente no foro da CITEI em prol desse objetivo.

COMITÊ INTERAMERICANO CONTRA O TERRORISMO

O Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), criado pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1650 (XXIX-O/99), tem como propósito desenvolver a cooperação para prevenir, combater e eliminar os atos e atividades terroristas. Está integrado pelas autoridades nacionais competentes de todos os Estados membros e orienta sua tarefa com base nas convenções internacionais sobre a matéria, nos princípios e objetivos da Declaração de Lima para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo, no Plano de Ação de Lima sobre Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo, e no Compromisso de Mar del Plata. Está sediado na Secretaria-Geral da OEA.

Em conformidade com o decidido no Segundo Período Ordinário de Sessões, realizado em El Salvador, em janeiro de 2003, o Plano de Trabalho do CICTE 2003-04 serve de guia para os esforços da Secretaria ao longo de todo o ano. Em 2003, conseguiu-se realizar importantes eventos, entre os quais a primeira reunião de pontos de contato nacionais (PNC) do CICTE, realizada em julho, e a Conferência da OEA sobre Segurança Cibernética, em Buenos Aires, no mesmo mês, sob o patrocínio do CICTE, da CITEL e da REMJA, ademais de ter sido anfitrião do Comitê de Combate ao Terrorismo (CCT) da ONU na Reunião de Seguimento de Organizações Regionais e Sub-Regionais em 7 de outubro de 2003; e o Quarto Período Ordinário de Sessões do CICTE, em Montevideú, Uruguai, em janeiro de 2004. Cabe acrescentar que o CICTE estabeleceu relações produtivas com vários departamentos da OEA e importantes organizações de combate ao terrorismo na comunidade internacional, no cumprimento de seu plano de trabalho e seus objetivos.

Outro acontecimento relevante foi o início da vigência da Convenção Interamericana contra o Terrorismo. Com a ratificação da Nicarágua, México, Peru, Canadá, Antígua e Barbuda e El Salvador, a Convenção entrou em vigor em 10 de julho de 2003. Este acontecimento foi comemorado na Primeira Reunião de Pontos de Contatos Nacionais, em 14 de julho de 2003.

Para ajudar os Estados que ratificaram a Convenção a desenvolver uma legislação que facilite sua efetiva implementação, o CICTE, em conjunto com o Escritório Contra Drogas e Crime (ODC) da ONU, trabalhou na realização do primeiro de uma série de workshops oferecido aos Estados Partes da Convenção, a ser realizado em São José, Costa Rica. Este workshop focalizará o desenvolvimento de projetos e a adoção de legislação nacional para assegurar a vitalidade da Convenção. Assim, complementou um projeto desenvolvido em conjunto com a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) e o Fórum de Presidentes de Assembléias da América Central, para produzir legislação conjunta contra o terrorismo.

O CICTE proporcionou assistência técnica especializada a vários países. Além do já mencionado workshop sobre implementação da Convenção, ofereceu, em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Governo da Espanha, assistência técnica à Unidade de Inteligência Financeira (UIF) da Bolívia, em julho. Peritos e técnicos espanhóis proporcionaram à UIF da Bolívia um treinamento a fundo sobre modalidades e tipologias de financiamento do terrorismo. Como resultado, a UIF está melhor capacitada a enfrentar as responsabilidades contidas nas Recomendações sobre Financiamento do Terrorismo do GAFI. A Secretaria do CICTE também respondeu a um pedido de assistência formulado pelo Governo do Peru para a análise e o esboço de uma nova legislação contra

o terrorismo. A Secretaria organizou essa missão juntamente com a ODC-ONU e o FMI e conduziu um workshop interagencial para o Governo do Peru em setembro. Como resultado, organizou-se uma ação entre dependências governamentais para preparar legislação contra o terrorismo. O treinamento de peritos de um setor do governo dotou o seu capital humano de capacidade para produzir uma versão preliminar de melhoria da legislação de acordo com as normas internacionais. Além disso, a exposição ao processo interagencial deverá melhorar a cooperação intergovernamental em temas de combate ao terrorismo tratados em diferentes ministérios.

Em resposta aos novos interesses em segurança para a infra-estrutura crítica, o CICTE organizou e conduziu a Conferência da OEA sobre Segurança Cibernética, realizada em Buenos Aires, em julho. Este esforço conjunto da CITEL e do Grupo de Peritos em Delito Informático da REMJA, resultou em relevantes progressos para o desenvolvimento de uma estratégia de segurança cibernética global que inclua toda a OEA. Como esforço conjunto, também demonstrou a capacidade de diferentes áreas de interesse da Secretaria-Geral de trabalhar em equipe para obter resultados substanciais em temas que se superpõem. Participaram da Conferência 16 Estados membros, ademais de numerosos representantes do setor privado. Dando seguimento à Reunião, o CICTE continua a trabalhar com a REMJA, a CITEL, os Estados membros e a Comissão de Segurança Hemisférica com o objetivo de desenvolver e preparar a versão preliminar de um documento que contenha uma estratégia global.

Em um esforço para combater o financiamento do terrorismo, a Secretaria do CICTE participou ativamente do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) sobre financiamento do terrorismo. E, em cooperação com a CICAD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o CICTE está preparando um curso de treinamento para as Unidades de Inteligência Financeira (UIFs), que abordará esses temas.

O Secretário Executivo do CICTE reuniu-se com líderes da sociedade civil na área de Foz do Iguaçu para tratar de temas concernentes ao financiamento do terrorismo e sugeriu que adotem princípios de transparência baseados nas recomendações do GAFI para a supervisão das organizações sem finalidade de lucro. Seus comentários foram favoravelmente recebidos e geraram várias notas da imprensa da região acerca das políticas de “conheça o cliente” referentes às doações filantrópicas. O CICTE, com a colaboração dos Estados Unidos, Paraguai, Brasil e Argentina, oferecerá, no final de 2004, treinamento adicional para as UIFs da tríplice fronteira.

No cenário global, o CICTE foi anfitrião da Reunião de Seguimento para Organizações Regionais, Sub-Regionais e Internacionais, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Reunião congregou mais de 200 representantes de mais de 110 organizações e países, que discutiram os meios para avançar na cooperação internacional na luta contra o terrorismo. Presidida pela Ministra das Relações Exteriores de El Salvador, Senhora Maria Eugenia Brizuela de Avila, e pelo Representante Permanente da Espanha junto às Nações Unidas, Embaixador Inocencio Arias, Presidente do Comitê contra o Terrorismo da ONU, a Reunião examinou o papel das organizações regionais e internacionais nos esforços dedicados à luta contra o terrorismo. As áreas chave de discussão incluíram as formas pelas quais as organizações podem compartilhar melhores práticas, o papel das organizações regionais no desenvolvimento da capacidade dos Estados membros de lutar contra o terrorismo e como implementar o programa no nível internacional.

O CICTE encerrou este período com o Quarto Período Ordinário de Sessões, realizado em Montevideu, Uruguai, de 28 a 30 de janeiro de 2004. Nesse período de sessões, os Estados membros aprovaram a Declaração de Montevideu e o Plano de Trabalho para o período 2004-05. As

significativas adições ao Plano de Trabalho incluem programas para reunir os novos requisitos de segurança marítima e aérea civil, exigidos pelas normas internacionais.

O alcance dos programas públicos da Secretaria do CICTE expandiu-se consideravelmente durante o ano. Na Internet, o banco de dados de combate ao terrorismo (OLAT) na página do CICTE, conta atualmente com mais de 370 usuários registrados de todo o mundo. Com mais de 300 documentos, esse banco de dados oferece referência rápida sobre legislação, melhores práticas e peritos em matéria referente ao espectro de tópicos relativos ao terrorismo. A Secretaria também publica mensalmente um Boletim Informativo, *Informe*, que é distribuído a mais de 500 pessoas. O Boletim informa sobre desenvolvimentos e contém notícias recentes em matéria de luta contra o terrorismo e sobre os próximos eventos de interesse para os Pontos de Contatos Nacionais e destaca os novos documentos incorporados ao banco de dados OLAT.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE REDUÇÃO DE DESASTRES NATURAIS

A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) foi estabelecida pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99) para tratar dos assuntos relacionados com os desastres naturais e servir de foro principal da OEA para a análise do tema, em coordenação com as organizações nacionais competentes. Presidida pelo Secretário-Geral da OEA, a Comissão é integrada pelo Presidente do Conselho Permanente, o Secretário-Geral Adjunto, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Diretor-Geral da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Secretário-Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e Secretário Executivo do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)/Diretor-Geral da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD).

A CIRDN tem trabalhado na preparação de um plano estratégico para a redução da vulnerabilidade, a gestão em situações de risco e a resposta em casos de desastres. Desde agosto de 2002, um grupo técnico integrado por peritos da Comissão reuniu-se com o objetivo de preparar um plano que foi submetido à consideração do Conselho Permanente e poderia ser apresentado ao próximo período ordinário de sessões da Assembléia Geral. A Comissão também preparou recomendações que foram apresentadas à Conferência Especial sobre Segurança, realizada no México, em outubro de 2003.

Os membros da Comissão deram início a apresentações sobre o Plano Estratégico a várias partes interessadas na comunidade interamericana. Cumpre assinalar também que muitas das áreas de ação do Plano requerem contribuições e decisões dos governos nacionais.

A CIRDN continua a acompanhar a implementação das atividades contidas no Plano Estratégico.

Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM)

No período abrangido por este relatório, a Secretaria-Geral da OEA não efetuou contribuições financeiras significativas em resposta a situações de desastre nos Estados membros.

CENTRO DE ESTUDOS DA JUSTIÇA DAS AMÉRICAS

O Centro de Estudos da Justiça das Américas foi estabelecido pela Assembléia Geral da OEA mediante a resolução AG/RES. 1 (XXVI-E/99) como entidade intergovernamental, dotada de autonomia técnica e operacional, em cumprimento aos mandatos constantes do Plano de Ação da Segunda Cúpula das Américas e às recomendações adotadas nas Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas. Seus objetivos são facilitar o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informação e de outras formas de cooperação técnica, e apoiar os processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça da região.

Projetos por área, com base nas três metas do CEJA

Estudar em profundidade os sistemas de justiça e alavancar colocações inovadoras na discussão de reformas judiciais

Projetos na Área de Estudos

Seguimento das reformas processuais penais nas Américas. Em 2001, o CEJA iniciou o projeto de seguimento que estuda em profundidade e de maneira comparativa os sistemas de justiça da região e, em particular, os resultados das reformas da justiça penal implementadas nas duas últimas décadas.

Reformas no sistema de justiça e sociedade civil. Em 2002, o CEJA participou de uma pesquisa auspiciada pelo Programa de Direito e Cidadania da Fundação Ford para o Cone Sul, cujo objetivo foi realizar um exercício de aprendizagem sobre o papel das organizações da sociedade civil nas reformas do sistema judicial, recentemente ocorrido na Argentina, Colômbia, Chile e Peru.

Gênero e reformas da justiça processual penal. O CEJA, com o apoio da Fundação William e Flora Hewllet e da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), realiza um estudo tendente a determinar até que ponto os novos sistemas processuais penais adotam uma perspectiva de gênero no momento de investigar, processar e punir delitos sexuais e outros delitos contra a integridade física, cujas vítimas são principalmente mulheres. O estudo realizou-se no Chile e estende-se à Guatemala, Honduras e Bolívia.

Povos indígenas e reformas da justiça processual penal. Como parte do Programa de Fortalecimento Institucional para a Reforma Processual Penal, da área de Capacitação do CEJA, este estudo, que conta com o apoio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), visa a investigar a perspectiva de diversidade nos processos de reforma da região, especificamente no caso dos indígenas.

Tribunais de mulheres. Com a ajuda do GTZ, o CEJA realizou uma pesquisa cujo objetivo foi aferir os resultados, vantagens e desvantagens da adoção de tribunais de mulheres no Chile, para sua posterior difusão e discussão e para considerar sua extensão a outros países da região.

Administração da justiça e discriminação racial. Por incumbência da OEA, o CEJA desenvolve um estudo relativo à forma em que os sistemas judiciais do Continente encaram o problema da discriminação racial nas Américas

Alavancar a cooperação e o intercâmbio de experiência entre os atores chave do setor da justiça no nível regional

Atividades da área de capacitação

Programa Interamericano de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal. O CEJA, com financiamento da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), trabalha em um programa de capacitação destinado a otimizar a implementação da reforma na justiça penal da América Latina, oferecido a autoridades e membros dos organismos e agências vinculados ao processo de reforma processual penal.

Visitas/workshops. Como atividade permanente, o CEJA organiza workshops de campo, em que demonstra experiências bem-sucedidas de implementação e funcionamento de sistemas de processo penal e, concretamente, a experiência do novo sistema processual Chile. Nessas visitas, os participantes comparecem a audiências e/ou júzos orais, familiarizam-se com as instituições que participam do sistema e mantêm entrevistas e reuniões com autoridades de cada uma delas.

Programa de Capacitação de Juízes e outros Operadores da Justiça Penal no Equador. O CEJA, em associação com a Universidade Técnica Particular de Loja e a empresa Globatel, venceu a licitação aberta pela Fundação Esquel – fundos USAID – para preparar e executar um programa de capacitação de juízes e outros operadores da justiça penal no Equador.

Foros virtuais. Periodicamente, o CEJA organiza foros virtuais para discutir temas de interesse e atualidade no nível regional. A modalidade de foros combina um sistema de listas eletrônicas para discussão por correio eletrônico, com subscrição aberta e *chatrooms* moderados por peritos regionais nos temas em debate.

Curso: Litigação oral para um novo processo penal. Em julho, realizou-se na Cidade do México um curso oferecido a membros da Procuradoria-Geral da República, da Defesa Pública de Monterrey e do CIDI. Os 35 participantes do curso capacitaram-se em litigação oral.

Programa de estágios. Este programa é uma forma eficaz de enriquecimento do trabalho do CEJA com a participação de profissionais e estudantes de diversos países da América e de outros continentes. Consegue-se, assim, manter e gerar laços permanentes com instituições e peritos locais.

Projeto de trabalho em rede

Criação de redes diferenciadas de instituições de justiça

Uma das missões do CEJA é facilitar e promover a comunicação entre as instituições públicas e as organizações da sociedade civil no campo da reforma judicial, com a finalidade de facilitar a geração de uma comunidade regional interessada e ativa nos temas da justiça, com sólidos nexos de trabalho entre si.

Projetos de cooperação bilateral

Cooperação bilateral. O CEJA convidou as mais importantes instituições do setor da justiça de todos os países da região a celebrar convênios de colaboração mútua. Isto representa uma base jurídica de imensa importância tanto para compilar a informação e comprometer as instituições com o trabalho em redes, como para visualizar a possibilidade de futuras atividades de cooperação técnica.

Projetos: Eventos internacionais e locais. Outra modalidade desenvolvida pelo CEJA para potencializar a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os atores que integram os sistemas de justiça da região tem sido a organização, co-organização, patrocínio, auspício e participação do Centro como expositor, visitante, observador e assistente de seminários, workshops, reuniões de trabalho, fóruns e encontros.

Gerar e divulgar instrumentos que melhorem a informação sobre justiça nas Américas

Página na Internet.

O CEJA propôs servir como canal permanente e ativo de gestão, coleta e divulgação de informação, leis e estatísticas básicas sobre o funcionamento de sistemas judiciais de cada país da região, de forma simples e a baixo custo. Para tanto, tem aproveitado ao máximo as múltiplas vantagens oferecidas pela comunicação digital, centralizando todos os seus esforços na página www.cejamericas.org, onde se encontra o seguinte:

Portada. Preparada em espanhol e inglês, essa página inicial é atualizada semanalmente com notícias, referências a documentos relevantes, calendário de eventos e acesso preferencial a temas especiais sobre políticas públicas no âmbito da justiça (desenvolvimento de estatísticas judiciais, solução alternativa de conflitos, reformas da justiça, sociedade civil e outros assuntos).

Módulo MARC. A página que dá cumprimento ao mandato atribuído pelo CEJA na REMJA-IV inclui uma biblioteca virtual com documentos, legislação, vínculos com outras páginas da Internet e um indicador completo de centros que oferecem serviços de mecanismos alternativos de resolução de conflitos (MARC) nos diferentes países das Américas.

Biblioteca virtual. Contém documentos *on-line*, legislação, resumos e referências bibliográficas ademais de um sistema de busca para consultas *on-line* dos textos incluídos.

Página de estudos. Contém detalhes atualizados dos estudos realizados pelo CEJA. Especificam-se os objetivos, o contexto, os produtos e os resultados esperados. Também permite acesso a outras informações conexas, tais como os instrumentos de compilação, estatísticas, legislação, notícias e eventos.

Página de capacitação. Contém informação sobre os cursos, programas de estágios e atividades organizadas pela área.

Projetos

Relatório sobre justiça nas Américas. Outra modalidade proposta pelo CEJA para facilitar o intercâmbio de informação e aproveitar as experiências extraídas do trabalho regional é o Relatório Anual sobre os Sistemas Judiciais nas Américas. Esse estudo é financiado por *Human Security Program*, do Governo do Canadá.

Geração de indicadores e estatísticas judiciais. Com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), desde 2001 o CEJA executa este projeto, cuja finalidade é gerar um sistema integral de coleta e processamento de dados para a produção de estatísticas e indicadores judiciais de qualidade, homologáveis e de fácil compreensão e acesso.

Acesso a informação nos sistemas de justiça. Para o CEJA, a existência de sistemas judiciais transparentes, previsíveis, oportunos e de qualidade, é um componente essencial da democracia e do desenvolvimento econômico e social dos países. Este projeto é executado em conjunto com a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH e é financiado pelo Programa de Direitos Humanos e Cidadania para o Cone Sul, da Fundação Ford.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos foi criado em 22 de abril de 1971, mediante a resolução AG/RES. 35 (I-O/71), aprovada na nona sessão plenária da Assembléia Geral. Tem como função resolver as controvérsias que possam surgir com membros do quadro de pessoal por motivo de decisões administrativas, inclusive as relacionadas com o Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral. Compõe-se de seis membros de diferentes nacionalidades, eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral por um período de seis anos. Em cada período de sessões do Tribunal, três de seus membros integram o painel de juízes. O Secretário do Tribunal Administrativo é responsável pela Secretaria do Tribunal, que é uma dependência adjunta à Subsecretaria de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral. O Secretário proporciona assessoramento jurídico aos membros do Tribunal, dirige o processo regulamentar a ser seguido pelos recursos interpostos ao Tribunal e está a cargo dos assuntos administrativos relacionados com o Tribunal e sua Secretaria. O Secretário do Tribunal também atua como Oficial Jurídico, sob a direção geral do Subsecretário de Assuntos Jurídicos.

Secretaria do Tribunal Administrativo

Em 2003, o Tribunal Administrativo da OEA, além de suas atividades administrativas, esteve representado por sua Presidente, Juíza Rosa Montalvo Cabrera (Peru) e seu Secretário por ocasião do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Santiago, Chile. Na quarta sessão plenária, realizada em 10 de junho de 2003, a Doutora Alma Montenegro de Fletcher foi eleita como juíza do Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos.

A Presidente do Tribunal, Juíza Rosa Montalvo Cabrera, com a anuência dos seus colegas, cumpriu o seguinte programa de atividades no citado período ordinário de sessões da Assembléia Geral:

Reunião de trabalho com o Diretor Executivo do Centro de Estudos da Justiça das Américas
Reunião de trabalho com a Secretária Executiva da Comissão Interamericana de Mulheres
Apresentação da Presidente do Tribunal perante a Comissão Geral da Assembléia
Participação na reunião informal entre organizações da sociedade civil e Chefes de Delegação dos Estados membros da OEA.

De 27 a 31 de outubro de 2003, o Tribunal Administrativo realizou seu Quinquagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões com a participação dos seguintes juízes: Rosa Montalvo Cabrera, Presidente; Lionel Alain Dupuis, Vice-Presidente; Morton H. Sklar; e Agustín Gordillo.

Nessa ocasião, o Tribunal considerou o Recurso N° 276, em que a recorrente alegou incumprimento, pela Secretaria-Geral, dos prazos fixados no artigo 112 do Regulamento do Pessoal e o Recurso N° 280, em que a recorrente requereu ao Tribunal Administrativo o cumprimento dos procedimentos estabelecidos para efetuar as avaliações de desempenho e o direito de ser ouvida nessa matéria antes de adotar a decisão de não renovar seu contrato.

Também no Quinquagésimo Período Ordinário de Sessões, o Tribunal Administrativo aprovou as seguintes resoluções:

Resolução 344. Homenagem ao Excelentíssimo Senhor Presidente do *Commonwealth* da Dominica, Doutor Nicholas J. O. Liverpool, em que faz constar seu agradecimento pelo elogiável serviço prestado com distinção e integridade durante o seu mandato como membro do Tribunal Administrativo da OEA.

Resolução 345. Acorda, mediante sorteio, em conformidade com o artigo 2.5 do Regulamento do Tribunal, o primeiro painel para 2004, que ficou constituído pelos Juízes Lionel Alain Dupuis (Presidente), Franz Álvaro Veja Noya y Agustín Gordillo.

Resolução 346. O Tribunal Administrativo outorgou um voto de reconhecimento e sincero agradecimento à Juíza Rosa Montalvo Cabrera por sua intensa dedicação e distinta liderança nos trabalhos do Tribunal Administrativo.

Resolução 347. O Tribunal, visando a esclarecer as manifestações contidas nos instrumentos de petição e resposta, acordou em instruir o Secretário a solicitar argumentos finais por escrito às partes, com antecedência mínima de 15 dias do início da sessão do Tribunal, bem como a convocação de um debate oral em conformidade com o estabelecido no artigo 39 do Regulamento do Tribunal Administrativo.

No âmbito de sua competência, o Tribunal Administrativo considerou a resolução AG/RES. 1974 (XXXII-O/03), referente ao orçamento disponível para 2004.

Também considerou um estudo comparativo apresentado pela Secretaria do Tribunal entre o Estatuto e Regulamento do Tribunal e o Estatuto e Regulamento dos Tribunais Administrativos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Internacional do Trabalho, ademais de um relatório preparado a pedido da Presidente do Tribunal sobre a política da Organização a respeito do código de ética e conflito de interesses que rege os funcionários da OEA. Os juízes acordaram em ter presentes os citados documentos para o projeto de reforma do Regulamento do Tribunal, a ser apresentado no seu próximo período ordinário de sessões de 2004.

Finalmente, em 20 de março de 2003, realizou-se na sede da OEA uma reunião de trabalho com os Secretários dos Tribunais Administrativos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), em que se intercambiaram pontos de vista sobre diferentes aspectos processuais e outros assuntos relativos à coordenação e intercâmbio de informação sobre as atividades que essas Secretarias de Tribunais Administrativos desempenham.

FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

Estabelecida em 1962, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) é uma entidade privada não-governamental e sem finalidade de lucro, cujas atividades se desenvolvem exclusivamente na América Latina e no Caribe, em coordenação com a OEA, mediante um Acordo de Cooperação formalizado em 1982, abrangendo os campos do desenvolvimento cultural, científico, educacional, econômico e social e a assistência em casos de desastre. O Secretário-Geral preside a Junta Diretora da Fundação.

A FUPAD foi criada para mobilizar doações públicas e privadas em benefício da população mais desfavorecida do Hemisfério, dotá-la de condições para alcançar um desenvolvimento econômico e social sustentável e responder aos desastres naturais e crises humanitárias. Realiza seu trabalho por meio de associações inovadoras com os setores público e privado para apoiar as prioridades da OEA.

Neste período, as relações entre a Fundação, a Secretaria-Geral e os Estados membros foram fortalecidas por um grau mais alto de coordenação entre as partes e crescentes serviços prestados pela FUPAD na Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Atividades mais importantes

Projeto de gestão de agricultura de encostas (Haiti)

Este projeto é financiado pela USAID para melhorar a produção, processamento e sistemas de comercialização de grupos comunitários, cooperativas e agroindústrias. As organizações capacitadas pela FUPAD desempenham crescentes papéis de intermediários no sistema de comercialização agrícola no país e geram significativo emprego. É complementado por outro programa financiado pela USAID para monetizar grãos, reparar estradas que ligam os centros de produção agrícola aos mercados e escolas rurais, estas utilizáveis como refúgio em casos de desastres, estabelecer sistemas de irrigação e treinar as comunidades em prevenção de desastres. O Governo do Haiti também destinou fundos à FUPAD para construir uma rede de irrigação no sul do país e implementar, com funcionários municipais e residentes locais, medidas para controlar a erosão que afeta a cidade de Cap-Haïtien.

Fortalecimento da capacidade de ONGs (Haiti-República Dominicana)

Novos acordos assinados com a USAID/Washington permitirão melhorar as condições econômicas e sociais na fronteira haitiano-dominicana e combater o tráfico de menores como trabalhadores escravos, o que contribuirá para resolver um importante problema de direitos humanos. Por sua vez, o Banco Mundial e o setor privado financiam, por meio da FUPAD, um projeto de desenvolvimento comunitário em dois municípios daquela área.

Geração de emprego sustentável (Colômbia)

Com o financiamento da USAID e a decidida participação do setor privado, a FUPAD implementa duas importantes iniciativas dedicadas a famílias deslocadas pela violência e agricultores que abandonam os cultivos ilícitos para ingressar na legitimidade produtiva. Os dois projetos abrangem 40.000 famílias em 16 departamentos e 110 municípios, beneficiando quase 200.000 pessoas, das quais 40% são mulheres. A FUPAD alavanca os recursos recebidos da USAID e estabelece alianças estratégicas que incentivam o investimento social corporativo nacional e internacional e a participação do setor público em programas orientados para os setores mais necessitados da população deslocada, particularmente a afro-colombiana em projetos de desenvolvimento rural, incubação de pequenas empresas associativas e microempresas, estabelecimento de centros comunitários de produção que também prestam serviços de educação e saúde e capacitação para ingressar na força de trabalho.

Uma delegação da Junta Diretora da FUPAD, presidida pelo Secretário-Geral da OEA e acompanhada de representantes do Congresso e do setor privado dos Estados Unidos, visitou a Colômbia em novembro de 2003. O grupo manteve entrevistas de trabalho com o Presidente da Colômbia, Doutor Alvaro Uribe, o Embaixador dos Estados Unidos, o Diretor da USAID e altos representantes do Governo e do setor privado da Colômbia. A delegação inaugurou dois importantes centros comunitários. O primeiro, destinado à atenção médica e educacional de 200 crianças e ao treinamento de mães para o trabalho entre a população deslocada afrocolombiana e vulnerável de Soacha, nas imediações de Bogotá, e construído e organizado conjuntamente pela FUPAD, *Minuto de Dios* e *AFRODES*. O segundo, dedicado à incubação de pequenos negócios, a atenção em saúde e educação e a melhoria de habitações para 600 famílias étnicas deslocadas em Riohacha, La Guajira, construído pela FUPAD e a *Caja de Compensación Familiar de la Guajira*, e contribuições do ICBF, do município e da Câmara de Comércio local.

Remessas (El Salvador, México, Haiti)

Imigrantes latinos e caribenhos residentes nos Estados Unidos enviam anualmente mais de US\$32 bilhões em remessas familiares e comunitárias a seus países natais, quantia que supera o investimento conjunto das organizações internacionais de empréstimo da região. A FUPAD, com o apoio da USAID, iniciou três projetos piloto com grupos de imigrantes de El Salvador, México e Haiti nos Estados Unidos para canalizar uma parte de suas remessas para projetos produtivos em suas comunidades de origem. Cada grupo está realizando investimentos iniciais, com contrapartidas de igual valor da FUPAD para desenvolver oportunidades e gerar empregos sustentáveis e incrementar a renda nessas comunidades.

Em El Salvador, trabalha-se com o Comitê Cívico Unido Americano-Salvadorenho ajudando cinco cooperativas rurais a diversificar sua produção agrícola tradicional para novos cultivos comercializáveis no mercado nacional e internacional. No Haiti, colabora-se com a Organização Nacional para o Desenvolvimento Haitiano (NOAH), ajudando cooperativas rurais a plantar 40.000 árvores frutíferas. No México, assessora-se a *Organización de Migrantes por Ayoquezco* (MIGPAO), no desenvolvimento de um modelo inovador de negócios transacionais, para que a comunidade produza e exporte nopal ao mercado americano-mexicano, caracterizado pelo desejo de consumir produtos locais.

Os três projetos fazem parte do Fundo de Desenvolvimento Transnacional iniciado pela FUPAD com

o apoio do setor privado, fundações e doadores governamentais e constituem modelos para que outros grupos de imigrantes latinos e caribenhos nos Estados Unidos iniciem projetos de desenvolvimento econômico e social em suas comunidades de origem.

Associações corporativas

Um dos enfoques principais da Fundação é envolver uma ampla gama de sócios hemisféricos no processo de desenvolvimento econômico e social, particularmente o setor corporativo privado representado por bancos, a indústria e o comércio, empresas, câmaras de comércio e associações empresariais. Mencione-se como exemplos: Unibank, Masterfoods e Citigroup, no Haiti; Grupo M, no Haiti e República Dominicana; Banco Agrícola, em El Salvador; Bank Boston, Chevron-Texaco, Occidental Petroleum, 3M, Grupo Bavaria, Câmaras de Comércio e Caixas de Compensação Familiar, na Colômbia; Grupo Altria, na Argentina, Brasil e Paraguai; Massalin Particulares, na Argentina; e Caterpillar, no Peru.

Outros sócios corporativos incluem Landmark Graphics, Stanford Financial Group, Channellock Inc., Cornell Quality Tools, Danaher Tool Group, Genesis Medical Imaging, Meritool e Stride Tool Co., que permitem enviar aos Estados membros 19 doações de equipamento médico e ferramentas para a educação, no valor superior a US\$1,3 milhão. Também se trabalha em estreito contato com as Câmaras de Comércio da América Latina para prestar assistência ao Hemisfério em casos de desastres naturais e apoiar outros projetos da FUPAD na região.

JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS

Em conformidade com a resolução AG/RES. 123 da Assembléia Geral, adotada em 14 de abril de 1973, e a resolução CP/RES. 124 do Conselho Permanente, de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral. A Junta iniciou suas funções em março de 1976 e adotou regulamentos e procedimentos detalhados para o exercício de seus deveres e responsabilidades no contexto das disposições da Assembléia Geral e do Conselho Permanente que regem a matéria. A Junta compõe-se de três membros, eleitos pela Assembléia Geral.

A Junta de Auditores Externos realizou sua reunião anual de 7 a 11 de abril de 2003, com o objetivo de preparar seu relatório sobre a auditoria externa das contas e dos demonstrativos financeiros da OEA, em conformidade com o artigo 129 das Normas Gerais.

Em 11 de abril de 2003, a Junta apresentou suas observações no documento Relatório ao Conselho Permanente da OEA: Auditoria de contas e demonstrativos financeiros, 31 de dezembro de 2002 e 2001 (OEA/Ser.S, JAE/doc.33/03). O relatório é formado por quatro seções: a) Comentários e recomendações para aperfeiçoar os procedimentos operacionais e controles internos contábeis; b) Demonstrativos financeiros da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos; c) Demonstrativos Financeiros da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e da Fundação para as Américas; d) Demonstrativos financeiros de outras agências e entidades relacionadas com a Organização dos Estados Americanos.

Com base nos pareceres emitidos pela firma *Ernest & Young, LLP*, uma firma de auditoria independente, os demonstrativos financeiros das entidades auditadas estão de acordo com os livros, registros, documentos e comprovantes da Secretaria-Geral.

Além disso, a Junta tratou de temas, preocupações e recomendações sobre as quais deseja chamar a atenção do Secretário-Geral, da Assembléia Geral e do Conselho Permanente. Com base na sinopse da situação financeira do Fundo Ordinário, dos fundos específicos e das contribuições especiais à OEA, analisou as iniciativas tomadas pela administração da OEA para pôr em prática as recomendações da Junta incluídas no relatório do ano anterior, bem como novos temas que motivam sua preocupação.

A Junta destacou que os auditores independentes emitiram pareceres irrestritos (“limpos”), que representam o melhor resultado possível de uma auditoria, com respeito aos seguintes demonstrativos financeiros de 2002:

Fundo Ordinário da OEA e fundos específicos
Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento
Fundação para as Américas
Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe
Unidade para a Promoção da Democracia
Fundo de Aposentadoria e Pensões

Fundo da Junta Interamericana de Defesa
Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos
Projeto de Planejamento para Adaptação à Mudança Climática Global.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

Estabelecida em 1942 para estudar e recomendar medidas para a defesa do Hemisfério, a Junta Interamericana de Defesa (JID) é a organização militar multilateral mais antiga do mundo. Além de promover a paz e a segurança do Hemisfério, a Junta serve também como organização de fortalecimento da confiança mediante vínculos de cooperação militar e de fomento das relações entre civis e militares. A Junta promove interesses cooperativos de segurança no Hemisfério Ocidental e atua em áreas como a remoção de minas com fins humanitários e as medidas de fortalecimento da confiança, apoiando diretamente as metas da OEA e dos Ministros da Defesa. Supervisa um programa acadêmico de nível superior sobre estudos de segurança e defesa no Colégio Interamericano de Defesa.

A JID continua a desenvolver um trabalho permanente de coordenação e supervisão dos programas de Remoção Humanitária de Minas para a América Central (MARMINCA) e para a América do Sul (MARMINAS), este na fronteira entre o Peru e o Equador, dos quais participam mais de 30 supervisores internacionais, representando as Forças Armadas do Hemisfério, e em apoio permanente à OEA mediante o Programa de Remoção Humanitária de Minas (AICMA). Pessoal do Estado-Maior da JID tem participado de visitas de supervisão e coordenação a MARMINAS. Em Honduras, a JID coordenou-se com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos no emprego de escavadeiras mecânicas originárias da Alemanha, especialmente modificadas para a tarefa de remoção de minas, em apoio ao programa de Honduras como país livre de minas. Também se proporcionou assistência técnica à remoção de minas no Peru e no Equador, mediante cursos de treinamento para sapadores e pessoal técnico. Cabe destacar que, até 1º de abril de 2004, elevava-se a 35.956 o total de minas e artefatos explosivos destruídos, o que significa a limpeza de uma área de quase dois milhões de metros quadrados na região. O Estado-Maior da JID preparou um Manual de Procedimentos Operativos para a Remoção Humanitária de Minas, que contém as normas internacionais e diretivas da JID.

Preparou-se o Inventário de Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança no Hemisfério, atualizado com os relatórios apresentados pelos Estados membros em 2002, bem com o Inventário de Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança em outras áreas extra-regionais. Esses inventários foram enviados à Secretaria-Geral e apresentados à Comissão de Segurança Hemisférica.

O Colégio Interamericano de Defesa (CID) continuou a apoiar seu curso de altos estudos profissionais e interdisciplinares para funcionários civis e pessoal militar e de segurança por meio do seu programa acadêmico de 11 meses, que proporciona amplos conhecimentos sobre os sistemas governamentais, o meio internacional, a estrutura e funcionamento do Sistema Interamericano, operações de manutenção da paz e uma análise de ameaças à segurança hemisférica. Além disso, o CID realizou quatro seminários; sobre ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica; missões de manutenção da paz; gestão de crises; e desastres naturais. Em apoio ao Programa de Educação para a Paz, o CID oferece cursos sobre solução de conflitos e exercícios de gestão de crises que ajudam os participantes a entender e praticar técnicas básicas de negociação, bem como conferências para promover o entendimento regional e avançar nas relações entre civis e militares. O CID oferece dois cursos de Mestrado: um, em serviços internacionais, com ênfase na segurança e defesa, em coordenação com a *American University*, e outro, em defesa e segurança em coordenação com a

Universidad Del Salvador, da Argentina.

Para expandir o alcance do seu programa acadêmico, o CID preparou o Programa de Estudos à Distância via Internet em cooperação com o Instituto de Assuntos Mundiais, que inclui um curso de resolução de conflitos e gestão de crises.

Na Guatemala, em cooperação com a OEA e a Conferência de Forças Armadas da América Central, o CIDI realizou um seminário sobre preparação de livros brancos e políticas de defesa no nível nacional e regional. O seminário ofereceu uma análise abrangente das novas políticas de defesa na América Central e contou com a participação de representantes civis e militares, que transmitiram a experiência e o conhecimento sobre o tema acumulados por outros países do Hemisfério. Atualmente, o CID trabalha no planejamento e desenvolvimento de um seminário hemisférico sobre coleta, identificação e administração de estoques e destruição de armas pequenas e armamentos leves, a ser realizado na Nicarágua em coordenação com a Secretaria-Geral da OEA e com a participação da CICAD e das Nações Unidas.

Com suas diversas iniciativas acadêmicas, o CID, como objetivo especial, procura o apoio a programas de interesse da OEA, como os de promoção da Carta Democrática Interamericana e promoção de uma cultura democrática por meio da educação.

O CID, por intermédio do seu Presidente, tem mantido presença e participação em todos os eventos mais significativos da OEA, como a Conferência Especial sobre Segurança dos Pequenos Estados Insulares, as reuniões anuais do CICTE, CICAD e CIFTA, a Reunião de Peritos em Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, a Assembléia Geral e a Conferência Especial sobre Segurança. O General-de-Divisão Freeman também participou como orador convidado da Conferência sobre Armas, Drogas e Terrorismo no Hemisfério, organizada pela OEA e a *George Washington University*. Também expôs em diversas ocasiões, perante a Comissão de Segurança Hemisférica, os resultados das diferentes etapas do processo de modernização que está sendo desenvolvido pela JID.

O CID continuou a expandir sua rede de convênios acadêmicos de cooperação com numerosos institutos e universidades militares e civis do Hemisfério, tendo assinado, até o momento, mais de 15 convênios. Como reflexo da importância adquirida no âmbito hemisférico, tanto a JID como o CID receberam numerosas visitas oficiais, como as da Comissão de Defesa Nacional do Congresso Nacional do Peru, do Instituto de Altos Estudos Nacionais do Equador, do Vice-Ministro da Defesa Nacional do Uruguai, do Instituto de Altos Estudos para a Defesa e Segurança Nacional da República Dominicana, do Colégio de Altos Estudos Estratégicos de El Salvador, do Diretor-Geral da Polícia Nacional da Colômbia, do Ministro da Defesa da Argentina, da Escola Militar do Chile, do Colégio Nacional de Defesa de Honduras e do Comandante da Quarta Brigada da Colômbia.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judicial autônoma da OEA cujo objetivo é aplicar e interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte exerce competência de caráter contencioso e consultivo. É composta por sete juízes eleitos pelos Estados partes da Convenção na Assembléia Geral da Organização.

No período abrangido por este relatório, integraram a Corte, por ordem de precedência, os seguintes juízes: Antônio A. Cançado Trindade (Brasil), Presidente; Sergio García Ramírez (México), Vice-Presidente; Hernán Salgado Pesantes (Equador); Máximo Pacheco Gómez (Chile); Oliver Jackman (Barbados); Alirio Abreu Burelli (Venezuela); e Carlos Vicente de Roux Renfigo (Colômbia). O Secretário da Corte é Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica), e o Secretário Adjunto é Pablo Saavedra Alessandri (Chile).

Casos contenciosos, medidas provisórias e pareceres consultivos apresentados à consideração da Corte

No fim de 2002 e em 2003, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeteu à consideração da Corte os seguintes casos: *Mapiripán*, contra a Colômbia; Jornal *La Nación*, contra a Costa Rica; *Alfonso Martín del Campo Dodd*, contra o México; *Caesar*, contra Trinidad e Tobago; *Comunidad Yakye Axa*, contra o Paraguai; *De la Cruz Flores*, contra o Peru; *Carpio Nicolle y otros*, contra a Guatemala; *Hermanas Serrano Cruz*, contra El Salvador; *Yatama*, contra a Nicarágua; *Acevedo Jaramillo y otros*, contra o Peru; *Acosta Calderón*, contra o Equador; *Daniel David Tibi*, contra o Equador; *Marco Molina Theissen*, contra a Guatemala; *López Álvarez*, contra Honduras; e o caso *Niñas Yean y Bosico*, contra a República Dominicana. A Comissão formulou pedidos de medidas provisórias nos casos *Comunidades del Jiguamiandóe del Curbaradó*, referente à Colômbia; *Lysias Fleury*, referente ao Haiti; e *Marta Colomina e Liliana Velásquez*, referente à Venezuela.

Períodos de sessões

No ano a que se refere este relatório, a Corte realizou quatro períodos ordinários de sessões, nos quais considerou os assuntos indicados a seguir:

No Quinquagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, realizado de 17 de fevereiro a 8 de março de 2003, a Corte proferiu sentenças sobre o mérito e as reparações no *Cinco Pensionistas*, contra o Peru. Também emitiu resoluções sobre medidas provisórias nos casos *Luis Uzcátegui*, referente à Venezuela; *Luisiana Ríos y otros*, referente à Venezuela; *Liliana Ortega y otras*, referente à Venezuela; *Helen Mack Chang*, referente à Guatemala; *Bámaca Velásquez*, referente à Guatemala; e *Comunidades de Jiguamiandó y del Curbaradó*, referente à Colômbia. A Corte também realizou audiências públicas nos seguintes casos: *Mack Chang*, contra a Guatemala; *Maritza Urrutia*, contra a Guatemala; *Juan Humberto Sánchez*, contra Honduras; *Bulacio*, contra a Argentina; e *Opinión Consultiva OC-18 (Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados)*, com o propósito de ouvir os argumentos orais de diversos Estados membros da OEA que participaram desse Parecer; e nas medidas provisórias dos casos *Luis Uzcátegui*, relativo à Venezuela; *Luisiana Ríos y otros*, relativo à Venezuela; e *Liliana Ortega y otros*, relativo à Venezuela. Finalmente, a Corte acordou em aceitar a decisão do Juiz Abreu Burelli de afastar-se, por razões pessoais, do cargo de

Vice-Presidente da Corte e, em consequência, elegeu por unanimidade o Juiz Sergio García Ramírez como Vice-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No seu Quinquagésimo Nono Período Ordinário de Sessões, realizado de 4 a 12 de junho de 2003, a Corte emitiu sentença sobre as exceções preliminares, o mérito e as reparações no caso *Juan Humberto Sánchez*, contra Honduras. Além disso, emitiram-se resoluções sobre medidas provisórias nos casos: *Blake*, relativo à Guatemala; *Helen Mack Chang y otros*, relativo à Guatemala; e *Lysias Fleury*, relativo ao Haiti. A Corte também realizou outra audiência pública sobre a *Opinión Consultiva OC-18 (Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados)*, com o propósito de ouvir os argumentos orais das pessoas, organizações ou universidades que apresentaram documentos de *amicus curiae*.

No Sexagésimo Período Ordinário de Sessões, realizado de 8 a 20 de setembro de 2003, a Corte emitiu sentença sobre o mérito e as reparações no caso *Bulacio*, contra a Argentina; bem como emitiu a *Opinión Consultiva OC-18 (Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados)*. Também emitiu resolução sobre medidas provisórias no caso *Marta Colomina y Liliana Velásquez*, relativo à Venezuela. Além disso, a Corte emitiu resolução sobre o cumprimento da sentença do caso *Benavides Cevallos*, contra o Equador. Finalmente, a Corte designou como seu novo Secretário o advogado chileno Pablo Saavedra Alessandri, que atuava anteriormente como Secretário Adjunto do Tribunal, e que assumiu suas novas funções em 1º de janeiro de 2004.

No Sexagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões, realizado de 20 de novembro a 4 de dezembro de 2003, a Corte proferiu quatro sentenças nos seguintes casos: *Mack Chang*, referente à Guatemala, sobre o mérito e as reparações; *Juan Humberto Sánchez*, contra Honduras, sobre interpretação de sentença; *Maritza Urrutia*, contra a Guatemala, sobre o mérito e as reparações; e *Baena Ricardo y otros*, contra o Panamá, sobre a competência. Também emitiu resolução sobre medidas provisórias no caso *Luisiana Ríos y otros*, referente à Venezuela. Além disso, a Corte emitiu 15 resoluções sobre cumprimento de sentença, nos seguintes casos: *Blake*, contra a Guatemala; *Benavides Cevallos*, contra o Equador; *Barrios Altos*, contra o Peru; *Caballero Delgado y Santana*, contra a Colômbia; *Garrido y Baigorria*, contra a Argentina; *Bámaca Velásquez*, contra a Guatemala; *Hilaire Constantine y Benjamin y otros*, contra Trinidad e Tobago; *“La Panel Blanca” (Paniagua Morales y otros)*, contra a Guatemala; *Cantoral Benavides*, contra o Peru; *Loayza Tamayo*, contra o Peru; *“Niños de la calle” (Villagrán Morales y otros)*, contra a Guatemala; *Suárez Rosero*, contra o Equador; *Castillo Páez*, contra o Peru; e o *Tribunal Constitucional*, contra o Peru; bem como o caso *“La Última Tentación de Cristo” (Olmedo Bustos y otros)*, mediante o qual se decidiu dar o caso por encerrado e arquivar seu expediente. Adicionalmente, a Corte emitiu oito resoluções sobre cumprimento das medidas provisórias nos casos *Marta Colomina* e *Liliana Velásquez*, referente à Venezuela; *Luis Uzcátegui*, referente à Venezuela; *Luisiana Ríos y otros*, referente à Venezuela; *Liliana Ortega y otras*, referente à Venezuela; *Bámaca Velásquez*, referente à Guatemala; *Lysias Fleury*, referente ao Haiti; e *James e otros*, referente a Trinidad e Tobago; bem como no caso *Clemente Teherán y otros (Comunidad Indígena “Zenu”)*, referente à Colômbia, mediante o qual decidiu suspender e dar por concluídas as medidas provisórias ao mesmo referentes. Por último, a Corte elegeu seu novo Presidente, o Juiz Sergio García Ramírez (México) e seu novo Vice-Presidente, Juiz Alirio Abreu Burelli (Venezuela), que iniciaram suas funções no primeiro dia do primeiro período de sessões de 2004.

Nos quatro períodos de sessões citados, a Corte, ademais de considerar diversos assuntos que tramitam

perante esse órgão, analisou os diferentes relatórios sobre medidas provisórias apresentados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pelos respectivos Estados. Além disso, o Tribunal analisou os diferentes relatórios apresentados pela Comissão, pelos Estados envolvidos e pelas vítimas ou seus representantes nos casos que se encontram na etapa de cumprimento de sentença. Também considerou diversos assuntos de natureza administrativa.

Outras atividades

No período abrangido por este relatório, a Corte teve a satisfação de receber os seguintes visitantes: Doutor Martín Sheinin, membro da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas; Doutor Paul Mahoney, Secretário da Corte Européia de Direitos Humanos; Ministro Nilmário Miranda, Secretário Especial de Direitos Humanos do Brasil; Doutor Rafael Chamorro Mora, Presidente da Comissão Centro-Americana de Justiça; Doutor Agustín García Calderón, Presidente da Corte Suprema de Justiça de El Salvador; Doutor Luis Paulino Mora Mora, Presidente da Corte Suprema de Justiça da Costa Rica; Doutor Fausto Alvarado Dodero, Ministro da Justiça do Peru; Doutora Mérida O'Donnell, Representante Regional para o México e a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Doutor Edgar Armando Gutiérrez Girón, Ministro das Relações Exteriores da Guatemala; Excelentíssimo Senhor Álvaro Uribe Vélez, Presidente da República da Colômbia; Doutora Carolina Barco, Ministra das Relações Exteriores da Colômbia; Doutor Roberto Tovar Faja, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica; Doutor Jaime Ruiz de Santiago, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) na Polônia; e o Doutor Prometeo Cerezo, Secretário do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (IHLADI). Além disso, a Corte celebrou vários convênios de cooperação interinstitucional com a Universidade de Brasília, a Universidade para a Paz, o Instituto Max-Planck de Direito Internacional de Heidelberg, o Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile, o Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (IHLADI), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Universidade Central do Chile, o Centro de Direitos Humanos e Cíveis da Universidade Notre Dame, o Conselho de Estado da República da Colômbia, a Universidade Católica *Nuestra Señora de la Asunción*, do Paraguai, e o Ministério Público do Chile. Finalmente, realizou-se a Terceira Jornada de Estudo e Intercâmbio sobre Direito Internacional Humanitário e Temas Relacionados”, entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

VI. OBSERVADORES PERMANENTES

OBSERVADORES PERMANENTES

A condição de Observador Permanente junto à Organização dos Estados Americanos foi estabelecida no Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, realizado em São José, Costa Rica, em 1971 [AG/RES. 50 (I-O/71)]. Os Observadores Permanentes participam das atividades da Organização e contribuem para seus programas. Na data de preparação deste relatório, existiam 59 Estados com a condição de Observador Permanente junto à OEA.

O Escritório de Relações Externas é responsável pela gestão diária das atividades relacionadas com os Observadores Permanentes. Por meio de reuniões informativas, do intercâmbio de documentos e informação e de eventos especiais, o Escritório de Relações Externas promove a ativa participação e colaboração desses países nas atividades da Secretaria-Geral.

Existem atualmente 59 Observadores Permanentes junto à Organização dos Estados Americanos. Os dois novos Estados que obtiveram a condição de Observador Permanente junto à OEA em 2003 foram a Eslovênia e a Nigéria, e em fevereiro de 2004, o Grão-Ducado de Luxemburgo. Em consequência, a lista atual de Observadores Permanentes é a seguinte: Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Cazaquistão, Chipre, Croácia, Dinamarca, Egito, Eslovênia, Espanha, Estônia, Federação Russa, Filipinas, Finlândia, França, Gana, Geórgia, Grécia, Grão-Ducado de Luxemburgo, Guiné Equatorial, Hungria, Iêmen, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letônia, Líbano, Marrocos, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Polônia, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Tcheca, República da Coreia, República da Eslováquia, Romênia, Santa Sé, Sérvia e Montenegro, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Tunísia, Turquia, Ucrânia e União Européia.

No período abrangido por este relatório, a Organização recebeu contribuições em dinheiro num total de aproximadamente US\$12 milhões dos seguintes Observadores Permanentes: Alemanha, Coreia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Santa Sé, Suécia, Suíça, Turquia e União Européia. Além disso, receberam-se contribuições substanciais em bens ou serviços da Coreia, Espanha, França e Israel, num total equivalente a cerca de US\$500.000. As principais áreas apoiadas por estes países são a democracia, direitos humanos, solução de conflitos, luta contra o narcotráfico, desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Diante disso, o Escritório de Relações Externas organizou várias cerimônias a fim de prestar reconhecimento público ao apoio dos países observadores às atividades da Organização e coordenou a divulgação dos comunicados de imprensa a este respeito.

Quanto aos contatos com altas autoridades governamentais dos países Observadores Permanentes, deve-se destacar a visita feita à sede da Organização pelo Presidente da Itália, Carlo Azeglio Ciampi, que falou ao Conselho Permanente numa sessão solene. Nesta ocasião, o Chefe de Estado italiano declarou-se otimista em relação ao diálogo travado entre a União Européia e a OEA. O Presidente Ciampi, primeiro Chefe de Estado italiano a visitar a Organização, aproveitou a oportunidade também para informar que a Itália voltaria a estabelecer uma Missão Observadora Permanente junto à OEA.

Neste mesmo período realizaram-se pela primeira vez consultas entre a OEA e a União Européia, organizadas pelo mesmo Escritório, para tratar de toda uma variedade de temas de interesse do

Hemisfério Ocidental e que poderiam ser objeto de cooperação maior entre as duas entidades. A Delegação da União Européia foi chefiada pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores da Itália, Mario Baccini, e seu Diretor-Geral para as Américas, Embaixador Ludovico Ortona. A Irlanda, que sucederá à Itália na presidência da União Européia, foi representada por Patrick Walshe, Secretário-Geral Adjunto da chancelaria de seu país. Também estiveram presentes representantes da Comissão Européia e do Conselho da União Européia.

Outro evento importante organizado pelo Escritório de Relações Externas nesse ano foi a reunião entre o Secretário-Geral do Conselho da Europa, Senhor Walter Schwimmer, e o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da Organização. O objetivo principal desta reunião foi estabelecer contatos e trocar informações acerca de temas de interesse comum, como os direitos humanos, a luta contra as drogas, a corrupção e o terrorismo, e o fortalecimento da democracia.

O Escritório de Relações Externas mantém e expande constantemente sua página na Internet sobre Observadores Permanentes, que inclui informações e documentação relevantes para a condição de Observador Permanente, informações detalhadas sobre cada país Observador, e dados gerais sobre contribuições e outras formas de participação dos Observadores nas atividades da Organização. No período compreendido por este relatório, o Escritório de Relações Externas traduziu para o espanhol esta página, antes só disponível em inglês.

Trabalhando em estreito contato com as áreas técnicas, o Escritório de Relações Externas preparou e distribuiu uma pasta com informações detalhadas sobre vários projetos de cooperação técnica administrados pela Secretaria-Geral que requerem financiamento, para consideração pelos países Observadores.

**VII. VIAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL E
DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO**

Viagens do Secretário-Geral

Missão de Facilitação do Secretário-Geral na Venezuela
Caracas, Venezuela, 2 a 23 de janeiro de 2003

Missão de Facilitação do Secretário-Geral na Venezuela
Caracas, Venezuela, 28 de janeiro a 6 de fevereiro de 2003

Missão de Facilitação do Secretário-Geral na Venezuela
Caracas, Venezuela, 7 a 14 de fevereiro de 2003

Reunião do Clube de Montevideú
Barcelona, Espanha, 19 a 23 de fevereiro de 2003

Assinatura do Acordo de Cooperação e Assistência Técnica entre o Governo da Colômbia e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos relativo ao Plano Nacional de Ação Integral contra as Minas Antipessoal na Colômbia
Bogotá, Colômbia, 25 de fevereiro de 2003

Reunião do Grupo de Amigos do Secretário-Geral em sua Missão de Facilitação na Venezuela
Brasília, Brasil, 5 a 10 de março de 2003

Conferência sobre Financiamento da Democracia nas Américas: Partidos Políticos, Campanhas e Eleições, organizada pelo *Carter Center* e reunião com o ex-Presidente Jimmy Carter
Atlanta, Geórgia, 17 a 18 de março de 2003

Missão de Facilitação do Secretário-Geral na Venezuela
Caracas, Venezuela, 26 a 28 de março de 2003

Reunião do Clube de Madri e reunião com o ex-Presidente Bill Clinton
Nova York, N.Y., 18 a 20 de março de 2003

Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos
Milão, Itália, 20 a 25 de março de 2003

Missão de Facilitação do Secretário-Geral na Venezuela
Caracas, Venezuela, 30 de março a 3 de abril de 2003

Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Novos Desafios à Paz e à Segurança
Nova York, N.Y., 10 e 11 de abril, 2003

Missão de Facilitação do Secretário-Geral na Venezuela
Caracas, Venezuela, 23 a 30 de abril de 2003

Conferência In the Present International Context, Is it Realistic to Expect that the FTAA Can Be on Target for 2005?

Montreal, Canadá, 2 a 5 de maio de 2003

Missão Especial do Secretário-Geral na Bolívia
La Paz, Bolívia, 10 a 13 de maio de 2003

XVII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros do Mecanismo Permanente de
Consulta do Grupo do Rio
Cuzco, Peru, 23 e 24 de maio de 2003

Reunião com *New York Times* e o Grupo Cisneros
Nova York, N.Y., 3 e 4 de junho de 2003

Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA
Santiago, Chile, 8 a 10 de junho de 2003

Vigésima Quarta Reunião Ordinária da Conferência dos Chefes de Governo da Comunidade do
Caribe
Montego Bay, Jamaica, 2 a 5 de julho de 2003

Quinta Reunião Anual de Alto Nível entre as Nações Unidas e Organizações Regionais
Nova York, N.Y., 29 e 30 de julho de 2003

Terceira Reunião de Ministros da Educação no Âmbito do CIDI
Cidade do México, México, 11 de agosto de 2003

Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho
Bahia, Brasil, 22 a 25 de setembro de 2003

Segunda Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de
Descentralização
Cidade do México, México, 25 a 29 de setembro de 2003

Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social
Isla Margarita, Venezuela, 7 a 9 de outubro de 2003

Décima Reunião Anual do Grupo dos 50 (G-50)
Keswick, Virgínia, 10 a 12 de outubro de 2003

59º Assembléia Geral da Inter-American Press Association e o Chicago Tribune
Chicago, IL., 12 e 13 de outubro de 2003

Conferência: La “RESA” como instrumento de competitividad
Panamá, 26 a 28 de outubro de 2003

Conferência Especial sobre Segurança
Cidade do México, México, 24 a 30 de outubro de 2003

Reunião de Biarritz: *Cuartos Encuentros*
Valle Bravo, México, 29 de outubro de 2003

Diálogo sobre Governança, Globalização e Desenvolvimento, organizado pela Universidade de Barcelona
Barcelona, Espanha, 30 e 31 de outubro de 2003

Assembléia Geral do Clube de Madri
Madri, Espanha, 31 de outubro a 4 de novembro de 2003

Fórum Empresarial e Reunião Ministerial da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)
Miami, FL, 18 a 22 de novembro de 2003

Missão de Acompanhamento da Organização dos Estados Americanos do Processo de Coleta, Verificação e Validação de Assinaturas
Caracas, Venezuela, 23 a 28 de novembro de 2003

Cúpula Extraordinária das Américas
Monterrey, México, 11 e 12 de janeiro de 2004

Tomada de posse do Presidente da Guatemala
Guatemala, Guatemala, 12 a 18 de janeiro de 2004

Reunião do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
Montevideu, Uruguai, 27 a 29 de janeiro de 2004

Fórum Mundial de Comunicação e Desenvolvimento Sustentável
Soria, Espanha, 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 2004

Visita oficial ao Brasil
Brasília, Brasil, 4 a 6 de fevereiro de 2004

Viagens do Secretário-Geral Adjunto

Co-Presidente (juntamente com o Ministro das Relações Exteriores Julian Hunte, de Santa Lúcia) da Delegação de Alto Nível da Organização dos Estados Americanos e da Comunidade do Caribe (OEA/CARICOM), em conformidade com a resolução CP/RES. 822
Port-au-Prince, Haiti, 18 a 21 de março de 2003

Consultas sobre o Haiti com membros da Delegação de Alto Nível conforme solicitação do Conselho Permanente
Miami, FL, 12 de abril de 2003

Eleições no Paraguai
Assunção, Paraguai, 25 a 29 de abril de 2003

Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos
Santiago, Chile, 6 a 11 de junho de 2003

Curso Anual de Direito Internacional, patrocinado pela Comissão Jurídica Interamericana
Rio de Janeiro, Brasil, 6 a 11 de janeiro de 2003

Conferência Nacional sobre a América Latina, organizada pelo Governo da Itália
Milão, Itália, 11 a 19 de outubro de 2003

Conferência Especial sobre Segurança
Cidade do México, México, 11 a 19 de outubro de 2003

Celebração do Centenário da República do Panamá
Cidade do Panamá, Panamá, 1º a 4 de novembro de 2003

5th Americas Project Colloquium, organizado pelo Baker Institute, Rice University
Houston, Texas, 14 a 17 de novembro de 2003

Comemoração do Bicentenário da Declaração da Independência da República do Haiti
Port-au-Prince, Haiti, 31 de dezembro de 2003 a 3 de janeiro de 2004

Cúpula Extraordinária das Américas
Monterrey, México, 10 a 14 de janeiro de 2004

Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados da CARICOM com Representantes da Oposição Política do Haiti, da Sociedade Civil e do Setor Religioso
Nassau, *Commonwealth* das Bahamas, 20 a 22 de janeiro de 2004

Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados da CARICOM com o Presidente Jean-Bertrand Aristide, Representantes do Governo do Haiti e o Partido Fanmi Lavalas
Kingston, Jamaica, 31 de janeiro de 2004

ANEXOS

ANEXO A

CONSELHOS E COMISSÕES INTERAMERICANOS

CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CIDI)

Presidente da Oitava Reunião Ordinária: Ramón Quiñónez (República Dominicana)

Vice-Presidente da Oitava Reunião Ordinária: Denis Antoine (Grenada)

COMISSÃO EXECUTIVA PERMANENTE DO CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CEPCIDI)

Presidente: Jorge Valero Briceño (Venezuela)

Vice-Presidente: Ricardo González de Mena (Panamá)

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

Presidente: Brynmor T. Pollard (Guiana)

Jean-Paul Hubert (Canadá)

Felipe Paolillo (Uruguai)

Ana Elizabeth Villalta (El Salvador)

Luis Herrera Marcano (Venezuela)

Kenneth Rattray (Jamaica)

Alfonso Gómez Robledo (México)

João Grandino Rodas (Brasil)

Luis Marchand (Peru)

Eduardo Vío Grossi (Chile)

Mauricio Herdocia (Nicarágua)

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Sergio García Ramírez (México) - Presidente

Alirio Abreu Burelli (Venezuela) – Vice-Presidente

Oliver Jackman (Barbados)

Manuel Ventura (Costa Rica)

Cecilia Medina (Chile)

Diego García Sayán (Peru)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

José Zalaquett (Chile) - Presidente

Clare Kamau Roberts (Antígua e Barbuda) - Primeiro Vice-Presidente

Susana Villarán (Peru) - Segundo Vice-Presidente

Evelio Fernández Arévalos (Paraguai)

Freddy Gutiérrez Trejo (Venezuela)

Florentín Meléndez (El Salvador)

Paulo Sergio Pinheiro (Brasil)

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Lionel Alain Dupuis (Canadá)
Morton H. Sklar (Estados Unidos)
Agustín Alberto Gordillo (Argentina)
Albert Matthew (Dominica)
Alma Montegro de Fletcher (Panamá)
José Antonio Arze (Bolívia)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Presidente: Yadira Henríquez de Sánchez (República Dominicana)
Vice-Presidente: Florence Ievers (Canadá)
Vilma Lily Caravantes Tobías (Guatemala)
Ivana Toruño Padilla (Nicarágua)
María José Argaña de Mateu (Paraguai)
Rita Di Martino (Estados Unidos)
Nora Uribe Trujillo (Venezuela)

COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

Presidente: Mario Guillermo Moreno (Argentina)
Presidente Alternado da COM/CITEL: Fulvio Madaro (Argentina)
Vice-Presidente: Alvaro Retana Castro (Costa Rica)
Presidente da CCP.I: Martha Elena Pinto de De Hart (Colômbia)
Presidente Alternado da CCP.I: Felix Castro (Colômbia)
Presidente da CCP.II: Alvin Lezama (Venezuela)
Presidente Alternado da CCP.II: Mikhail Marsiglia (Venezuela)
Secretário Executivo: Clovis Baptista

COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS

Presidente: Paul E. Kennedy (Canada)
Vice-Presidente: Bonaparte Gautreaux Piñeyro (República Dominicana)
Secretário Executivo: David Beall

ANEXO B

CONFERÊNCIAS E REUNIÕES DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

(NO PERÍODO DE 1º DE MARÇO DE 2003 A 26 DE FEVEREIRO DE 2004)

2003		
1º março	Washington, D.C.	Sessão de Trabalho sobre a Implementação dos Direitos Humanos (CIDH)
6-8 março	Port-of-Spain, Trinidad e Tobago	Workshop sobre Financiamento de Partidos Políticos e Campanhas Eleitorais (UPD)
10 março	Washington, D.C.	Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos (CIFTA)
13-14 março	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais: “A Cooperação Horizontal e a Tecnologia Eleitoral” (UPD)
13-14 março	Buenos Aires, Argentina	Reunião Técnica para a Preparação de Projetos para a Implementação das Recomendações do MEM (CICAD)
17-19 março	Atlanta, Geórgia	Consulta sobre Financiamento de Partidos Políticos na América Latina (UPD)
19-21 março	Costa Rica	Reunião do Grão-Caribe sobre Sistemas de Observação da Mudança Climática (UDSMA)
20 março	Washington, D.C.	Apresentação do Livro sobre a Carta Democrática (UPD)
20-21 março	Washington, D.C.	Décima Primeira Reunião da Subcomissão de Política e Coordenação da Comissão Interamericana de Portos (CIP)
20-21 março	Buenos Aires, Argentina	Reunião dos Coordenadores Nacionais do Projeto CICDAT para a América Latina (CICAD)
23-28 março	Querétaro, México	Vigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da OEA para Universidades (MOAS)
25 março	Washington, D.C.	Conselho Consultivo (UPD)
25-26 março	Barbados	Reunião da Equipe da Gestão do Projeto de Adaptação à Mudança Climática no Caribe (UDSMA)
24-28 março	Cidade do Panamá, Panamá	Reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM) – (CICAD)
2 abril	Washington, D.C.	Vigésima Oitava Reunião do Grupo de

3-4 abril	Washington, D.C.	Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) Quarta Reunião Ordinária da Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos (CIFTA)
3-4 abril	Miami, Flórida	Reunião dos Coordenadores do Projeto CICDAT para o Caribe (CICAD)
3-10 abril	Orlando, Flórida	Vigésima Quinta Reunião sobre a Região IV de Furacões (UDSMA)
7-8 abril	Washington, D.C.	Reunião Técnica para a Preparação dos Projetos do SIDUC para a Implementação das Recomendações do MEM (CICAD)
7-9 abril	Manágua, Nicarágua	Reunião do Grupo de Peritos sobre o Controle de Armas de Fogo (CICAD)
7-10 abril	Washington, D.C.	Quarta Reunião Preparatória da Conferência Especial sobre Segurança
7-11 abril	Washington, D.C.	Reunião da Junta de Auditores Externos
7-10 abril	Guatemala	Segunda Reunião da Comissão de Consulta Permanente I: Serviços Públicos de Telecomunicações (CITEL)
11-12 abril	Austin, Texas	Workshop Norte-Americano sobre Redução da Vulnerabilidade do Setor dos Transportes em Desastres Naturais (UDSMA)
14-15 abril	São Vicente e Granadinas	Governo Local em Pequenos Estados (UPD)
15-19 abril	Barbados	Missão de Avaliação do Projeto de Adaptação da Corrente Maior à Mudança Climática (MACC) – (UDSMA)
25 abril	Washington, D.C.	Oitava Reunião Ordinária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)
29 abril - 2 maio	Washington, D.C.	Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
30 abril - 2 maio	Ottawa, Canadá	Reunião de Autoridades Centrais e outros Peritos em Assistência Judicial Mútua em Matéria Penal
5-16 maio	Genebra, Suíça	Oitava Reunião do Grupo de Trabalho de Preparação das Reuniões do Conselho da UIT (CITEL)
8-9 maio	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho para a Estratégica de Redução da Demanda no Caribe (CICAD)
12-16 maio	Genebra, Suíça	Segunda Sessão das Comissões Permanentes da Convenção de Ottawa (UPD)
15-16 maio	Miami	Reunião dos Coordenadores do CICDAT para os países do Caribe

4-6 junho	Santiago, Chile	Septuagésima Oitava Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança (IIN)
8-10 junho	Santiago, Chile	Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
9 junho - 4 julho	Genebra, Suíça	Reunião Preparatória da Conferência Mundial de Rádio - CMR 03 (CITEL)
10 junho	Tampa, Flórida	Comissão Executiva do PROCORREDOR (UDSMA)
12-15 junho	Tampa, Flórida	Conferência Hemisférica sobre Redução da Vulnerabilidade de Corredores de Comércio a Desastres Naturais - TCC II (UDSMA)
18-20 junho	Cidade da Guatemala, Guatemala	Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)
23-24 junho	Washington, D.C.	Grupo de Peritos Governamentais em Delito Cibernético
23-25 junho	Uruguai	Seminário sobre o Ensino de Valores e Práticas Democráticas no Sistema Educativo (UPD)
24-26 junho	Washington, D.C.	Décima Sexta Reunião do Grupo de Peritos para Controle da Lavagem de Ativos (CICAD)
30 junho - 2 julho	Washington, D.C.	Reunião do Grupo sobre Tráfico de Entorpecentes por Via Marítima (CICAD)
6-14 julho	Joinville, SC, Brasil	Segundo Curso Regional sobre Democracia e Gestão Política para Jovens Políticos do MERCOSUL (UPD)
8-9 julho	Washington, D.C.	Segunda Reunião dos Coordenadores dos Países Piloto para o Programa de Custos do Consumo de Drogas (CICAD)
14-15 julho	Washington, D.C.	Primeira Reunião de Pontos de Contato Nacionais dos Estados Membros do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
14-18 julho	Washington, D.C.	Quarta Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC)
17-18 julho	Washington, D.C.	Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
21-22 julho	Washington, D.C.	Trigésima Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
23-25 julho	Brasília, D.F., Brasil	Reunião Preparatória da Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (UDSE)
28-29 julho	Bogotá, Colômbia	Reunião: "A Sociedade Civil e a Educação"

4-6 agosto	Washington, D.C.	(UDSE) Sexta Reunião Preparatória da Conferência Especial sobre Segurança
4-29 agosto	Rio de Janeiro, Brasil	Sexagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana
11-12 agosto	Washington, D.C.	Primeira Reunião do Grupo de Trabalho para a Preparação das Reuniões do Conselho da UIT (CITEL)
11-12 agosto	Washington, D.C.	Oitava Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho da UIT (CITEL)
11-13 agosto	Cidade do México, México	Terceira Reunião de Ministros da Educação no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)
13-15 agosto	Washington, D.C.	Décima Primeira Reunião da Comissão de Coordenação da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)
13 agosto	Cidade do México, México	Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Educação (CIDI)
14-15 agosto	Lima, Peru	Seminário Regional de Ação contra as Minas na América: “Rumo a um Hemisfério Livre de Minas Antipessoal” (UPD)
15-16 agosto	Lima, Peru	Primeiro Instituto de Liderança para Programas Acadêmicos de Enfermagem e o Fenômeno das Drogas na América (CICAD)
18-20 agosto	Lima, Peru	Oitava Reunião Internacional do Projeto da CICAD das Escolas de Enfermagem em Redução da Demanda de Drogas na América Latina (CICAD)
18-23 agosto	Quito, Equador	Curso Andino para Mulheres Líderes Jovens sobre Governabilidade Democrática (UPD)
25-27 agosto	Brasília, D.F., Brasil	Reunião do Grupo de Peritos da CICAD sobre Produtos Farmacêuticos
27-29 agosto	Brasília, D.F., Brasil	Reunião do Grupo de Peritos da CICAD em Produtos Químicos
3-5 setembro	Washington, D.C.	Sétima Reunião Preparatória da Conferência Especial sobre Segurança
8 setembro	Mérida, México	Quarta Reunião do CTC sobre Operações Portuárias (CIP)
9 setembro	Mérida, México	Quarta Reunião do CTC sobre Segurança Portuária (CIP)

9-13 setembro	Mérida, México	Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Portos (CIP)
11-12 setembro	Cidade do México, México	Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Cultura no Âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)
15-19 setembro	Bangkok, Tailândia	Quinta Sessão das Comissões Permanentes da Convenção de Ottawa (UPD)
21 setembro - 17 outubro	Madri, Espanha	Oitavo Curso Ibero-Americano de Gestão Portuária (CIP)
21 setembro - 17 outubro	Santander, Espanha	Quarto Curso Ibero-Americano de Engenharia Portuária (CIP)
22-26 setembro	Cidade do México, México	Terceira Reunião da Comissão de Consulta Permanente I: Serviços Públicos de Telecomunicações (CITEL)
22 setembro	Washington, D.C.	Trigésima Primeira Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
24-26 setembro	Salvador, Bahia, Brasil	Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (UDSE)
24-26 setembro	Cidade do México, México	Segunda Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal (UPD)
29 setembro - 1º outubro	Washington, D.C.	Oitava Reunião Preparatória da Conferência Especial sobre Segurança
2-3 outubro	Washington, D.C.	Workshop de Capacitação para os Organismos Nacionais de Coordenação para o Mecanismo Multilateral de Avaliação (MEM) – (CICAD)
6-8 outubro	Cidade do México, México	Primeira Reunião Interamericana sobre Mecanismos de Cooperação contra o Crime Organizado (CICAD)
6-24 outubro	Washington, D.C.	Centésimo Décimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
8-10 outubro	Isla Margarita, Venezuela	Reunião de Alto Nível sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social (CIDI)
16-17 outubro	Washington, D.C.	Reunião de Autoridades Responsáveis pelas Políticas Penais e Penitenciárias nos Estados Membros da OEA
16-17 outubro	Washington, D.C.	Reunião do Grupo Consultivo da ALCA sobre Economias Menores (Unidade de Comércio)
20-24 outubro	San Salvador, El Salvador	Segunda Reunião da Comissão de Consulta

		Permanente II: Radiocomunicações e Radiodifusão (CITEL)
20-24 outubro	Miami	Reunião do Grupo de Trabalho sobre Tráfico de Drogas por Via Marítima (CICAD)
22-24 outubro	Buenos Aires, Argentina	Quinta Reunião do Grupo de Peritos da CICAD em Redução da Demanda
23-24 outubro	Cidade do México, México	Vigésima Segunda Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
27-28 outubro	Cidade do México, México	Conferência Especial sobre Segurança
28-30 outubro	Washington, D.C.	Reunião das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES)
27-31 outubro	Washington, D.C.	Sexagésimo Período Ordinário de Sessões do Tribunal Administrativo (TRIBAD)
3-7 novembro	Brasília, D.F., Brasil	Primeira Reunião do Grupo de Trabalho de Peritos Governamentais (GEG) (CICAD)
4 novembro	Washington, D.C.	Primeira Reunião Preparatória da Quarta Reunião Ordinária do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
4-7 novembro	Washington, D.C.	Reunião do Grupo de Peritos em Controle da Lavagem de Ativos (CICAD)
12-13 novembro	Washington, D.C.	Reunião de Peritos sobre Governabilidade Democrática (UPD)
12-14 novembro	Bogotá, Colômbia	Seminário Regional sobre Vítimas de Minas Antipessoal (UPD)
17-18 novembro	Washington, D.C.	Septuagésima Oitava Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança (IIN)
17-20 novembro	Montreal, Canadá	Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
20-21 novembro	Miami, Flórida	Sétima Reunião Ministerial da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)
20-21 novembro	Cidade da Guatemala, Guatemala	PNUD/OEA: Workshop sobre Diálogo Democrático (UPD)
23-25 novembro	Cartagena das Índias, Colômbia	Terceira Reunião do Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos (UPD)
1º-5 dezembro	Puerto La Cruz, Venezuela	Quinta Reunião da Comissão Executiva da Comissão Interamericana de Portos (CIP)
3-6 dezembro	Washington, D.C.	Décima Segunda Assembléia Geral Modelo da OEA para Estudantes (SCR)
8-11 dezembro	Washington, D.C.	Trigésima Terceira Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)
9-10 dezembro	Washington, D.C.	SEPIA III – Gênero e Educação (CIM)
11-12 dezembro	Washington, D.C.	Terceira Sessão Ordinária do Comitê Diretor

		da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
11-12 dezembro	Washington, D.C.	Segunda Reunião Preparatória do Quarto Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
16-19 dezembro	El Calafate, Santa Cruz, Argentina	Décima Terceira Reunião da Comissão Diretora Permanente COM/CITEL (CITEL)
16-19 dezembro	El Calafate, Santa Cruz, Argentina	Nona Reunião do Grupo de Trabalho de Preparação das Reuniões do Conselho da UIT (CITEL)
16-19 dezembro	El Calafate, Santa Cruz, Argentina	Terceira Reunião do Grupo de Trabalho de Preparação de Conferências (CITEL)
2004		
12 janeiro	Washington, D.C.	Reunião Preparatória da Conferência de Estados Partes no Âmbito do MESICIC
14-16 janeiro	Washington, D.C.	O Sistema Interamericano dos Direitos Humanos (CIDH)
15-16 janeiro	Washington, D.C.	Terceira Reunião Preparatória do Quarto Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
16 janeiro	Washington, D.C.	Reunião Preparatória da Conferência de Estados Partes no âmbito do MESICIC
19 janeiro	Washington, D.C.	Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos (CIFTA)
20 janeiro	Washington, D.C.	Segunda Reunião Preparatória da Primeira Reunião Ordinária da Conferência dos Estados Partes (CIFTA)
26-28 janeiro	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Segunda Reunião de Negociações para a Busca de Consensos)
28-30 janeiro	Montevideú, Uruguai	Quarto Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)
29 janeiro - 6 fevereiro	Washington, D.C.	Quinta Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção
12-13 fevereiro	Washington, D.C.	Reunião de Peritos Governamentais – Melhores Práticas e Experiências Nacionais Bem-Sucedidas contra o Terrorismo – Perspectiva dos Direitos Humanos
19-20 fevereiro	Washington, D.C.	Quarta Sessão Ordinária do Comitê Diretor

19-20 fevereiro	Manágua, Nicarágua	da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção e de seu Programa de Cooperação
23 fevereiro - 12 março	Washington, D.C.	Centésimo Décimo Nono Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
25-27 fevereiro	Miami, Flórida	Conferência para o Hemisfério Ocidental sobre Segurança Portuária, Workshops e Exposição Comercial (CIP)

ANEXO C

TRATADOS E CONVENÇÕES INTERAMERICANOS

Cumprе assinalar que no período abrangido por este relatório foram observadas as seguintes mudanças nos tratados interamericanos cujo depositário é o Secretário-Geral, e registrados os seguintes acordos de cooperação:

Tratados Interamericanos

Protocolo de Reformas da Carta da Organização dos Estados Americanos (Protocolo de Manágua)			
Depósito ratificação: de março de 2003	Antígua e Barbuda	27	
Protocolo de Reformas da Carta da Organização dos Estados Americanos (Protocolo de Washington)			
Depósito ratificação: de março de 2003	Antígua e Barbuda	27	
Convenção Interamericana contra o Terrorismo			
Depósito ratificação: de março de 2003	Antígua e Barbuda	27	
Depósito ratificação: de 2003	El Salvador	8 de maio	
Depósito ratificação:	México	9 de junho de 2003	
interpretativas	Com	declarações	
Depósito ratificação :	Peru	9 de junho de 2003	
Depósito ratificação: de 2003	Nicarágua	10 de junho	
Depósito ratificação: 2004	Panamá	21 de janeiro de	
Depósito ratificação: janeiro de 2004	Venezuela	28 de	
	Com declaração		
Protocolo Adicional à Convenção sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, "Protocolo de San Salvador"			
Depósito ratificação: outubro de 2003	Argentina	23	de
Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiências			
Depósito ratificação: janeiro de 2003	Guatemala	28	de
Depósito ratificação:	Bolívia	30 de maio de 2003	
Depósito ratificação: fevereiro de 2004	Colômbia	11	de

Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal			
Assinatura:	Guatemala	19	de
dezembro de 2003			
Designação autoridade central:	Panamá	8 de janeiro de 2003	
Depósito ratificação:	Colômbia	13	de
janeiro de 2003			
Designação autoridade central:	Colômbia	13	de
janeiro de 2003			
Designação autoridade central:	Nicarágua	24	de
janeiro de 2003			
Depósito ratificação:	México	11 de fevereiro de	
2003			
Designação autoridade central:	México	25 de março de	
2003			
Depósito ratificação:	Guatemala	5 de maio	
de 2003	Com reservas		
Designação autoridade central:	Equador	24 de julho	
de 2003			
Protocolo Facultativo relativo à Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal			
Depósito ratificação:	Colômbia	13	de
janeiro de 2003			
Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior			
Assinatura:	Guatemala	25	de
novembro de 2003	Com declarações		
Convenção Interamericana contra a Corrupção			
Designação autoridade central:	Equador	27	de
fevereiro de 2003			
Depósito adesão:	Santa Lúcia	30 de abril	
de 2003			
Designação autoridade central:	Peru	10 de junho de 2003	
Designação autoridade central:	Nicarágua	21 de julho	
de 2003			
Designação autoridade central:	Honduras	21	de
agosto de 2003			
Designação autoridade central:	Uruguai	8	de
dezembro de 2003			
Designação autoridade central:	Panamá	12 de fevereiro de	
2004			
Depósito ratificação:	Antígua e Barbuda	23 de fevereiro de 2004	
Designação autoridade central:	Guatemala	23	de
fevereiro de 2004			

Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos

Depósito ratificação: Guatemala 5 de
fevereiro de 2003

Depósito ratificação: Colômbia 5 de
fevereiro de 2003

Depósito ratificação: Antígua e Barbuda 27
de março de 2003

Depósito ratificação: Santa Lúcia 30 de abril
de 2003

Depósito ratificação: Chile 23 de outubro de
2003

Depósito ratificação: Trinidad e Tobago 13
de fevereiro de 2004

Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais

Depósito ratificação: Nicarágua 6 de maio de 2003

Convenção Interamericana sobre Extradicação

Depósito ratificação: Antígua e Barbuda 14
de março de 2003

Depósito adesão: Santa Lúcia 30 de abril
de 2003

Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional

Depósito ratificação: Nicarágua 2 de
outubro de 2003

Convênio Básico do Instituto de Nutrição da América Central e Panamá

Depósito ratificação: Guatemala 16 de março
de 2001

Depósito ratificação: Costa Rica 22 de
janeiro de 2003

Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores

Designação autoridade central: Paraguai 10 de
fevereiro de 2003

Designação autoridade central: Paraguai 23 de
dezembro de 2003

Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores

Depósito ratificação: Bolívia 4 de dezembro de
2003

Designação autoridade central: Bolívia 13 de fevereiro de
2004

Convenção Interamericana sobre Permissão Internacional de Radioamador

Depósito ratificação: Panamá 27 de março de 2003

Convenção sobre Defesa do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico das Nações Americanas (Convenção de San Salvador)

Depósito ratificação: Bolívia 25 de fevereiro de 2003

Acordos de Cooperação

Memorando de Entendimento (15 de dezembro de 2002). The Tides Center for International Waters Learning Exchange and Resources Network

Acordo de Cooperação (11 de dezembro de 2002). Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe

Memorando de Entendimento para a Execução do Projeto “Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani” (13 de janeiro de 2003). **Paraguai**

Memorando de Entendimento para a Realização de uma Reunião de Peritos Confiança e Segurança – Medidas de Fortalecimento. **Estados Unidos da América**

Acordo relativo à realização do Trigésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral (6 de janeiro de 2003). **Chile**

Acordo sobre a Segunda Reunião de Alto Nível sobre Preocupações Especiais de Segurança dos Pequenos Estados Insulares (19 de dezembro de 2002). **São Vicente e Granadinas**

Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani (20 de dezembro de 2002). **Agência Nacional de Águas do Brasil**

Acordo para a Realização do Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral Modelo da Organização dos Estados Americanos para Universidades, na cidade de Querétaro, México (29 de janeiro de 2003). **Estados Unidos Mexicanos**

Memorando de Entendimento (17 de dezembro de 2002). **The International Space University**

Acordo Complementar Nº 1 para a Prestação de Serviços Técnicos e Administrativos destinados ao Fortalecimento do Processo de Privatização. **Panamá**

Acordo Complementar Nº 2 para a Prestação de Serviços Técnicos e Administrativos destinados ao Fortalecimento do Processo de Privatização (3 de dezembro de 2002). **Panamá**

Segundo Acordo para a Prestação de Serviços Técnicos e Administrativos destinados ao Fortalecimento do Processo de Privatização (20 de outubro de 2002). **Panamá**

Acordo de Cooperação para a Prestação de Serviços Administrativos e Financeiros ao “Programa de Desenvolvimento Profissional do Recurso Humano do Ministério da Educação” (23 de maio de 2002). **Guatemala**

Acordo de Cooperação para a Prestação de Serviços Administrativos e Financeiros ao projeto “Fortalecimento Institucional do Ministério da Educação e Apoio ao Movimento Nacional pela Alfabetização” (18 de julho de 2000). **Guatemala**

Carta de Entendimento sobre Cooperação Técnica (14 de fevereiro de 2002). **Organização Internacional da Aviação Civil**

Carta de Entendimento Complementar Nº 1 sobre Cooperação Técnica (30 de outubro de 2002). **Organização Internacional da Aviação Civil**

Acordo de Contribuição para o Fundo Específico de Apoio à Elaboração da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (7 de fevereiro de 2003). **Ministério das Relações Exteriores do Canadá (Departamento de Assuntos Exteriores e Comércio Internacional)**

Termos de Cooperação para a Execução do Projeto “Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani” (20 de janeiro de 2003). **Argentina**

Memorando de Entendimento para Cooperação em Programas de Treinamento Antidrogas para Agências de Controle de Drogas dos Países da Bacia do Caribe e da América Central (4 de dezembro de 2002). **Centro Interministerial de Formação Antidroga**

Acordo para o Apoio à Elaboração da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (18 de janeiro de 2003). **Finlândia (Ministério das Relações Exteriores)**

Acordo de Garantia de Empréstimo (27 de novembro de 2002). **Associação de Pessoal da OEA**

Carta de Entendimento (19 de fevereiro de 2003). Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional

Acordo sobre o Apoio à Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti em 2002 (16 de julho de 2002). **Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento**

Acordo para a execução de uma série de atividades orientadas para o desenvolvimento do governo eletrônico da Província de Neuquén, tanto no nível provincial como municipal (25 de março de 2003). **Governo de Neuquén (Argentina)**

Memorando de Entendimento Complementar ao Acordo de Cooperação de 10 de maio de 1996 (3 de abril de 2003). **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**

Acordo de Doação para Atividades de Seguimento da Reunião dos Ministros de Cultura em Cartagena (23 de janeiro de 2002). **Canadá**

Acordo Relativo à Realização da Conferência Especial sobre Segurança (2 de abril de 2003). **México**

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos (18 de janeiro 2003). **Escritório Internacional da Água**

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Técnica em Ciências da Terra (23 de abril de 2003). **U.S. Geological Survey, Departamento do Interior dos Estados Unidos da América**

Carta sobre a Unidade Técnico-Administrativa de la SG/OEA em Buenos Aires (julho – agosto de 2002). **Argentina**

Acordo de Doação com uma Organização Internacional – Ajuda Externa – B7-701/2002/3081 (14 de abril de 2003). **Comunidade Européia**

Acordo de Cooperação para o Projeto “Américas” (1º de maio de 2003). **Universidade Rice**

Subcontrato Nº ACX-3-33448-01 (Contrato Principal Nº DE-AC36-99GO10337) (28 de março de 2003). **Instituto de Pesquisas do Meio-Oeste – Laboratório Nacional de Energia Renovável**

Acordo Relativo à Realização do Décimo Oitavo Congresso Interamericano de Turismo (22 de abril de 2003). **Guatemala**

Memorando de Entendimento (3 de junho de 2003). Associação Hispano-Americana de Centros de Pesquisa e Empresas de Telecomunicações

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (12 de maio de 2003). Faculdade de Administração da Universidade dos Andes/Programa de Mestrado em Administração (MBA)

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (7 de janeiro de 2002). **Instituto Nacional de Astrofísica, Ótica e Eletrônica**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (31 de maio de 2002). **Universidade dos Andes**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (29 de maio de 2002). **Universidade Hamline**

Acordo para o Programa de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (1º de julho de 2002). **Universidade Simón Bolívar**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (1º de mayo de 2003). **Universidade Fairleigh Dickinson**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (1º de janeiro de 2002). **Fundação APEC de Crédito Educativo, Inc.**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (1º de janeiro de 2002). **Pontifícia Universidade Católica de Chile**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (22 de janeiro de 2002). **Universidade do Sul da Flórida**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (30 de janeiro de 2002). **Universidade George Washington**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (11 de janeiro de 2002). **Instituto Colombiano de Crédito Educacional e Estudos Técnicos no Exterior “Mariano Ospina Perez”**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA de Liderança nas Américas (17 de dezembro de 2001). **LASPAU – Programas Acadêmicos e Profissionais para as Américas, Inc.**

Memorando de Entendimento (24 de abril de 2003). Peru, Grupo do Rio e Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA)

Acordo de Cooperação (19 de junho de 2003). **Consórcio – Rede de Educação à Distância**

Memorando de Entendimento (19 de junho de 2003). **The Trust for the Americas**

Acordo (21 de abril de 2003). Universidade Complutense de Madri

Acordo de Cooperação (5 de junho de 2003). **Universidade de Miami**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (junho de 2003). **Câmara Chileno-Norte-Americana de Comércio A.G.**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (17 de dezembro 2001). **Universidade Estadual do Meio-Oeste**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (7 de janeiro de 2002). **Universidade de Louisville**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (10 de junho de 2002). **Universidade Estadual do Novo México**

Acordo (22 de março de 2001). Associação Pan-Americana de Instituições de Crédito Educacional

Acordo de Cooperação (3 de março de 2003). Centro para o Desenvolvimento Internacional, Universidade Duke

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (22 de maio de 2002). **Instituto Centro-Americano de Administração de Empresas**

Acordo de Cooperação (20 de fevereiro de 2003). **Organização Latino-Americana de Energia -**

OLADE

Acordo de Cooperação Relativo ao Projeto de Destruição de Estoques de Minas Antipessoal Armazenadas (9 de junho de 2003). **Argentina**

Acordo de Cooperação (29 de julho de 2003). **Conselho Econômico e Social da Espanha**

Acordo de Cooperação (1º de abril de 2003). **Fundação José Ortega y Gasset**

Acordo de Cooperação (15 de julho de 2002). Instituto Latino-Americano da Comunicação Educacional

Acordo de Cooperação (20 de janeiro de 2003). Fundação Global Democracia e Desenvolvimento da República Dominicana

Acordo de Cooperação (19 de maio de 2003). **Universidade das Índias Ocidentais**

Acordo de Cooperação (20 de fevereiro de 2003). **Fundação Telefônica da Espanha**

Acordo de Cooperação (14 de fevereiro de 2003). **Organização Universitária Interamericana**

Acordo de Cooperação (28 de janeiro de 2003). **Escritório Nacional da UNESCO no Brasil**
Memorando de Entendimento em Conformidade com o Acordo de Cooperação de 26 de Março de 2001 (19 de maio de 2003). **Microsoft Corporation**

Acordo (6 de maio de 2003). Associação de Educação e Formação Não-Presencial Virtual Educa da Espanha

Acordo de Assistência Humanitária (30 de abril de 2003). **Comissão Capacetes Brancos da Argentina**

Acordo (12 de abril de 2002). Universidade Blas Pascal de Córdoba, Argentina

Acordo (9 de abril de 2002). Fundação Pró-Universidade da Produção e Trabalho

Acordo (20 de dezembro de 2002). Universidade Nacional de Quilmes, República Argentina

Acordo (14 de fevereiro de 2003). Província de Terra do Fogo, Antártida e Ilhas do Atlântico Sul, Argentina

Acordo (6 de fevereiro de 2003). Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social da República Argentina

Memorando de Entendimento para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata (15 de julho de 2003). **Comissão Intergovernamental Coordenadora dos Países da Bacia do Prata - FONPLATA**

Acordo de Cooperação (4 de junho de 2002). **Fundo de Cultura Econômica da Argentina S.A.**

Carta de Entendimento (19 de junho de 2003). **Fórum da Universidade Peruana**

Memorando de Entendimento (7 de julho de 2003). **The Trust for the Americas**

Acordo de Cooperação (19 de junho de 2003). **Fundação Omar Dengo da Costa Rica**

Acordo de Cooperação (1º de julho de 2003). **Universitat Oberta de Catalunya**

Acordo de Cooperação (21 de julho de 2003). **México**

Acordo de Cooperação (23 de setembro de 2003). **Instituto de Tecnologia de Rochester**

Acordo Relativo à Reunião de Ministros e Autoridades de Alto Nível Responsáveis pelas Políticas de Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão no Nível Municipal no Hemisfério (19 de agosto de 2003). **México**

Acordo de Cooperação (8 de julho de 2003). **Universidade Católica do Uruguai**

Acordo de Cooperação (15 de maio de 2003). **Universidade Austral do Chile**

Acordo Relativo à Realização da Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Portos (30 de julho de 2003). **México**

Acordo de Cooperação (4 de agosto de 2003). **Universidade Técnica Federico Santa María**

Acordo Relativo à Realização da Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Cultura no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) (8 de agosto de 2003). **Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral**

Acordo (21 de agosto de 2003). **Associação de Pessoal da OEA**

Doação do Fundo Fiduciário GEF Nº TF 0550950: Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Sistema Aquífero Guarani – Primeira Emenda (28 de agosto de 2003). **Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento**

Acordo de Cooperação (27 de julho de 2003). **República Dominicana**

Acordo de Cooperação (2 de julho de 2003). **Universidade Estatal à Distância, Costa Rica**

Documento de Projeto do Fundo para o Meio Ambiente Global – Desenvolvimento e Implantação de um Mecanismo para Divulgar Lições e Experiências Aprendidas e Gestão Transnacional Integrada de Recursos Hídricos na América Latina e no Caribe (18 de março de 2003). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

Extensão do Acordo para Avaliar Empréstimos do Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe (27 de novembro de 2002). **Associação de Pessoal da Organização dos Estados Americanos**

Modificações ao Acordo entre o Governo da Republica da Venezuela e a Organização dos Estados Americanos. **Venezuela**

Acordo de Cooperação (3 de outubro de 2003). The Pennsylvania State University World Campus

Acordo de Cooperação (12 de agosto de 2003). **Universidade Ort Uruguai**

Acordo de Cooperação (12 de agosto de 2003). **México**

Acordo de Cooperação (14 de agosto de 2003). **Universidade Técnica de Loja**

Acordo de Cooperação (12 de agosto de 2003). **Universidade do Pacifico do Peru**

Acordo de Cooperação (31 de julho de 2003). Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e no Caribe

Acordo de Cooperação (31 de julho de 2003). **Universidade do Sul de Santa Catarina**

Acordo de Cooperação (31 de julho de 2003). **Universidade Peruana Cayetano Heredia**

Acordo de Cooperação (16 de julho de 2003). **Universidade Nacional Federico Villareal**

Acordo de Cooperação (12 de agosto de 2003). **Comissão Nacional de Energia Atômica**

Acordo de Cooperação (29 de agosto de 2003). Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Argentina)

Acordo de Cooperação (27 de julho de 2003). **República Dominicana**

Memorando de Entendimento (16 de maio de 2003). Fundação Pró Universidade da Produção e do Trabalho

Modificações Adicionais ao Acordo Relativo à Realização do Fórum Interamericano sobre Pobreza, Equidade e Inclusão Social. **Venezuela**

Memorando de Entendimento Relativo a uma Participação Maior de Aruba nas Reuniões e Outras Atividades da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) (17 de novembro de 2003). **Missão Permanente do Reino dos Países Baixos em nome de Aruba**

Memorando de Entendimento Relativo a uma Participação Maior dos Departamentos de Ultramar da República Francesa Situados na Bacia do Caribe nas Reuniões e Outras Atividades da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) (14 de novembro de 2003). **Governo da República Francesa**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (19 de setembro de 2003). **Universidade para a Paz**

Segunda Emenda para a Prestação de Serviços Técnicos Administrativos e Financeiros para o Projeto de Desenvolvimento Sustentável em Zonas de Fragilidade Ecológica na Região do Trifínio (27 de outubro de 2003). **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**

Acordo sobre a Realização da Décima Terceira Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (setembro de 2003). **Republica Federativa do Brasil**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (6 de outubro de 2003). **Thunderbird/Escola Americana de Pós-Graduação em Administração Internacional**

Documento de Projeto Nº GF/2328-2731-4686: “Estrutura para Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, Referente aos Efeitos Hidrológicos da Variabilidade e Mudança Climática (30 de setembro de 2003). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

Acordo para a Organização da Conferência Especial sobre Segurança e da Conferência para a Assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (10 de outubro de 2003). **México**

Modificação da Assistência da Emenda Nº 2 ao Acordo de Doação LAC-GL00-01-00008-00 (2 de outubro de 2003). **Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (3 de outubro de 2003). **Universidade Nacional do Centro do Peru**

Acordo Relativo às Jornadas de Direito Internacional. **Academia Diplomática do Peru**

Acordo para a Automatização do Voto Cidadão nas Eleições Municipais a Serem Realizadas no Mês de Novembro de 2005 e sua Instância de Preparação. **Justiça Eleitoral da República do Paraguai**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (25 de novembro de 2001). **Escola de Assuntos Públicos e Internacionais “Woodrow Wilson”, da Universidade de Princeton**

Acordo para o Programa de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (26 de outubro de 2001). **Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (15 de dezembro de 2003). **Universidade Santiago, Chile**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (17 de dezembro de 2003). **Universidade Maior**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (18 de dezembro de 2003). **Universidade Católica de Valparaíso**

Acordo para o Programa de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (16 de outubro de 2001). **Centro de Pesquisas e Estudos Superiores em Antropologia Social**

Acordo para o Programa de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (30 de outubro de 2001). **Universidade do Vale**

Acordo para o Programa de Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (1º de outubro de 2001). **Universidade Tecnológica de Pereira**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo sobre Liderança nas Américas (19 de julho de 2001). **Universidade de Alberta**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo sobre Liderança nas Américas (19 de julho de 2001). **Universidade Cristã do Texas**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo sobre Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (10 de outubro de 2001). **Universidade Viterbo**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo sobre Liderança nas Américas “Alberto Lleras” (21 de setembro de 2001). **Colégio e Universidade Estadual da Geórgia**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (3 de dezembro de 2003) **Universidade Estadual de Campinas**

Acordo de Cooperação para o Programa de Bolsas de Estudo das Américas (2 de agosto de 2001). **Universidade do Novo México**

Acordo relativo à realização do Quarto Período de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (22 de dezembro de 2003). **Uruguai**

Primeiro Convênio Complementar ao “Acordo para o Financiamento da Conferência Especial sobre Segurança e da Conferência para a Assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção” (10 de dezembro de 2003). **México**

Acordo de Cooperação Técnica (25 de fevereiro de 2002). **Corporação Andina de Fomento**

Acordo de Cooperação (28 de setembro de 2001). Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Memorando de Entendimento para Cooperação e Desenvolvimento para o Estabelecimento de um Serviço de Crédito (20 de abril de 2001). **Bank of Nova Scotia**

Memorando de Entendimento para a Cooperação em Matéria de Financiamento de Projetos e Identificação de Melhores Práticas (16 de outubro de 2001). **Instituto de Crédito Oficial da Espanha**

Carta de Intenção (25 de fevereiro de 2002). **Corporação Venezuelana de Guayana**

Memorando (18 de abril de 2001). Cooperação para o Desenvolvimento das Exportações

Memorando de Entendimento sobre Maior Participação das Antilhas Holandesas nas Reuniões e Outras Atividades da Comissão Interamericana contra o Abuso de Drogas (CICAD) (14 de janeiro de 2004). **Missão Permanente do Reino dos Países Baixos junto à Organização dos Estados Americanos, em representação dos Países Baixos**

Acordo para o Financiamento da Conferência Especial sobre Segurança e da Conferência para a Assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (31 de dezembro de 2003). **México**

Acordo para o Programa de Bolsas de Estudo da OEA (2 de dezembro de 2003). **Universidade de Talca**

Acordo sobre a Realização do Trigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral (6 a 8 de junho de 2004) (4 de fevereiro de 2004). **Equador**

Memorando de Entendimento (10 de junho de 2003). Administração Pública Estatal de Portos do Governo da Espanha

Acordo de Cooperação (11 de novembro de 2003). Associação de Organizações Nacionais de Telecomunicações do Caribe

Acordo de Cooperação para Bolsas de Estudo da OEA (19 de janeiro de 2004). **Colégio Juniata**

Acordo sobre a Realização da Primeira Conferência dos Estados Partes da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA) (9 de fevereiro de 2004). **Colômbia**

Convênio para o Acompanhamento do Processo de Paz na Colômbia (23 de janeiro 2004). **Colômbia**

ANEXO "D"
RECURSOS HUMANOS

Os quadros a seguir apresentam informações sobre o pessoal da Secretaria-Geral de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2003.

Os funcionários são classificados segundo o tipo de nomeação e o fundo que os financia, sua categoria e nacionalidade, seu tempo de serviço, o nível do cargo que ocupam, o sexo, o lugar de exercício, e os que pertencem ou não ao serviço de carreira.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO E POR FUNDO, DEL 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003 (INCLUI TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO)

	Serviço de carreira	de Longo prazo	Curto prazo	Outro tipo de nomeação	Total
Fundo Ordinário ^{a/}	208 ^{b/}	266 ^{c/}	62		536
Outros	4	72 ^{d/}	32	75	183
TOTAL	212	338	94	75*	719

a/ Inclui o pessoal da Secretaria da CIDH, do IIN, da CIM e da CICAD.

b/ Inclui 11 funcionários em cargos de confiança, membros do serviço de carreira.

c/ Inclui 52 funcionários em cargo de confiança.

d/ Inclui seis funcionários em cargo de confiança.

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 2

VARIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR FUNDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002 A 31 DE DEZEMBRO DE 2003 (INCLUI TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO)

	Dezembro 2002	Dezembro 2003	Variação	
			Número	%
Fundo Ordinário	544	536	- 8	- 1
Outros	130	183	+ 53	+ 41
TOTAL	674	719*	+ 45	+ 7

* Inclui 75 associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 3

VARIAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO (DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002 A 31 DE DEZEMBRO DE 2003) (INCLUI TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO)

Tipo de nomeação	Dezembro 2002	Dezembro 2003	Variação	
			Número	%
Serviço de carreira	227	201	- 26	- 11
Serviço de carreira em cargos de confiança	11	11	-	0
Pessoal de confiança não pertencente ao serviço de carreira	57	58	+ 1	+ 2
Longo prazo	269	280	+ 11	+ 4
Curto prazo	110	94	- 16	- 15
Outro tipo de nomeação*		75	+ 75	0
TOTAL	674	719	+ 45	+ 7

* Inclui associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 4
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE
(INCLUI TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO)

Países	31 de dezembro de 2002			31 de dezembro de 2003		
	Profis- sionais	Serviços gerais	Totais	Profis- sionais	Serviços gerais	Totais
Antígua e Barbuda	1	2	3	1	2	3
Argentina	30	9	39	29	10	39
Bahamas	-	2	2	-	2	2
Barbados	4	3	7	4	3	7
Belize	1	1	2	1	1	2
Bolívia	11	11	22	11	9	20
Brasil	14	8	22	15	6	21
Canadá	17	-	17	20	-	20
Chile	15	8	23	16	7	23
Colômbia	33	27	60	35	25	60
Costa Rica	7	6	13	6	4	10
Cuba	-	-	-	-	-	-
Dominica	1	3	4	1	3	4
El Salvador	7	14	21	5	15	20
Equador	6	13	19	8	13	21
Estados Unidos	105	48	153	120	49	169
Grenada	5	2	7	5	2	7
Guatemala	8	12	20	7	11	18
Guiana		1	2	1		1
Haiti	2	3	5	2	3	5
Honduras	2	3	5	1	2	3
Jamaica	3	3	6	5	3	8
México	18	4	22	13	3	16
Nicarágua	2	9	11	12	31	43
Panamá	6	3	9	7	3	10
Paraguai	5	2	7	5	1	6
Peru	27	33	60	26	33	59
República Dominicana	1	6	7	3	6	9
Saint Kitts e Nevis	2	2	4	2	2	4
Santa Lúcia	2	2	4	2	2	4
São Vicente e Granadinas	3	3	6	3	3	6
Suriname	3	2	5	3	2	5
Trinidad e Tobago	11	4	15	13	3	16
Uruguai	28	10	38	29	11	40
Venezuela	17	11	28	19	12	31
Países não-membros	6	-	6	7	-	7
TOTAL	404	270	674	437	282	719*

* Inclui 75 associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 5

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003 POR ANOS DE SERVIÇO

(Inclui todas as fontes de financiamento)

Anos de serviço	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal pertencente ao serviço de carreira	não	Total de funcionários	Percentagem de pessoal do serviço de carreira
Menos de 3	0	187		187	0
3 até menos de 5	0	95		95	0
5 até menos de 10	0	155		155	0
10 até menos de 15	22	68		90	24
15 até menos de 25	82	2		84	98
25 e mais	108	0		108	100
TOTAL	212	507		719*	29

* Inclui 75 associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 6
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA GERAL / POR NACIONALIDADE
(PESSOAL DE CARREIRA *VERSUS* PESSOAL NÃO PERTENCENTE AO SERVIÇO DE CARREIRA)
(INCLUI TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO) DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003

	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço carreira	Total de funcionários	Porcentagem de pessoal do serviço carreira
Antígua e Barbuda	0	3	3	0
Argentina	13	26	39	33
Bahamas	0	2	2	0
Barbados	2	5	7	29
Belize	0	2	2	0
Bolívia	10	10	20	50
Brasil	6	15	21	29
Canadá	0	20	20	0
Chile	10	13	23	43
Colômbia	12	48	60	20
Costa Rica	2	8	10	20
Dominica	0	4	4	0
El Salvador	8	12	20	40
Equador	12	9	21	57
Estados Unidos	47	122	169	28
Grenada	0	7	7	0
Guatemala	10	8	18	56
Guiana	0	1	1	0
Haiti	2	3	5	40
Honduras	1	2	3	33
Jamaica	3	5	8	38
México	7	9	16	44
Nicarágua	7	36	43	16
Panamá	3	7	10	30
Paraguai	1	5	6	17
Peru	21	38	59	36
República Dominicana	5	4	9	56
Saint Kitts e Nevis	2	2	4	50
Santa Lúcia	1	3	4	25
São Vicente e Granadinas	1	5	6	17
Suriname	1	4	5	20
Trinidad e Tobago	1	15	16	6
Uruguai	19	21	40	48
Venezuela	4	27	31	13
Países não-membros	1	6	7	17
TOTAL	212	507	719*	29

* Inclui 75 associados e pessoal de apoio empório.

QUADRO 7**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO 2003
POR NÍVEL**

(Inclui todas as fontes de financiamento)

Nível do funcionário	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	Percentagem de pessoal do serviço de carreira
Cargos não classificados *	1	4	5	20
D-2	1	10	11	10
D-1	6	19	25	24
P-5	35	48	83	42
P-4	21	60	81	26
P-3	20	60	80	25
P-2	26	47	73	36
P-1	3	26	29	10
G-7	5	5	10	50
G-6	42	39	81	52
G-5	26	52	78	33
G-4	12	38	50	24
G-3	12	18	30	40
G-2	2	3	5	40
G-1	0	3	3	0
Ouros cargos **	0	75	75	0
TOTAL	212	507	719	29

* Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto, Secretários Executivos e Subsecretários.

** Associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 8

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003 (HOMENS-MULHERES)

(Inclui todas as fontes de financiamento)

Sexo	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	de	Percentagem de pessoal de serviço de carreira
Mulheres	111	259	370		30
Homens	101	248	349		29
TOTAL	212	507	719*		29

* Inclui 75 associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 9

COMPOSIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003 POR LUGAR DE EXERCÍCIO

(Inclui todas as fontes de financiamento)

Lugar de exercício	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total de funcionários	de	Percentagem de pessoal do serviço de carreira
Sede	184	362	546		34
Fora da sede	28	145	173		16
Total	212	507	719*		29

* Inclui 75 associados e pessoal de apoio temporário.

QUADRO 10
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIAS E NACIONALIDADE
(Inclui todas as fontes de financiamento)

País	Dezembro de 2002			Dezembro de 2003		
	Serviço de carreira	Não do serviço de carreira	Total	Serviço de carreira	Não do serviço de carreira	Total
Antígua e Barbuda	0	3	3	0	3	3
Argentina	15	24	39	13	26	39
Bahamas	0	2	2	0	2	2
Barbados	2	5	7	2	5	7
Belize	0	2	2	0	2	2
Bolívia	10	12	22	10	10	20
Brasil	7	15	22	6	15	21
Canadá	0	17	17	0	20	20
Chile	11	12	23	10	13	23
Colômbia	16	44	60	12	48	60
Costa Rica	2	11	13	2	8	10
Dominica	0	4	4	0	4	4
El Salvador	10	11	21	8	12	20
Equador	12	7	19	12	9	21
Estados Unidos	52	101	153	47	122	169
Grenada	0	7	7	0	7	7
Guatemala	12	8	20	10	8	18
Guiana	0	2	2	0	1	1
Haiti	2	3	5	2	3	5
Honduras	1	4	5	1	2	3
Jamaica	3	3	6	3	5	8
México	7	15	22	7	9	16
Nicarágua	7	4	11	7	36	43
Panamá	4	5	9	3	7	10
Paraguai	2	5	7	1	5	6
Peru	25	35	60	21	38	59
República Dominicana	5	2	7	5	4	9
Saint Kitts e Nevis	2	2	4	2	2	4
Santa Lúcia	1	3	4	1	3	4
São Vicente e Granadinas	1	5	6	1	5	6
Suriname	1	4	5	1	4	5
Trinidad e Tobago	1	14	15	1	15	16
Uruguai	22	16	38	19	21	40
Venezuela	4	24	28	4	27	31
Países não-membros da OEA	1	5	6	1	6	7

TOTAL	238	436	674	212	507	719*
-------	-----	-----	-----	-----	-----	------

Categoria	Dezembro 2002	Dezembro 2003	Variação	
			Absoluta	%
Profissionais	404	437	+ 33	+ 8
Serviços gerais	270	282	+ 12	+ 4
TOTAL	674	719*	+ 45	+ 7

* Inclui 75 associados e pessoal de apoio temporário.

ANEXO E
SITUAÇÃO FINANCEIRA DA OEA
QUADRO 1
SUBFUNDOS DE OPERAÇÕES E DE RESERVA
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO COMBINADO DE ATIVOS PASSIVOS E SALDO
DO FUNDO / (PRELIMINAR E NÃO AUDITADO) (US\$ 1.000)

	31 de Dezembro de	
	2003	2002
ATIVOS		
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo de Tesouraria da SG/OEA	\$ 17,340	\$ 45,195
Advances to employees	-	-
Outros ativos	6,933	6,682
Valor atual de anuidades da SG/OEA	4,971	4,971
Investimento em fundo de ativos fixos	68,476	45,203
Total de ativos	\$ 97,720	\$ 102,051
PASSIVOS Y SALDOS DE FONDOS		
Obrigações a liquidar	\$ 1,881	\$ 3,334
Cotas/Oferecimentos arrecadados antecipadamente	2,257	2,260
Apropiaciones a cargar en años futuros	4,971	4,971
Contas a pagar e outros passivos	1,157	2,530
Hipoteca a largo plazo	24,860	12,995
	35,126	26,090
Saldo de Fondo:		
Reserva para apropiaciones suplementarias	25.000	25.000
Subfundo de reserva	(11.005)	(20.320)
Subfundo de operaciones no apropiado	13.995	4.680
Saldo de Fondo:	5.026	5.026
Total de passivos a longo prazo	19.021	9.706
Total de passivos	25.199	15.605
SALDO DO FUNDO		
Reservado para dotações suplementares	-	21,016
Subfundo de Reserva	-	1,384
Subfundo de Operações não alocado	18,884	22,118
	18,884	44,518
Patrimônio em ativos fixos	43,710	31,443
	\$ 97,720	102,051

QUADRO 2

SUBFUNDOS DE OPERAÇÕES E DE RESERVA DEMONSTRATIVO COMPARATIVO COMBINADO DE VARIAÇÃO NO SALDO DO FUNDO (PRELIMINAR E NÃO AUDITADO) (US\$ 1.000)

	Ano encerrado em	
	31 de dezembro de 2003	2002
AUMENTOS		
Arrecadação de cotas/oferecimentos	\$ 69,729	\$ 94,648
Menos créditos por pagamento imediato	318	318
	<u>69,411</u>	<u>94,422</u>
Contribuições a título de apoio administrativo e técnico	1,222	1,266
Receitas do Fundo de Tesouraria SG/OEA	253	728
Outras receitas, reembolsos e descomprometimentos	253	1,663
	<u>71,719</u>	<u>98,079</u>
REDUÇÕES		
Despesas e obrigações correspondentes a dotações:		
Assembléia Geral e Conselho Permanente	12,655	12,254
Gabinetes Executivos da Secretaria -Geral	11,004	11,165
Unidades e Escritórios Especializados	12,088	12,221
Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)	11,330	11,138
Escritórios nos Estados membros	5,623	5,341
Atividades da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos	1,946	1,948
Atividades da Subsecretaria de Administração	11,034	10,456
Despesas comuns de administração e de pessoal	5,947	6,877
Contribuições a outras agências	4,710	4,916
	<u>76,337</u>	<u>76,316</u>
Aumento neto durante el año	(4,618)	21,763
Transferencia Extraordinaria a Apropriaciones Suplementarias	(21,016)	-
Saldo del fondo al comienzo del año	44,518	22,755
Saldo del fondo al término del año	<u>\$ 18,884</u>	<u>\$ 44,518</u>

QUADRO 3

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DE ATIVOS, PASSIVOS E SALDO DE FUNDOS (PRELIMINAR E NÃO AUDITADO) (US\$ 1.000)

	31 de Dezembro de	
	2003	2002
ATIVOS		
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo de Tesouraria da SG/OEA	\$ 49,188	\$ 33,851
Adiantamentos a funcionários e outras contas a receber	-	-
	<u>\$ 49,188</u>	<u>\$ 33,851</u>
PASSIVOS E SALDO DOS FUNDOS		
Obrigações a liquidar	\$ 8,923	\$ 11,459
Contas a pagar e outros passivos	9,229	7,348
Saldos de Fundos	31,036	15,044
	<u>\$ 49,188</u>	<u>\$ 33,851</u>

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DE VARIAÇÃO NO SALDO DOS FUNDOS (US\$1.000)

	31 de dezembro de	
	2003	2002
AUMENTOS		
Contribuições	\$ 70,687	\$ 44,066
Contribuições para reembolso de impostos	12,782	8,777
Transferências por mandatos da OEA (CPR 831)	11,600	
Outras receitas e juros	7,664	5,487
	<u>102,733</u>	<u>58,975</u>
REDUÇÕES		
Despesas e obrigações	71,801	58,378
Despesas e obrigações (CPR 831)	2,783	
Transferências	237	13
Reembolsos a doadores	433	175
Reembolsos de impostos a funcionários	11,487	11,521
	<u>86,741</u>	<u>15,044</u>
Aumento/(redução) líquido no período	15,992	(11,112)
Saldo dos fundos no início do período	<u>15,044</u>	<u>26,156</u>

Saldo dos fundos no fim do período

\$ 31,036

\$ 15,044

ANEXO F
BOLSAS DE ESTUDO

País	ESTUDOS ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO						Número total de extensões	CUSTO TOTAL ESTIMADO
	DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003							
	Bolsas novas							
	Auto colocadas	Colocadas	FB/OEA	Número de bolsas	Outras *	Número total de bolsas		
Antígua e Barbuda	3	3	0	6	0	6	2	167.480,64
Argentina	3	5	1	9	9	18	8	241.795,68
Bahamas	3	0	0	3	0	3	1	87.247,37
Barbados	4	3	0	7	0	7	2	200.827,13
Belize	4	3	1	8	0	8	3	155.458,93
Bolívia	3	3	1	7	5	12	6	222.194,33
Brasil	5	3	1	9	0	9	5	241.608,30
Canadá	4	0	1	5	0	5	3	47.362,96
Chile	4	2	1	7	8	15	6	156.899,93
Colômbia	3	3	1	7	9	16	5	205.564,78
Costa Rica	3	3	0	6	6	12	5	210.709,66
Dominica	3	3	0	6	0	6	4	154.195,12
El Salvador	3	3	1	7	3	10	6	167.402,56
Equador	5	3	1	9	6	15	6	157.804,00
Estados Unidos	5	2	0	7	0	7	2	132.936,01
Grenada	3	2	0	5	0	5	3	132.691,49
Guatemala	6	3	1	10	2	12	3	176.578,79

Guiana	3	3	1	7	0	7	-	120.287,19
Haiti	4	3	1	8	1	9	8	166.897,96
Honduras	4	4	0	8	6	14	6	213.356,16
Jamaica	3	3	1	7	0	7	5	159.408,13
México	4	4	1	9	5	14	3	149.530,92
Nicarágua	4	3	1	8	7	15	4	186.743,88
Panamá	5	3	1	9	4	13	7	237.751,98
Paraguai	3	5	1	9	6	15	3	211.552,75
Peru	6	3	1	10	6	16	8	184.180,46
República Dominicana	5	2	1	8	2	10	3	110.128,57
Saint Kitts e Nevis	3	0	0	3	0	3	3	91.506,22
Santa Lúcia	3	3	1	7	0	7	-	129.520,85
São Vicente e Granadinas	3	3	0	6	0	6	1	108.466,82
Suriname	3	2	0	5	0	5	2	91.330,09
Trinidad e Tobago	3	3	1	7	0	7	2	122.799,55
Uruguai	5	3	1	9	3	12	6	245.999,34
Venezuela	3	4	1	8	3	11	1	153.631,03
TOTAIS	128	95	23	246	91	337	132	5.541.849,58
* Mestrados e doutorados à distância e mestrados nas universidades da Rede de Estudos Latino-Americanos.								

BOLSAS DE ESTUDOS ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO				
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003				
PAÍS	Regular	Extensão	Número de bolsas	Custo Estimado
Antígua e Barbuda	2	2	4	44.609,0
Bahamas	2	2	4	60.519,0
Barbados	2	1	3	43.113,0
Belize	2	3	5	45.427,0
Dominica	2	3	5	61.021,0
Grenada	2	3	5	54.595,0
Guiana	2	3	5	52.124,0
Jamaica	2	1	3	42.997,0
Saint Kitts e Nevis	2	1	3	27.900,0
Santa Lúcia	2	0	2	22.450,0
São Vicente e Granadinas	2	2	4	29.013,0
Suriname	1	0	1	13.882,0
Trinidad e Tobago	2	3	5	24.097,0
TOTAIS	25	24	49	521.747,0

BOLSAS DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL								
DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003								
País	PEC		CHBA		CEAT		Número de bolsas	CUSTO ESTIMADO
	Presencial	E-BOLSAS	Presencial	E-BOLSAS	Presencial	E-BOLSAS		
Antígua e Barbuda	0	0	6	0	1	1	8	37.556
Argentina	7	0	22	8	4	11	52	90.600
Bahamas	0	0	2	0	0	0	2	4.800
Barbados	4	0	6	0	0	9	19	29.400
Belize	0	0	7	0	0	0	7	16.800
Bolívia	3	0	6	6	4	8	27	39.600
Brasil	0	0	14	0	1	14	29	63.678
Canadá	0	0	1	0	0	0	1	2.400
Chile	5	0	11	0	2	2	20	63.678
Colômbia	6	0	19	6	3	14	48	99.328
Costa Rica	5	0	19	4	1	3	32	64.200
Dominica	0	0	4	0	0	1	5	10.200
El Salvador	2	0	18	0	0	11	31	54.600
Equador	1	0	8	2	5	14	30	43.200
Grenada	0	0	1	0	0	2	3	3.600
Guatemala	6	0	16	2	0	2	26	55.200
Guiana	2	0	1	0	0	3	6	9.000
Haiti	0	0	2	1	0	0	3	5.400
Honduras	3	0	14	0	1	11	29	49.800
Jamaica	0	0	11	0	0	4	15	28.800
México	6	0	14	0	2	6	28	56.400
Nicarágua	2	0	15	0	2	12	31	74.999
Panamá	1	0	14	0	2	5	22	63.078
Paraguai	1	0	9	0	0	11	21	30.600
Peru	5	0	25	8	4	4	46	88.800
República Dominicana	2	0	15	0	2	3	22	47.400
Saint Kitts e Nevis	0	0	1	0	0	0	1	3.900
Santa Lúcia	0	0	3	0	0	0	3	7.200
São Vicente e Granadinas	0	0	5	0	0	0	5	12.000
Suriname	0	0	7	0	0	3	10	18.600
Trinidad e Tobago	0	0	3	0	0	1	4	7.800
Estados Unidos	0	0	2	0	0	0	2	9.000
Uruguai	3	0	13	25	0	8	49	58.200
Venezuela	1	0	10	0	0	12	23	33.600
TOTAIS	65	0	324	62	34	175	660	1.283.417

BOLSAS CONCEDIDAS POR MEIO DO PORTAL EDUCACIONAL

PARTICIPANTES POR PAÍSES EM 2003																
PAIS	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	A13	A14	A15	TOTAL
Antígua e Barbuda										1		2	1		1	5
Argentina	3	220	93				3	40	22		5	6	5			397
Bahamas										1		4	1		1	7
Barbados										1		1	1			3
Belize										1			1		2	4
Bolívia		4	4					8	50		1	6	5			78
Brasil	8			80	60	334		4	1		2	21	12			522
Canadá								2				27	4			33
Chile		1					1	9	12		2	5	4			34
Colômbia	1	13	1				2	15	11		7	9	8	1		68
Costa Rica	4	12						4	14		4	5	4			47
Cuba																0
Dominica															2	2
El Salvador		1						3			1	2	1			7
Ecuador		1					1	10	86			4	1			103
Estados Unidos			1				2	9			5	29	1			47
Grenada										1		1			1	3
Guatemala								8	8		1	2	3			22
Guiana										1					1	2
Haiti												5	1			6
Honduras		1						1			1	2	3			8
Jamaica										1		1	1		1	4
México	1	4						10			4	2	6			27
Nicarágua								3			1	3	2			9
Panamá								5	7		1	4				17
Paraguai							3	72			1	2	2			80
Peru	3	13	178					34	28		3	19	5	720		1.003
Rep. Dominicana								17	125		2	5	3			152
Santa Lúcia										1		1	1		1	4
São Vicente										1		1	2		1	5
Saint Kitts e Nevis										1		1			1	3
Suriname										1						1
Trinidad e Tobago										1		3			4	8
Uruguai		3	2					1	4			5	4			19
Venezuela		7						8	24		4	7	6	57		113
Outros								7								7
TOTAL	20	280	279	80	60	334	9	201	464	12	45	185	88	778	16	1.848

ATIVIDADES	
A1	Curso- <i>Workshop</i> Presencial para a Formação de Instrutores para o Curso de Qualidade da Educação Básica
A2	Curso Qualidade da Educação Básica
A3	Curso Qualidade da Educação Básica
A4	Formação de Tutores para o Curso Qualidade da Educação Básica
A5	Curso <i>Workshop</i> para o Curso Qualidade da Educação Básica
A6	Curso Qualidade da Educação Básica
A7	Curso de Formação de Instrutores para o Curso de Governo Eletrônico
A8	Conceitos Básicos para a Formulação de Estratégias de Governo Eletrônico
A9	Programa de Atualização de Aptidões Docentes
A10	<i>Latin American Initiative for Understanding and Development (Latitude, Projeto Zero)</i>
A11	Iniciativa Latino-Americana para a Compreensão e o Desenvolvimento (Latitude, Projeto Zero)
A12	Seminário Virtual Educa 1
A13	Seminário Virtual Educa 2
A14	Programa de Atualização de Aptidões Docentes
A15	<i>Learning Together: Workshop for the Caribbean Educational Sector on the OAS Horizontal Coop. Pr.</i>

ANEXO G

**CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVADORES PERMANENTES
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2003**

País	Contribuições em Dinheiro (US\$)	Principais Contribuições em Bens ou Serviços	Montante Total das Contribuições
Alemanha	US\$23.720 - Escritório de Ciência e Tecnologia - Sistema Interamericano de Metrologia (SIM) e Cooperação Inter-Americana de Credenciamento (IAAC) US\$11.149 - UPD - Seminário sobre Diálogo Político para os Estados Membros da Região Andina Total: US\$34.869		US\$34.869
Coréia	US\$25.000 - UPD - Fortalecimento dos Conselheiros Regionais e do Sistema de Cooperação US\$20.000 - Gabinete do SGA - Fundo de Paz, Subfundo Belize/Guatemala Total: US\$45.000	US\$100.000 - Computadores e equipamento técnico para a Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti US\$63.346 - AICD - Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento Total: US\$163.346	US\$208.346
Dinamarca	US\$4.000 - CIDH- Projeto de Financiamento para uma viagem do Escritório do Relator Especial sobre Liberdade de Expressão a Honduras US\$138.777 - CIDH - Proposta de Continuação 2001-03 do projeto Fortalecimento do Sistema Interamericano para a Defesa dos Direitos Humanos de Comunidades, Minorias Étnicas e Outros Grupos Vulneráveis Afetados pelos Conflitos da América Central Total: US\$142.777		US\$142.777

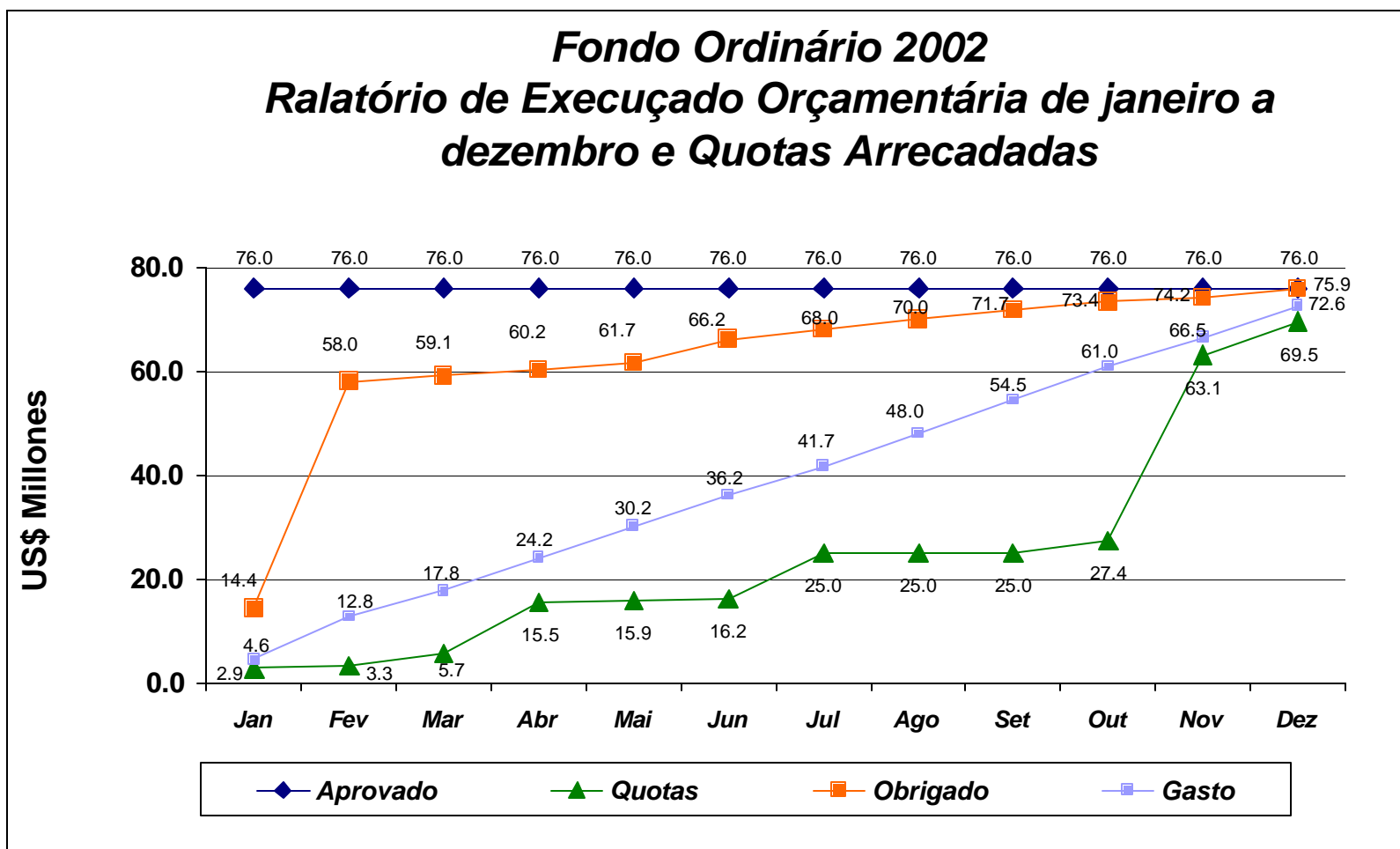
Espanha	<p>US\$99.194 - UPD - Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos</p> <p>US\$195.624 - UPD - Programa de Ação Integral contra Minas Antipessoal</p> <p>US\$222.700 - CICAD - Descentralização das Políticas Nacionais Antidrogas nos Países Andinos</p> <p>US\$227.148 - CIDH - Solicitação de Cooperação Financeira para fortalecer as atividades da Comissão com referência à apresentação de casos perante a Corte</p> <p>US\$155.829 - Gabinete do SGA-Fundo de Paz - Subfundo Belize/Guatemala</p> <p>Total: US\$900.495</p>	<p>US\$157.482- AICD - Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento</p> <p>US\$81.000 - CICAD - Atividades Diversas</p> <p>Total: US\$238.482</p>	US\$1.138.977
Finlândia	<p>US\$98.648 - Secretaria de Cúpulas - Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas</p> <p>Total: US\$98.648</p>		US\$98.648
França	<p>US\$138.888 - Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - Adaptação da Corrente Principal a Mudanças Climáticas Globais (CPACC)</p> <p>US\$350.683 - Gabinete do SGA - Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti</p> <p>Total: US\$489.571</p>	<p>US\$3.760 - Departamento de Direito Internacional - Um professor para o curso de Direito Internacional no Rio de Janeiro, Brasil</p> <p>US\$99.600 - CICAD - Assistência Técnica Profissional</p> <p>Total: US\$103.360</p>	US\$592.931
Grécia	<p>US\$20.000 - Escritório de Relações Externas - Série de Conferências sobre a Cúpula Extraordinária das Américas</p> <p>Total: US\$20.000</p>		US\$20.000
Israel		<p>US\$11.465 - AICD - Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento</p> <p>Total: US\$11.465</p>	US\$11.465

Itália	US\$380.330 - UPD - Programa de Ação Integral contra Minas Antipessoal Total: US\$380.330		US\$380.330
Japão	US\$89.960 - UPD: Missão de Observação Eleitoral na Guatemala US\$17.000 - UPD: Programa de Remoção de Minas US\$85.840 - CICAD - Redução da Demanda/Projeto Escola de Enfermagem Total: US\$192.800		US\$192.800
Noruega	US\$433.860 - UPD - Programa de Apoio ao Supremo Tribunal Eleitoral da Guatemala, Eleições 2003 US\$ 69.371 - UPD - Missão de Observação Eleitoral na Guatemala, 2003 US\$546.443 - UPD - Gestão Política na Guatemala US\$670.558 - UPD - Programa de Ação contra as Minas Antipessoal US\$146.256 - Gabinete do SGA - Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti Total: US\$1.866.488		US\$1.866.488
Países Baixos	US\$429.594 - UPD - Programa de Apoio ao Supremo Tribunal Eleitoral da Guatemala, Eleições 2003 US\$100.000 - UPD - Missão de Observação Eleitoral na Guatemala, 2003 US\$5.436 - UPD US\$151.262 - UPD - Gestão Política na Guatemala US\$25.005 - Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente Total: US\$711.297		US\$711.297

Reino Unido	<p>US\$50.000 - UPD - Fortalecimento dos Conselheiros Regionais e do Sistemas de Cooperação</p> <p>US\$18.000 - UPD - Seminário sobre diálogo político para os Estados membros da Região Andina (Peru)</p> <p>US\$24.123 - UPD - Missão de Observação Eleitoral na Guatemala, 2003</p> <p>US\$308.042 - UPD - Programa de Ação Integral contra Minas Antipessoal</p> <p>US\$158.210 - CICAD - Projeto de Fumigação Aérea/Colômbia</p> <p>US\$236.325 - Gabinete do SGA - Fundo de Paz - Subfundo Belize/Guatemala</p> <p>Total: US\$794.700</p>		US\$794.700
Santa Sé	<p>US\$5.000 - Gabinete do SGA - Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti</p> <p>US\$5.000 - Gabinete do SGA - Fundo de Paz - Subfundo Belize/Guatemala</p> <p>Total: US\$10.000</p>		US\$10.000
Suécia	<p>US\$500.647 - UPD - Programa de Apoio ao Regime Eleitoral de Honduras</p> <p>US\$356.204 - UPD - Programa de Apoio ao Supremo Tribunal Eleitoral da Guatemala, Eleições 2003</p> <p>US\$1.269.850 - UPD - Programas Especiais de Apoio à Governabilidade na Nicarágua</p> <p>US\$43.931 - UPD - Perspectivas e Situação dos Partidos Políticos na Região Centro-Americana</p> <p>US\$1.289.131 - UPD - Programa de Ação Integral contra Minas Antipessoal</p> <p>US\$92.589 - CIDH - Apoio ao Escritório do Relator Especial para a Liberdade de Expressão</p>		US\$3.793.688

	<p>US\$126.753 - Gabinete do SGA - Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti</p> <p>US\$114.583 - Gabinete do SGA - Fundo de Paz - Subfundo Belize/Guatemala</p> <p>Total: US\$3.793.688</p>		
Suíça	<p>US\$53.895 - UPD - Programa de Apoio ao Supremo Tribunal Eleitoral da Guatemala, Eleições 2003</p> <p>US\$19.925 - UPD - Missão de Observação Eleitoral na Guatemala, 2003</p> <p>US\$24.980 - Gabinete do SGA - Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti</p> <p>Total: US\$98.800</p>		US\$98.800
Turquia	<p>US\$3.000 - USDE - Redução da Vulnerabilidade do Setor da Educação</p> <p>US\$3.200 - Revista <i>Américas</i></p> <p>US\$3.000 - CICAD - Fortalecimento de Escolas de Saúde Pública - Programa de Educação à Distância</p> <p>US\$3.000 - Fundo para Jovens Empresários das Américas</p> <p>Total: US\$12.200</p>		US\$12.200
União Européia	<p>US\$618.275 - UPD - Fortalecimento da Democracia na Venezuela</p> <p>US\$1.128.600 - UPD - Programa de Ação Integral contra Minas Antipessoal</p> <p>US\$641.160 - Gabinete do SGA - Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti</p> <p>US\$146.246 - CICAD - Programa de Treinamento</p> <p>Total: US\$2.534.281</p>		US\$2.534.281
Total	US\$12.125.944	US\$516.653	US\$12.642.597

ANEXO H
ORÇAMENTO-PROGRAMA: NÍVEIS DE EXECUÇÃO



Fundo Ordinário 2003

Relatório de Execução Orçamentária de janeiro a dezembro e Quotas Arrecadadas

